



UNITAU
Universidade de Taubaté

RCH

REVISTA

CIÊNCIAS HUMANAS

ISSN 2179-1120

TEMAS INTERDISCIPLINARES CONTEMPORÂNEOS

VOLUME 13 - NÚMERO 2
EDIÇÃO 27 **2020**



Revista Ciências Humanas da Universidade de Taubaté

Volume 13 n 2, Edição 27
2º Quadrimestre/2020



UNITAU
Universidade de Taubaté

UNITAU - Universidade de Taubaté

Revista Ciências Humanas

Reitora: Profa. Dra. Nara Lucia Perondi Fortes

Pró-reitora de pesquisa e Pós-graduação: Profa. Dra. Sheila Cavalca Cortelli

EQUIPE EDITORIAL

EDITORA CHEFE

Dra Alexandra Magna Rodrigues
Universidade de Taubaté, Brasil

EDITORAS EXECUTIVAS

Ana Maria Gimenes Corrêa Cali
Universidade de Taubaté, Brasil

Angela Michele Suave
Universidade de Taubaté, Brasil

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon
Universidade de Taubaté, Brasil

Mariana Aranha de Souza
Universidade de Taubaté, Brasil

Rachel Duarte Abdala
Universidade de Taubaté, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Bárbara Cristina Moreira Sicardi Nakayama
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Carlos Alberto Máximo Pimenta
Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Cidoval Moraes de Souza
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Clarilza Prado de Sousa
Fundação Carlos Chagas, FCC, Brasil

Douglas da Silva Tinti
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Gladis Camarini
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

José Rogério Lopes
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Magali Aparecida Silvestre
Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Maria Antonia Garcia de León Alvarez
Universidade Complutense de Madrid, Espanha

Maria Lúcia Martinelli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Míriam Carmo Rodrigues Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Roberto Tadeu Iaochite
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Ruy Gomes Braga Neto
Universidade de São Paulo, Brasil

Suzana Ribeiro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Secretaria dos cursos de mestrado

Tel: +55 (12) 3624-1657 - E-mail: prppg@unitau.br

ISSN: 2179-1120

Data da publicação: Maio/Agosto de 2020

Classificação no Qualis da CAPES: B2

Capa e Diagramação: Agência Surta

Foto da Capa: Leonardo Oliveira

UNITAU - Universidade de Taubaté
Departamento de Pró-reitoria de Pesquisa e
Pós-graduação

E-mail: revista@rchunitau.com.br

Site: <http://www.rchunitau.com.br>

Telefone: +55 (12) 3624-1657

Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro,
12100-000, Taubaté, SP, BR.

CONSELHO CONSULTIVO

Adilson Silva Mello
Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Ana Lúcia Manrique
Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, Brasil

Andre Luiz Da Silva
Universidade De Taubaté, Brasil

Antônio Augusto Neto Mendes
Universidade De Aveiro, Portugal

Carlos Alberto Máximo Pimenta
Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Cecília Pescatore Alves
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Cidoval Moraes de Souza
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Enio José da Costa Brito
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Gilmar Ribeiro dos Santos
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

Jacinta Sidegum Renner
Universidade Feevale, Brasil

Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Brasil

José Carlos de Oliveira
Universidade Feevale, Brasil

José Geraldo da Rocha
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Brasil

José Rogério Lopes
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Lucília Regina De Souza Machado
Centro Universitário Uma, Brasil

Mabel Mascarenhas Torres
Universidade Estadual De Londrina, Brasil

Marcia Dos Santos Macedo
Universidade Federal Da Bahia, Brasil

Marcia Maria Dias Reis Pacheco
Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Aparecida Campos Diniz de Castro
Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Fatima Melo Toledo
Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Regina de Ávila Moreira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Thereza Oliveira Azevedo
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão
Universidade de Taubaté, Brasil

Patricia Tovar
John Jay College Of Criminal Justice, New York, USA

Renato Rocha
Universidade de Taubaté, Brasil

Roberto Borges
CEFET, Brasil

Roseli Albino dos Santos
Universidade de Taubaté, Brasil

Salvador Antonio Mireles Sandoval
Universidade Federal De Santa Catarina, Brasil

Suelene Regina Donola Mendonça
Universidade De Taubaté, Brasil

Vera Maria Antonieta Tordino Brandão
Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, Brasil

SUMÁRIO

TEMAS INTERDISCIPLINARES CONTEMPORÂNEOS.....	5
Alexandra Magna Rodrigues, Rachel Duarte Abdala	
PERIFERIAS, PANDEMIA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: uma análise da realidade brasileira sob a luz de aspectos econômicos, políticos e religiosos	7
Tatiana Aparecida Cleto Oliveira Tardelli, Elisa Maria Andrade Brisola, Angela Michele Suave	
CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO NO BRASIL: uma pesquisa exploratória sobre o comportamento do poder público na implementação de estratégias e estratégias voltadas à economia da cultura durante a pandemia provocada pela COVID-19	16
Marcelo Ferreira de Sousa, Adilson da Silva Mello, Lauren Ferreira Colvara	
INVESTIGATING THE SPATIAL ORGANIZATION TRADITIONAL NEIGHBORHOODS OF HAMEDAN AND ITS IMPACT ON SOCIAL RELATIONS	28
Zahra Jamebozorg, Araz Najafi, Zarrin Fakhar	
PREVENDO O MEDO DO CRIME: evidências a partir de um bairro maceioense	42
Fillipi Lúcio Nascimento, Jairo da Silva Gomes	
CANDIDATOS “NA” REGIÃO E CANDIDATOS “DA” REGIÃO: campanhas políticas no Vale do Paraíba/SP	58
Carlos Eduardo Pinto Procópio, Sidney Jard da Silva, André Luiz da Silva, Gilson Nascimento de Oliveira	
A POLÍTICA DE COTAS COMO FORMA DE ACESSO DEMOCRÁTICO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	74
Tamirys Meirielle Marques, Rogério Rodrigues	
PRECISAMOS FALAR SOBRE THANOS!: a relação subjacente, na trama ficcional Avengers – Infinity War, entre um titã louco e um economista inglês do século XVIII	84
Jander Fernandes Martins	
O CONCEITO DE PRECARIIDADE E AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE JUDITH BUTLER PARA A COMPREENSÃO DA PRÁTICA POLÍTICA DA PSICOLOGIA.....	102
Francisco Francinete Leite Junior, Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, Hermógenes Abraão Paz Siqueira	
PERCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA VOZ DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	115
Daniela Cristina Beraldo dos Santos Silva, Maria Aparecida Campos Diniz	
DESIGN THINKING E DESIGN SPRINT: metodologias possíveis para a Educação Integral e para o desenvolvimento das competências socioemocionais aplicadas ao Ensino da Sociologia.....	128
Leonardo Ferreira, Kenya Marcon	
MARKETING EM CLUSTERS E APL: análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2009 a 2019.....	140
Vailson Batista de Freitas, Silvio Augusto Minciotti	
AGROTÓXICOS: uma breve reflexão para um problema complexo	154
Carlos Alberto Mourão Júnior, Charles Adriano Duvoisin	

TEMAS INTERDISCIPLINARES CONTEMPORÂNEOS

EDITORIAL

No segundo número deste ano da Revista Ciências Humanas, os artigos publicados reforçam o caráter interdisciplinar da revista que trata de temas de interesse acadêmico e social que ocupam a agenda contemporânea, inclusive sobre a pandemia provocada pela Covid 19. A pandemia alcançou todos os setores da vida social de um modo que para compreender suas consequências é necessário recorrer ao olhar interdisciplinar. Assim, ela emergiu como um dos temas interdisciplinares com maior destaque neste ano.

Dessa maneira, abrimos esta edição da Revista Ciências Humanas com a entrevista realizada com o **Prof. Dr. Ruy Braga**, especialista em Sociologia do Trabalho e professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) sobre “Periferias, Pandemia e Precarização do Trabalho: uma análise da realidade brasileira sob a luz de aspectos econômicos, políticos e religiosos”. A entrevista, realizada por *Angela Michele Suave, Tatiana Aparecida Cleto Oliveira Tardelli e Elisa Maria Andrade Brisola*, foi um desdobramento do segundo Seminário Interdisciplinar do Mestrado em Desenvolvimento Humano/UNITAU de 2020, em que o entrevistado foi palestrante.

Além da entrevista e de um ensaio o número é composto por dez artigos. O artigo “Cidades Criativas da Unesco no Brasil: uma pesquisa exploratória sobre o comportamento do poder público na implementação de estratégias e estratégias voltadas à economia da cultura durante a pandemia provocada pela covid-19”, es-

crito por *Marcelo Ferreira de Sousa, Adilson da Silva Mello e Lauren Ferreira Colvara*, discute sobre as ações promovidas pelas cidades que compõe tal rede, retratando diferentes comportamentos do poder público e aspectos que demonstram atuações com baixo impacto na garantia de seguridade e fomento da economia e cultura durante as dinâmicas transformações do mercado provocadas pelo isolamento social.

Em seguida, o texto “Investigating the Spatial Organization Traditional Neighborhoods of Hamedan and its Impact on Social Relations”, de *Zahra Jamebozorg, Araz Najafi e Zarrin Fakhar*, propõe reflexão sobre as mudanças ao longo dos planos de desenvolvimento da cidade e da sua estrutura tradicional que impactaram na funcionalidade e no nível de comunicação entre os moradores dos bairros tradicionais de Hamedan. Enquanto isso, o estudo “Prevendo o medo do crime: evidências a partir de um bairro maceioense”, de *Fillipi Lúcio Nascimento e Jairo da Silva Gomes*, aborda fatores associados ao medo do crime expresso pela população do bairro maceioense de Benedito Bentes, o maior bairro da capital alagoana.

Este número também traz discussão sobre questões políticas e políticas sociais. O artigo “Candidatos “na” Região e Candidatos “da” Região: campanhas políticas no Vale do Paraíba/SP”, de *Carlos Eduardo Pinto Procópio, Sidney Jard da Silva, André Luiz da Silva e Gilson Nascimento de Oliveira*, analisa quatro campanhas eleitorais para deputado estadual e federal no pleito de 2014 no Vale do Paraíba paulista.

Por sua vez o texto “A Política de Cotas: mecanismo democrático de acesso ao ensino superior público”, escrito por *Tamirys Meirielle Marques e Rogério Rodrigues*, mostra que a política de cotas e as ações afirmativas surgiram como meio de contribuir para a igualdade de oportunidades e vêm cumprindo o proposto, na medida em que proporcionam o acesso de uma parcela de estudantes antes excluídos desse espaço de conhecimento, que é a universidade.

Na sequência, o texto “Precisamos falar sobre thanos!”, de *Jander Fernandes Martins*, propõe uma reflexão, a partir do filme *Avengers: Infinity War*, sobre como e por quê uma franquia de renome elegeu como “pano de fundo” de sua trama ficcional, o ideário de Thomas Malthus (1766-1834). A revisão integrativa da literatura “O Conceito de Precariedade e as Contribuições Teóricas de Judith Butler para a Compreensão da Prática Política da Psicologia”, proposta por *Francisco Francinete Leite Junior, Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas e Hermógenes Abraão Paz Siqueira*, aponta que o uso deste conceito não se restringe ao campo da Psicologia, mas, ainda assim, pode contribuir com o desenvolvimento desta ciência enquanto campo teórico e prático.

O olhar interdisciplinar para inovação, ensino e educação também teve espaço nesta edição. O estudo “Percepções e contribuições da formação continuada na voz dos docentes da Educação Infantil”, de *Daniela Cristina Beraldo dos Santos Silva e Maria*

Aparecida Campos Diniz, teve como objetivo identificar e compreender a visão das docentes atuantes na Educação Infantil, no que tange à formação continuada e em serviço da qual participam e se esta contribui ou não para a sua profissão. No texto “DESIGN THINKING E DESIGN SPRINT: metodologias possíveis para a Educação Integral e para o desenvolvimento das competências socioemocionais aplicadas ao Ensino da Sociologia”, *Leonardo Gonçalves Ferreira e Kenya Marcon* analisam como as novas metodologias podem auxiliar a Educação Integral no desenvolvimento das competências socioemocionais.

O estudo de revisão “Marketing em clusters e APL: análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2009 a 2019”, proposto por *Vailson Batista de Freitas e Silvio Augusto Minciotti*, analisa as publicações científicas sobre clusters e arranjos produtivos locais (APLs) no Brasil, que abordam o tema Marketing. Para encerrar a edição, o ensaio teórico sobre “Agrotóxicos: uma breve reflexão para um problema complexo”, escrito por *Carlos Alberto Mourão Júnior e Charles Adriano Duvoisin*, propõe um diálogo com o leitor e fomenta a reflexão crítica sobre o tema.

Agradecemos aos autores por sua contribuição para as discussões e reflexões acerca da temática interdisciplinar e aos pareceristas pela possibilidade de lançar essa edição e desejamos uma excelente leitura a todos!

Alexandra Magna Rodrigues
Editora chefe da Revista Ciências Humanas

Rachel Duarte Abdala
Editora executiva da Revista Ciências Humanas

ORCID IDS

Rodrigues AM - <https://orcid.org/0000-0001-7143-3258>

Abdala DR - <https://orcid.org/0000-0002-6936-5329>

PERIFERIAS, PANDEMIA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: uma análise da realidade brasileira sob a luz de aspectos econômicos, políticos e religiosos

Peripheries, Pandemic and precarious work: an evaluation of the Brazilian reality in the light of economic, political and religious aspects

Tatiana Aparecida Cleto Oliveira Tardelli¹, Elisa Maria Andrade Brisola¹, Angela Michele Suave¹

ORCID IDS

Tardelli TACO - <https://orcid.org/0000-0002-1603-5780>

Brisola EMA - <https://orcid.org/0000-0002-9571-0923>

Suave AM - <https://orcid.org/0000-0002-2927-3438>

INTRODUÇÃO

No contexto da pandemia do novo coronavírus, as classes trabalhadoras, de forma particular, enfrentam acentuadamente os seus efeitos, tanto do ponto de vista da saúde, com grande número de contaminados e mortes, quanto também da precarização das condições de trabalho e desemprego, sobretudo nas periferias das cidades brasileiras. A crise sanitária aprofunda a crise econômica e política já existentes no país e atravessa as políticas sociais com a sua desconstrução aguda e radical.

O trabalho informal é desprovido de proteção e de direitos. Além dessa precariedade já comumente ocorrida, a proibição de aglomerações necessária para conter o vírus impactou aqueles que dependiam delas para obter renda, o que agravou ainda mais a situação desses trabalhadores. A contrapartida governamental a essa situação caótica foi o auxílio emergencial de 600 reais aos trabalhadores informais. Isso, na prática, não aliviou a situação socioeconô-

mica dos trabalhadores, tendo em vista que em regiões periféricas e em comunidades a possibilidade encontrada pela população tem sido pela auto-organização, a qual tem por base a solidariedade por meio da construção de redes que envolvem as comunidades, associações de bairro, sindicato de trabalhadores, movimentos sociais e organizações virtuais para arrecadação de diversos produtos básicos para a sobrevivência dessa população. Porém, tais ações não respondem às demandas sociais e econômicas pré-existentes à crise sanitária e que se agravaram de maneira efetiva, como, por exemplo, a fome.

Nesse sentido, a entrevista com o prof. Dr. Ruy Braga da Universidade de São Paulo (USP) objetivou refletir sobre a Pandemia, a precarização do trabalho e periferias, como desdobramento do I Seminário Interdisciplinar do Mestrado em Desenvolvimento Humano -2020. Entendemos que a formação dos estudantes ultrapassa a dimensão do ensino e requer participação nos debates contemporâneos. Nossa finalidade no Seminário foi trazer elementos da realidade que

¹ Universidade de Taubaté

Autor Correspondente: tatycleto@hotmail.com

contribuam com as pesquisas, de modo a qualificá-las, e possibilitou reflexões sobre os caminhos possíveis para intervenções e pesquisas que contribuam com as necessárias mudanças sociais para sairmos desse momento de crise.

Ruy Braga é especialista em Sociologia do Trabalho, professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley. Atualmente, é chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, além de estabelecer relação estreita com movimentos populares periféricos, bem como sua participação recente no Círculo de Formação sobre Marxismo e Periferias organizado pela Rede Emancipa. Enfim, nosso entrevistado é uma referência intelectual da Sociologia nos estudos do trabalho e do marxismo.

VAMOS À ENTREVISTA

Entrevistadoras: Em uma produção recente intitulada: “A tempestade perfeita: Autoritarismo, Trabalho e pandemia”, você diz que, nesse contexto da pandemia, o trabalho conheceu sua tempestade perfeita, considerando: altas taxas de desemprego; subemprego; informalidade e crise econômica. Em sua opinião, quais são os setores da classe trabalhadora que mais estão sofrendo com essa situação? E como esse processo está ocorrendo?

Ruy Braga: Olha, na realidade todos os setores da classe trabalhadora que são considerados subalternos encontram-se em uma situação realmente muito dramática do ponto de vista de emprego. Tendo em vista essa combinação, vemos que a partir de 2015/2016 houve uma queda muito abrupta do PIB, com aumento e elevação muito rápida da taxa de desemprego, que sai de 6 para 12%, e que se estabiliza nesse patamar até os dias de hoje. Provavelmente teremos um aumento também significativo da taxa de desemprego com esse contexto de pandemia e, principalmente, com a aprovação em novembro de 2017 da Reforma Trabalhista, que produziu esses dois efeitos. Por um lado, facilitou as demissões, e por outro lado contratualizou o trabalho, ou seja, aumen-

tou, multiplicou as formas de contratação que eram consideradas antes atípicas, como, por exemplo, de trabalho intermitente. Então vamos ver que todos os setores da classe trabalhadora foram atingidos de maneira um pouco desigual por esse aumento muito repentino da taxa de desemprego. Mas eu destacaria alguns. O setor, por exemplo, ligado à indústria de transformação, que recebeu um impacto muito forte com a crise de 2015/2016, e que foi seguramente um dos setores mais atingidos pelo aumento do desemprego, enfim, pelo aumento das demissões. E eu destacaria também o setor formal. Ou seja, tem-se uma elevação muito rápida, como eu disse, do desemprego, e a dinâmica é um pouco essa, como nós vínhamos de uma onda de formalização do trabalho que se estendeu em torno de treze a quatorze anos, tinha-se um mercado um pouco mais estruturado, ainda que os empregos pagassem pouco. Mas o mercado formal de trabalho, com a crise 2015/2016, passou por uma reviravolta. A partir de então, o que se tem é uma troca permanente de trabalho formal e trabalho informal. Então, os setores que mais foram atingidos seguramente foram esses. Por um lado, a classe trabalhadora industrial, e, por outro lado, o setor informal da economia.

Entrevistadoras: Então, Ruy, se pensarmos que esse processo de precarização do trabalho começou já nos anos 90, depois se agrava com a reforma trabalhista, como você já abordou, afetando profundamente os trabalhadores, como você vê a possibilidade de reversão desse quadro pelas classes trabalhadoras a médio prazo?

Ruy Braga: Olha, eu sou um pouco cético no sentido de que me parece que essa tendência à informalização do trabalho deve permanecer por um bom período, vamos dizer. É porque nós temos uma combinação muito perversa e um processo de desindustrialização que não é de hoje, já tem aí em torno de uns 10 para 15 anos mais agudamente falando.

Entrevistadoras: No governo Lula já vinha ocorrendo essa desindustrialização?

Ruy Braga: A desindustrialização já vem acontecendo desde a época do Fernando Henrique. Mas com muito rigor a indústria de transformação é mais atingida no final dos anos 90 e começo dos anos

2000, e atravessa todo o período Lula e Dilma, enfim, como uma tendência muito forte. Então, a desindustrialização é muito perversa com o emprego formal e, principalmente, com aqueles empregos que pagam melhor, porque o setor industrial opera a taxas de produtividade mais elevadas do que normalmente, tanto no setor de serviços, por exemplo, quanto na agricultura. Por isso, normalmente, é um setor que atrai força de trabalho mais qualificada. E a força de trabalho mais qualificada, além de ela ser mais produtiva, tem essa característica de ter qualificações escassas, isso tende a fazer com que esse trabalho no setor da indústria seja um trabalho formal e melhor remunerado. Como a gente teve uma transição bastante longa, da economia baseada na indústria para o setor de serviços, o setor de serviços normalmente absorve uma força de trabalho menos qualificada. Depende muito do setor. Mas no setor de serviços, de maneira geral, a força de trabalho é menos qualificada comparativamente à indústria, e com esse aumento do desemprego e do subemprego associado à reforma trabalhista, o que se verifica é uma descontinuidade no mercado de trabalho brasileiro, e uma descontinuidade que tende a favorecer a informalidade ou subemprego, o trabalho intermitente, por exemplo. Então, em um futuro próximo, não vejo como essa tendência pode ser revertida, até porque nós não temos uma taxa de poupança interna capaz de alavancar o investimento.

O Estado está muito endividado e o setor internacional tem colocado pouco dinheiro do ponto de vista de investimentos externos diretos no país. Assim, uma revigoração, uma revivificação da indústria, uma revigoração do investimento nesses setores mais produtivos, não me parece que está no nosso horizonte imediato. Eu tendo a achar que o que pode eventualmente reverter essa tendência à informalização é o processo de mobilização dos próprios trabalhadores, em especial dos trabalhadores do setor de serviços, no sentido de exigir a regulação do trabalho, ou seja, no sentido, por exemplo, pressionar por uma revisão da reforma trabalhista de 2017, ampliar direitos, e, ao mesmo tempo, regular essas atividades que foram mais atingidas pela crise a partir de 2015/2016.

Entrevistadoras: O setor de serviços é menos organizado e mais pulverizado, não é Ruy?

Ruy Braga: O setor de serviços é, sem dúvida. E os trabalhadores são representados por sindicatos bem mais frágeis. Então, isso tudo desfavorece um processo de formalização do emprego. Pelo menos em um futuro imediato, acho que é essa, um pouco, a tendência que se tem. É claro que hoje com pandemia, com a crise, algumas ideias estão circulando, ideias que eu considero bastante importantes, que podem mitigar essas tendências, em especial a discussão sobre a renda cidadã. Os rendimentos assegurados aí de maneira incondicional. E isso poderia mitigar em alguma medida essa tendência que se verifica e que deve se verificar no futuro imediato de informalização e difusão do subemprego no país.

Entrevistadoras: Então, temos assistido também já há algum tempo um profundo avanço tecnológico, e esse avanço tem produzido o aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, principalmente agora com essa nova onda da chamada indústria 4.0. Que perspectiva podemos antever para o mundo do trabalho tendo em vista a indústria 4.0?

Ruy Braga: Os países que ficarem de fora dessa onda de renovação tecnológica vão perder. Já estão perdendo, na verdade. Então, se você observa por exemplo a China, tem feito um esforço muito notável de adquirir empresas tecnologicamente avançadas em especial europeias, muitas delas alemãs, para tentar diminuir o *gap* tecnológico relativo à comparação com países como a própria Alemanha e Estados Unidos. Por que isso? Porque a tendência, a difusão do desenvolvimento das tecnologias de automação complexa, em especial inteligência associados à inteligência artificial, *Machine Learning* e *Big Data*, são tendências que vieram para ficar quando você pensa na competição internacional de ponta. O que evidentemente produz alguns efeitos. O primeiro deles é que somente os países que conseguirem efetivamente investir em ciência e tecnologia alcançarão propriamente um patamar capaz de mantê-los na competição no mercado internacional. O que significa que aumenta também o fosso entre os países tecnologicamente avançados e os não avançados, os dependentes, como é o caso brasileiro. Se o Brasil

não conseguir propriamente se inserir nessa nova rodada do desenvolvimento tecnológico, realmente vai bloquear o seu próprio desenvolvimento econômico social por muitas décadas, e é o que está acontecendo na realidade. O país consome tecnologia, produz muito pouco, investe pouquíssimo em ciências e tecnologia. As empresas que são empresas tecnológicas de ponta, como é o caso da Embraer e da Petrobras, estão passando por dificuldades e isso mitiga. Por outro lado, enfraquece os projetos de desenvolvimento nacional, do ponto de vista, vamos dizer assim, sobre o impacto, sobre a questão do trabalho.

Eu diria para você, para citar um exemplo, que as taxas de desemprego mais baixas no mundo são exatamente daqueles países que têm essas tecnologias mais desenvolvidas: Alemanha, China, Japão... Enfim, mesmo recentemente, até antes da pandemia os Estados Unidos, os países que são tecnologicamente mais desenvolvidos, são os que têm as taxas mais baixas. E os países que são retardatários, que têm tecnologia defasada e que não conseguiram dar esse salto tecnológico, a se engajar nessa última revolução tecnológica, são aqueles que têm taxas de desempregos mais elevadas, como é o caso do Brasil, da África do Sul e tantos outros países que não conseguiram se inserir nesse processo de redefinição da divisão internacional do trabalho, enfim. E não tem propriamente um planejamento, um projeto para se engajar nessa corrida tecnológica. Nesse sentido, me parece que se nós não enfrentarmos e, de alguma maneira, superarmos as nossas dificuldades no sentido de colocar o país alinhado minimamente a essa nova revolução tecnológica, lidaremos com rendimentos do trabalho muito baixos, baixa produtividade, e continuaremos a lidar com altas taxas de subemprego e informalidade. Está tudo relacionado a esse momento que a gente está vivendo agora, do ponto de vista do trabalho.

Entrevistadoras: Nós temos a tendência de achar que, em geral, é a tecnologia que produz o desemprego, e, na verdade, não é uma relação direta.

Ruy Braga: A tecnologia, sem dúvida tem um impacto sobre o desemprego, tem-se desemprego tecnológico e coisas do gênero, mas não é a tecnologia que produz o desemprego, é a reprodução das rela-

ções sociais de produção capitalistas que produzem o exército industrial de reserva e o desemprego. Então, o ponto aqui é a tecnologia. Na sua trajetória, ela apenas desemprega? Não, ela também emprega, porque cria novos setores que vão absorver uma força de trabalho jovem, entrante no mercado de trabalho, que se qualificam para tanto. Assim, é o que absorve outros setores que foram desempregados e que conseguiram se requalificar. O problema aqui é que em uma economia mundial cada vez mais competitiva, os países que não conseguirem fazer parte disso, que não conseguirem sustentar um esforço de investimento capaz de fazer frente à competição, vão ficar para trás. Ficar para trás significa comprimir os rendimentos do trabalho. Ficar para trás significa conviver com taxa de desemprego muito alta. Ficar para trás significa uma série de fatores que a tecnologia em si mesma, tomada em si mesma, não resolve, mas, se inserida em todo o arranjo institucional, ligando aí as Universidades, a qualificação do trabalho, pode oferecer.

Entrevistadoras: Trazendo um pouco mais a discussão para o campo político, considerando que existe essa crise que está ocorrendo devido às relações capitalistas estabelecidas no mundo do trabalho, além também do fenômeno do bolsonarismo, com eleição de um governo de extrema-direita em 2018. Gostaríamos que você falasse sobre as explicações para esse fenômeno do bolsonarismo. Como você enxerga isso, o que leva a esse fenômeno?

Ruy Braga: Do ponto de vista da escolha eleitoral dos setores, de classe média tradicional ou mesmo das elites, que ganham acima de 10 salários mínimos por exemplo, é muito claro o alinhamento com o candidato Bolsonaro, que se deu, por assim dizer, pelo antipetismo ou para uma reação anti-PT. Os quais têm muito a ver com os escândalos de corrupção, mas têm a ver também com o contexto de crise, de 2015/2016, e o baixo, baixíssimo crescimento do governo Temer que deteriora as condições macroeconômicas de reprodução das classes sociais e impede que uma saída ou uma solução economicamente progressista se coloque no horizonte. Tem todo um processo de fechamento das instituições, além do judiciário muito ensimesmado, corporativista, que participou do golpe do impeachment da Dilma e que

também contribuiu para essa situação de caos político que o país viveu durante algum tempo, a partir, em especial, do segundo governo de Dilma.

Contribuíram as escolhas do próprio governo do PT, do segundo governo da Dilma Rousseff, porque adota políticas neoliberais num momento de crise econômica. O que prejudicou muito o quadro geral de crise e ajudou a aprofundá-la em um patamar inédito até então: uma queda de 7% em dois anos. Ou seja, isso também é um elemento muito forte, e do ponto de vista do voto popular. O que se verificou ao longo praticamente dos últimos 20 anos foi um movimento de mercantilização do modo de vida das cidades, das famílias trabalhadoras, que acabou fazendo com que as pessoas, apesar de terem empregos que pagam muito pouco, ainda que fossem empregos formais, vivessem em condições muito inseguras. Inseguras também do ponto de vista da renda, o que durante um tempo foi, de alguma forma, equilibrado por políticas públicas focadas nos setores mais vulneráveis dos governos do PT, e que ajudou a mitigar esse quadro de insegurança das famílias, de endividamentos. E isso acabou esborroando a partir da crise 2015/2016, quando aumenta muito desemprego, subemprego, e assim sucessivamente.

Isso, subjetivamente, tem um crescimento exponencial no neopentecostalismo das igrejas evangélicas no meio popular, que era algo que não existia no país até então. Dessa forma, nos anos 2000/2010 isso aumenta muito, e hoje se fala que 30% da população brasileira é evangélica. E os evangélicos, do ponto de vista dos costumes, tendem a ser mais conservadores e mais refratários a certas pautas e agendas que foram pautas da esquerda durante os períodos de prosperidade dos governos Lula e Dilma. Eles acabaram votando nos governos do PT de maneira pragmática, mas quando houve a crise, começaram a surgir no horizonte alternativas ao PT e à esquerda, como é o caso do Bolsonaro. Esses setores evangélicos tenderam a abandonar o PT. Eles já tinham abandonado na segunda eleição da Dilma, mas tenderam a se aglutinar em torno da candidatura do Bolsonaro, até porque ele apresentava uma agenda, do ponto de vista dos costumes, muito conservadora. Enfim, nesse sentido, alinhada aos desejos e aos anseios dessas igrejas, houve uma série de fatores. São fato-

res econômicos e políticos. Na crise política, fatores como representação das classes, ideologia, enfim, os valores conservadores que foram se difundido no meio popular. Isso tudo ajuda a entender um pouco a eleição do Bolsonaro. Vamos assim deixar de fazer referência a outros fatores importantíssimos, como é o caso da burocratização dos movimentos sociais, com os movimentos sociais, sindicais, muito distantes de suas bases. Isso tudo afasta as classes subalternas dos seus representantes de esquerda, vamos colocar nesses termos, e favorece naturalmente o avanço da extrema-direita.

Entrevistadoras: Ruy, você falou do neopentecostalismo, fez essa relação com o empreendedorismo no seu texto, e queríamos saber como você pensa que essa relação alcança as favelas e as comunidades periféricas, onde se concentra a maior parte dos trabalhadores que são informais e precarizados. Você acha que isso é pela religião, por causa dessas igrejas, dos valores e dos costumes que você está trazendo?

Ruy Braga: Precisamos entender que, nos últimos 20/25 anos, as periferias brasileiras, nas grandes cidades, passam por um processo de transformação muito agudo de crescimento e de transformação, como também de seu modo de vida, das suas características. Que são características do mundo urbano, da vida cotidiana, da própria relação desses setores subalternos com a cidade e muitas questões ligadas, por exemplo, à segurança pública, que emergem e passam a ter uma importância muito aguda na vida, no dia-dia das pessoas. E, nesse contexto de mudanças das periferias, de mudança da própria estrutura urbana, temos a mercantilização das periferias, das comunidades, dos bairros, das favelas, o que implica, entre outras coisas, o aumento da insegurança das famílias trabalhadoras ligadas ao pagamento de aluguéis e serviços, serviços que são praticamente todos privados, e assim sucessivamente.

Por isso, houve uma mudança muito aguda das cidades. Nesse contexto, nós já havíamos experimentado desde os anos 80, passando os anos 90, uma elitização do catolicismo. A Igreja Católica, foi se elitizando, foi se orientando para os setores médios tradicionais, e deixou um vazio muito grande do ponto de vista da cultura da religião, dos valores religio-

sos, principalmente nas periferias, que se sentiram abandonadas. Foi essa a causa mais estrutural para o avanço desse empreendedorismo evangélico. Essa forma, colocamos assim, de evangelizar baseada na competição entre diferentes denominações. O que não acontecia na Igreja Católica, por exemplo, que era uma forma centralizada de decidir a ocupação do território pelas igrejas e assim por diante. Então, tem-se o empreendedorismo evangélico, ou seja, abrir a igreja funciona, do ponto de vista das igrejas neopentecostais, como a Igreja Universal, como um esquema de pirâmide, e uma espécie de terciarização do empreendimento da fé. Mas tem muito empreendedorismo popular, com pequenas igrejas se multiplicando nas periferias. Isso criou redes de solidariedade nos bairros, criou redes de autoajuda nesses setores periféricos, e atraiu propriamente trabalhadores informais e trabalhadores formais de maneira geral, para um contexto de formalização do mercado de trabalho.

O número de trabalhadores formais é mais comumente encontrável nessas igrejas, mas avançou quando se agravou a crise de 2015/2016. O que se verifica é uma informalização do trabalho. Então, temos uma combinação de diferentes tendências, cuja somatória na realidade aponta para essa direção, para o estabelecimento daquilo que eu chamei de afinidade eletiva entre o neopentecostalismo e o empreendedorismo popular. Temos ali uma combinação de dois fatores, com duas tendências fortes: numa ponta, o avanço do neopentecostalismo, que é representado pela teologia da prosperidade, e, na outra ponta, o empreendedorismo, que sempre existiu nas periferias, mas que aumenta muito com a informalização do trabalho e também com a própria competição entre os trabalhadores informais pelas mesmas oportunidades de negócios, principalmente nos bairros. Mas não apenas, isso também ocorre nos centros urbanos. Enfim, isso acaba produzindo esse efeito que aproxima os trabalhadores informais das igrejas neopentecostais, que, por sua vez, oferecem a esses trabalhadores uma maneira de lidar com a insegurança, com a angústia e também estimulam a volição para o trabalho. O aspecto subjetivo da vontade de trabalhar em uma situação de informalidade com jornadas muito longas e rendimentos muito incertos. Então, a igreja, a religião, principalmente os

valores religiosos, oferecem esse esteio. Esse apoio que ocorre tanto do ponto de vista do desenvolvimento de redes de proteção nos bairros periféricos, quanto do apoio psicológico. Em um contexto de aumento do sofrimento psíquico, das angústias pessoais ligadas à insegurança do mundo do trabalho.

O empreendedorismo religioso é algo que disciplina as pessoas. Então, quando você observa as igrejas evangélicas, há um método mesmo. Tanto as igrejas evangélicas tradicionais têm método quanto as neopentecostais, ou seja, um plano de crescimento que é muito estruturado em torno de uma espécie de “plano de negócios”, entre aspas. Isso forma certo ápice na periferia, atrai pessoas que têm, inclusive, interesse em fazer com que essas igrejas sempre avancem. Eles próprios se transformam em pastores, ou seja, muitos, muitos pastores que encontramos na periferia são antigos trabalhadores informais, pessoal da construção civil. Dessa forma, temos aquilo que poderíamos chamar de um regime disciplinar, que vai moldando as vontades dos corpos desses trabalhadores, principalmente os informais.

Entrevistadoras: E a teologia da prosperidade influencia demais essa lógica também do querer e do ter. É muito forte essa conjunção mesmo.

Ruy Braga: É, porque envolve tanto a questão do dízimo, a de que se precisa fazer dinheiro para pagar o dízimo para a igreja, que é importante para ela, mas também, principalmente, a questão de que Deus basicamente deseja que a pessoa esteja bem, materialmente falando.

Entrevistadoras: Indo para o campo econômico, e considerando a direção liberal do governo Bolsonaro, quando ocorre uma crise sanitária, há um choque. Com ela, aparece, de novo, a necessidade de políticas sociais. Como você analisa as políticas governamentais diante da crise econômica e sanitária que o país atravessa?

Ruy Braga: O governo Bolsonaro se viu obrigado a responder minimamente esse contexto de pandemia, com pressão pressionado do Congresso Nacional, a ampliar o alcance das políticas públicas, em especial, as políticas de distribuição de renda. É o caso do auxílio emergencial, atualmente. E esse pro-

jeto de transformação do auxílio em uma espécie de Renda Brasil, incorporando o Programa Bolsa Família, ou seja, o governo, para enfrentar minimamente o contexto pandêmico econômico, acabou tendo que reagir reforçando programas ou criando, como é o caso do auxílio emergencial, no sentido de sustentar minimamente os rendimentos desse setor, principalmente o mais informal. Então, não foi uma opção do governo apostar nisso, prometer isso, de notabilizar propagandas dessas políticas. Em absoluto, era um governo que não assumia, por exemplo, a existência da Fome.

O então candidato à presidência Jair Bolsonaro, durante a campanha, e mesmo depois de ser eleito, dizia que não existia fome no Brasil. Não fez promessas relativas à distribuição de renda. Ao contrário: o plano sempre foi ultraneoliberal, ou seja, de concentrar renda. É um governo que apostou na destruição do polo protetivo do trabalho, conseqüentemente, da concentração dos rendimentos do trabalho. Enfim, então é um governo, colocamos assim, completamente refratário a essa agenda. Mas a realidade se impôs e, com o receio de que a crise social se aprofundasse ainda mais, ele lança mão desses expedientes, em especial o auxílio emergencial mal desenhado, mal executado, mal implementado. Ignorou a rede de assistência social, ignorou o fato de que pagar em três parcelas gera aglomerações em agências. Enfim, um monte de problemas ligados a ele, com denúncias de fraudes, um monte de problemas ligados à análise do cadastro e assim por diante. Teria sido preferível pagar em uma única parcela, usando a rede de proteção social, usando a Assistência Social, que é muito capilarizada, em especial nos municípios mais carentes, mas nada foi feito. Ele foi feito dessa forma açodada, atabalhoada, com muito viés clientelista. E temos essa ajuda: um auxílio emergencial como a principal cartada do governo na crise. Teve o efeito, porque atingiu, de fato, um conjunto grande de famílias, principalmente famílias que ganham até dois salários mínimos, fez com que essas famílias que ganham até dois salários mínimos se aproximassem mais do governo.

Quando você observa os dados mais recentes, percebemos que as famílias que recebem até dois salários mínimos pulam de 32%, de apoio ao governo,

para 52%. Aumentam-se 20 pontos da base social e os trabalhadores informais permanecem próximos ao governo. Então, significa que o auxílio emergencial é a principal arma do governo para manter-se, minimamente ali, popular. Enfim, ao segurar a sua base de apoio mais popular agora, o auxílio acaba. Ele é uma política pública que tem prazo de validade: o Ministério da Economia está falando em ampliar por mais três meses, pagando aí 600, 500 ou 400 reais, não se sabe exatamente o que vai acontecer. No entanto, se o país não fizer um ajuste, um ajuste das contas públicas, um ajuste tributário, uma reforma tributária muito importante, não tem como sustentar esse esforço. É insustentável no atual marco tributário. Dessa forma, a crise veio para ficar, se aprofunda, vamos ter anos muito ruins de crise pela frente e, conseqüentemente, esse apoio que ele obteve com o auxílio emergencial e o seu efeito deve-se diluir ou desaparecer em pouco tempo.

Entrevistadoras: Ruy, diante dessa crise aberta que está acontecendo, alguns movimentos bolsonaristas, milícias reais e digitais, organizaram movimentos que reivindicavam a volta da ditadura e a defesa do AI-5. Isso causou uma crise entre os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, então gostaríamos de saber como você avalia a democracia nesse momento. Ela está em risco?

Ruy Braga: Depende de como qualificamos a democracia. O que tem ocorrido como ameaça à democracia, é aquilo que podemos chamar de golpes furtivos, ou seja, iguais aos que são feitos: contra a vontade popular democrática, contra as instituições, mas no interior dessas mesmas instituições, muitas vezes levados adiante por setores ou frações da burocracia que comandam essas próprias instituições democráticas. E em alguns contextos com eleições, outros com eleições seguidas, por mudanças muito radicais da Constituição – é o caso notoriamente da Hungria. Então, temos ameaças à democracia que não são ameaças de golpe no sentido tradicional, mas que são ameaças de golpe contra as minorias, contra os setores mais vulneráveis, contra as classes populares, contra os imigrantes, contra o Estado Social de Direito no sentido mais amplo, no sentido mais generoso, no sentido mais autêntico do termo. E, nesse caso, eu acredito que sim, ou seja, a eleição

do Bolsonaro, como foi apoiada em *fake news*, sucedendo um período de crise política muito aguda. Crise que combinou o golpe de 2016, com a prisão do Lula, que na época era o principal líder das pesquisas, ou seja, o sequestro da eleição com a prisão do Lula e, finalmente, essa forma de fazer política, que eu considero uma forma necropolítica do governo Bolsonaro, de eleger sempre um inimigo interno e mobilizar os setores que o apoiam contra esse inimigo no sentido de exterminar esse inimigo e fazer com que as instituições se mobilizem exatamente na direção de acompanhar sua própria vontade de destruir aquele inimigo, e assim sucessivamente. Me parece que é um caso bastante típico de golpe furtivo. Essa sequência de eventos, o *impeachment* sem crime de responsabilidade, a prisão do Lula, agora, essa necropolítica estabelecida no país, tudo isso coloca a democracia brasileira em risco, coloca as garantias da Constituição de 1988 em risco, o Estado Democrático em risco. Cabe, então, aos setores progressistas democráticos populares, reagirem a esse quadro. Quadro de ameaça à democracia, que, para o Presidente da República apoiar manifestações contrárias às instituições, poderiam muito claramente, muito facilmente serem enquadradas na Lei de Segurança Nacional. Então, isso tudo compõe esse quadro que estamos vivendo.

Entrevistadoras: Em relação às saídas ou aos caminhos para a classe trabalhadora e para a esquerda?

Ruy Braga: Nós tivemos no dia primeiro de julho de 2020 um exemplo daquilo que é necessário fazer: uma auto-mobilização de trabalhadores entregadores de aplicativo, tentando resistir a esse modelo de negócio, que é um modelo de negócio que espolia os direitos trabalhistas que impedem o acesso dos trabalhadores aos direitos trabalhistas. E que tem, vamos dizer assim, produzido uma exploração do trabalho muito aguda, com longuíssimas jornadas e baixíssimos salários. Esses trabalhadores se mobilizaram nacionalmente, em um período de tempo muito curto, em poucas semanas de organização desse movimento. Um movimento feito pelo *WhatsApp*, com núcleos descentralizados espalhados pelo país, com a participação tanto de associações, quanto de grupos que se formaram no próprio processo de mobilização e pela defesa da democracia, no caso dos atos das torcidas de fascistas, com apoio de sindicatos

que atuam no setor, com o apoio de estudantes, com o apoio de associações de professores. Isso tudo veio à baila no momento de perda de credibilidade do governo diante da questão da pandemia, do enfrentamento da pandemia, de maior fragilização do governo, porque houve toda essa questão do Fabrício Queiroz sendo preso. Enfim, os processos que correm na justiça, coisa do processo inaugurado pelo Supremo Tribunal Federal contra as *fake news*, que fragilizam muito as bases bolsonaristas, em especial, a milícia virtual, certa reação dos governadores de controlar as próprias PM's estaduais dos diferentes estados. Isso tudo, de alguma forma, esboça aquilo que a gente poderia chamar de uma grande frente democrática, contra as ameaças autoritárias, que vai amalgamando setores dos trabalhadores formais e trabalhadores informais hoje. Setores do Judiciário e setores do mundo político, da vida política tradicional, setores dos movimentos sociais, OAB, partidos políticos, igrejas, cidadãos, enfim, aqueles que lutam pela cidadania, que lutam pelos direitos.

Então, temos assim uma ampla frente se formando, no sentido de reagir e, ao mesmo tempo, bloquear o avanço desse projeto autoritário filofascista necropolítico do Senhor Jair Messias Bolsonaro, suas milícias reais e virtuais. Acho que devemos apostar nisso, apostar na formação de frentes amplas em defesa da democracia e, no interior dessas frentes, construir com os atores uma solução, uma saída propriamente progressista para nossa crise, uma saída que passe, por exemplo, pelo reconhecimento dos Direitos Trabalhistas desses trabalhadores que trabalham na plataforma, a defesa dos direitos sociais, do direito previdenciário, a defesa de uma reforma tributária progressista, ou seja, avançada. A defesa propriamente das instituições da democracia dos direitos, isso tudo precisamos fazer.

Entrevistadoras: Estamos muito felizes com a sua entrevista, com você sempre contribuindo muito para a nossa formação. Então, a ideia é socializarmos essa análise por meio da Revista Ciências Humanas da Universidade de Taubaté.

Ruy Braga: Fico feliz de ter contribuído com vocês. E boa sorte para vocês, e principalmente para a Revista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse quadro mostra que, com a crise sanitária pandêmica, houve o acirramento das expressões da questão social, impactando diretamente o cotidiano das relações de produção e reprodução social dos trabalhadores, sobretudo dos que vivem em comunidades periféricas e que dependem do trabalho informal.

A pandemia evidenciou a situação de pobreza e miserabilidade que milhares de trabalhadores brasileiros já sofriam e se aprofundaram na atualidade. A análise feita demonstrou também que essa situação se combina com a precariedade das políticas sociais que não respondem às demandas sociais, como a moradia, a saúde, a educação, o emprego e renda, a alimentação, dentre outras.

Ruy Braga nos deu pistas dos mais diversos aspectos que merecem ser aprofundados do ponto de vista de uma análise teórico-político, partindo da centralidade do mundo do trabalho no sistema capitalista de produção e suas tendências, bem como dos aspectos políticos que perpassaram o golpe institucional ao governo Dilma (PT) em 2016 e a eleição de um governo de extrema-direita em 2018. Governo que teve como base as *fake news*, as milícias virtuais e reais, reestruturação do campo religioso, dentre outros aspectos que possibilitaram o “avanço desse projeto autoritário filofascista necropolítico de Jair Messias Bolsonaro” como disse Ruy Braga.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ruy. Tempestade perfeita: autoritarismo, trabalho e pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-12A, maio, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-24>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO NO BRASIL: uma pesquisa exploratória sobre o comportamento do poder público na implementação de estratégias e estratégias voltadas à economia da cultura durante a pandemia provocada pela COVID-19

UNESCO CREATIVE CITIES IN BRAZIL: an exploratory research on the behavior of public power in the implementation of strategies and strategies for the economy of culture during the pandemic caused by COVID-19

Marcelo Ferreira de Sousa¹, Adilson da Silva Mello, Lauren Ferreira Colvara

ORCID IDS

Sousa MF - <https://orcid.org/0000-0002-8605-985X>

Mello AS - <https://orcid.org/0000-0002-1966-3686>

RESUMO

Este artigo propõe uma análise exploratória acerca das ações do poder público das cidades brasileiras que compõem a rede UNESCO de Cidades Criativas, na elaboração de ações para auxílio e fomento da economia da cultura durante o isolamento social provocado pela crise sanitária mundial no período da pandemia de corona vírus. Primeiramente, realiza-se a contextualização teórica, discutindo os conceitos de Cidades Criativas e economia da Cultura, apresentando a composição teórica que sustenta o percurso desenvolvido, em seguida analisam-se os dados levantados sobre as cidades brasileiras que compõem a rede, a partir da extração de informações contidas nos endereços eletrônicos das plataformas institucionais das cidades observadas. Por fim, apontam-se considerações que relatam as ações promovidas pelas cidades, retratando diferentes comportamentos do poder público e alguns aspectos que demonstram atuações com baixo impacto no alcance do fomento da economia da cultura durante as dinâmicas transformações do mercado provocadas pelo isolamento social, mas que também refletem a necessidade de uma melhor estrutura de distribuição de recursos e alcance das estratégias de fomento mesmo em condições normais. Este artigo compõe o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares oriundos do programa de mestrado interdisciplinar de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá.

Palavras-chave: Cidades Criativas. Indústria Criativa. Economia Criativa. Economia da Cultura.

ABSTRACT

This article proposes an exploratory analysis about the actions of the public authorities of the Brazilian cities that make up the UNESCO Creative Cities network, in the elaboration of actions to help and foster the economy of culture during the social isolation caused by the global health crisis in the period of the pandemic of corona virus. First, the theoretical contextualization is carried out, discussing the concepts of Creative Cities and the economy of Culture, presenting the theoretical composition that supports the developed path, then the data collected on the Brazilian cities that compose the network are analyzed, starting from the extraction of information contained in the electronic addresses of the institutional platforms of the cities observed. Finally, considerations that point out the actions promoted by cities are pointed out, portraying different behaviors of the public power and some aspects that demonstrate actions with low impact in guaranteeing security and fostering the economy of culture during the dynamic

¹ Universidade Federal de Itajubá.

Autor Correspondente: marceloeducafisico@gmail.com

Recebido em 01 de Julho de 2020; Aceito em 10 de Agosto de 2020.

transformations of the market caused by social isolation, but that also reflect the need for a better structure for the distribution of resources and the reach of development strategies even under normal conditions. This article comprises the development of interdisciplinary works from the interdisciplinary master's program on Development, Technologies and Society at the Federal University of Itajubá.

Keywords: Literature. Creative Cities. Creative Industry. Creative economy. Economics of Culture.

INTRODUÇÃO

Ao pesquisar o conceito de cidades criativas percebe-se que, em geral, elas são definidas como espaços que, por processos de transformação de hábitos, aumentam seu potencial criativo, econômico e social. Durante tais processo trabalham eficientemente a relação entre atividades socioculturais, bem como a relação entre os setores: poder público, iniciativa privada e sociedade civil. A eficiência dessa relação pode promover a diversidade cultural e social; estimular o turismo; atrair talentos ou manter talentos locais; contribuir com um significativo aumento da economia local e da qualidade de vida dos cidadãos. Descrever o conceito de cidade criativa não dá conta de sua complexidade e, é portanto, uma tarefa difícil. É um exercício interdisciplinar.

Crivar ou cancelar uma cidade como criativa é assunto amplo, onde diversas perspectivas podem surgir ao defini-la conceitualmente. Olhando para as mais variadas interpretações sobre o conceito de cidade criativa, Reis & Kageyama (2011) reuniram acadêmicos, urbanistas e arquitetos de 18 países a fim de trazer um olhar analítico sobre a realidade de cidades dadas como criativas. Nas perspectivas encontradas pelos autores, aspectos como: inovações tecnológicas e sociais (sobretudo o modo como cidade é capaz de olhar para os velhos e novos desafios e se reinventar); cultura como ambiente propício para gerar a criatividade (para lidar com identidades e a dinâmica econômica da cidade); as conexões entre áreas diversas (setor público, privado e sociedade civil a fim de pensar e construir a cidade como um sistema); são características comuns entre cidades tratadas como criativas.

Em 2004, a UNESCO lançou a “Rede de Cidades Criativas” a fim de promover uma cooperação internacional entre as cidades que reconheciam a criatividade como um importante instrumento para

o desenvolvimento. A rede proposta pela UNESCO visa uma cooperação que coloca a criatividade como instrumento para o desenvolvimento. Atualmente a rede conta com mais de 189 cidades de todo mundo onde entre elas, estão as brasileiras: Santos, Brasília, Florianópolis, Curitiba, João Pessoa, Fortaleza, Salvador, Paraty, Belo Horizonte e Belém. Trabalhando com esse recorte das cidades brasileiras que compõem a rede Unesco de Cidades Criativas, pretende-se observar as ações desses municípios para o fomento da economia da cultura durante o período de isolamento social que está em curso, provocado pela crise sanitária do COVID-19.

No final da segunda metade de 2019, a China identificou um vírus ativo com potencial capacidade de contaminação em escala global. A evolução do vírus identificado pelos chineses ganhou escalabilidade tornando-se um problema sanitário que atingiu o mundo em 2020. Um problema com tamanho potencial de proliferação exigiu a implementação de estratégias de isolamento social para combater os avanços do vírus que evidentemente colocaram alguns modelos de negócios e culturas de mercado em xeque, sobretudo de serviços que não se encontravam ‘prontos’ para lidar com mudanças de comportamento de consumo tão repentinas e dinâmicas.

Tais mudanças, que afetam economias e impactam países fazem do contexto uma crise social de cunho biológico. O vírus que se mostra como um fenômeno social, em si mesmo é um fenômeno transdisciplinar, cujo impacto transcende áreas do conhecimento e, neste caso, essa pesquisa exploratória aborda algumas facetas dessa impacto na economia, no social e na cultura. Tais impactos afetam, por exemplo, o comportamento de cadeias produtivas da economia da cultura que buscam se reinventar, considerando que muitos de seus bens de consumo são serviços que dependem da aglomeração de pessoas. Diante de premissas como essa, o presente artigo observa,

de forma exploratória, como o poder público está agindo no auxílio dessa cadeia de economia criativa que se encontra desafiada em sua manutenção e adaptação de atividades econômicas durante o isolamento social.

Neste caso, verifica-se por fontes secundárias (considerando que não é possível identificar como foi, ou tem sido executada as etapas de elaboração), quais têm sido as ações, de implementação de políticas públicas como ferramentas de auxílio e/ou fomento dos serviços culturais que têm seus modelos fragilizados pelo cenário em curso, nos municípios brasileiros considerados pela Unesco como criativos. Acredita-se que este estudo pode contribuir com futuras análises que, investiguem a capacidade da gestão pública dessas “Cidades Criativas” ao lidarem com contextos de transformação, divergências e urgências impostas por intensas dinâmicas internas e externas.

METODOLOGIA APLICADA

Os dados utilizados neste artigo foram obtidos a partir dos endereços eletrônicos institucionais das prefeituras das cidades, bem como dos endereços eletrônicos das respectivas secretarias municipais de cultura, fundações culturais e/ou outros arranjos administrativos definidos pelos municípios. Os endereços eletrônicos disponibilizaram informações sobre editais de fomentos encerradas e/ou em andamento, bem como informavam outras ações de fomento a linguagens culturais (música, literatura, teatro, circo, etc.), em formato digital durante o isolamento social. Parte relevante das informações foram encontradas nos endereços eletrônicos das assessorias de comunicação das instituições e canais de publicidade institucionais instalados em redes sociais digitais. O rastreamento das informações abrange o período entre 04 de março até 04 de junho de 2020.

A partir das informações coletadas foi realizada uma análise exploratória com o objetivo de identificar as diferentes ações entre as cidades brasileiras da rede UNESCO, observando suas convergências e divergências na elaboração e execução de ações públicas para o fomento da economia da cultura durante a crise sanitária. Uma vez organizadas as informações, foram elaboradas tabelas para representação e

análise desses comportamentos. Além disso, literaturas sobre o tema cidades criativas e economia da cultura auxiliaram na construção reflexiva do tema, bem como nas considerações sobre os resultados.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Dada a condição de isolamento social, as buscas por informações acerca das ações aplicadas pelas 10 cidades se tornaram bastante complexas. Neste sentido, optou-se pela coleta das informações disponíveis nas plataformas digitais institucionais para realização desta pesquisa exploratória. Alguns endereços eletrônicos apresentavam informações pouco detalhadas o que limitou uma coleta de informações mais completa, bem como se tratam de dados secundários, visto que não foi possível identificar ações que apontassem o planejamento das estratégias aplicadas por cada município. Também não foram colhidas informações sobre as etapas de submissão e seleção dos projetos em relação os editais de fomento que foram mapeados a partir da pesquisa, bem como não foram colhidas informações a partir dos agentes culturais contemplados pelos editais que já apresentação projetos contemplados e em aplicação.

CIDADES CRIATIVAS E A ECONOMIA DA CULTURA

O termo “Cidades Criativas” tem seu uso cunhado pelo arquiteto Charles Landry no final do século XX. Para Charles Landry (1994), as cidades são campos de eterna transformação e desafios e isso se revela na sua organicidade. Landry (1994) descreve a cidade como um ser vivo que tem fases de crescimento, estagnação e declínio. Neste sentido, a viabilidade urbana está na capacidade de adaptação para responder mudanças circunstanciais. O que o autor observa é que essa adaptabilidade é mais visível em cidades cuja dimensão econômica, cultural, social e ambiental encontram-se igualmente desenvolvidas.

Landry (2000), aponta para uma necessidade de equilíbrio entre essas dimensões afim de que seja possível encarar fases que podem ser circulares entre movimentos de crescimento – estagnação – declínio – estagnação – crescimento. Para que um ciclo não se interrompa em declínio ou pare em uma

estagnação permanente, outros ciclos podem surgir sem que ciclos anteriores efetivamente se encerrem. De certo modo, essa concepção dialoga com a premissa levantada pela socióloga Sharon Zukin (1995), que enfatiza que o problema é que fases como estagnação e declínio podem derivar de “um balanço simples entre investimento e emprego: o capital se move, a comunidade não (ZUKIN, p. 322)”. Isto quer dizer que, mais do que identificar ciclos, os autores apontam para uma necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e social. Por isso, as cidades criativas se tornam interessantes objetos de estudo, posto que suas articulações buscam socializar seus problemas em busca de formas não convencionais e transversais às estruturas econômicas e políticas tradicionais.

Naturalmente não existe uma fórmula mágica e a criatividade não é a solução de todos os problemas urbanos. Em 2005, o pesquisador de economia urbana Richard Florida fala sobre a importância de perceber que a criatividade sozinha, não resolveria os problemas da cidade. Florida (2005), reflete que só a era criativa não daria conta dos problemas urbanos, das sociedades e das desigualdades. Para justificar isso, o autor aponta que nos Estados Unidos, os maiores centros criativos têm a mais alta incidência de desigualdade do país. Sem políticas e respostas públicas apropriadas, ela pode nos dividir entre os criativos e os não criativos. Por isso, o autor fala de uma necessidade em construir uma comunidade criativa, uma sociedade criativa, não apenas uma economia criativa.

Por outro lado, Charles Landry, sugere que a cultura pode dar forma às questões do planejamento urbano. Mas para isso, ela precisa deixar de ser considerada após questões de planejamento como habitação, transporte e uso fundiário terem sido resolvidas (Landry, 2000). Isso quer dizer que a cultura é sobretudo uma membrana que deve revestir todo o processo de (trans) formação de uma cidade e que pode ser instrumento para a construção daquilo que Florida vai chamar de comunidade criativa.

Embasada nos estudos de Landry, Reis (2012) traz alguns aspectos característicos de cidades criativas, tais como: “a valorização dos recursos culturais, so-

bretudo a diversidade; a correlação entre recursos culturais e potencial de desenvolvimento econômico; políticas públicas transdisciplinares; maior participação cidadã; existência de incentivos à criatividade; infraestrutura criativa (hard) e estado mental favorável à criatividade (soft), que promovem ideias, manifestações e busca de soluções criativas em toda a sociedade e em toda a economia. (REIS, p. 56)” Isso porque o fomento desse ambiente que visa uma comunidade criativa exige o entendimento sobre um outro aspecto que essencialmente compõe as redes de uma cidade criativa, a saber: A economia criativa.

O conceito de economia criativa surge com maior intensidade quando muitos países desenvolvidos voltaram sua atenção para o potencial de geração de renda oriundos de uma indústria criativa, principalmente quando, em 2007, o Instituto de Estatística da UNESCO apontou uma cifra de 407 bilhões de dólares movimentados no ano de 2006 pela comercialização de bens criativos. À época, isso demonstrava que a economia criativa demonstrava potencial capacidade em lidar com problemas.

Howkins (2001) fala de uma economia que tem a criatividade como instrumento econômico com regras e comportamentos próprios e que essas particularidades fazem com que os comportamentos e regras do mercado e indústria tradicionais não se apliquem totalmente ao seu modelo. Segundo Reis (2008), isso faz sentido porque ao potencializar-se na criatividade, a economia tem potencial para gerar desenvolvimento e crescimento, não apenas econômico, mas também sociais e culturais que, baseados pela diversidade podem promover o desenvolvimento humano. Segundo a autora, a economia criativa se torna cada vez mais indispensável conforme os avanços da globalização e o surgimento de novas mídias confrontam a defasagem de modelos tradicionais.

Dentro desse debate, surge o conceito de economia da cultura. Essa construção se dá ao observar uma indústria cultural que apresenta outras formas de economia, seja na produção, seja na construção de outras perspectivas de desenvolvimento. Contudo, para Throsby (2001), existe uma distinção importante entre indústria cultural e indústria criativa. A

indústria cultural envolve as artes criativas, tais como música, dança, literatura, artes visuais, artesanato, vídeo, multimídias, artes performáticas, etc. Isso implica uma diferença importante, porque o termo é comumente compreendido como uma indústria que produz bens ou serviços oriundos de atividades culturais/artísticas. Neste caso, modelos como o turismo e a propaganda, devem ser vistos como um elemento da indústria criativa, pois têm seus processos e atividades produtivas relacionadas à criatividade, mas não devem ser confundidas com componentes de uma indústria cultural, posto que suas operações e concepções acontecem fora do âmbito da cultura.

Para que isso se esclareça um pouco mais, pretende-se discorrer sobre a economia da cultura que também tem suas distinções¹. Mendes & Almeida (2016), retratam muito bem essa distinção. Olhando para a importância da observação dos bens e serviços culturais colocados em circulação a fim de verificar a oportunidade de serem consumidos e se tornarem parte de um processo econômico, os autores ressaltam que, ainda que hajam semelhanças entre a economia da cultura e a economia tradicional, sua ordem estrutural se altera. Para isso, os autores trazem como exemplo a oferta versus demanda: “O simples fato de produzir um bem ou serviço não o insere dentro do mercado, é necessário oferta-lo. O preço monetário é único, mas o valor é plural e multiplamente simbólico (MENDES; ALMEIDA, 2016, p.200)”. A economia da cultura exige uma produção de bens de consumo que sejam continuamente ofertados, porém, sem uma linha de produção.

Todo esse valor simbólico que se agrega à economia da cultura e, todas suas particularidades, quando precisam lidar com uma repentina crise sanitária em escala global que afeta o modo de consumo das pessoas, colocam em xeque seu funcionamento. Observando esse desafio que afronta o potencial da economia da cultura, pretende-se fazer um levantamento das ações do poder público, que tem sido divulgadas na mídia, entendendo-se o poder público

como promotor de ações e instrumentos que auxiliem essa economia durante a crise social de cunho biológico que está em curso.

A REDE UNESCO DE CIDADES CRIATIVAS NO BRASIL

Em 2004, a UNESCO desenvolveu um projeto de cooperação entre cidades que acreditam na economia criativa como ferramenta para o desenvolvimento urbano com maior inclusão social, cultural e sustentável. O sítio eletrônico da Unesco², atualmente aponta para uma rede global com 189 cidades de vários lugares do mundo que atualmente fomentam 29 eventos de literatura, 34 de design, 38 de artesanato e arte popular, 13 de filme, 32 de música, 14 de artes de mídias e 26 de gastronomia espalhados pelo mundo.

Como dito anteriormente, dez cidades brasileiras compõem a Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Florianópolis, Belo Horizonte, Paraty e Belém compõem a rede como cidades gastronômicas, Brasília, Curitiba e Fortaleza pelo design, João Pessoa através do artesanato e artes populares, Santos através do cinema e Salvador através da música. Estas são as cidades cujo os dados foram pesquisados para este artigo, visando a identificação de ações que estão sendo desenvolvidas pelo poder público municipal durante a crise sanitária em curso a fim de auxiliar a economia da cultura no enfrentamento desses desafios de ordem economia e social.

AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NAS 10 CIDADES: DADOS COLETADOS E ANÁLISES

As dez cidades brasileiras se comportam de maneira diferente na aplicação de ações que possam auxiliar a economia da cultura durante a crise sanitária, sobretudo, em virtude da necessidade de isolamento social. O que de antemão vale destacar é que nenhuma das cidades têm ações voltadas especificamente para sua área de fomento dentro da rede UNESCO, ou seja, suas ações buscam contemplar outras áreas da economia da cultura, mas não foram identificadas

1 É preciso deixar claro que o artigo pretende tratar da economia, como um aglomerado de atividades desenvolvidas por sujeitos e que visam produzir, distribuir e consumir bens e/ou serviços (Mendes & Almeida (2016). Portanto, não se trata de um olhar que reflete a economia com lentes sociais, políticas ou filosóficas.

2 Creative Cities Network. <https://en.unesco.org/creative-cities/home>, acessado em 10 de agosto de 2020.

ações focadas na linguagem chancelada pela UNESCO. Apenas a cidade de Santos apresenta ações mais próximas de sua linguagem chancelada (cinema), mas mesmo assim não são ações diretamente ligadas a referida linguagem, mas se trata de uma ênfase ao audiovisual.

Como citado, no caso de Santos/SP, foi possível identificar ações de incentivo através do projeto “Hora da Cultura Digital” que tem por finalidade credenciar profissionais das áreas artísticas e culturais para a realização de apresentações e exposições de produções audiovisuais em canais eletrônicos da Secretaria Municipal de Cultura e/ou autarquias de gestão da cultura. As apresentações artísticas e culturais são apresentadas nas seguintes linguagens em seu edital de chamamento público Nº 03/2020 – SECULT: música, circo, dança, teatro, contação de histórias, literatura, artes visuais, audiovisual – curtas metragens, audiovisual – websérie. As propostas se limitam ao máximo de 3 pessoas e o edital remunera em 650 reais cada proposta aprovada (ou seja, em um projeto com três integrantes esse valor deverá atender aos três). O edital não limita número de projetos aprovados, mas tem critérios de desclassificação para aqueles projetos que não atingirem nota mínima de 35/100 mediante avaliação de comissão. Mesmo assim, o edital deixa claro que contratará de acordo com suas disponibilidades orçamentárias, o que impede imediatamente uma visualização mais clara sobre o quanto o município pretende aplicar ou já aplicou através desta política. Além do edital, a cidade desenvolveu outras maneiras de interação com seus cidadãos. A Secretaria disponibiliza via o seu Canal no Youtube “Cultura Santos” produções como da Orquestra Sinfônica Municipal e outras produções já registradas em seus domínios virtuais. Parcerias com pequenos produtores de artesanato e gastronomia também foram encontradas. A secretaria de Cultura municipal via a rede social digital Instagram pelo endereço “@feito.emsantos”, criou uma ‘vitrine on-line’ de produtos artesanais feitos a mão e produzidos por artesãos da cidade. Neste caso, o canal da prefeitura serve apenas de intermediário e as transações comerciais acontecem diretamente com produtores.

Belém/PA apresenta um edital Nº 002/2020 de credenciamento de artistas para contratação de apre-

sentações artísticas, culturais e ou patrimoniais em formato digital. A ação que leva o nome “Embalando a arte na rede” usa de redes sociais digitais gratuitas para a circulação dos materiais (o edital aponta para o Youtube, Instagram, Facebook e outros sítios eletrônicos da rede mundial de computadores como canais de difusão). O edital indica a aplicação de quinhentos mil reais em fomento para até 150 projetos individuais com remuneração de mil duzentos e cinquenta reais por projeto, até 50 projetos em dupla com remuneração de dois mil e quinhentos reais por projeto e até 50 projetos em formato de trio, com valor de três mil e setecentos reais por projeto. O recurso é oriundo do Fundo Municipal de Cultura e visa contemplar áreas e linguagens tão amplas quanto as da cidade de Santos.

Belo Horizonte/MG aplica o edital oriundo do Fundo Municipal de Cultura na ordem de 1,06 milhão que contempla projetos de 54 empreendedores da cidade com teto financeiro de até 20 mil reais, via o decreto municipal Nº 17.298/2020. Além disso, a Secretaria Municipal de Cultura e a Fundação Municipal de Cultura em parceria com o Centro de Intercâmbio e Referência Cultural promovem a ação especial “Circuito em Casa” que promove e fomenta a produção cultural da capital e regiões metropolitanas a partir de transmissões online ao vivo e exibição de vídeos de apresentações musicais, artes cênicas, literatura, audiovisual como curtas metragens e filmes, debates, cultura popular e atividades formativas voltadas a diversos públicos fomentando a produção artística local. O Circuito em andamento, contemplará 45 propostas com formatos que podem ser inéditos ou não e, cada proposta aprovada receberá um cachê de mil reais. Ambos projetos já são implementados no município e é possível notar que eles se adaptaram as condições impostas pela crise do isolamento, mas que já são projetos consolidados no município.

A cidade de Florianópolis/SC, através da Fundação Cultural Franklin Cascaes aplica um edital de chamamento público 0326/2020, com concessão de novecentos e noventa mil reais para projetos artísticos e culturais nas áreas de patrimônio e humanidades, artes e diversidade cultural. Por sua vez, as três áreas se dividem em dois eixos: formação/pesquisa, produção/difusão. O recurso se divide entre pessoa ju-

rídica onde se disponibiliza cento e oitenta mil reais e pessoa física que aporta oitocentos e dez mil reais para projetos inscritos nessa categoria. O montante aplicado e os critérios para submissão de projetos e aprovação tem capacidade de contemplar 66 projetos com tetos financeiros de 10, 15 e 20 mil reais. Assim como em outras cidades, a Fundação Cultural usa de suas redes sociais digitais para veicular atividades em formato online e/ou reprodução de materiais. A Fundação de Florianópolis ainda promove visita virtuais guiada em seus museus agora em formato digital. Por fim, através da Fundação a Prefeitura ainda disponibiliza uma rede de outras atividades online para população como oficinas, vídeo, entre outros, também em plataformas digitais institucionais e redes sociais digitais.

A cidade de Curitiba/PR, através de sua Fundação Cultural lança o edital “FCC Digital” que em caráter emergencial aplica quatrocentos e cinquenta mil reais que seleciona 300 projetos em diversas linguagens pelo edital de chamamento nº 013/2020. Os projetos contemplados recebem o valor de mil e quinhentos reais pela divulgação nas redes sociais digitais da Fundação. Essa foi a única estratégia identificada como iniciativa do poder público para o fomento do setor cultural em Curitiba.

No caso de Brasília/DF, as ações de fomento à economia da cultura durante o isolamento social abrangem todo o estado. O Distrito Federal não é administrativamente organizado por municípios e sim por regiões, portanto, seus editais trabalham com fundos orçamentários maiores. O edital de chamamento Nº3/2020 é bem abrangente e contempla as linguagens: artes plásticas e visuais, artesanato, áudio visual, cultura popular e manifestações tradicionais, dança, design e moda, fotografia, gestão cultural, literatura, escrita e oralidade, manifestações circenses, música, ópera e musical, patrimônio histórico e artístico material e imaterial, teatro. Aplicando dois milhões e cinquenta mil reais, o edital contempla 104 projetos com tetos financeiros que variam entre 15, 50 e 100 mil reais. Além disso, A Secretaria Estadual oferece capacitações on-line no formato de oficinas sobre os principais instrumentos de fomento à cultura oferecidos e, a Secretaria Estadual também desenvolveu com o apoio da rádio cultura o “Rolê Cultural”

que permite passeios virtuais aos espaços e museus da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

As demais cidades da rede registram em seus canais eletrônicos, atuações diferentes das cidades que aplicam editais de fomento como ações de políticas aplicadas à economia da cultura. A cidade de Fortaleza/CE por exemplo, realizou a antecipação de 25% do valor previsto para o edital das Artes de Fortaleza referente ao ano de 2020 destinando um milhão de reais para o programa denominado “Uma Força para a Cultura” que concede auxílio emergencial aos profissionais do setor cultural. O poder público não parece indicar para editais de fomento à produção e circulação de produtos culturais. O auxílio que tem valor de duzentos reais e atende 3.744 trabalhadores da cultura (não foi possível identificar etapas de cadastramento destes trabalhadores). Além disso, a cidade também mudou o formato do evento presencial “Literatura em Foco” para veiculação digital com apresentações que discorrem sobre gêneros literários e autores usando do Facebook e Instagram para aplicar sua programação.

Outras ações foram detectadas no município como a digitalização das ações do equipamento municipal “Vila das Artes”, que está promovendo diversas atividades ligadas à acessibilidade, mecatrônica e arte e cultura digital, organizadas pelos próprios gestores do referido equipamento. Destinadas a artistas, pesquisadores, grupos ou coletivos que atuam no segmento de arte e cultura digital, a “1ª Semana de Arte e Cultural Digital da Vila das Artes” apresenta temas ligados à arte, tecnologia, cultura *cyber*, *game-designer* e novas mídias, através da rede social Youtube. Além disso o equipamento público “Vila das Artes” apresenta seu formato “Vila na Rede” digitalizando o maior número possível de atividades culturais e sessões de cinema a fim de que o equipamento não pare de oferecer atividades durante o isolamento social.

Seguindo a mesma linha de Fortaleza/CE, Salvador/BA e João Pessoa/PB apresentam ações com um caráter mais assistencialista, que visam a distribuição de cestas básicas para os agentes culturais locais. Não foram encontradas informações que apontassem para editais de fomento ou outras ações que gerassem fomento a economia da cultura nessas três cidades.

A prefeitura de Salvador aponta para ações de assistência social a partir da distribuição de 2,3 mil cestas básicas para os agentes culturais locais. Conforme notícias encontradas no site institucional da Prefeitura, o município também vem realizando o cadastro dos agentes culturais que atuam na cidade, bem como em quinze de abril, lançou uma plataforma online para receber doações. Com o objetivo de arrecadar recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social, seu lançamento contou com o engajamento de artistas baianos de renome nacional como Claudia Leite e Daniela Mercury. A iniciativa, conforme exposta pelas publicações da assessoria de comunicação no endereço eletrônico do município, não permitem maiores detalhamentos. Por exemplo, o endereço eletrônico institucional da prefeitura indica que os recursos arrecadados serão aplicados na compra de cestas básicas, materiais de higiene pessoal, fraudas geriátricas, mascaras de proteção, álcool gel 70% entre outros insumos, mas não indica o público. Por fim, a Fundação Cultural da cidade indica uma ação de acesso a livros digitais que tem como foco conquistar leitores digitais a fim de oferecer “distrações em tempos de isolamento social”.

João Pessoa também apresenta ações semelhantes às da capital baiana, com plataformas digitais de seus órgãos de fomento a cultura pouco atualizados, a capital paraibana foi a cidade cujo o site da prefeitura municipal dispõe de informações gerais apenas, dificultando a obtenção de detalhes sobre as iniciativas. As notícias encontradas no endereço eletrônico da prefeitura municipal de João Pessoa, assim como da de Salvador, apontam para ações de assistência social que no período delimitado pela pesquisa já havia entregue 490 cestas básicas para grupos de cultura popular, abrangendo também os músicos de forró pé de serra e artistas de teatro e circo. O canal do poder executivo também aponta para ações em parceria com a Fundação Cultural que promove apresentações de banda instrumental em algumas localidades da cidade durante o isolamento social. As apresentações respeitam os critérios de isolamento social, o que se aplica de outra maneira aos músicos da banda, que segundo descreve a notícia, se deslocam em uma Van com capacidade para 16 pessoas. As notícias institucionais ainda apontam para a manutenção de projetos com vídeos aulas de música e o

pagamento de bolsas e “cestas nutricionais” (cestas básicas) para universitários e estudantes do projeto de “ação social pela música” (sem apresentar mais detalhes).

Diferente de todas as demais cidades, Paraty parece apresentar estratégias de valorização a aspectos históricos da atuação cultura na cidade através do poder público. Não foi possível identificar ações ou notícias nos portais eletrônicos institucionais da prefeitura ou em outros canais digitais que revelassem ou indicassem políticas de fomento no modelo de editais, ou assistenciais. Mas, identificou-se a ação intitulada “A cultura agora está na sua casa” que parece ser um processo de fomento e valorização histórica das ações já desenvolvidas na cidade com certa ênfase a Casa da Cultura e suas atividades desenvolvidas há mais de uma década. A Secretaria Municipal esclarece que as iniciativas estão sendo ajustadas ao contexto do isolamento social e inicia suas ações digitais através de aulas de apreciação musical com formatos que valorizam a acessibilidade.

A prefeitura usa as redes sociais digitais, apontando de maneira mais enfática para o Facebook e Instagram para veicular informações sobre as atividades.

As informações coletadas sobre as ações das cidades foram sistematizadas na Figura 1 a seguir:

Figura 1.



Fonte: Endereços eletrônicos das prefeituras das dez cidades e fundações culturais municipais. Coleta de fevereiro a junho de 2020.

A Figura 1 apresenta as diferenças entre as ações realizadas pelas cidades que refletem certa composição por regiões brasileiras. Enquanto as cidades localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil (Curitiba, Florianópolis, Santos e Belo Horizonte) apresentam editais de fomento, as cidades que compõem a região nordeste do país (Fortaleza, João Pessoa e Salvador) apresentam ações de cunho assistencialista. A cidade de Belém (região norte do Brasil), segue o grupo das regiões sul e sudeste, também aplicando edital de fomento e o mesmo acontece com Brasília, localizada na região centro-oeste. Já a cidade de Paraty/RJ, patrimônio histórico da humanidade, têm ações que dão ênfase ao histórico de ações do município, ou seja, a cidade parece dar destaque ao seu valor histórico a partir da ênfase às ações já desenvolvidas na cidade ao longo dos anos.

Outra maneira de observar as informações, pode refletir a capacidade de alcance das ações, bem como de aplicação de recursos oriundos do poder público.

Ainda que expressivos, os valores de fomento atendem um número limitado de projetos, ou seja, apesar dos esforços particulares de cada município, nem todos os empreendedores da cultura são contemplados pelos editais. Com exceção de Belo Horizonte que apresenta dois canais de fomento por edital, o que amplia um pouco mais esse alcance, nas demais cidades não foram identificados outros editais ou novas edições do mesmo edital previstas para contemplar futuramente outros produtores.

O gráfico a seguir permite estabelecer uma relação entre as cidades que usam dos editais apontado em conjunto: os recursos aplicados, valor médio por projeto e o número de projetos contemplados. Ao se observar os números dessa maneira, o estudo não considera as limitações orçamentárias que são próprias de cada um dos municípios, portanto, não se trata de apontar os municípios que mais aplicam recursos, o que se pretende é demonstrar que, apesar dos esforços na aplicação de editais de fomento:

Gráfico 1.



O gráfico permite verificar que, apesar dos editais serem voltados às ações que fomentam a produção, circulação e consumo de bens e serviços culturais que apresentam números expressivos de recursos aplicados, os valores dedicados aos projetos contemplados não apresentam a mesma expressão. O número de projetos contemplados é pequeno quando comparado ao valor dos recursos aplicados aos editais, ou seja, muitos empreendedores da cultura podem ficar de fora do fomento que apesar auxiliar, define por mérito de classificação quem receberá o recurso e quem ficará de fora. Apesar das estratégias aplicadas tratarem de editais de caráter emergencial, a maneira como os editais foram formatados e distribuem os recursos, podem refletir a necessidade de repensar os modelos de seleção de projetos e editais de fomentos mesmo fora de um contexto como este que crise sanitária impõe a economia da cultura.

Por fim, notou-se que um aspecto comum entre as dez cidades é o uso redes sociais digitais Instagram, Youtube e Facebook para a difusão de bens e serviços culturais, bem como, comunicar e transmitir as ações aplicadas pelas cidades. Todas as transmissões de eventos, oficinas, shows, palestras e etc. são feitas em canais dentro dessas redes sociais que se apre-

sentam como oficiais da administração pública. Com a necessidade do isolamento social em escala global, essas plataformas digitais apresentaram grande crescimento no número de usuários e no tempo de permanência desses usuários em suas plataformas. Isso fez com que a difusão de transmissões ao vivo se tornassem um consumo atrativo. Muito provavelmente por conta deste crescimento, as cidades adotaram esses mesmos veículos para difundir seus conteúdos.

Além do relevante papel das redes sociais para difusão dos bens culturais fomentados pelos editais, o uso das redes sociais digitais tem sido ferramenta de manutenção financeira de muitos negócios culturais que tiveram seus ativos parcial ou plenamente interrompidos pela necessidade do isolamento social. Aplicando esse uso, a cidade de Santos destaca em relação as demais cidades ao criar sua 'Vitrine Online' para fomentar e intermediar a promoção do comércio de produtos artesanais da cidade. No entanto, ainda que sejam importantes ferramentas de auxílio na circulação de bens e serviços culturais, as cidades ainda precisam elaborar ações que visem a exploração dessas plataformas digitais como possíveis novos espaços de negócios para a economia da cultura.

A luz dos critérios da Unesco, não foi identificado entre as 10 cidades brasileiras ações que destacassem o engajamento de ações voltadas especificamente as linguagens pelas quais a Unesco as chancelou. O que foram identificadas foram ações de fomento que procuram de alguma maneira contemplar várias linguagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos esforços em ações já aplicadas e informadas através de seus canais de comunicação institucionais, as cidades ainda não apresentam plena capacidade em assegurar maiores equilíbrios para economia da cultura durante o período de isolamento social que ainda está em curso. Naturalmente que as crises provocadas pela pandemia de COVID-19 impõem imensos desafios a administração pública. Neste sentido, as cidades criativas brasileiras que compõem a Rede UNESCO têm buscado aplicar ações de auxílio que refletem em dada medida, sua capacidade e limitações na aplicação de recursos destinados ao fomento da economia da cultura, bem como na construção de ações que visam lidar com a dinâmica imposta pela pandemia que exige uma digitalização dos serviços e bens oriundos da economia da cultura.

Destaca-se ainda que, não foi possível verificar junto à UNESCO e às cidades, de que maneira a Rede

tem cooperado entre si diante do contexto imposto, o que pode provocar observações futuras que verifiquem a capacidade de cooperação da rede entre as cidades brasileiras. Mais do que isso, provoca investigações futuras que possam responder melhor sobre a real capacidade da economia da cultura em enfrentar desafios e crises econômicas com essas intensidades de transformação. Se em algum momento a economia criativa foi identificada com esse potencial, é preciso verificar melhor qual é a real capacidade da economia da cultura, que por hora se mostra mais exposta as fragilidades impostas por essas transformações do que modelos de uma economia mais tradicional.

O que se pretendeu fazer com este artigo, não foi propriamente uma crítica aos modelos aplicados neste cenário de crise sanitária, mas um convite a reflexão sobre a formatação da ações de planejamento e aplicação de editais de fomento. Em outras palavras, ainda que em caráter emergencial, os formatos dos editais podem refletir propostas de aplicação que requerem outras formatações quando se trata de alcançar mais empreendedores da cultura e que, o contexto da crise sanitária serve para perceber como a distribuição dos recursos pode ser planejada de outra maneira a fim de contemplar um número mais de agentes culturais em relação aos recursos financeiros aplicados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristóvão Domingos; MENDES, Cleber Morelli. **O desenvolvimento da economia criativa no Brasil: uma perspectiva através da indústria cinematográfica brasileira**. Verso e Reverso: Unisinos.2016.

BELÉM, Fundação Municipal. <http://fumbel.belem.pa.gov.br/festival-embalando-a-arte-na-rede/>. Acessado em 9 de junho de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. <https://prefeitura.pbh.gov.br/>. Acessado em 06 de junho de 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Editais: <https://prefeitura.pbh.gov.br/cultura/editais/lmic-2020-fundo>. Acessado em 06 de junho de 2020.

BRASÍLIA, Distrito Federal. <http://www.cultura.df.gov.br/conecta-cultura/>. Acessado em 10 de junho de 2020.

BRASÍLIA, Distrito Federal. Editais: http://www.cultura.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/EDITAL-N%C2%BA-3_2020-FAC-REGIONALIZADO.pdf. Acessado em 10 de junho de 2020.

CASCAES, Fundação Municipal de Cultura de Florianópolis Franklin. <https://www.casadaculturaparaty.org/>. Acessado em 9 de junho de 2020.

CURITIBA, Fundação Cultural. <http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br>. Acessado em 10 de junho de 2020.

CURITIBA, Fundação Cultural. Editais: <http://www>.

fundacaoculturaldecuritiba.com.br/editais/. Acessado em 10 de junho de 2020.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. Editais: <https://cultura.sc/floripa/editais>. Acessado em 9 de junho de 2020.

FLORIDA, R. *Cities and the creative class*. Nova York: Routledge. 2005.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. <https://cultura.fortaleza.ce.gov.br/> Acessado em 10 de junho de 2020.

HOWKINS, J. 2001. *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas*. New York, Penguin Global, 304 p.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal. <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>. Acessado em 10 de junho de 2020.

LANDRY, C. *The creative city - a toolkit for urban innovators*. Londres: Comedia/Earthscan. 2000.

LANDRY, C.; BIANCHINI, Franco. *The Creative City. Working paper 3: Indicators of a Creative City - a methodology for assessing urban viability and vitality*. London: Comedia, 1994.

PARATY, Prefeitura Municipal. <http://paraty.rj.gov.br/informativo/noticias/a-cultura-agora-esta-na-sua-casa>. Acessado em 8 de junho de 2020.

PARATY, Prefeitura Municipal. <https://www.casadaculturaparaty.org/> Acessado em 8 de junho de 2020.

REIS, A.C.F. 2008. **Transformando a criatividade brasileira em recurso econômico**. In: A.C.F. REIS, Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento. São Paulo, Itaú Cultural, 267 p.

REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Orgs.). **Cidades Criativas – Perspectivas**. 1ª ed. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions. 2011.

REIS, A. C. *Cidades Criativas: da teoria à prática*. São Paulo: SESI-SP. 2012.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br> Acessado em 07 de junho de 2020.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. <http://saltur.salvador.ba.gov.br/> Acessado em 07 de junho de 2020.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. <http://www.cultura.salvador.ba.gov.br/> Acessado em 07 de junho de 2020.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. <http://saltur.salvador.ba.gov.br/> Acessado em 07 de junho de 2020.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. <http://www.cultura.salvador.ba.gov.br/> Acessado em 07 de junho de 2020.

SANTOS, Prefeitura Municipal. <https://www.santos.sp.gov.br> Acessado em 9 de junho de 2020.

SANTOS, Prefeitura Municipal. Editais: https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conteudo/pdfs/edital_de_chamamento_publico_03-2020_-_secult.pdf. Acessado em 9 de junho de 2020.

THROSBY, D. *Economics and culture*. Nova York, Cambridge University Press, 228 p. 2001.

UNESCO. **Creative Cities Network**. Disponível em: <http://en.unesco.org/creative-cities/home> acessado em: 10/03/2019.

ZUKIN, S. *The Cultures of cities*. Em S. Zukin, *The Cultures of cities* (p. 322). Malden: Blackwell. 1995.

INVESTIGATING THE SPATIAL ORGANIZATION TRADITIONAL NEIGHBORHOODS OF HAMEDAN AND ITS IMPACT ON SOCIAL RELATIONS

INVESTIGANDO A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS BAIRROS TRADICIONAIS DO HAMADÃ E SEU IMPACTO NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Zahra Jamebozorg¹, Araz Najafi, Zarrin Fakhar

ORCID IDS

Najafi A - <https://orcid.org/0000-0001-7356-2299>

Abstract

Hamadan's traditional neighborhoods organize and shape the basic spatial structures of architecture and urbanization of the Qajar era, which have undergone many changes over the course of the city's development plans, and their traditional structure has changed over time due to non-compliance. They are worn out and have lost their functionality, which has reduced the level of communication between the residents. Hamadan neighborhoods in the Qajar period have been identified and evolved in two forms: linear, field, mosque, lawn, bath, caravansera, Imamzadeh, Sardabeh, Cheshmeh, etc. The center of the neighborhood was the heart of the neighborhood. Shops built around it.

Keywords: Neighborhoods, Traditional Neighborhoods, Hamadan Neighborhoods, Space Organization.

Resumo

Os bairros tradicionais de Hamadan organizam e moldam as estruturas espaciais básicas da arquitetura e urbanização da era Qajar, que sofreram muitas mudanças ao longo dos planos de desenvolvimento da cidade, e sua estrutura tradicional mudou ao longo do tempo devido à não conformidade. Eles estão desgastados e perderam a funcionalidade, o que reduziu o nível de comunicação entre os moradores. Os bairros do Hamadan no período Qajar foram identificados e evoluíram de duas formas: linear, campo, mesquita, gramado, banho, caravansera, Imamzadeh, Sardabeh, Cheshmeh etc. O centro do bairro era o coração do bairro. Lojas construídas em torno dele.

Palavras-chave: Bairros, Bairros Tradicionais, Bairros do Hamadã, Organização Espacial.

¹ Ph.D. Student, Department of Archeology, Islamic Period, Abhar Branch, Islamic Azad University, Abhar, Iran

INTRODUCTION

Urban neighborhoods can be considered the smallest social and even ethnic units in the traditional body of Iranian cities. Regardless of its literal and conceptual definitions, neighborhoods do not have a clear physical boundary, but in terms of functionality and participation in the cultural and social spheres of cities, their neighborhoods are at least clear to residents of each neighborhood. In the urban development plan, old neighborhoods have undergone many changes, and their traditional structure has gradually worn out due to non-compliance with new conditions, and this has led to a decrease in the level of communication between residents. The early inhabitants of cities have an impact on the lives of citizens and are reminiscent of the collective memories and identities of residents. In the past, neighborhood residents have been closely and socially connected to each other, and neighborhoods have been part of the spatial structure. In this neighborhood, the physical presence of the residents was not limited and the housing in this unit was associated with a sense of identity. With the urban development plan, the traditional structure of the old neighborhoods has undergone many changes and lost its functionality over time and what we are seeing today. The level of communication of the residents with each other is very low. Hamedan has religious structures such as mosques and tombs, and many neighborhoods and centers have been associated with buildings such as mosques and public buildings that showcase the social conditions and architectural structure of neighborhoods. In the cities it depends on the preservation of neighborhoods; the neighborhoods of Hamadan have many neighborhoods and settlements, and there are about 4 quarters and neighborhoods in different forms, including the neighborhood, Haji neighborhood, Imamzadeh Yahya neighborhood, Pierre Wolf, Bafan Basket Neighborhood, Ghoshgashan Neighborhood, Agha Jah Neighborhood Nie Beig mentioned the Kalpa neighborhood, the Kolang neighborhood and so on. The main objectives of this project are to identify the physical structure of Hamadan neighborhoods, the relationship between neighborhoods with grass, the elements of neighborhood formation, and to introduce existing neighborhoods in order to examine the spatial structure

and physical pattern of them. Research questions include: How is the physical structure and organization of traditional neighborhoods in Hamadan? What are the spatial patterns of Hamadan neighborhoods?

This study investigates the physical structure and role of index elements of Hamadan neighborhoods and has used library studies and field research to achieve these criteria. The present study is applied in terms of purpose and is one of the qualitative researches done by descriptive analytical method. Using documentary evidence, comparing residual evidence from the past, citing historians 'and travelers' books, and collecting research data based on a documentary survey method, interviewing two or three people in each neighborhood in face-to-face and Seeing the texture and architecture of each neighborhood is done.

METHODOLOGY

This study sought to evaluate the physical structure and the role of prominent elements of Hamedan neighborhood. To achieve such criteria, library and field studies have been used. In terms of goal, this study was applied and qualitative type, conducted through analytical-descriptive method. Hence, the most valid references about the subject have used. The study has been conducted using the documents and comparing them with the remained evidences from past as well as studying historical books. The data collection method was based on documentary, interview and observation investigations. In the documentary investigation, the available books, papers, reports and information have been studied And we've also tried to interview local people in each neighborhood about the past and what kind of neighborhood they formed. The observation method was active, in which the researcher experienced and analyzed data through observation.

THEORETICAL FRAMEWORK OF THE STUDY

Neighborhood and its aspects` definition: Neighborhood can generally be defined in terms of social, psychological, mental, perceptual, architectural (physical) and political aspects. Each of the-

se aspects provides a particular definition of neighborhood. Moreover, these definitions could be various in different societies and historical eras. For example, according to universal literature, two terms of neighborhood and township can be translated for this concept, the population of which are respectively 2000-10000 people and 15000-40000 people. The first word refers to a residential neighborhood with a particular identity but the second word refers to a scope which is not only wider but also has various occupational opportunities. In other word, occupational opportunities are the most important criteria of neighborhood definition. This neighborhood has the required equipment of school, supermarket and recreational centers (BARTON, 2003). Lynch considered neighborhood in the form of five components of way, nod, sign, neighborhood and edge and defined it in a special way. According to him, neighborhood is a vast area, which is identifiable due to common and particular features so that the person feels entering to it mentally (CHAPMANN, 2005) (AZIZI, 2006). In Islamic era, neighborhood includes some residential units, gathering based on job, religion or fellow-citizen; for example, the mercers, smithies neighborhood or the ones belonging to Jews, Armenians and others or the neighborhood of Tabrizi, Isfahani and ... (these neighborhoods used to be related to the central mosque, public spaces or city gateways using communicational grid of public alley and street).

The neighborhoods of Islamic Iranian cities have particular geographical unity. Dead-ends, Alleys, passages and the centers of neighborhoods with public components give identity to the neighborhood. Each one of them has their own particular features, which are of utmost importance in terms of traditional tissues of cities. The components and spaces such as markets, mosques, bathhouses, Saqakhaneh, cisterns and in some well-known neighborhoods, the caravanserai and square and in the cities of Iran, zurkhāneh have been sometimes created to supply the needs of residents. In fact, they have caused a relative independency for them. The components of neighborhood consist of residential houses, dead-ends, alleys, public installations of neighborhood center such as mosques, temples, markets, bathhouses, cisterns and sometimes tea houses. The mentio-

ned components had dispersed uniformly in city with limited performance and influence. The last performance limit of these components was neighborhood borders (TAGHAVI, 1987). As one of the urban spaces, neighborhood is undoubtedly capable of producing an appropriate context for social interactions. Neighborhood flourishes the community and its borders show the territories. Attention to social aspect of neighborhood, social and unphysical territories and physical elements, being capable of providing social borders more, could lead to more organizations of mutual actions and social interactions. Reviving the neighborhood centers with identity is socially required for a city. To attract people to social space, the neighborhood shall have the security indexes, monitoring accessibility, national and ancient religious rituals with collective nature in public spaces besides cultural centers, coffee shops and coffee nets (GHANBARANN;JAFARI, 2014). As the public urban spaces, the neighborhoods and their centers promote the social interactions. Residential interactions of neighbors may be defined as the rate of conducted social behaviors by the residents of neighborhood. Such interactions can occur formally with alien rule, informal and accidentally. The public urban spaces are appropriate and efficient to create face to face interactions, experiences, common experience of space, human relation with urban body and holding collective and public activities of citizens due to one or more spatial and physical features.

The required condition for urban public space is the appropriate body but it would be sufficient with a set of human complicated conditions and interactions, behaviors and mental factors, which can be identified difficultly (MASOUDI, 2008) The results of studies indicated that the neighborhood structure and its physical design could improve such relations. Of course, it is worth noting that residence duration has a direct and positive relationship with the degree of social interactions and attachment because longevity in a neighborhood provides more opportunity for residents' familiarity with each other and increases their social interaction (GHAFOURIAN; HESARI, 2014).

SOCIABLE FACTORS OF URBAN SPACES

Public space sociability is the obtained architecture of mediating factors of symposium and structure process between physical and human features. It is evaluated by some explanatory criteria including the capability of establishing interactions between non-close people, the rate of tendency toward having interactions in the space, the rate of presence in space and referring to it, the need for interaction, spatial belonging to the space and the duration of stopping in the space (SALEHINIA; MEMARIAN, 2009). The qualified public spaces are always identified when people leave walking or daily routines to take a rest in it and enjoy the city, public space and being with each other. Good condition of walking with the facilities for staying and experiencing is the key of vital and attractive urban spaces. Commuting in good collective spaces is majorly feasible through walking, biking and the limitation of vehicles (GOL, 2010). The institution responsible for planning the public spaces considers some factors effective on replying to the public spaces such as appropriate physical opportunities for sitting, stopping and more hesitation in space, central spaces for gathering of people such as bus stops, playgrounds, eating spaces and ... inviting entrances and accessibility to space visually and physically, prediction of functional components besides its aesthetic features, appropriate spatial relations and ways for leading people to the spaces, spatial legibility and clarity, controlling the accessibility of vehicles and safety of pedestrian, definition of bodies and walls identity, relationship with urban transportation and prediction of attractive activities (DANESHPOUR; CHARKHCHIAN, 2007).

THE EFFECTIVE SOCIABLE ELEMENTS ON SOCIAL INTERACTIONS

According to their benefits, people form social relations and regard it based on their expectations, norms and determined roles. Therefore, the manner of presence of a person in the place with others is a key factor to stay in it. Due to this, people may even look for the places, in which there are people with similar characteristics in terms of class, ethnicity, religion, economic group, life model, education, income, kids nurturing manner and similar race. Although the

convergence of people enhances the interaction with physical and social places and ultimately increases attachment, divergent social places also provide the opportunity for being together and experiencing rich and free social interactions (MARCUS; SARKSSIAN, 1986).

Creating urban symbols and signs in neighborhood level, in stopping points, main and subsidiary centers, and squares or along pedestrians and streets leads to their mutual interactions, as a result of which, it activates space organizing forces in the level of neighborhoods. Such symbols are often higher than other components around. They create a structural relationship between spatial physical components, the establishment of which seemed independent and irregular previously (HABIBI, 2002). Deployed in the neighborhoods, the symbols distinguish the different parts of neighborhood. Given their prominence, it attracts and accumulates the residents and finally causes interaction between them. Minarets, mosques, the existence of a particular tree, urban elements and so on are the samples of such urban symbols. The key terms of urban symbols and the relation between city and them were already briefly introduced. As a conclusion, the city is considered to have desirable and continuous identity that its symbols are desirably prominent and identifiable and provide required context for formation, maintenance and reminding collective memories. Hence, if these symbols are related to city structures and abstract form of tradition, livelihood, culture and social relations of residents, they can be remained in mental images of different generation of citizens and ultimately collective memory of them. The center of a neighborhood is often located in the physical center and even sometimes it is located in the corners such as Chaharbagh of Sanandaj or Noabad of Naein. Before being influenced by the accessibility of different points of a neighborhood to that, the formation of neighborhood center is affected by other factors such as particular conditions, gradual development of neighborhood and nearness to the main ways of neighborhoods. Most of neighborhood centers are located either along the main passage or in the intersection of main passage and other passages. The centers of neighborhoods have turned to either small squares or formed axially along the main passage.

The components of the centers include market, mosque, Husseinieh, bathhouse and Saqakhaneh (HABIBI, 2004). In terms of form, various neighborhood centers could be divided into two types. First is the linear centers which are formed along the passages as markets, consisting of some stores, mosque and other public spaces in the intersection of some important passages. The second type is neighborhood center in small square form that is located either in the intersection of main passages or besides the most important passages of each neighborhood, consisting public commercial buildings. The centers of neighborhoods are divided into two types in terms of their architectural features: first, the non-designed spaces which have been formed gradually and they do not have regular map and their façade of them has not been also designed. The second type refers to those centers with regular and geometrical shape whether in map or façade. Yazd, Isfahan and Nayin have the good samples of such centers.

THE FORMATION AND EXPANSION OF HAMEDAN

One of the most important documents of late Qajar era, providing relatively precise information for researchers, was the map and description by Russians in 1851. This map indicated the location of many buildings and could be a basis for identifying the main structure of Hamedan. Most of buildings, neighborhoods and important structures of city have been indicated with gateways. This map consisted of detailed analysis of Hamedan. According to its information, the design of Hamedan could be investigated. The design features of city and consequently the ancient origin of it could be revealed accordingly. An archeology map was feasible through city wreckages, remnants of defensive walls, streets and designed system for historical layers. The historical parts of city have been reflected in this map. Based on ancient nature of Hamedan design system, it can be easily compared with new buildings. The scope of city is vast in this map (4*5.2 kilometers) and water flow divides Moradbeig valley to eastern and western parts (AZKAEI, 2001). The city historical topography has been maintained in northeast in the remnants of ancient brick wall of the city and in southeast corner on

short hills, the remnants of defensive walls without pinnacle has remained in a rectangular shape, known as Mosalla Castle. Interestingly, like other cities of middle centuries of Iran, Hamedan had been enclosed by defensive walls. Ten gateways used to relate the city to other cities by caravan ways (MEHRYAR, 1999). Yet, referring to the painting of Metraghchi in Safavid era, the city had fourteen gateways. In Qajar era, the city had ten gateways. From northwest to east, the gateways included: 1. Bene Bazar gateway, leading to Asadabad, Kangavar and Kermanshahan, 2. Bahar gateway, leading to Sanandaj, 3. Chaharbagh gateway, leading to Tabriz, 4. Tehran gateway leading to Tehran, 5. Shirin gateway, leading to Soltanabad of Golpayegan, 6. Gateways towards Brojerd, 7. A gateway towards Nahavand and Brojerd, 8. A gateway towards Qale Hajiabad, leading to the Alvand Mountains, 9. Alighaboul gateway, leading to Toyserkan, Kangavar and Kermanshah, 10. Gonbad gateway (ibid: 53).

The gateways indicated the communicational-commercial ways of Hamedan. Some squares have been also mentioned in a related endowment to Safavid era (MEHRYAR, 1999). In the text of endowment of Bozorg School (Zanganeh) of Hamedan, which was of the donations of Sheikh Ali Khan Zanganeh, the minister of Shah Suleiman Safavi (1666), the names of some markets and squares of Hamedan have been mentioned such as Bozorg Sqaure, Mirza Kamal Square, Shah Ghadim Square and Ahangaran Square (AZKAEI, 2001). Among the squares, Bozorg square, mentioned in the map of Russians, was conformed to Bozorg Square of Safavid era. The changes are arising from city development or squares` name variations.



Figure 2- Hamedan city 1954, reference: Mostafavi, 1954

Due to the public buildings of mosques, bathhouses, stores and so on, the squares have been the center of city neighborhoods and they consisted the supportive points of urban design structures. Focusing on social life problem, the squares used to be considered as appropriate buildings with the residential neighborhood and also a center for neighborhood architecture which had created a set of spaces. Therefore, the five main squares of city in 1851 included Miraghel square, Chaharsoughane Square, Bozorg Square, Bakhgan Square, Joudi Square and Kuchak Square, all designed as abovementioned (MEHRYAR, 54). The other five squares, including Ghale Mosalla Square, Ghorbangan square, Golbitech Square, Ghabrestan Square, Varmazyar square also had been located in the south of city (MEHRYAR, 1999. 56). Among the tourists that had visited the city at that time, American Jackson in 1907 described the city as if it was a parallelogram which has stretched from north to south, Alvand Mountain is located in the south and Mosalla or Dejtapeh is connected to the eastern part and forms a part of that. In terms of administrative affairs, the city is divided into four areas, each of which has a separated reeve, responsible in front of the ruler of city (JACKSON, 1990). Although the Russians have not mentioned political and administrative structures of Hamedan, the division of city has been based on four areas from late Qajar era. Although other tourists and logbook writers had come to Hamedan at that time or before Jackson, they had similar descriptions. The existence of ruins in city is an important issue which is mentioned in most of these books. James Murray also mention such ruins that the city has been vast once a time but it is now a mass of chaotic ruins. The ways to residential sections pass a broken and ruined set of walls. The remained sections show that there used to be some beautiful mansions at that part in the past. Sociopolitical conditions and late crises of Qajar era seem to have ruined the structure of the city (MURRAY, 1983). The context of Hamedan was so to the late Qajar and early Pahlavi. The transformational thoughts and variation in the structure of city started with building the main square of city and new urbanization principles. Since the beginning of Constitutional Revolution of Iran in 1906 and establishment of provincial association of "Popular benefits parliament"

of Hamedan, especially the establishment of municipality in 1909, this city was founded (AZKAEI, 2001). After such events municipality ordered for a square, designed by German leather man engineer, known as Cal Frisch, and transformed the structure of city. This square, including six streets within, has been stated as the main structure of urban development in later decades to the contemporary era. Although the establishment of this square and streets ruined valuable monuments, the six squares and streets were regarded as the monument of contemporary era.

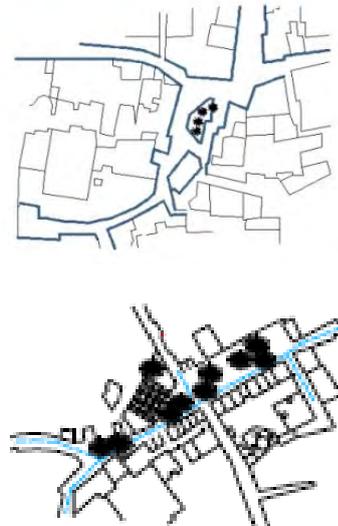


Figure 3 and 4- The Haji and Golpa neighborhood: Ardalan, 2005

Residential structure of Hamedan used to be considered as an important political, administrative and economic center since formation. These factors have been effective on the emergence of a center with significant population. Professions, beliefs and ethnic problems have a great role in the creation of neighborhood. The remained documents about the neighborhoods of Hamedan are more related to the Qajar era. All scope of Hamedan had been divided into six neighborhoods of Bene Bazar, Jolan, Mehtar, Varmzyar and Doroudabad in 1851. There were about 9500 houses in these neighborhoods and the population of this city increased to 40000 people in 1851. Based on the information, city scope had expanded from northwest to southeast which belonged to a residential area with small but important social center (MEHRYAR, 1999). There were religious, administrative, commercial and economic buildings besides such neighborhoods. In the initial study of

the city by Kendlis, 42 neighborhoods were identified with determined proximity and neighborhood center (BIGLARI, 2536).

Given the names of neighborhoods, the location of them is determined to some extent. Each one of such neighborhoods has a square with relatively small squares, surrounded by bathhouse, local mosque, market and neighborhood big house and other houses of people. The map of neighborhood centers has been created based on the location of surrounding spaces in various forms. In addition to abovementioned problems, neighborhood center formation emphasizes social problems, squares and appropriate buildings with residential neighborhood. It is also regarded as a center for neighborhood architecture and created a mass of space. The buildings of each neighborhood center have their particular features, aesthetic performances and exclusive impression of their own towards whole city structure and system. The gravity point of small neighborhood centers is city center, originated in the Varmazyar gateway and Ghaleyeh Haji Abbas gateway in southwest. It stretches about two meters to the end of southwest of city. This trade center of city has a complicated architectural design (MEHRYAR, *ibid*: 54). The origin of this method of construction dates back exactly to the development of past centuries and designing traditions in the scope of ancient city (AZKAEI, 2001). The population of Hamedan in 1851 had been 40000 people. Considering a time difference in 1834, there were 1200 houses in Hamedan with 1800 flowing springs in Alleys, houses and area around (AZKAEI, 2001). However, Jackson has estimated the population of Hamedan as 25000 people including some Armenian people among them, 300 of whom live in a special neighborhood. The Jewish neighborhood is located in the southern part of Hamedan with approximately 500 residents (JACKSON, *ibid* 167). Hamedan seems to have faced a decrease of population otherwise the proposed statistics have been wrong. Of course, these statistics could be approximate. Investigating the various eras of development in urbanization system, the reasons of developments can be identified and the type of effectiveness on urban spatial organization can be determined. Given the type and intensity of effect, since the beginning of people settlement up to now, these eras were identified.

Given the analyses and investigations, Hamedan has ten main eras of city development which are considered to be the most important developments in urbanization system of area. The urbanization has evolved, formed, unitized and integrated architecture context gradually and continually. Based on scientific studies of many scientists, Hamedan has been built somehow on the ruins of the ancient city of Ekbatan. There are several water flows in this city, the most important of which is the water of Moradbeyg valley, dividing city to eastern and western sections. In the eastern part of the city, there are some remained brick walls from ancient era in some areas and in the southeast also there are some walls with rectangular pinnacles on low altitude hill, known as Mosalla Castle. The Castle is towards the south of ancient remnants, that after intense precipitations, the people could find metal things and coins of old kings such as Alexander the Macedonian there. Nowadays, this area with the wealth of its coins, is called Ekbatan. Hamedan length is from southeast to northeast, the width of which is 2 kilometers and 333 meters in the widest area. In the police station, the city is divided into six neighborhoods as Ben Bazar, Jalan, Doroudabad, Mehtaran, Varmazyad and Midabad (Majdabad) neighborhoods.

NEIGHBORHOOD FORMATION IN HAMEDAN

Due to natural situation, Hamedan has an old history in terms of primary populations. Vast plain and fertile soil, the mountain around the city as well as desired rivers for supplying water of area have provided the feasibility of life and sociability. According to the narrations and obtained works, this area has a strong potential of being a powerful biological center. The formation of city, given past, is profoundly dependent on natural factors, religious, war, political subjects and even the particular events such as the prevalence of fatal diseases and other involved subjects (EBRAHIMI, 2004). The manner of city formation and continuity could be identified considering such conceptual theoretical patterns. Given the expanded history of that, this trend includes geometrical relations, affecting the changes of centuries on the city development process. Due to insecurity of city and lack of police force to survive and maintain

their wealth, people had to build the high walls for houses, connect the houses together to be able to escape from them in case of invaders attack and closeness of alleys. The narrow, maze alleys were also constructed to facilitate caring them, many of alleys were dead-end. The doors of dead-ends used to be closed at night and some guards used to be assigned for each one. Many of old houses of Hamedan had tunnels (a basement way, connecting several houses together). Given the situation of past, people of each neighborhood knew and trusted each other and expanded this familiarity and trust to be a bigger community. This bigger community was the neighborhood, consisting of several alleys. The elders of neighborhood were responsible for supporting people against government officials, bullies and looters. Instead the people of the neighborhood used to obey the elders and provide soldiers and workers in case of need. To gather army in past, the government used to refer to the elders of the neighborhood.

They used to form an association and each one had commitment based on the size of their neighborhood. The elder of the neighborhood then determined the people among poor classes and the wealthy class had to pay the expenditures of these people. Communicational performance of each neighborhood had been the main reason of formation so that each center used to be formed often in a point with the best accessibility to various service places. Hamedan has nowadays a particular system of urbanization (Circular Urban System) and the effective trend and factors on this issue shall be identified. Given the rapid growth of it, the modern system of the city has purposeful and regular structure, the investigation of which in terms of perceptual geometry over different historical eras could help ideal urbanization.



Figure 5 & 6- Pay Mossla neighborhood and Haji neighborhood center, reference: authors

CHAMAN FORMATION

There used to be some squared, rectangular, trapezoidal or irregular areas in some of Hamedan's neighborhood to which the main alleys ended. These areas, known as Chaman, were the center of neighborhoods. In these areas, usually surrounded by mosque, bathhouse, spring, shrine, Saqakhaneh, bakery, grocery, shoe store, herbal medicine store, green grocery, butchery and others there were some old trees, under the shadow of which people used to sit on grass, take a rest, talked and handle their affairs. In this social square, the builders and constructionists and agriculture workers used to gather with pick, shovel, trowel and plummet in the morning to be employed by people, who needed them for their houses or farms. In the corner of these Chamans, the poor used to sit and people helped them financially. There were some trustworthy people that were referred to asked to take care of their valuable things while they were traveling. They were rather asked to take them back when they returned. These trustworthy people, who were often aware of the poor situation, used to also give the contributions of benefactors to them. Moreover, it was the place of showmen, wizards and magicians, the chain choppers heroes as well as the location of annual mourners. There were sometimes groceries and pharmacists, to whom people used to refer and receive some medicines to cure themselves. Around Haji neighborhood center, there was the court of "Sayed Khosro". The mosque around Chaman was also for holding funerals, congregation prayer and mourning in Muharram and Safar months. In the mourning days, the mourners used to move to other neighborhoods or host the other mourners from different neighborhoods. The bathhouse

not only cleaned people but also was a location for cupping, tooth extraction and various medications (AZHAND, 2001). The fountains also supplied water and additionally was a place for washing clothes, dishes and sometimes rugs and carpets. The shrines in Chaman was for pilgrims and their vows. People used to gather together on Thursdays and Fridays as well as religious days to both pray and give their gifts. The most well-known Chamans of Hamedan included Varmazyar, Kolpa, Kababian, Haji neighborhood, Ghazlan, Choopan, and Sabzevar and others. Some of them such as Varmazyar, Choopan and Ghazlan were either completely ruined due to street construction or remained only as a small part. For example, at the time of constructing a street, connecting Abdollah shrine to Abbasabad Street, Chaman bathhouse and a part of mosque of Choopan Chaman ruined and only the Haftpasan spring and some of stores remained. Moreover, while Abbasabad Street was being constructed, a huge part of Varmazyar Chaman was destructed and only some stores and a part of Sayed Jalal-al-din shrine was remained. Chaman used to be formed through low or high attachment, close inte-

raction, tight neighborhood relations and informal unity between some of people and as some state, it was ruled by a qualified person. This urban area included houses and some of particular uses in a geographical place. Settling in such area, people would communicate other areas. People of Chaman like that place as their own home because it was as a house but with wider social factors. The diameter of this circle expanded to advance the total form of the city.

THE OLD NEIGHBORHOODS OF HAMEDAN

One of the special and exclusive aspects of Hamedan is attributed to its numerous neighborhoods. The neighborhoods contain different cultures, various structures and sometimes various ethnicities and religious groups. Some of such neighborhoods are more than 30 in historical context of Hamedan. Some of them are nowadays ruined. The neighborhoods are considered in two general forms; 1- circular, 2- rectangular. The full information of neighborhood has been mentioned in table 1.

Table 1- The neighborhoods of Hamedan, reference: authors

Name	Known for	Historical monument	Accessibility	Transportation	Uses	Photo
Haji	Hojjaj`s caravan road	Bathhouse, mosque, historical houses, school, Ahlali Shrine	Sectional between Takhti, Shohada and Mofatteh streets	The ways, ending to this neighborhood center from Takhti street, Shohada street, Madani boulevard and Parvaneha square	Trade and residential	

Yahya Shrine	Due to having a shrine	mosque, shrine, bathhouse, spring	Agha yousof, Tadayon and Kheyriyeh Alleys	Madani boulevard, Takhti street, Bouali, 15 th of farvardin and the alley of Sar yakhchal and Yahya shrine	Green space and trade	
Aghajani Beyk	Aghajani Beyk and Nazar beyk were two leaders of Zand dynasti	mosque, bathhouse, Saqakhaneh, spring	Haj hafez, Agha yousof, Farangiha, Vakilodoleh and Sayed Jalal alleys	The southern part of Madani boulevard, the east of Bouali street, the streets of Madani and Takhti boulevard	Green space and trade	
Kolpa	South east of Shrine square	mosque, bathhouse, spring	from north to 15 th of Farvardin street, from south to Bouali street, from west to Madani boulevard and from east to Taleqani street	the same accessibility	Green space and trade	
Kolanj	Abu Ali Sina Square	mosque, bathhouse, spring	Northwest part of Abu Ali Sina tomb	18 meters away from Sabouniha and Beino-nahrein strey	trade	
Dorud Abad	Till the beginning of Bu Ali shrine	Doroud and Sharifolmalek mosques, shrine, spring	from bathhouse, sheikh naghhi, Sodagaran, Azizan alley and Beino-nahrein street	University square (Jihad square), Beino-nahrein, Bouali, Mirzade Eshghi street	Green space and trade	

Ghashogh Tarashan	Besides esperon kub alley (sabuni ha)on one hand and Mirza lotf allah alley	mosque, bathhouse, spring	Kashani boulevard, Ghashogh tarashan, Shahid Teimouri Afagh Alley	Khajeh Rashid intersection, Shriati, Babataher and Rostami streets	Green space and trade	
Shalbafan	At north east of Hegmataneh, besides Julan neighborhood and at lower part of Nazar Beyg alley	mosque, bathhouse, spring	Fazel alley, directly reaching to the place market according to Beyg and the second entrance of it is besides eastern corner of Alousejerd river and Shalbafan, Eghbalian, Shahid Ahmadi alleys	Ekbatan, Ghelyani, Shohada Street and Shalbafan boulevard	Green space and trade	
Nazar-Beyg	From east to Julan and from north to Shalbafan	mosque, bathhouse, spring	Jolan boulevard and Nazar-beig alley	Ekbatan, Nazar-beig streets and Jolan boulevard	Green space and trade	
Julan	At the end of Shurin street	mosque, bathhouse, spring	Jolan boulevard, Naserolmamalek alley, Kaj alley	Shohada street, Karbala square, Jolan boulevard	Green space and trade	

<p>Kaba-biyan</p>	<p>Firstly, it was known as “Kamal olbayan”, as one Hamadan`s judge`s name but later it was changed</p>	<p>mosque, bathhouse,</p>	<p>from the intersection of Sabouniha Alley with Zoriyastein alley</p>	<p>Shariati street. Khajeh Rashid boulevard and Avesina tomb</p>	<p>Green space and trade</p>	
<p>Dogoran</p>	<p>A large Chamman, near these days Pastor alley</p>	<p>mosque, bathhouse, spring</p>	<p>Parvin Etesami, Ghazian, Hafez, Shahid Ahmadi Alleys</p>	<p>Pastor, Bouali, Khaje Rashid streets</p>	<p>Green space and trade</p>	
<p>Pir Gorg</p>	<p>Baba taher street, behind Mirza Davood mosque</p>	<p>mosque, bathhouse, shrine and cistern</p>	<p>Hakimkhaneh of Zahirolhokama, bathhouse, Kalimia and Pirgorg alleys</p>	<p>Babataher street, Abdullah shrine square and Khaje Rashid boulevard</p>	<p>Green space and trade</p>	
<p>S a b a d bafan</p>	<p>The job of people at that neighborhood</p>	<p>mosque, bathhouse, Chaleh spring</p>	<p>Hamzeh, Sayed Bafan and Shahid mirzaei alleys</p>	<p>Khaje Rashid street, Abdullah shrine, Babataher and Felestin boulevard</p>	<p>Green space and trade</p>	
<p>Bone bazaar</p>	<p>The center of old bazar</p>	<p>mosque, castle, bathhouse, gateway, spring</p>	<p>Salimi, Bene Bazar, Babeyipour Alleys</p>	<p>Babataher streets, Felestin boulevard and Ebrahimi</p>	<p>Green space and trade</p>	

CONCLUSION

Neighborhoods, as an urban space influencing different dimensions of citizens' needs, have significant elements. Many of the neighborhoods of Hamadan during the Qajar period have gradually evolved round the clock and have not followed a pre-planned plan, and these centers have access to the main center of the city through the high-maze, low-width access roads. And the Mosque) and the city's neighborhoods are formed on the outskirts of the market and the Mosque. The hierarchy and confidentiality of the physical structure of neighborhoods has made direct routes and public spaces and crossings not directly related to the main lines of the city and market communication network, and the market is not directly accessible to the neighborhood center. The physical structure of Hamadan neighborhoods has elements that contribute to the basic needs of neighborhood residents, such as the neighborhood center, the bathroom, the mosque, the lawn, the imamzadeh, the eye, the sarcophagus, the inn, the heart of the neighborhood. The main spaces and bakeries, grocers, shoemakers, Atari, vegetable shops, butchers were formed around it; in the past there were square, rectangular or trapezoidal or geometric shapes in some of the Hamadan neighborhoods where the main al-

leys were located. The neighborhood would end up being the hub of the neighborhood, and in fact, the hub of what was then called "grass", nowadays The importance of lawns has been diminished and only a limited number of them have survived. If these lawns are restored and used as commercial centers and as a place to relieve the suffering of the people, then there can be some focus on downtown and congestion. And its bustle has reduced and used these historic sites as tools and leverage to advance social and economic goals and objectives. The study also identifies the physical structure of Hamadan's neighborhoods, the elements of neighborhood formation, the layout of each of these neighborhoods, which over time has been renamed, as well as interviews with 65 people in each neighborhood. Separately, we have seen the process of neighborhood formation from the past to the present. Nowadays because of the many constructions and also the creation of streets that many of these streets pass through the center of these neighborhoods many of them are lost or are disappearing because these neighborhoods are part of Shows the identity and culture of the city of Hamadan, the cultural heritage of Hamadan iodine to take measures to preserve these neighborhoods, the results of this research are as follows:

REFERENCES

ARDALAN, Nader. **A comprehensive plan of Bu-Ali Sina University**. Hamadã: Kandelys consultant, 2005.

AZIZI, Mohammad Mahdi. Sustainable residential neighborhood: case study. **Fine arts journal**, Narmak, n. 27. pp 35-46.

AZKAEI, P. Hamedannameh. **Quarterly of people culture (special edition of Hamedan)**, a. 7, n. 26. 1988.

AZHAND, Yaghub. **History of Iran: the Safavid period**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BARTON, Hugh et al. **Shaping Neighbourhoods: A guide for health, sustainability and Vitality**. Londres e Nova Iorque: Spon Press, 2003.

BEHZADFAR, Mostafa; TAHMASEBI, Arsalan. Identifying and evaluating the effective components on social interaction of strength and development of citizenship relations in urban streets: case study. **Sanandaj Study**. a. 10, n. 25, 2013.

CHAPMAN, David (org.). **Creation of neighborhoods and places in human made environment** (traduzido por Shahrzad Faryadiand e Manouchehr Tabibian). Teerã: Tehran University Publications, 2005.

DANESHPUR, Sayed Abdolhadi; CHARKHCHIAN, Maryam. The public spaces and effective factors on collective life. **Research scientific journal of Baghnazar**, n. 7. 2007.

HABIBI, Sayed Mosen. The manner of modeling and reviving neighborhood structure. **Fine arts journal**, n. 13. p. 32-39. 2002.

HABIBI, Sayed Mosen. **From Shar to Shahr** (city). Teerã: Tehran University Publications, 2004.

KASHANIJOU, Kh. Recognizing the theoretical approaches to public urban space. **City identity journal**, a. 4, n. 6, pp 95-106.

KHAKSARI, Ali. **Urban neighborhood in Iran**. Teerã: The research center of humanities and cultural studies, 2006.

GHAFOURIAN, Mitra. HESARI, Elham. The role of neighborhood centers in the increase of residents' social interactions: case study Kuti neighborhood center. 1st **National Conference on Development of Civil Engineering, Architecture, Electricity and Mechanical in Iran**, 2014.

GHANBARAN, Abdolhamid. JAFARI, Marziyeh. Effective factors on the promotion of social interactions among the residents (case study: Darake neighborhood of Tehran). **Journal of Iran Architecture and Urban Planning**, n. 7, pp 57-64.

GOL, Yan. Public spaces and collective life (traduzido por Ali Ghafarri e Sadegh Soheilipur). Teerã: Beheshti University Publications, 2010.

MARCUS, C; SARKISSIAN, W. **Housing as If People Mattered: Site Design Guidelines for the Planning of Medium-Density Family Housing**. Berkeley: University of California Press, 1988.

MASOUDI, Kumars. Urban public spaces as the place of social interactions. **Municipalities' journal**, a. 3, n. 26, 2008.

MEHRYAR, Mohamad et al. **Iran cities in Qajar era**. Teerã: Beheshti University, 1999.

MOSTAFAVI, Sayed Mohamad Taqi. **Hegmatane**. Teerã: 1953.

ŞALEHINIA, Majid; MEMARIAN, Gholamhossein. Sociability of architectural space. **Fine arts, architectural and urbanization journal**, n. 4, 2009.

SHEMIRANI, Seyed Majid Mofidi; MOZTARZADEH, Hamed. Developing the criteria of sustainable urban neighborhood structure. **The scientific and research journal of Baghnazar**, a. 11, n. 29, pp 59-70. 2014.

TAGHAVINEJAD, Deylami; MOHAMMAD, Reza. **Iran urbanization architecture over time**. Farhangsara publications, 1987.

PREVENDO O MEDO DO CRIME: evidências a partir de um bairro maceioense

PREDICTING FEAR OF CRIME: evidences from a neighborhood of Maceió (AL, Brazil)

Fillipi Lúcio Nascimento¹, Jairo da Silva Gomes²

 **ORCID IDS**

Nascimento FL - <https://orcid.org/0000-0003-1478-534X>

Gomes JS - <https://orcid.org/0000-0002-0887-0452>

Resumo

Neste artigo são apresentados os resultados de um estudo prospectivo conduzido com o objetivo de verificar a potencialidade preditiva de alguns fatores associados ao medo do crime expresso pela população do bairro maceioense de Benedito Bentes, o maior bairro da capital alagoana. A pesquisa compreende uma análise descritiva de dados primários a partir de um modelo estatístico de regressão linear multivariada. A despeito dos diferentes contextos que se inscrevem na realidade do bairro analisado, alguns dos indicadores selecionados para o estudo se apresentaram melhores preditores que outros em relação à sensação experimentada de medo, a saber, o sexo feminino, a raça/cor não-branco, a disposição de cão de guarda, a disposição de habilidades de autodefesa e o acesso à internet como fonte de informação sobre crimes.

Palavras-chave: medo do crime; insegurança; Maceió.

Abstract

This article presents the results of a prospective study that intended to verify the predictive potential of some factors associated with the fear of crime expressed by the population of Benedito Bentes, the largest neighborhood of Maceió (capital of the state of Alagoas, Brazil). The research comprises a descriptive analysis of primary data based on a multivariate linear regression statistical model. Despite the different contexts that fit the reality of the analyzed neighborhood, some of the indicators selected for the study were better predictors than others in relation to the experienced feeling of fear, namely, the female gender, the non-white race/color, the disposition of watchdog, the disposition of self-defense skills and access to the internet as a source of information on crimes.

Keywords: fear of crime; insecurity; Maceió.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador do Laboratório de Estudos de Segurança Pública (LESP/UFAL).

Autor Correspondente: fillipi.nascimento@hotmail.com

² Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador do Laboratório de Estudos de Segurança Pública (LESP/UFAL).

INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, as taxas de homicídio no estado de Alagoas mostraram-se totalmente destoantes das taxas regional e nacional (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2019). Entre os anos de 2006 e 2014, por exemplo, Alagoas registrou as mais altas taxas de homicídio do país, oscilando entre 53,1 homicídios por 100 mil habitantes em 2006 para 71,4 em 2011 e 62,8 em 2014 (WAISELFISZ, 2014; 2004). O aumento do número de ocorrências nos municípios interiores contribuiu para o acréscimo da taxa estadual de homicídios, cuja variação esteve tradicionalmente associada à dinâmica da taxa da capital, Maceió (NASCIMENTO; GAUDÊNCIO, 2013). Estima-se um aumento de aproximadamente 89%¹ no número absoluto de homicídios nas cidades do interior do estado de Alagoas entre 1996 e 2016.

No ano de 2011, nove municípios alagoanos despontavam no ranking dos 100 municípios mais violentos do Brasil. Pilar, uma das cidades que integram a região metropolitana de Maceió, situava-se na 5ª posição à época, seguida pela capital, Maceió, na 8ª posição, e pelos municípios de Arapiraca (20ª), Rio Largo (32ª), Marechal Deodoro (39ª), São Sebastião (48ª), União dos Palmares (76ª), São Miguel dos Campos (81ª) e Messias (100ª) (WAISELFISZ, 2012 apud NASCIMENTO; GAUDÊNCIO, 2013, p. 115).

Em 2008, a taxa de homicídios da capital alagoana era de 100,9 casos por 100 mil habitantes, o que a situava na 1ª posição do ranking das capitais mais violentas do Brasil naquele ano (CERQUEIRA et al., 2018). Em 2013, Maceió despontava em 5º lugar no ranking das cidades mais violentas do mundo (UNODC, 2013). Até 2016, Maceió manteve-se na lista das 10 capitais mais violentas do país ocupando a 9ª colocação do ranking (CERQUEIRA et al., 2018). Em que pesem os esforços vertidos, do ponto de vista prático, na diminuição das taxas de criminalidade na capital alagoana²; e, do ponto de vista analítico, na

compreensão das condições que sustentam a dinâmica dessas taxas, a sociedade maceioense convive com um constante e intenso sentimento de medo e de insegurança (MAJELLA, 2019).

Desde os anos 1970, nos Estados Unidos, pesquisadores têm se dedicado a compreender os efeitos do medo sobre a vida das pessoas, as relações que este sentimento reserva com o crime propriamente dito e os fatores que induzem o medo em uma dada parcela da população (SILVA; BEATO FILHO, 2013). No Brasil, a despeito de significativos avanços no tratamento do tema, os estudos sobre o medo do crime ainda são incipientes e, geralmente, limitam-se a descrever a relação entre variáveis sociais, individuais ou ambientais e a medida de medo; ou a identificar as formas de segurança mais comuns adotadas pela população em função da violência percebida (NASCIMENTO, 2019; CECCATO, 2011).

É preciso ainda considerar que parte das pesquisas desenvolvidas sobre o medo do crime se referem às grandes cidades brasileiras (dentre as quais se destacam São Paulo e Rio de Janeiro). São pouco expressivos os trabalhos que se dedicam a explicar as condicionantes do medo em pequenas capitais ou cidades interioranas, ou mesmo discuti-las a partir de um recorte intraurbano, isto é, a partir da perspectiva dos bairros. Parte dessa carência de estudos é explicada pela ausência de dados objetivos sobre distintos fatores inscritos nesses recortes. Tratam-se de potenciais variáveis a serem mobilizadas com o objetivo de compreender as formas que o crime e a insegurança assumem nessas localidades.

Neste artigo apresentamos os resultados de um estudo prospectivo cujo objetivo é o de verificar, a partir de uma abordagem quantitativa, a potencialidade preditiva de alguns fatores associados ao medo expresso pela população do bairro maceioense de Benedito Bentes, o maior bairro da capital alagoana. Procuramos estimar uma medida do efeito de fatores sociodemográficos, ambientais, de autoproteção, de integração comunitária, de avaliação institucional, de percepção da desordem social e de acesso à informação sobre o medo do crime relatado. Buscamos aferir, a partir da percepção do morador do bairro, o impacto das variáveis supracitadas sobre um indica-

1 Cálculo feito pelos autores sobre a somatória dos números absolutos de homicídio dos municípios alagoanos, com exceção da capital e dos municípios da região metropolitana de Maceió para os anos de 1996 e 2016.

2 Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019; 2015) apontam uma redução de 25,9% na taxa de mortes violentas intencionais da cidade de Maceió (AL) entre os anos de 2014 e 2018.

dor geral de medo.

Para além desta introdução, o artigo encontra-se estruturado em outras quatro seções: I) uma síntese teórica em torno do objeto de pesquisa, o medo do crime, de modo a expor os fundamentos que conduziram a seleção das variáveis utilizadas na presente pesquisa; II) uma descrição do método e das técnicas empregadas no estudo; III) a apresentação dos resultados e sua devida discussão; e IV) as considerações finais do trabalho.

MEDO DO CRIME: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA ESPECIALIZADA

Propostas como as de Henig e Maxfield (2017) e Valera e Guardia (2014), que apostam no argumento da multidimensionalidade do medo do crime, refletem um esforço analítico de lidar com realidades plurais constituídas por possibilidades de reação diante de situações de perigo e de ameaça. O medo do crime não adquire o mesmo formato entre os distintos grupos sociais, nem é estimulado pelas mesmas condições.

A revisão da literatura sobre o medo do crime indica que grande parte dos estudos trabalha com o indicador cognitivo do medo em detrimento de sua dimensão emocional. Isso ocorre pelo fato de a maioria dos bancos de dados disponíveis conter somente questões gerais de percepção de risco. Em termos práticos, embora a percepção de risco seja apresentada na literatura como uma variável dependente, uma parcela expressiva da literatura especializada enfatiza que o medo não é risco percebido, mas sua consequência.

A despeito de todas as interpretações em torno da natureza do medo do crime, neste estudo assumimos uma proposta semelhante àquela relatada por Cordner (2016), que estabelece um modelo conceitual mais abrangente envolvendo três componentes: um afetivo (avaliação emocional da situação de risco), um cognitivo (análise do potencial de dano diante da situação de risco ou percepção de risco) e um comportamental (condutas orientadas para a redução do risco). Entre esses três componentes engendram-se relações complexas de múltiplas dimensões

condicionadas por distintos fatores, alguns dos quais trataremos de abordar a seguir.

Parte dos estudos sobre “insegurança” ou “medo do crime” realizados no Brasil tende a superestimar o impacto dos eventos de desordem e dos principais índices de criminalidade (notadamente, a taxa de homicídios) sobre o sentimento de medo e a probabilidade de vitimização. Tratam-se de unidades distintas situadas em níveis distintos de análise. No entanto, como destacam Miceli, Roccatto e Rosato (2004), nem todos os crimes têm o mesmo impacto sobre a construção do medo. Além disso, tal como demonstrado por Ceccato (2011), o medo do crime em si não costuma estar diretamente relacionado aos índices de criminalidade.

Por outro lado, os eventos de desordem se mostram substancialmente associados à percepção de insegurança. Esse construto, identificado por Hunter (1978) e amplamente desenvolvido por teorias como a Teoria das Janelas Quebradas (WILSON; KELLING, 1982) e a Teoria dos Padrões Criminosos (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1993), forneceu aos estudos criminológicos uma das hipóteses mais frutíferas em relação à temática do medo do crime: quanto maior for a desordem percebida, maior será a preocupação com segurança (CECCATO, 2011).

A desordem pode ser de natureza física (depredação, por exemplo) ou social (consumo abusivo de álcool ou prostituição, por exemplo) (CECCATO, 2011; MICELI; ROCCATO; ROSATO, 2004). Na associação entre a percepção da desordem e o medo do crime, a tolerância social comporta-se como uma variável interveniente, de modo que quanto maior for o nível de tolerância em relação aos eventos de desordem, menos intenso será o sentimento de medo do crime. Autores como Villarreal e Silva (2006) interpretam o nível de tolerância social como principal indicador da “banalização da desordem”.

Fatores que se inscrevem no convívio comunitário também desempenham um papel fundamental na construção do medo do crime. Baixos níveis de confiança e disponibilidade vicinal, bem como de participação e de engajamento coletivos e a ausência de mecanismos de controle social se mostram fortemente associados à insegurança e ao isolamento

social. Tratam-se de consequências com efeitos cíclicos: por medo, as pessoas se isolam em suas casas, deixando de frequentar outros espaços, portanto, deixando de conviver com seus vizinhos. Ao o fazerem, elas se privam da possibilidade de reforçar os laços de afinidade que lhes serviriam no enfraquecimento da sensação de insegurança e na redução da distância social entre os pares (CORDNER, 2016; CRAWFORD et al., 2013; CECCATO, 2011).

Variáveis socioeconômicas reservam um alto potencial explicativo sobre a definição do sentimento de insegurança. No Brasil, diversos estudos apontam uma alta propensão à vitimização associada às variáveis “idade” (jovens e idosos sentem-se mais inseguros); “sexo” (indivíduos do sexo feminino sentem-se mais inseguros); “cor/raça/etnia” (não-brancos sentem-se mais inseguros); e “renda” (pessoas de baixa renda sentem-se mais inseguras) (SILVA; BEATO FILHO, 2013; BEATO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004; BATISTA, 2003). No caso das variáveis “idade” e “sexo”, a propensão à vitimização está atrelada a uma dimensão da percepção de vulnerabilidade que é a da vulnerabilidade física. Tal como destacado por Lewis e Salem (2017), indivíduos que se consideram mais vulneráveis fisicamente tendem a experimentar o sentimento de insegurança de forma mais intensa.

No caso da variável renda, a relação entre medo do crime e vulnerabilidade possui um sentido material: uma renda mais elevada possibilita a aquisição de recursos que induzem à redução da probabilidade de vitimização. Em outros termos, indivíduos que possuem melhores condições financeiras são capazes de “investir” em serviços ou aparatos de segurança (câmeras, cercas elétricas, portões eletrônicos, entre outros), ou ainda, se mudar para regiões consideradas “tranquilas”. Por outro lado, os mais pobres, isto é, aqueles que não podem arcar com os custos da segurança privada, se veem, de fato, sujeitos ao risco de serem feitos vítimas de um crime (SILVA; BEATO FILHO, 2013; BEATO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004; BATISTA, 2003). O reconhecimento do risco contribui significativamente para o sentimento de insegurança, principalmente, dessa parcela da população.

O esforço teórico em estimar a potência de predição da disposição de recursos e *skills* de autodefesa

ainda é muito pouco em relação àquilo que é desejável. No país, são escassas as pesquisas que avaliam o impacto da disposição de armas e de habilidades de combate sobre a percepção do risco e a sensação de insegurança. Neste estudo, buscamos explorar essa alternativa, sobretudo pela importância de se obter dados objetivos em relação às variáveis supramencionadas. Considerando a “apelo” que o discurso da flexibilização da posse e porte de armas angariou na campanha presidencial de 2018, reconhecemos a necessidade de verificar em que medida esses meios contribuem com o sentimento de segurança e atenuam o medo do crime.

A avaliação negativa da atuação das instâncias de segurança pública é outro elemento reconhecido pela literatura especializada como preditor do sentimento de insegurança. Este será tanto mais elevado quanto mais ineficientes demonstrarem ser as polícias e o sistema de justiça criminal (SILVA; BEATO FILHO, 2013; CAMINHAS, 2010). Nessa relação, é a percepção da impunidade a responsável pela potencialização da vulnerabilidade e indução ao medo. No âmbito institucional, estes dois efeitos seguem acompanhados de uma onda de descrédito que, a despeito de todas as aplicações políticas que possa ter, enseja reformas muitas vezes pouco úteis do ponto de vista da contravenção.

Os efeitos das representações da realidade social retratadas (ou construídas) pela mídia sobre a percepção de insegurança ocupam grande destaque em discussões acadêmicas (CORDNER, 2016; CRAWFORD et al., 2013). A ampla difusão de notícias sobre crimes contribui para a acentuação de medos, muitos deles infundados. Batista (2003) ressalta que os meios de comunicação em massa atuais, sobretudo a televisão, difundem campanhas de lei e de ordem que aterrorizam a população. Dessa forma, esses meios são essenciais para o exercício de poder de todo sistema penal, seja através de novos seriados, seja através da fabricação da realidade para a construção de indignação moral, seja através da construção de estereótipos de criminosos.

Ditton et al. (2004) afirmam que muito embora a relação entre dramatização da mídia sobre o crime e o medo do crime seja intuitivamente atrativa ela

é surpreendentemente infrequente. Os autores observam que, mesmo após estudos com uso de triangulação de metodologias qualitativas e quantitativas, não é possível verificar com precisão se de fato existe essa relação. No contexto brasileiro, a carência de dados quantitativos tem, de certa forma, inviabilizado estudos baseados em testes inferenciais que estimem os efeitos do acesso à notícias sobre crime pelos principais meios de comunicação (internet, rádio ou televisão, por exemplo) sobre a sensação de insegurança.

Reconhecida a infinidade de elementos que contribuem para a definição do medo do crime e da sensação de insegurança, mas delimitando os objetivos do estudo aos contornos teóricos sobre os preditores anteriormente descritos, passamos a relatar os procedimentos metodológicos desta pesquisa, sustentando a pretensão de identificar aqueles preditores a partir das percepções da população do bairro maceioense de Benedito Bentes.

NOTAS METODOLÓGICAS

Ao considerarmos as restrições financeiras para a realização de um censo ou mesmo de um levantamento por amostragem probabilística aleatória simples em todos os bairros da capital alagoana, optamos por trabalhar com um único bairro, notadamente, o bairro de Benedito Bentes. A escolha desse bairro se deu de forma intencional, em função de suas dimensões (por se tratar do maior e mais populoso bairro de Maceió) e de seu extenso histórico de violência. Contudo, a seleção dos setores censitários, dos domicílios e dos entrevistados obedeceu a princípios probabilísticos aleatórios.

Para o cálculo da amostra utilizamos os dados do último censo (IBGE, 2010) a fim de verificar a população dos bairros³ e elegemos um nível de confiança de 95% com uma margem de erro de 5%, tal como preconizado nos estudos quantitativos desenvolvidos no

âmbito das Ciências Sociais⁴. Com base nesses parâmetros, a amostra foi definida em 383 indivíduos.

Elaboramos um questionário estruturado em oito eixos, a saber: I) componentes gerais do medo do crime; II) perfil sociodemográfico; III) avaliação do espaço físico; IV) recursos de autoproteção; V) grau de integração comunitária; VI) avaliação institucional; VII) percepção da desordem social; e VIII) acesso a meios de comunicação. Realizamos um pré-teste entre os dias 1 e 18 de novembro de 2019, com 127 indivíduos, todos residentes do bairro de Benedito Bentes. Percebemos a necessidade de recodificar algumas variáveis a fim de obtermos um melhor ajuste aos modelos que pretendíamos examinar a partir da análise de regressão. Uma vez efetivadas as mudanças no questionário, realizamos uma nova aplicação, desta vez entre os dias 18 e 29 de novembro de 2019, com 138 indivíduos. Nesta segunda aplicação, os resultados mostraram-se significativos. Realizamos uma terceira aplicação do questionário entre os dias 2 e 6 de dezembro de 2019, com outros 245 indivíduos necessários para a composição da amostra previamente definida.

O primeiro eixo do questionário serviu para a composição da variável dependente do estudo. Buscamos desenvolver um modelo que conseguisse resumir consistentemente indicadores de alguns tipos de medo de crimes específicos com o objetivo de obtermos um fator geral de medo. Ponderamos seis tipos, quais sejam, o medo de ter a residência invadida; o medo de ser roubado; o medo de ser agredido fisicamente; o medo de ser assassinado; o medo de ser sequestrado; e o medo de ser agredido sexualmente. Esses fatores foram estimados a partir de uma escala de 0 a 100, sendo zero equivalente a “nenhum medo” e 100, a “muito medo”.

A Tabela 1 descreve o grau de correlação de cada um dos componentes do fator geral de medo.

3 Optamos por manter os dados do censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a despeito de uma suposta defasagem, por serem os únicos à disposição, uma vez que a prefeitura do município de Maceió não possui informações atualizadas sobre a população dos bairros da cidade. Em 2010, segundo o IBGE, a população do bairro de Benedito Bentes era de 88.084 habitantes.

4 Sendo a população de cada bairro selecionado inferior à 100 mil habitantes, recorreremos à fórmula $A = (N \cdot no) / (N + no)$, sendo “A” a amostra a calcular a partir de um universo “N” e de “no” enquanto resultado da divisão $1/E^2$, sendo “E” a margem de erro adotada, em sua forma decimal (no caso, $5\% = 0,05$) (FIELD, 2009).

Tabela 1 - Análise da correlação dos componentes da variável dependente

Componente	Grau de correlação	Alfa de Cronbach
Medo de ter a residência invadida	0,732	0,722
Medo de ser roubado(a)	0,704	
Medo de ser agredido(a) fisicamente	0,628	
Medo de ser assassinado(a)	0,794	
Medo de ser sequestrado(a)	0,677	
Medo de ser agredido(a) sexualmente	0,735	

Fonte: elaborado pelos autores.

O fator geral de medo demonstrou-se consistente e atendeu aos critérios de confiabilidade, uma vez que seus seis componentes apresentaram coeficientes acima de 0,6, com um alfa de Cronbach⁵ equivalente a 0,722. A proporção de variância explicada da correlação foi de 53,2%.

A Tabela 2 consiste em um sumário descritivo para o fator geral de medo, variável dependente utilizada nos modelos de nossa pesquisa.

5 O coeficiente alfa de Cronbach (Cronbach's alpha) é um indicador da confiabilidade e da homogeneidade dos componentes da escala, ou seja, da consistência interna dos itens. Para os estudos conduzidos no âmbito das Ciências Sociais, um coeficiente acima de 0,6 já é considerado adequado.

Tabela 2 - Estatística descritiva da variável dependente

Variável	Amostra	Mín.	Máx.	Média	DP
Fator geral de medo	383	0	100	57,64	33,317

Fonte: elaborado pelos autores.

Por sua vez, os eixos II a VIII do questionário serviram à composição das variáveis independentes do estudo. Para a definição do perfil sociodemográfico (eixo II do questionário), consideramos os atributos pessoais destacados no referencial teórico apresen-

tado. Os indicadores considerados no estudo foram sexo, raça/cor, idade, escolaridade e renda. Esses mesmos indicadores foram categorizados tal como disposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorização dos indicadores do perfil sociodemográfico

Variável	Indicador	Descrição
Perfil sociodemográfico	Sexo	Avaliada em categorias, sendo Feminino = 1 e Masculino = 0
	Raça/Cor	Avaliada em categorias, sendo Branco = 1 e Não-Branco = 0
	Idade	Três faixas avaliadas por categorias: Faixa 1 - Jovens (16 a 24 anos) = 1 e demais faixas = 0 Faixa 2 - Adultos (25 a 59 anos) = 1 e demais faixas = 0 Faixa 3 - Idosos (60 anos ou mais) = 1 e demais faixas = 0
	Escolaridade	Quatro faixas avaliadas em categorias: Faixa 1 - Ensino Básico (completo ou incompleto) = 1 e demais faixas = 0 Faixa 2 - Ensino Fundamental (completo ou incompleto) = 1 e demais faixas = 0 Faixa 3 - Ensino Médio (completo ou incompleto) = 1 e demais faixas = 0 Faixa 4 - Ensino Superior (completo ou incompleto) = 1 e demais faixas = 0
	Renda	Avaliada em categorias, sendo Acima de 4 salários mínimos = 1 e Abaixo de 4 salários mínimos = 0

Fonte: elaborado pelos autores.

Parte das variáveis independentes apresentadas teve suas categorias recodificadas por reconhecermos a necessidade de um melhor ajuste dos modelos de regressão avaliados. Esta é a justificativa pela qual as variáveis “idade” e “renda” foram categorizadas em três e duas faixas respectivamente ao invés de serem coletadas abertamente em forma escalar. Para que chegássemos à definição dos modelos finais apresentados nesta pesquisa, realizamos uma série de testes com outros tipos de modelos e com outros tipos de recodificação das variáveis a fim de incluirmos aqueles que apresentassem melhor ajuste.

A exemplo do que foi feito para estimar a variável dependente, construímos um índice de avaliação

do espaço físico (eixo III). Esse índice é caracterizado por alguns aspectos infraestruturais da vizinhança do respondente. Seleccionamos como componentes da avaliação do espaço físico a iluminação pública; os passeios e pavimentos; o esgotamento sanitário; a coleta de lixo; o acabamento das fachadas; e a conservação de espaços públicos comuns (praças, mirantes, corredores e afins). A qualidade de cada um desses itens é avaliada a partir de uma escala de 0 a 100, sendo 0 equivalente a “péssima” e 100, a “ótima”. No teste de confiabilidade, todos os componentes apresentaram coeficientes superiores a 0,6, com um alfa de Cronbach de 0,694 e uma proporção de variância explicada de 56,1%, como descrito pela Tabela 3.

Tabela 3 - Análise da correlação dos componentes de avaliação do espaço físico

Componente	Grau de correlação	Alfa de Cronbach
Qualidade da iluminação pública	0,802	0,694
Qualidade dos pavimentos e passeios	0,607	
Qualidade do esgotamento sanitário	0,612	
Qualidade da coleta de lixo	0,626	
Qualidade do acabamento das fachadas	0,718	
Qualidade da conservação dos espaços	0,786	

Fonte: elaborado pelos autores.

Também procuramos verificar em que medida a disposição de recursos de autoproteção (eixo IV) repercute sobre a sensação individual de medo do crime. Utilizamos seis tipos de recurso (selecionados a partir da frequência observada em estudos exploratórios anteriores): a disposição de cercas elétricas;

de portão eletrônico; de cão de guarda; de empregado de segurança privada; de arma de fogo; e de habilidades (*skills*) de autodefesa. Cada um dos componentes foi construído como variáveis dicotômicas, categorizadas em “dispõe” (=1) ou “não dispõe” (=0).

Quadro 2 - Categorização dos recursos de autoproteção

Variável	Indicador	Descrição
Recursos de autoproteção (eixo IV)	Cerca elétrica	Avaliada em categorias, sendo Dispõe = 1 e Não Dispõe = 0
	Portão eletrônico	Avaliada em categorias, sendo Dispõe = 1 e Não Dispõe = 0
	Cão de guarda	Avaliada em categorias, sendo Dispõe = 1 e Não Dispõe = 0
	Segurança particular	Avaliada em categorias, sendo Dispõe = 1 e Não Dispõe = 0
	Arma de fogo	Avaliada em categorias, sendo Dispõe = 1 e Não Dispõe = 0
	Habilidades de autodefesa	Avaliada em categorias, sendo Dispõe = 1 e Não Dispõe = 0

Fonte: elaborado pelos autores.

No caso da variável “grau de integração comunitária” (eixo V) também elaboramos um índice geral de integração, composto pelos itens “confiança entre vizinhos”, “disponibilidade entre vizinhos” e “engajamento para causas da comunidade”. Os componentes foram estimados a partir de uma escala de 0 a 100, sendo 0 equivalente a “sem confiança”, “sem

disponibilidade” e “sem engajamento”; e 100, a “plena confiança”, “plena disponibilidade” e “pleno engajamento”. No teste de confiabilidade, alguns dos componentes dessa variável apresentaram coeficientes inferiores a 0,6. Ainda assim, obtivemos um alfa de Cronbach de 0,612 e uma proporção de variância explicada de 51,2%.

Tabela 4 - Análise da correlação dos componentes de integração comunitária

Componente	Grau de correlação	Alfa de Cronbach
Confiança entre vizinhos	0,661	0,612
Disponibilidade entre vizinhos	0,646	
Engajamento para causas da comunidade	0,418	

Fonte: elaborado pelos autores.

A avaliação institucional (eixo VI), na forma da percepção da atuação das instâncias de segurança pública, também foi construída a partir de um índice geral. Os itens que integram esse índice são: Guarda Municipal, Polícia Civil e Polícia Militar. A atuação de cada uma dessas instituições foi avaliada a partir de uma

escala de 0 a 100, sendo 0 equivalente a uma “péssima atuação” e 100, a uma “ótima atuação”. Conforme descrito pela Tabela 5, no teste de confiabilidade todos os componentes apresentaram coeficientes superiores a 0,6, com um alfa de Cronbach’s de 0,836 e uma proporção de variância explicada de 60,8%.

Tabela 5 - Análise da correlação dos componentes de avaliação institucional

Componente	Grau de correlação	Alfa de Cronbach
Atuação da Guarda Municipal	0,629	0,836
Atuação da Polícia Civil	0,871	
Atuação da Polícia Militar	0,822	

Fonte: elaborado pelos autores.

A construção de um índice geral de percepção da desordem social (eixo VII) se deu sob a mesma lógica dos índices anteriores, isto é, partindo de componentes específicos estimados em escalas de 0 a 100. Selecionamos seis signos de desordem social, a saber: brigas, vandalismo, prostituição, consumo abusivo de álcool, venda de drogas ilegais e consumo de drogas ilegais, ambos relativos à vizinhança do res-

pondente. A frequência de cada um desses eventos, como dissemos anteriormente, foi estimada de 0 a 100, sendo 0 equivalente a “nula” e 100, a “constante”. No teste de confiabilidade todos os componentes apresentaram coeficientes superiores a 0,8, e um alfa de Cronbach igual a 0,911, com uma proporção de variância explicada de 84,1%, tal como descrito pela Tabela 6.

Tabela 6 - Análise da correlação dos componentes de percepção da desordem social

Componente	Grau de correlação	Alfa de Cronbach
Frequência de brigas	0,832	0,911
Frequência de vandalismo	0,896	
Frequência de prostituição	0,854	
Frequência de consumo abusivo de álcool	0,816	
Frequência de venda de drogas ilícitas	0,883	
Frequência de consumo de drogas ilícitas	0,895	

Fonte: elaborado pelos autores.

Por fim, a exemplo do que foi feito em relação à variável “recursos de auto proteção”, a estimativa do acesso a meios de comunicação (eixo VIII), com o objetivo de verificarmos os efeitos do acesso às fontes de informação sobre crimes na sensação de medo

dos respondentes, se deu a partir de três componentes, Televisão, Rádio e Internet, ambos construídos como variáveis dicotômicas, categorizadas em “com acesso” (= 1) ou “sem acesso” (= 0), tal como ilustrado pelo Quadro 3.

Quadro 3 - Categorização dos componentes de acesso aos meios de comunicação

Variável	Indicador	Descrição
Acesso a meios de comunicação (eixo VIII)	Televisão	Acesso avaliado em categorias, sendo Com Acesso = 1 e Sem Acesso = 0
	Rádio	Acesso avaliado em categorias, sendo Com Acesso = 1 e Sem Acesso = 0
	Internet	Acesso avaliado em categorias, sendo Com Acesso = 1 e Sem Acesso = 0

Fonte: elaborado pelos autores.

Finalmente, a Tabela 7 sintetiza a estatística descritiva para cada uma das variáveis independentes utilizadas.

Tabela 7 - Estatística descritiva das variáveis independentes

Variável	Amostra	Mín.	Máx.	Média	DP
Sexo (Feminino = 1)	383	0	1	0,53	0,497
Raça/Cor (Branco = 1)	383	0	1	0,43	0,495
Idade (Jovens = 1)	383	0	1	0,34	0,487
Idade (Adultos = 1)	383	0	1	0,62	0,482
Idade (Idosos = 1)	383	0	1	0,13	0,347
Escolaridade (Bás. = 1)	383	0	1	0,20	0,406
Escolaridade (Fun. = 1)	383	0	1	0,22	0,421
Escolaridade (Méd. = 1)	383	0	1	0,36	0,482
Escolaridade (Sup. = 1)	383	0	1	0,12	0,341
Renda (> 4 salários = 1)	383	0	1	0,20	0,399
Iluminação pública	383	0	100	44,02	42,33
Pavimentos e passeios	383	0	100	31,16	33,64
Esgotamento sanitário	383	0	100	20,38	31,57
Coleta de lixo	383	0	100	47,12	44,08
Acabamento das fachadas	383	0	100	36,98	36,01
Conservação dos esp. pub.	383	0	100	42,55	45,27
Cerca elétrica	383	0	1	0,37	0,485
Portão eletrônico	383	0	1	0,26	0,445
Cão de guarda	383	0	1	0,74	0,469
Segurança particular	383	0	1	0,19	0,397
Arma de fogo	383	0	1	0,10	0,316
Habilidades de autodefesa	383	0	1	0,12	0,349
Confiança	383	0	100	55,48	28,987
Disponibilidade	383	0	100	62,63	47,311
Engajamento	383	0	100	22,34	23,153
Guarda Municipal	383	0	100	33,54	34,112
Polícia Civil	383	0	100	41,01	33,980
Polícia Militar	383	0	100	78,91	85,222
Brigas	383	0	100	46,62	47,328
Vandalismo	383	0	100	88,22	74,351
Prostituição	383	0	100	33,64	33,688
Consumo abus. de álcool	383	0	100	67,97	65,241
Venda de drogas ilícitas	383	0	100	68,71	52,998
Consumo de drogas ilícitas	383	0	100	59,45	55,256
Televisão	383	0	1	0,98	0,728
Rádio	383	0	1	0,87	0,854
Internet	383	0	1	0,64	0,724

Fonte: elaborado pelos autores.

Recorremos à técnica estatística de regressão linear multivariada para examinar o potencial de predição das variáveis independentes selecionadas sobre o fator geral de medo. Segundo Caminhas (2010, p. 56), essa técnica é assim denominada porque

[...] envolve mais de um coeficiente de regressão. Já o termo “linear” indica que o modelo é linear em relação aos parâmetros $\beta = (\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_k)$ e não porque y é uma função linear dos x 's. Essa ferramenta possibilita a predição de valores médios ou da média esperada para variáveis dependentes definidas a partir de um conjunto de covariáveis determinado com base em um prévio conhecimento a partir da literatura existente e esforços para a operacionalização de conceitos.

Em outros termos, a regressão linear multivariada é utilizada quando o que se pretende é avaliar o grau de predição de uma variável de interesse Y (variável dependente) em função de k variáveis X (variáveis independentes). Assim, o modelo para avaliar essa relação pode ser descrito da seguinte maneira:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{i1} + \beta_2 X_{i2} + \beta_3 X_{i3} + \dots + \beta_k X_{ik} + \varepsilon_i$$

onde Y_i equivale à observação da variável dependente para o i -ésimo indivíduo; $X_i = (X_{i1}, X_{i2}, X_{i3}, \dots, X_{ik})$ corresponde a um vetor de observação das variáveis independentes para o i -ésimo indivíduo; $\beta = (\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_k)$ consiste em um vetor de coeficientes de regressão; e ε_i compreende a um componente de erro aleatório.

Como dissemos anteriormente, neste estudo a variável dependente é o fator geral de medo do crime estimado a partir das percepções da população do bairro de Benedito Bentes. As variáveis examinadas como preditoras desse fator são sete, a saber, as características do perfil sociodemográfico; as características do espaço físico; a disposição de recursos de autoproteção; o grau de integração comunitária; avaliação institucional (atuação das instâncias de segurança pública); a percepção de eventos de desordem social; e o acesso a meios de comunicação como fontes de informação sobre crimes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo buscamos avaliar a capacidade preditiva de algumas variáveis em relação ao medo do crime expresso pelos residentes do bairro maceioense de Benedito Bentes. Reiteramos que o medo precisa ser pensado como algo que não adquire a mesma forma entre distintos grupos sociais, nem é estimulado pelas mesmas condições, o que, portanto, exige uma atenção redobrada por parte dos pesquisadores que se dispõem a compreendê-lo, em um amplo esforço de conceitualização e operacionalização. A justificativa para a construção dos modelos que examinamos a seguir se baseia na ideia de que todas as variáveis explicativas que os compõem foram destacadas na literatura especializada como significantes ou teoricamente relevantes.

A tabela 8 apresenta os resultados dos três modelos e ajustes da análise de regressão linear para o fator geral de medo. O modelo 1 apresenta todos os grupos de variáveis independentes (características do perfil sociodemográfico; características do espaço físico; disposição de recursos de autoproteção; grau de integração comunitária; avaliação institucional; percepção da desordem social; e acesso a meios de comunicação). No modelo 2 foram excluídas as variáveis cujos efeitos não se mostraram estatisticamente significantes a um nível de 5% ($p > 0,05$). Em outros termos, as variáveis que não se apresentaram como boas preditoras do medo do crime no modelo 1 estão ausentes no modelo 2. No modelo 3, por sua vez, aplicamos o mesmo procedimento utilizado para o ajuste do modelo 2, excluindo outras variáveis. Nesse caso, contudo, buscamos verificar quais seriam as cinco variáveis com o maior poder preditivo para a sensação de medo, ou seja, a partir de alguns indicadores selecionados, buscamos responder quais seriam aqueles que, em última instância, dispunham de maior grau de associação com o medo do crime, tendo em vista o coeficiente de determinação (R^2 ajustado)⁶.

A exclusão das variáveis de um modelo para outro permitiu um melhor entendimento acerca da importância relativa de cada uma das variáveis excluídas e das que permaneceram para explicação da sensação de medo.

6 O coeficiente de determinação, ou R^2 ajustado, permite avaliar o grau de ajustamento da equação de regressão aos dados da amostra. Trata-se de um indicador da proporção explicada da variável dependente pelas variáveis independentes. Seu valor varia entre 0 e 1, de modo que um ajuste fraco resulta em um R^2 igual a 0 e um ajuste perfeito resultaria em um R^2 igual 1. Considerando que nas ciências humanas os objetos de estudo são muito complexos e pouco previsíveis, um R^2 estimado em cerca de 0,20 já é considerado um bom ajuste.

Tabela 8 - Regressão linear multivariada do fator geral de medo do crime

Variável	Modelo 1		Modelo2		Modelo3	
	CNP	CP	CNP	CP	CNP	CP
Constante	24,6		28,8		30,7	
Sexo (Feminino = 1)	13,8**	0,18	13,8**	0,18	14,1**	0,19
Raça/Cor (Branco = 1)	-5,2**	-0,06	-5,2**	-0,07	-5,5**	-0,07
Idade (Jovens = 1)	-3,7**	-0,04	-3,8**	-0,04	-	-
Idade (Adultos = 1)	-4,5**	-0,06	-4,5**	-0,06	-	-
Idade (Idosos = 1)	-10,8**	-0,12	-10,8**	-0,12	-	-
Escolaridade (Bás. = 1)	-7,2**	-0,09	-7,3**	-0,09	-	-
Escolaridade (Fun. = 1)	-12,4**	-0,15	-12,2**	-0,15	-	-
Escolaridade (Méd. = 1)	-17,9**	-0,18	-17,0**	-0,17	-	-
Escolaridade (Sup. = 1)	-20,3**	-0,19	-19,8**	-0,18	-	-
Renda (> 4 salários = 1)	-5,3**	-0,04	-5,1**	-0,04	-	-
Iluminação pública	-0,82**	-0,06	-0,86**	-0,06	-	-
Pavimentos e passeios	-0,03	-0,03	-	-	-	-
Esgotamento sanitário	-0,01	-0,01	-	-	-	-
Coleta de lixo	-0,01	-0,01	-	-	-	-
Acabamento das fachadas	-0,38**	-0,02	-0,41**	-0,03	-	-
Conservação dos esp. pub.	-0,59**	-0,05	-0,60**	-0,05	-	-
Cerca elétrica	-4,4**	-0,03	-4,4**	-0,03	-	-
Portão eletrônico	-2,7**	-0,02	-2,7**	-0,02	-	-
Cão de guarda	-15,4**	-0,14	-15,6**	-0,14	-15,6**	-0,14
Segurança particular	-0,12	-0,02	-	-	-	-
Arma de fogo	-0,33*	-0,03	-0,33*	-0,03	-	-
Habilidades de autodefesa	-5,3**	-0,04	-5,3**	-0,04	-5,3**	-0,04
Confiança	-0,56*	-0,05	-0,58*	-0,05	-	-
Disponibilidade	-0,32*	-0,04	-0,35*	-0,04	-	-
Engajamento	-0,07	-0,05	-	-	-	-
Guarda Municipal	-0,19	-0,09	-	-	-	-
Polícia Civil	-0,56**	-0,05	-0,58**	-0,05	-	-
Polícia Militar	-0,88**	-0,07	-0,89**	-0,07	-	-
Brigas	0,35	0,03	-	-	-	-
Vandalismo	0,94**	0,07	0,95**	-0,07	-	-
Prostituição	0,23	0,02	-	-	-	-
Consumo abus. de álcool	0,04	0,04	-	-	-	-
Venda de drogas ilícitas	0,86**	0,07	0,88**	0,07	-	-
Consumo de drogas ilícitas	0,72**	0,06	0,80**	0,07	-	-

Televisão	2,4	0,03	-	-	-	-
Rádio	1,5	0,01	-	-	-	-
Internet	8,3**	0,07	10,1**	0,08	9,6**	0,08
	R ² ajustado = 0,43		R ² ajustado = 0,43		R ² ajustado = 0,22	

* $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; CNP = Coeficientes não padronizados; CP = Coeficientes padronizados.

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 8 descreve os efeitos do conjunto de variáveis explicativas sobre o fator geral de medo do crime. Esse fator foi estimado a partir de uma escala de 0 a 100, onde 0 representa “nenhum medo” e 100, “muito medo”. O fator geral é composto por seis indicadores (tipos de medo de crimes específicos), a saber, o medo de ter a residência invadida; o medo de ser roubado; o medo de ser agredido fisicamente; o medo de ser assassinado; o medo de ser sequestrado; e o medo de ser agredido sexualmente.

Podemos observar que todos os indicadores do perfil sociodemográfico dos respondentes se apresentam como fortes preditores do medo do crime. Em relação à variável “sexo” observamos que os indivíduos do sexo feminino possuem em média 13,8 pontos a mais que os indivíduos do sexo masculino na escala de medo do crime (conforme o modelo 1). Também percebemos que o fato de ser de raça/cor branco implica em uma redução de 5,2 pontos na escala geral de medo. Em outros termos, não-brancos experimentam uma sensação maior de medo do crime. Ambos os casos correspondem às principais conclusões da literatura especializada (CORDNER, 2016; CRAWFORD et al., 2013; CECCATO, 2011)

Talvez o achado mais interessante relacionado aos indicadores do perfil sociodemográfico dos respondentes está associado à idade. Podemos observar que, no contexto do bairro maceioense de Benedito Bentes, quanto maior a faixa etária, menor a sensação experimentada de medo do crime. Ser adulto (idade entre 25 e 59 anos) diminui em 4,5 pontos na escala de medo em relação às demais faixas etárias e, por sua vez, ser idoso (60 anos ou mais) reduz em 10,8 pontos nessa mesma escala. Esse é um resultado que contradiz parte dos trabalhos que exploram a relação entre idade e medo do crime (CECCATO,

2011). Tal achado implica dizer que há, ao menos no bairro de Benedito Bentes, uma maior concordância entre medo do crime e risco real de vitimização, uma vez que os grupos etários tradicionalmente mais vitimizados (jovens) são os que possuem os maiores índices de medo do crime.

Notamos uma associação negativa entre escolaridade e o medo do crime, de modo que quanto maior é o grau de escolaridade do respondente, menos intensa é a sensação experimentada de medo. De forma mais específica, ter estudado até o ensino básico reduz, em média, 7,2 pontos na escala geral de medo em relação às demais faixas de escolaridade. Nesse mesmo sentido, o indivíduo que possui o ensino fundamental completo ou incompleto tem 12,4 pontos a menos; o com ensino médio completo ou incompleto tem 17,9 pontos a menos; e o que possui curso superior completo ou incompleto tem 20,3 pontos a menos na escala geral de medo do crime em relação às demais faixas de escolaridade. Miceli, Roccatto e Rosato (2004) constataam relação semelhante na Itália, em estudo sobre a percepção do risco. É possível que esses resultados indiquem a dimensão racional do medo do crime, na medida em que um maior grau de conhecimento crítico sobre as fontes de informação e a realidade contextual minimiza a sensação de insegurança.

Com relação à renda, observamos que indivíduos que possuem renda familiar superior a quatro salários mínimos têm 5,3 pontos a menos na escala geral de medo do crime em relação aos indivíduos com renda familiar inferior a quatro salários. Esse dado nos serve na desconstrução da ideia de que pessoas mais abastadas são mais temerosas em relação à criminalidade que aquelas que possuem renda mais baixa. Miceli, Roccatto e Rosato (2004) sugerem que

a relação entre renda e insegurança pode mostrar a importância de habilidades objetivas dos indivíduos ao lidar com o medo do crime, onde talvez os pobres tenham mais medo por disporem de menor poder aquisitivo para se utilizar de outros meios de segurança que não os públicos.

Na análise da relação entre as características do ambiente físico e a sensação de medo, percebemos que apenas três dos seis componentes da variável se apresentam como bons preditores: a iluminação pública, o acabamento das fachadas e o estado de conservação dos espaços públicos comuns (praças, mirantes, corredores e afins). Cada um desses componentes reserva uma relação negativa com o fator geral de medo do crime, de modo que o aumento de 1 ponto na escala de avaliação da qualidade da iluminação pública reflete uma diminuição de 0,82 ponto na escala geral de medo do crime. Esse mesmo princípio se aplica à avaliação do acabamento das fachadas (redução de 0,38 ponto para cada 1 ponto a mais na avaliação do indicador) e do estado de conservação dos espaços públicos (redução de 0,59 ponto para cada 1 ponto a mais na avaliação do indicador). Em síntese, uma avaliação positiva desses três componentes está associada a uma queda na intensidade do medo do crime experimentado pela população do bairro de Benedito Bentes. Esses resultados também correspondem às tendências descritas pelos principais estudos que exploram a relação entre os componentes infraestruturais dos bairros e a sensação de medo (CECCATO, 2011).

Cinco dos seis recursos de autoproteção selecionados se apresentaram como bons preditores do medo do crime: cercas elétricas; portão eletrônico; cão de guarda; arma de fogo; e habilidades de autodefesa. Desses indicadores, o cão de guarda apresentou melhor resultado, de modo que aqueles indivíduos que relataram dispor de um cão têm 15,4 pontos a menos na escala geral de medo que aqueles que relatam dispor de qualquer outro recurso de autoproteção. Os que dispõem de alguma habilidade de autodefesa possuem 5,3 pontos a menos na escala de medo, seguidos daqueles que dispõem de cercas elétricas em suas residências, que possuem 4,4 pontos a menos na escala geral de medo do crime. Já os indivíduos que relataram dispor de uma arma de fogo possuem

0,33 pontos a menos na escala de medo em relação àqueles que dispõem de outro recurso de autoproteção. Não podemos afirmar com propriedade que o cão de guarda seja mais efetivo que uma arma de fogo no quesito “redução da sensação de medo”. É preciso entender que este resultado pode ter sido condicionado pela facilidade em ter acesso ao recurso (é muito mais fácil conseguir um cão de guarda a uma arma de fogo), a despeito da significância estatística obtida a partir do número de respondentes que alegaram dispor de uma arma.

Entre os componentes considerados na estimativa do grau de integração comunitária, apenas confiança e disponibilidade entre vizinhos obtiveram significância estatística, ou seja, mostraram-se bons preditores do medo do crime. Como podemos observar, o aumento de uma unidade na avaliação da confiança e da disponibilidade entre vizinhos implica, respectivamente, uma queda de 0,56 e 0,32 ponto na escala geral de medo do crime. Portanto a relação que se observa entre esses componentes e o medo do crime é também uma relação negativa, de modo que quanto mais confiáveis e disponíveis se apresentam entre si os indivíduos de uma dada vizinhança, menos inseguros eles se sentem em relação ao crime. Enquanto autores como Villarreal e Silva (2006) sugerem que laços sociais podem potencializar o medo do crime na forma daquilo que eles denominam “vitimização vicária”, os resultados deste trabalho mostram como uma comunidade mais coesa, com maior confiança e disponibilidade entre os seus residentes pode gerar um sentimento de maior segurança, a despeito da ocorrência real de crimes na localidade.

Das instâncias de segurança pública cuja atuação foi avaliada pelos respondentes, somente se apresentaram como boas preditoras do medo do crime as Polícias Civil e Militar. A exemplo do que verificamos em relação à variável “grau de integração comunitária”, a avaliação institucional também reserva uma associação negativa com o fator geral de medo de crime: o aumento de 1 ponto na avaliação da atuação da Polícia Civil representa uma diminuição de 0,56 ponto na escala de medo, enquanto que esse mesmo acréscimo de 1 ponto na avaliação da Polícia Militar reflete uma diminuição de 0,88 ponto nessa mesma escala de medo. Neste caso, acreditamos

que os resultados estejam associados à percepção da presença dessas instâncias nas localidades onde residem os respondentes. Ou seja, se a Polícia Militar se faz mais presente no bairro, para aqueles que ali residem, é muito mais fácil avaliar sua atuação em detrimento da atuação de outras instâncias de segurança pública que se fazem menos presentes.

Os eventos de desordem social também foram considerados no presente estudo como preditores do medo do crime. Contudo, observamos que dos seis indicadores selecionados, três demonstraram algum potencial preditivo, a saber, o vandalismo, a venda de drogas ilícitas e o consumo de drogas ilícitas. Cabe reiterar que a frequência desses eventos foi avaliada a partir de uma escala de 0 a 100, sendo 0 equivalente a “nula” e 100, a “constante”. Na análise da relação entre esses componentes e o fator geral de medo do crime, percebemos que o aumento de uma unidade na frequência dos eventos de vandalismo representam um aumento de 0,94 ponto na escala de medo. No caso da venda de drogas, o aumento de uma unidade representa um aumento de 0,88 ponto na mesma escala. Quanto ao consumo de drogas ilícitas, o aumento é de 0,80 ponto na escala geral de medo do crime para cada 1 ponto na frequência percebida desses eventos. Aqui também contemplamos correspondências com a literatura especializada: Hughes et al. (2002) e La Grange et al. (1992), por exemplo, concluem que os eventos de desordem social exercem efeitos intervenientes sobre o medo do crime através de efeitos indiretos da percepção de risco. Os autores afirmam que essa relação apresenta forte consistência teórica, uma vez que, seguindo uma lógica de causalidade e precedência temporal, é através da presença dos sinais de desordem da vizinhança que se cria a percepção de que a vizinhança é insegura ou que a ação criminosa é iminente, elevando, conseqüentemente, a sensação de medo do crime.

Por fim, entre os indicadores do acesso aos meios de comunicação como fonte de informação sobre crimes, selecionamos para este estudo a televisão, o rádio e a internet. Apenas este último indicador demonstrou significância estatística, portanto, demonstrou potencialidade preditiva sobre o fator geral de medo do crime. Os dados mostram que indivíduos

que se informam sobre crimes pela internet possuem 8,3 pontos a mais na escala de medo em relação àqueles que se utilizam de outros meios como fontes de informação. Muito embora esses resultados apresentem uma notável dimensão dos efeitos da internet sobre o fator geral de medo do crime, reconhecemos que ainda não é possível afirmar que consumo de informações que relatam fatos criminosos fornecidos por esse meio de comunicação aumente a sensação de medo de crime na população do bairro de Benedito Bentes.

Como podemos observar no modelo 2, a exclusão dos indicadores sem significância estatística em nada (ou pouco) alterou os efeitos dos demais e seu ajuste (R^2 ajustado = 0,43), se comparado com o modelo 1 (R^2 ajustado = 0,43). Também verificamos que, tal como descrito pelo modelo 3, as cinco variáveis que apresentam maior poder preditivo em relação ao medo do crime são “sexo”, “raça/cor”, “(dispor de) cão de guarda”, “(dispor de) habilidades de autodefesa” e “(ter acesso a) internet”. Juntas, foram capazes de explicar 22% da sensação geral de medo do crime obtida em relação às demais variáveis presentes nos modelos 1 e 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, percebemos que o medo do crime não pode ser entendido como um produto definido ou como uma consequência trivial da criminalidade percebida. É preciso analisá-lo como um resultado de processos intercalados, cuja explicação reside nos sentidos das relações sociais, nas condições infraestruturais de vida dos indivíduos e na forma como o crime se expressa na coletividade. Trata-se de um objeto que se constrói a partir da própria dinâmica da realidade social e histórica e, sobretudo, da forma como as pessoas percebem e se informam sobre a criminalidade nos contextos onde se encontram inseridas.

Observamos que o medo expresso pelos residentes de Benedito Bentes está preponderantemente associado a elementos de ordem contextual relacionados ao perfil sociodemográfico, à disposição de recursos de autodefesa e ao acesso às fontes de informação sobre crimes. Entendemos que esse tipo de medo não

está relacionado apenas aos caracteres tradicionais de vitimização direta ou indireta, mas também a eventos de desordem física e social. Esses elementos confluem em uma percepção geral sobre a criminalidade no bairro, que também se alimenta da avaliação negativa das instâncias responsáveis pela segurança pública e do baixo grau de integração comunitária.

Reconhecemos que este trabalho possui limitações, sobretudo relacionadas à medida geral de medo do crime. Em última instância, o que esperamos é que esta pesquisa auxilie pesquisadores em estudos futuros que se propõem a alcançar um indicador que mensure o medo, antes que percepção de risco, probabilidade, ou até mesmo o crime propriamente dito.

REFERÊNCIAS

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BEATO, C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 73-89, 2004.

BRANTINGHAM, P.; BRANTINGHAM, P. Environment, routine and situation: toward a pattern theory of crime. **Advances in Criminological Theory**, v. 5, n. 2, p. 259-294, 1993.

CAMINHAS, D. A. **Medo do crime**: uma análise exploratória sobre suas causas em Minas Gerais, 2009. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

CECCATO, V. **The urban fabric of crime and fear**. Dordrecht: Springer, 2011.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2018**. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8398/1/Atlas%20da%20violência_2018.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CORDNER, G. **Reducing fear of crime**. [s. l.]: [s. n.], 2016.

CRAWFORD, A. et al. **Crime and insecurity**. New York: Routledge, 2013.

DITTON, J. et al. From imitation to intimidation: a note on the curious and changing relationship between the media, crime and fear of crime. **The British Journal of Criminology**, v. 44, n. 4, p. 595-610, 2004.

FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando o SPSS**. Tradução de Lorí Viali. 2ª ed. Ponto Alegre: Artmed, 2009.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: FBSP, 2019.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: FBSP, 2015.

HENIG, J.; MAXFIELD, M. G. Reducing fear of crime: strategies for intervention. In: HENIG, J.; MAXFIELD, M. G. (Eds.). **The fear of crime**. New York: Routledge, 2017. p. 489-505.

HUGHES, G. et al. **Crime prevention and community safety: new directions**. New Jersey: Sage, 2002.

HUNTER, A. Symbols of incivility: social disorder and fear of crime in urban neighborhoods. In: **Annual meeting of the American criminological society**, Dallas. 1978.

IBGE. **Censo**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

LAGRANGE, R. L. et al. Perceived risk and fear of crime: role of social and physical incivilities. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, n.29, v. 3, p. 311-334, 1992.

LEWIS, D. A.; SALEM, G. W. **Fear of crime**. New York: Transaction Publishers, 2017.

MAJELLA, G. **Maceió em Guerra**: exclusão social, segregação e crise da segurança pública. Recife: [s. n.], 2019.

MICELI, R.; ROCCATO, M.; ROSATO, R. Fear of crime in Italy: spread and determinants. **Environment and Behavior**, n. 36, p. 776-789, 2004.

NASCIMENTO, F. L. Insegurança, proteção vicinal e controle social nas cidades brasileiras. **Revista Transgressões**, v. 7, p. 61-77, 2019.

NASCIMENTO, E. O.; GAUDENCIO, J. C. Homicídios em Alagoas: desafios e evidências empíricas. **Latitude**, v. 7, p. 109-132, 2013.

NASCIMENTO, E. O.; NASCIMENTO, F. L. Crescimento e regionalização da violência homicida no Nordeste. In: NASCIMENTO, E. O.; MARQUES, V. T. (Orgs.). **Segurança Pública: perspectivas, práticas e discursos**. Santa Cruz do Sul, RS: Esere Nel Mondo, 2019, p. 33-53.

SILVA, B. F. A.; BEATO FILHO, C. C. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. S155-S170, 2013.

UNODC. **Global study on homicide**. Disponível em <<http://www.unodc.org/gsh/>>. Acesso em 05 out. 2014.

VALERA, S.; GUARDIA, J. Perceived insecurity and fear of crime in a city with low-crime rates. **Journal of Environmental Psychology**, v. 38, p. 195-205, 2014.

CANDIDATOS “NA” REGIÃO E CANDIDATOS “DA” REGIÃO: campanhas políticas no Vale do Paraíba/SP

*CANDIDATES “IN” REGION AND CANDIDATES “OF” REGION:
electoral campaigns in the Vale do Paraíba / SP*

Carlos Eduardo Pinto Procópio¹, Sidney Jard da Silva², André Luiz da Silva³, Gilson Nascimento de Oliveira¹

ORCID IDS

Procópio CEP - <https://orcid.org/0000-0002-6442-3833>

Silva SJ - <https://orcid.org/0000-0003-3444-1763>

Silva AL - <https://orcid.org/0000-0002-6974-0723>

Resumo

Este artigo analisa quatro campanhas eleitorais para deputado estadual e federal no pleito de 2014 no Vale do Paraíba (SP), assumindo como ponto de partida duas modalidades de candidaturas: candidatos da região, vinculados por nascimento ou residência às cidades do Vale e que defenderam a importância da representação regional e da defesa de suas cidades na esfera parlamentar; e, candidatos na região, oriundos de outras regiões do estado e que buscaram conquistar votos no Vale a partir de temas gerais que apresentavam ressonância no âmbito local. A partir de pesquisa bibliográfica e da observação participante feita durante o período eleitoral, verificou-se uma adesão ambivalente: por um lado um forte discurso identitário de pertencimento regional, enfatizando a unidade e a fidelidade como garantias de uma atuação parlamentar que beneficiasse a região; por outro lado bandeiras políticas gerais que acabam refletindo os anseios locais.

Palavras-chave: Eleições Proporcionais; Vale do Paraíba; Campanhas Políticas.

Abstract

This article analyzes some electoral campaigns for the Brazilian House of Representatives and for the Legislative Assembly of São Paulo in the 2014 election in Vale do Paraíba (state of São Paulo, Brazil). It takes as its starting point two sets of candidates: Candidates from the region, linked by birth or residence to the towns of the Valley and who defended the importance of regional representation and the defense of their cities in the parliamentary sphere; and Candidates in the region, who came from other regions of the state and who sought votes in the Valley from general themes that resonated locally. Based on bibliographical research and participant observation made during the election checked a ambivalent process: the campaigns of the candidates of the region are marked by a strong identity discourse of regional belonging, emphasizing unity and fidelity as guarantees of a parliamentary performance that benefits the region; the voter can also be motivated by general political flags that end up reflecting the local urges.

Keywords: Proportional representation; Vale do Paraíba; Political Campaigns.

¹ Instituto Federal de São Paulo

² Universidade Federal do ABC

³ Universidade de Taubaté

Autor Correspondente: procopio@yaho.com.br

Recebido em 13 de Abril de 2020; Aceito em 11 de Agosto de 2020.

INTRODUÇÃO

As eleições para representações proporcionais com listas abertas realizadas no ano de 2014 encontraram nas cidades do Vale do Paraíba paulista¹ um bom lugar para se pensar sobre os modos como campanhas políticas são feitas no Brasil. A região é constituída por 39 municípios situados na bacia do rio Paraíba do Sul, em uma área de 16,2 mil km², com uma população de aproximadamente 2,3 milhões de habitantes e 1,75 milhões de eleitores, para o ano de 2014 (SEADE, 2017). Localiza-se na região nordeste do Estado de São Paulo, entre a região metropolitana da capital estadual, o sul do Estado do Rio de Janeiro e o sul do Estado de Minas Gerais. Concentra um dos polos de ponta da pesquisa, tecnologia e inovação da indústria brasileira, com empresas do setor aeronáutico, espacial, e muitas fábricas de veículos automotores. Mesmo assim, ainda é considerada território em desenvolvimento, o que se explica pela diversidade socioeconômica no interior da região, não sendo raros os casos de forte oposição entre a acentuada estagnação econômica-diminuição demográfica e a concentração tecnológica-crescimento populacional, divididos entre trinta e nove municípios (observando-se que, em 2014, em cinco deles havia mais de cem mil habitantes).

A região sempre contribuiu para a economia e a política do Brasil em momentos de consolidação dos quadros socioeconômicos nacionais. A localização privilegiada entre o Rio de Janeiro e a capital paulista foi decisiva para o desenvolvimento econômico da região, primeiro com as fazendas de café e, no final do século XIX, com o investimento industrial precoce, expressivo e contínuo (RODRIGUES, SANTOS e OLIVEIRA, 1992). No decorrer do século passado, os investimentos industriais públicos e privados só aumentaram. A região possui hoje um dos mais avançados polos tecnológicos e industriais do continente, no entanto as diferentes fases do desenvolvimento

nacional não atingiram as cidades da região da mesma forma. A industrialização do Vale do Paraíba inaugura em seu interior uma relação de tipo capitalista-monopolista, que passou a organizar a distribuição de investimentos industriais e de riqueza entre seus municípios segundo a relação centro-periferia, materializando localmente a estrutura de organização econômica mundial (ARRIGHI, 1997). Essa estrutura direciona a maior parte dos investimentos econômicos destinados à região para a cidade de São José dos Campos, polo industrial diversificado. Seu parque industrial abrange empresas do setor automobilístico, eletro-eletrônico, petroquímico e aeroespacial. Outra parte dos recursos é dividida entre as outras quatro maiores cidades da região (Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá), e o restante é destinado às demais cidades, pois os investimentos industriais nos menores municípios são praticamente nulos.

Tomadas como parte de uma região detentora de votos passíveis de serem conquistados para se chegar à Assembleia Legislativa do estado ou ao Congresso Nacional – em sistema eleitoral centrado no candidato e não no partido, como é o sistema brasileiro –, as cidades do Vale receberam a visita de centenas de candidatos. Parte deles era oriunda das próprias cidades da região, que lançavam mão do pertencimento a elas como oportunidade de se posicionar como seu legítimo representante. Outra parte dos candidatos vinha de outras regiões do estado, e por proximidade geográfica, identificação pessoal ou engajamento de cabos eleitorais, buscavam arregimentar seus eleitores, lançando mão de características profissionais, projetos ou ideias gerais que pudessem inclinar a opinião do eleitor a seu favor.

Levando isso em conta, neste artigo a proposta é apresentar o modo como funcionam esses dois tipos de candidaturas no Vale do Paraíba paulista: de um lado, os candidatos “da” região; por outro lado, os candidatos “na” região. Antes que uma definição essencialista, estar “na” região ou ser “da” região são modos de atuar reconhecidos pelos moradores locais. São estes que, ao estarem abertos para adesão às candidaturas, permitem o endereçamento de estratégias de conquista de votos ao longo do cotidiano em cada uma das cidades da região. A hipótese é de

1 Quando falamos em Vale do Paraíba, referimo-nos aos 39 municípios que compõem atualmente a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), que foi criada pelo governo do estado de São Paulo em 2012, dividida em cinco sub-regiões, pela Lei Complementar n.º 1.166, de 9 de janeiro de 2012, e que pertence à Macrometrópole Paulista (MMP). A fim de abreviar as referências à região geográfica que delimita este trabalho, daqui por diante adotamos a contração nativa “Vale”.

que essa percepção, que os candidatos incorporam sem dificuldades, faz com que os postulantes “na” região e os “da” região assumam condutas distintas.

Para o caso dos primeiros são apontadas questões ligadas ao funcionamento das candidaturas para deputado estadual de Ary Kara (PMDB) e Marcus Soliva (PSL). Para os segundos, as candidaturas analisadas foram: para deputado estadual, de Campos Machado (PTB), e para deputado federal, de Márcio Alvino (PR). Nesse sentido, a reflexão assentou-se sobre suas trajetórias, seguida da análise da intimidade cultural nas suas campanhas políticas, para em seguida recair sobre os apoios recebidos pelos tipos de candidaturas salientadas.

ELEIÇÕES, VOTO E ADESÃO

O colégio eleitoral da região permitiria eleger um número significativo de deputados nas eleições proporcionais para as esferas estadual e federal, em 2014²; contudo, foram eleitos apenas dois deputados estaduais (Hélio Nishimoto, do PSDB, e Padre Afonso, do PV) e dois deputados federais “da” região (Eduardo Cury, do PSDB, e Flavinho, do PSB), reduzindo pela metade em relação a 2010 suas representações nas duas casas legislativas. Desses candidatos, apenas Flavinho obteve mais votos fora de sua região do que dentro dela³. O pequeno número de candidatos da região eleitos se deve a pelo menos 2 fatores. Por um lado, o número significativo de candidatos locais que pulverizou a adesão em algumas poucas candidaturas que pudessem representar a região. Por outro lado, a grande quantidade de candidatos de fora que tomaram o Vale como espaço para buscarem votos e arrebanharam parte do eleitor local. Nos 39 municípios da região podemos encontrar dados brutos de 3.206 candidaturas, sendo 1.318 Deputados Federais e 1.888 Deputados Estaduais. Em um universo de 1,75 milhões de votos possíveis na

região em 2014, 1.087.316 foram para Deputados Federais, e 996.191, para Deputados Estaduais. Dentre os candidatos, 105 possuíam domicílio na região⁴. Seus 48 candidatos para o Congresso Nacional obtiveram 475.680 votos (43,74%), enquanto os seus 57 candidatos para a Assembleia do Estado receberam 572.476 votos (57,46%). Dos candidatos a deputado federal, 38 tiveram um desempenho significativo dentro da região, enquanto apenas 10 se saíram melhor fora da região. Já no caso dos candidatos a deputado estadual, pelo menos 53 se saíram melhor dentro da região, enquanto 4 foram mais votados fora dela⁵.

Dentre os 23 candidatos a deputado federal que obtiveram mais de 20 mil votos na região, 11 nela residiam. Já entre os 12 candidatos que receberam entre 10 mil e 20 mil votos, 6 eram vinculados à região. E dos 85 que obtiveram entre 1 mil e 10 mil votos, 15 eram radicados no Vale. Eduardo Cury (PSDB) foi o mais votado, com 172.701 votos, seguido de Amélia Naomi (PT), com 64.967 votos. Ambos eram da região, sendo seguidos em números de votos pelos candidatos Celso Russomano (PRB), com 61.610, Francisco Everardo (PR), com 56.465 e Samuel Moreira da Silva (PSDB), com 41.448 votos, que eram de fora da região. Além desses candidatos, vale destacar o bom desempenho de Polyana Gama e Marcelo Ortiz, que eram da região e conseguiram respectivamente 34.712 e 29.118 votos junto ao eleitorado local. Por outro lado, Marcos Feliciano e Márcio Alvino, que vinham de fora da região, angariaram aproximadamente 27 mil votos cada.

Olhando para os concorrentes à Assembleia Legislativa, é possível observar que dos candidatos que obtiveram mais de 20 mil votos, 8 estavam ligados à região, projeção similar entre aqueles que obtiveram entre 10 mil e 20 mil votos, onde 12 nomes da

2 O quociente eleitoral para deputado federal em 2014 no Estado de São Paulo foi de quase 300 mil votos, o que permitiria ao vale do Paraíba eleger até 6 deputados, se levamos em conta os votos possíveis. Já para deputado estadual, o quociente era de aproximadamente 220 mil votos, o que tornava possível a eleição de até 8 deputados na região.

3 Flavinho contou com o fato de ter grande projeção no estado devido a sua atuação como cantor na Comunidade Canção Nova. Sua candidatura de 2014 foi trabalhada por Procópio (2015b).

4 O pertencimento ao Vale do Paraíba foi identificado a partir da declaração de domicílio eleitoral dos candidatos, disponíveis na plataforma de dados do TSE (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>).

5 Essas candidaturas com domicílio eleitoral na região, mas com maior projeção fora da região estão sendo analisadas por Gilson Nascimento de Oliveira no âmbito do projeto “O lugar e o contexto geográfico nas estratégias eleitorais: Eleições para Deputado Estadual e Federal na região do Vale do Paraíba Paulista em 2014”, apoiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do IFSP (PIBIFSP).

região receberam esse contingente de votos. Já entre os que receberam entre 1 mil e 10 mil votos, 19 dos 81 candidatos eram da região. Entre os mais votados, os 7 primeiros são da região. Hélio Nashimoto (PSDB) obteve 116.971 votos, seguido pelo Padre Afonso Lobato (PV), com 72.730 votos. Antônio Carlos da Silva Júnior (PSDB) e Itamar Coppio (PMDB), que receberam respectivamente 51.068 e 43.353 votos, também obtiveram boa projeção local. O candidato de fora mais votado foi André Prado (PR), que angariou 25.736 votos, seguido de Fernando Capez (PSDB), com 22.955 votos. Marcos Soliva (PSL) e Ary Kara (PMDB), cujas candidaturas serão objeto deste artigo, conseguiram conquistar a preferência de 29.557 e 19.008 votantes na região, respectivamente.

Considerando esse cenário, focalizaram-se as eleições proporcionais de 2014, a fim de identificar os modos pelos quais os candidatos criam estratégias para atingir a preferência dos eleitores. Para isso, percorreram-se as ruas das cidades de Aparecida, Guaratinguetá, Lorena, São José dos Campos e Taubaté. O trabalho de campo foi realizado de 19 de julho de 2014 a 4 de outubro de 2014, contabilizando 19 inserções. Foram visitadas as referidas cidades da região, mesclando a observação das atividades dos candidatos em campanha (inauguração de comitês, caminhadas, comícios, reuniões, visitas, entrevistas e debates) e das atividades de seus correligionários nas ruas e praças (panfletagem e bandeiraços). Foi também realizada ampla pesquisa nas redes sociais, a fim de mapear as agendas dos candidatos e baixar material de campanha, e entrevistas nas mídias impressa e audiovisual. Num primeiro momento, a intenção foi coletar o máximo de material e informação de candidatos que escolheram as cidades citadas acima como campo de conquista de votos. Na medida em que se percebia o volume de campanha empreendido por algumas candidaturas naquelas cidades, algumas questões foram ganhando forma e gradativamente os pesquisadores passaram a se concentrar em alguns candidatos, no intuito de perceber mais efetivamente a maneira como eles atuavam nas cidades onde o trabalho de campo estava sendo realizado.⁶

Para dar conta das candidaturas e das questões que elas endereçavam, observaram-se as reflexões produzidas no âmbito da antropologia política, especialmente a dedicada a entender os processos eleitorais no Brasil. Essa perspectiva considera que “[...] as estratégias dos nominados políticos não se configuram tão somente como fruto de um cálculo pragmático que envolve um ‘toma lá dá cá’ entre candidato e eleitor, mas antes um conjunto de movimentos que são desenhados pela presença do candidato visando habitar o imaginário daqueles que deseja conquistar” (PROCÓPIO, 2015a, p. 74). Nesta direção, “[...] se a ideia é conquistar a preferência do eleitor, habitar seu imaginário, aquilo que o candidato faz precisa estar articulado em um processo comunicacional que envolve candidato, eleitor, sem negligenciar o lugar onde eles falam, ouvem e sentem” (PROCÓPIO, 2015a, p. 74-75). Na medida em que toma o voto como adesão (PALMEIRA e HEREDIA, 2006), a antropologia da política privilegia as articulações que os candidatos fazem para atingir o eleitorado e o modo como lançam mão de recursos simbólicos disponíveis no lugar para gerar vantagens para sua candidatura e para aquelas que se inclinam a apoiar (BARREIRA, 1998; CHAVES, 2003; VILLELA, 2008).

AS TRAJETÓRIAS COMO RECURSO ELEITORAL

A trajetória política de um candidato serve como valioso recurso no momento em que a campanha é colocada na rua. Ao mesmo tempo em que ela demanda um trabalho sobre a imagem do candidato, a trajetória, uma vez apresentada, serve também como identidade estratégica. Geralmente a apresentação de trajetórias, que nas campanhas eleitorais são mais do que nunca encenadas, procura explorar elementos que possam mostrar o candidato como alguém que tem experiência, competência e disposição para realizar um bom mandato. Quando um candidato procura se legitimar por um argumento de autoridade calcado na experiência, como o fato de

Moreira, que na ocasião eram bolsistas do projeto “Fazendo campanhas políticas: eleições proporcionais no Vale do Paraíba/SP (2014)”, apoiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do IFSP (PIBIFSP). O conjunto de dados coletados vem sendo analisado por Gilson Nascimento de Oliveira, em pesquisa supracitada. Os autores agradecem o apoio recebido.

6 O trabalho de campo contou com a colaboração dos alunos do curso de Geografia do IFSP, Camilla Pessonnia Cortez e Wesley Pinto

ter ocupado algum cargo na esfera política partidária ou representativa, ele quer demonstrar um conhecimento de causa e habilidades pretensamente desenvolvidas, que o coroarão como um sujeito familiarizado com o funcionamento da política. Apelar para esse tipo de legitimidade é uma forma de se produzir prestígio, que está inscrito no próprio exercício de determinada atividade. Isso se constituiria, por um lado, “[...] como operador de entrada na política”, e por outro lado, “[...] como recurso estratégico para validar a legitimidade construída no interior do próprio campo político” (LEMENHE, 2006, p. 254). Essa posição pressupõe identidades estratégicas, que são “[...] construídas e reconstruídas ao longo da campanha, tendo por referência o espaço político percorrido, que passa a constituir o escopo das biografias [que operam como] símbolos de credibilidade difundidos como espécies de passaporte para a vida política” (BARREIRA, 2009, p. 147).

Os candidatos da região acionaram elementos de suas trajetórias como políticos ou profissionais atuantes. Esses mesmos elementos foram acionados pelos candidatos de fora, e também são explorados quando se analisam suas estratégias de campanha no Vale. Os postulantes da região buscaram evidenciar suas trajetórias exclusivamente pelo engajamento na vida política local. Estarem representando a região na esfera parlamentar, ocuparem cargos na esfera legislativa e executiva local, estarem envolvidos com organizações de interesse classista ou terem realizado trabalhos no âmbito de suas profissões ao longo desta região foram suas características mais evidenciadas. Ary Kara (PMDB), que foi vereador, deputado estadual por dois mandatos e deputado federal por quatro mandatos, tentava retornar à vida política concorrendo a uma vaga para a Assembleia Legislativa após quatro anos de afastamento por motivos pessoais. Sua atuação política inicia-se em Taubaté, município valeparaibano onde se formou advogado. Dentre seus atributos, procurou ressaltar que foi considerado um dos deputados mais atuantes do país e que recebeu numerosas condecorações e títulos de cidadão honorável em todas as cidades do Vale do Paraíba paulista.

Em um comitê inaugurado em Guaratinguetá, a fala de Ary é antecedida pela fala de algumas lideranças

da região que qualificavam a candidatura. Uma liderança da cidade de Cruzeiro chamou a atenção para o fato de que Ary foi deputado por 6 mandatos, um deputado que sempre agiu pela região, mediando as demandas dos prefeitos com o governo estadual e encaminhando obras para todas as cidades do Vale, o que lhe conferiu o título de cidadão honorário em todas elas. A liderança que discursava falava convicto de que Ary Kara seria o deputado de toda a região, um deputado de que as cidades do Vale precisariam, para serem bem representadas e fortalecidas politicamente. Na sequência, outras lideranças foram convidadas para falar, e as retóricas foram sempre no sentido de elencar os feitos do deputado em termos de obras e recursos ou da condição da proximidade que o candidato sempre buscou ter com os municípios, estando sempre presente e reconhecendo suas necessidades. Ao assumir a palavra, Kara procurou ir ao encontro das falas anteriores, incorporando o papel que os apoiadores lhe teceram. Ele enfatizou que, quando foi deputado, não chegou a ver nenhuma obra que negociou que não tivesse saído do papel, fazendo com que o público presente acenasse positivamente com a cabeça ou com aplausos. Kara criticou a falta de representatividade da região, o que teria diminuído as possibilidades de recursos e benefícios para o Vale, a despeito de sua potencialidade eleitoral e de grandeza econômica e cultural. Com isso, procurou assegurar que trabalhar para o Vale seria para ele uma obrigação, porque era alguém nativo da região, motivo pelo qual decidiu retornar à vida política e disputar uma vaga na assembleia legislativa.

Marcus Soliva (PSL), por sua vez, atuou em Guaratinguetá, tanto no ramo empresarial, na área de venda e revenda de carros, quanto no político, pois exercia o cargo de vereador. Soliva lançava-se pela primeira vez a uma eleição para deputado estadual, e procurou marcar seu interesse em continuar melhorando a sua região, prometendo exercer um mandato em benefício de Guaratinguetá e das demais cidades da região, tal como estaria fazendo como empresário e vereador. Esses elementos foram explorados em vídeos e panfletos, mas eram ainda mais trabalhados em inaugurações de comitês e debates públicos organizados por instituições locais.

Marcus Soliva, quando foi convidado para participar de debates ou entrevistas em instituições locais, procurou marcar seu engajamento em benefício de sua cidade e região. Em uma sabatina organizada pela diocese de Guaratinguetá, por exemplo, procurou reforçar que, desde que havia entrado na política – ao se eleger vereador dois anos antes –, sua intenção era trazer para a gestão pública uma nova mentalidade, que valorizasse uma boa aplicação do dinheiro público e o atendimento às demandas da população. Dizendo respeitar o voto de confiança do cidadão, ressaltou que tinha trabalhado em várias frentes, como saúde, educação, transporte, entre outras, e que, a cada contato que estabelecia com o eleitor, encontrava a aceitação do trabalho que vinha desenvolvendo como empresário e como político. Tal cenário aumentava, segundo o candidato, sua motivação para seguir sua campanha rumo à vitória, pois dizia encontrar nas ruas o reconhecimento de seu trabalho. Esse fato pôde ser constatado em algumas caminhadas que estes pesquisadores acompanharam, na região, onde os eleitores não só eram buscados pelo candidato, mas também buscavam pelo candidato, como que agradecidos pela presença de Soliva na campanha eleitoral. Quando foi convidado para um debate na cidade de Guaratinguetá, ressaltou a dificuldade que tinha um vereador que, sabendo dos problemas da cidade, não conseguia acessar um deputado para reivindicar recursos junto ao governo estadual. Nas palavras dele, isso se devia ao fato de que o deputado não teria compromisso com a região, fato que só poderia ser alterado elegendo-se pessoas que conheçam de perto a realidade local. Para ele, a cidade de Guaratinguetá possuía vários problemas, que ele via de perto por sua atuação como vereador, especialmente no que dizia respeito ao calçamento das ruas, rede de esgoto, falta de escolas e infraestrutura. Mas dizia saber que a condição de vereador lhe daria poucas condições de fazer alguma coisa para resolver aqueles problemas. Por essas razões é que se propôs a disputar uma vaga para deputado estadual.

Já boa parte dos candidatos de fora da região tinham como principal elemento de suas campanhas o fato de estarem associados ou de terem ocupado cargos administrativos em partidos, secretarias ou cargos de gestão no poder executivo municipal ou

estadual, ou por serem ligados a famílias com alguma história na gestão pública. Este último era apresentado no sentido de reforçar um saber fazer político assentado na socialização em grupos dedicados em trabalhar com a máquina pública, antes que um carisma pautado na herança familiar que pudesse dar legitimidade para a atuação na política. Campos Machado (PTB), por exemplo, tentava a sétima eleição consecutiva para a Assembleia Legislativa, e sua atuação política concentrava-se na capital paulista. Argumentava, com base em sua trajetória publicizada, o fato de ter sido líder do PTB no estado de São Paulo, além de ter atuado por 24 anos no legislativo estadual. Por sua vez, Márcio Alvino, que disputava sua primeira eleição a deputado federal, atuava politicamente em Guararema, onde foi secretário municipal e prefeito por dois mandatos seguidos. Ele não deixava de mencionar que sua prática política estava motivada pelo convívio familiar, uma vez que seu pai e mãe haviam sido prefeitos da mesma cidade em que ele ocupou o cargo executivo. Observando o cotidiano das campanhas desses dois candidatos a deputado, é possível constatar como esses elementos de suas trajetórias são acionados, não apenas por eles, mas também pelos seus correligionários. Tanto Campos Machado quanto Márcio Alvino elaboraram vídeos que circularam nas redes sociais e panfletos que foram distribuídos nas ruas, para apontar aspectos de suas trajetórias políticas.

Campos Machado fez a maioria dos seus vídeos com o celular, procurando enfatizar o seu orgulho em fazer parte do PTB, do qual foi presidente, e seus 24 anos de mandato seguidos na assembleia legislativa. Marcados por uma forte personalidade, cada vídeo era uma tentativa de falar diretamente com o eleitor, que era chamado de amigo em cada abertura da transmissão. Nesses vídeos mostrava seu partido como atuante em várias frentes: na educação, na saúde, na inclusão social, na valorização das diferenças culturais, na defesa da família, entre outras. Por isso veiculou, em cada transmissão que fez, os seus projetos apresentados ao longo do período em que estava exercendo a função parlamentar. Cada mensagem multimídia encaminhada ao eleitor foi uma tentativa de diálogo, cuja intenção era mostrar como a trajetória do deputado se confundia com a própria trajetória do partido. Assim, ele tentou de-

monstrar como ambos foram capazes de responder às demandas e aos dilemas da sociedade brasileira. Os panfletos também apresentaram esses elementos, que combinavam as frentes de seu partido e suas linhas de atuação e as ações executadas e/ou encaminhadas na esfera parlamentar, contudo ganharam um tom mais impessoal. As bandeiras defendidas ganharam uma dimensão coloquial, como coisas a serem efetivamente realizadas. “Vamos lutar por...” ou “Vamos fazer que seja cumprida a lei que...” converteram-se em compromissos do candidato, reforçadas pela imagem do deputado olhando para frente com a bandeira de seu partido no fundo, sempre ao lado da frase “A coragem sempre vence o medo”. Os projetos conquistados também foram mencionados, para enfatizar a capacidade de o deputado ter sucesso em suas empreitadas. Ações efetivadas, recursos encaminhados e outras atividades foram colocadas para chamar a atenção do eleitor para a competências parlamentares do candidato.

Márcio Alvino (PR), por sua vez, elaborou vídeos com recursos audiovisuais mais sofisticados. Sua trajetória foi apresentada como uma história de vida, que teve um ponto de transfiguração com a morte de seu pai, então prefeito de Guararema, no final da década de 1980, em um acidente automobilístico, e a entrada de sua mãe na cena pública municipal. Esta, na trama apresentada, a despeito da tragédia familiar, abraça a carreira política. Apesar de ter se resumido ao cuidado da família por toda a sua vida, vai ser reconhecida como alguém capaz de conduzir a vida política de Guararema, herdando o capital político do marido e assumindo os rumos da cidade por três mandatos. Márcio Alvino vai entrar na política junto com sua mãe, trabalhando na prefeitura na condição de secretário municipal. Ao mesmo tempo em que sua carreira se confunde com a de sua família, sua trajetória é mostrada como marcada pelo empreendedorismo e dinamismo, buscando inovar na gestão pública e na melhoria de sua cidade. Esses elementos se reforçam quando Alvino assume a prefeitura, por um lado, como alguém imerso em uma história política familiar que o representa e constitui, e por outro lado, como um administrador moderno que olha para o futuro. As modificações pessoais em Guararema são mostradas nos seus vídeos, marcando sua condição de inovador. Seus panfletos não

fogem desse tom: socialização política familiar e interesse pela coisa pública. Ambas facetas são mostradas como recursos a serem considerados para a adesão ao candidato. No seu material de campanha, Márcio Alvino seria tanto alguém de família quanto alguém de iniciativa, pois reconheceria a história política iniciada pelo seu pai, falecido, e pela presença de sua mãe, bem como a condição de político que olha para o futuro e consegue transformar a gestão da cidade e sua paisagem.

Essas candidaturas expressam alguns apelos agregados a cada uma das trajetórias que são recorrentes na condução de campanhas políticas. Nos casos em que o candidato não possui grande bagagem política no âmbito parlamentar, especialmente na esfera estadual e nacional, contam a seu favor os usos sociais da identificação e o capital de relações sociais acumulados (CORADINI, 2009). Isso dá a esses candidatos a legitimidade de se apresentarem como detentores de um potencial de liderança. Nesse sentido, as campanhas de Marcus Soliva e Márcio Alvino são emblemáticas. Nos casos dos candidatos Campos Machado e Ary Kara, que já possuíam trajetórias parlamentares, a situação de experiência acumulada foi enfatizada pela propaganda. O fato de terem passado por vários mandatos e terem acumulado uma sucessão de reeleições demonstra essa condição. Mas olhando para as diferenças entre os candidatos da região e os de fora, vimos que os primeiros colocaram a seu favor o fato de terem trabalhado, estudado, atuado e iniciado suas carreiras políticas nos municípios do Vale. Isso os tornaria pessoas comprometidas, que poderiam melhor conhecer os problemas da região e representá-la. Os segundos, os candidatos de fora, por sua vez, dependiam, quase que exclusivamente, da credibilidade advinda de sua atuação profissional ou política, cuja trajetória tornou-se retórica para atingir o eleitorado local.

INTIMIDADE E VOTO

As eleições são disputas abertas por voto dentro de um determinado território (HEREDIA, 2006), inaugurando para candidatos a cargos políticos um tempo de tensão permanente, porque é necessário ganhar votos e, por consequência, tirá-los de alguém. Nesse cenário, perder votos significa dá-los a outrem, colo-

cando em xeque as chances de sucesso na eleição. A luta entre iguais (HEREDIA, 2006) que desponta nesse contexto leva à produção de discursos, gestos e condutas que constituem eixo gravitacional para a decisão dos eleitores, uma condição de possibilidade para o êxito da candidatura. Por mais que um território seja reconhecido como de um ou outro candidato, pelo seu vínculo direto ou pela relação efetiva, outros candidatos não deixam de ali buscar votos, complexificando a disputa e acirrando rivalidades entre/intra partidos. Por mais que o pertencimento e a confiança sejam recursos utilizados na produção da adesão em campanhas eleitorais (KUSCHNIR, 2000) e a identidade local se apresente como recurso positivo para a decisão do voto por parte do eleitor (CHAVES, 2003), há várias clivagens que precisam ser consideradas. Assim, candidatos que promoveram suas campanhas de 2014 no Vale acabaram mobilizando as intimidades culturais (HERZFELD, 2005), ou seja, a demarcação, no tecido social, de “[...] valores que os indivíduos e grupos consideram como ‘seus’, e que eles devem, ao mesmo tempo, seguir e apresentar aos demais” (GOLDMAN, 2008, p. 150). No “tempo da política” isso permite que candidatos, ao procurarem convencer os eleitores, independentemente de serem os candidatos da região ou estarem nela buscando votos, acessem mecanismos sensíveis da vida coletiva do eleitor que podem ser acionados em benefício da campanha, na medida em que conseguem interpretá-los e se beneficiar do seu sentido.

INTIMIDADE E VOTO DOS CANDIDATOS “DA” REGIÃO

As campanhas políticas dos candidatos da região oferecem denso material para a análise das intimidades culturais, uma vez que transmitem o conhecimento seletivo dos candidatos sobre as necessidades de cada um dos municípios e de todo o Vale. Em 2014, esses candidatos, em sua maioria, fizeram uso de uma abordagem em que, em alguma instância, suas realizações ou propostas produziram uma vinculação imediata com pessoas e agrupamentos que se reconheciam como pertencentes ao local que habitam. Ao agirem assim, eles acabaram restringindo os receptores de suas mensagens, falando apenas pela e para a região. Porém, usufruíram da relação

cotidiana com o lugar no qual estavam inseridos, procurando tirar alguma vantagem desse contato. As anotações do caderno de campo evidenciaram que, por um lado, as plataformas dos candidatos procuraram levar para o centro da política questões quase sempre materialistas; por outro lado, o movimento dessas plataformas se sustentou conforme uma dinâmica idealista, atrelada à necessidade de defender a região como um lugar importante para a política e economia do estado de São Paulo e do Brasil.

No intuito de enfatizar a importância de se conseguir benefícios em termos de investimento público para a região, candidaturas expressivas como as de Ary Kara e Marcus Soliva insistiram no seu compromisso de não poupar esforços, se eleitos, para a canalização de recursos, a fim de prover: a construção de hospitais regionais, a melhoria do transporte rodoviário e ferroviário, o desenvolvimento do turismo ecológico e religioso, entre outras demandas. Com isso, procuraram reconhecer os problemas da região, demonstrando que são capazes de compreender os anseios dos seus moradores, bem como as vias pelas quais esses problemas poderiam ser sanados.

Ary Kara procurou, em vários eventos de sua campanha, marcar a necessidade da construção de hospitais regionais em Taubaté, Guaratinguetá, Cruzeiro, São José dos Campos e Caraguatatuba, o que daria conta do problema da saúde nos municípios e na região. O candidato, em entrevistas na mídia local e em comícios, buscou marcar a situação crítica da saúde na região. Em entrevista concedida ao portal INFO-TAU, de Taubaté, salientou o fato de que a regionalização de hospitais municipais causava vários danos na área da saúde, na medida em que transferia para o município sede do hospital toda a responsabilidade para resolver os problemas da região, deixando a população local desprovida de um atendimento exclusivo⁷. Para resolver esse problema sugeria a construção de novos hospitais regionais, contrapondo-se à

7 O candidato fazia referência a dois casos: o hospital de Taubaté (Hospital Santa Isabel, particular, que fazia os atendimentos municipais), que foi regionalizado (assumido pelo Estado e terceirizado); o Hospital universitário da Universidade de Taubaté (autarquia municipal), que também foi regionalizado pelo Estado. Essas ações tornaram essas instituições especializadas no atendimento de casos de média e alta complexidade, a despeito de o município não contar com um hospital público municipal ou que sirva ao SUS especificamente nos casos de baixa complexidade.

regionalização de hospitais que atendiam às demandas municipais, que deveriam, por sua vez, receber investimento. Ary Kara estendeu a mesma preocupação para a questão rodoviária, pois, na ocasião da entrevista, ressaltou a necessidade de melhorar as vias de acesso à região, particularmente a extensão da Rodovia Carvalho Pinto. Para o candidato, essa rodovia seria uma alternativa à Via Dutra, que liga a cidade de São Paulo à cidade do Rio de Janeiro, diminuindo os transtornos dos moradores da região que têm que passar por esta via para se deslocarem entre as cidades da região. O candidato teve as mesmas preocupações com o turismo ecológico e religioso, que apareceram de forma clara e evidente em suas plataformas de campanha. Esses temas emergiram como pontos a serem incentivados e desenvolvidos no Vale por meio de políticas regionalizadas de desenvolvimento das riquezas turísticas municipais. Na inauguração de seu comitê em Guaratinguetá, a região foi apresentada como possuidora de belezas naturais, como a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar, que demandariam políticas específicas de preservação e incentivo ao turismo. Ao mesmo tempo, o candidato dizia que a região possuía atrativos religiosos que a tornavam lugar de peregrinação, produzindo significativos recursos para algumas cidades, especialmente: Aparecida, com a Basílica de Nossa Senhora Aparecida; Cachoeira Paulista, com a Comunidade Canção Nova; e, Guaratinguetá, que guarda as relíquias de São Frei Galvão. Essas cidades, que compõem o Circuito Religioso do Vale do Paraíba, demandariam política pública de apoio ao turismo relacionado à religião, conforme observou Ary Kara na ocasião.

Paralelamente a essas questões, a valorização da região e sua importância para a vida política e econômica estadual e nacional. Marcus Soliva, no debate realizado em Guaratinguetá, fez referência a um passado glorioso da cidade, que teria perdido espaço na região por conta da falta de vontade política de sua elite, o que o levou a sugerir a necessidade de retomar seu crescimento ordenado, para que voltasse a gozar de posição de destaque na região. Ary Kara, em comício na cidade de Lorena, salientou a importância da localização do Vale, entre São Paulo e Rio de Janeiro, ponto de produção e passagem de riquezas. O candidato também citou a grandiosidade da região,

chegando a afirmar em vários eventos que “[...] nós não podemos pensar pequeno, temos que pensar grande. Nós somos grandes. Nós somos da região que é uma das mais populosas deste país”. Corroborava essa afirmação sobre a importância da região sua potência tributária. Para Ary Kara, o fato de ser sede de empresas do setor aeronáutico e automobilístico faz do Vale um espaço de significativa arrecadação, que em parte deveria ser-lhe revertida em benefícios mais substanciais.

É diante da importância de se defender os interesses da região que esses candidatos procuravam ressaltar a necessidade de se eleger políticos da região. Somente eles, segundo suas afirmações, estariam aptos a levar as necessidades locais para discussão na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados e, dessa forma, angariar recursos. Os candidatos locais repudiavam fortemente o voto em candidatos de fora da região, que estariam presentes apenas por meio da divulgação de panfletos e exposição de imagens em cavaletes e carros de som, o que não lhes permitia dialogar com a população local, levando-os a propor coisas sem conhecimento da realidade do lugar. É emblemática a posição de Ary Kara no comício em Lorena. Ele enfaticamente afirmou que “Nós temos que nos unir, nós temos que mostrar a força, nós temos que lutar, nós temos que dizer ‘não’ àqueles que vierem pedir votos pra nós que não sejam candidatos daqui de Lorena e da região”. Esse discurso mostra a ênfase que os candidatos da região dão ao voto local. Soliva, no mesmo sentido, criticou fortemente a presença de candidatos de fora. No debate em Guaratinguetá, chegou a afirmar que “não há nenhum deputado amigo aqui na nossa região”, querendo significar que os candidatos “de fora” não guardavam relações estreitas com o eleitorado do Vale. Não sendo “amigos da região”, os recursos que angariassem não teriam como primeiro destino o Vale do Paraíba paulista. Ele foi além, dizendo que candidatos vinham de fora para conquistar votos e, uma vez eleitos, “somem do mapa”, pouco ajudando a região ou não atendendo às suas necessidades. E, então, afirmou a importância de dar apoio aos deputados da região, o que apareceu em muitas de suas propagandas, que reiteraram a necessidade de se “[...] eleger os candidatos da nossa região, que nela trabalham e residem, gente da nossa gente”.

Essa intimidade atrelada ao apego à região e sua defesa intransigente é fortemente ressaltada em muitos momentos das campanhas, e a linguagem nem sempre formal e gramaticalmente precisa revela um perfil de “homem do povo”, especialmente quando a discussão se fundamenta em necessidades locais. Assim, Ary Kara e Marcus Soliva referiam-se às cidades utilizando as reduções de seus nomes, como “Pinda” (Pindamonhangaba), “Guará” (Guaratinguetá) e “São José” (São José dos Campos). A mesma intimidade é mostrada quando se referem ao Vale do Paraíba como simplesmente “o Vale”: “aqui no Vale” ou “nosso Vale”. É a partir desse aspecto que a própria fala dos candidatos revelava suas intenções: o emprego da primeira pessoa do plural em contexto referente aos municípios ou à região, como “nossa região”, ou “nossa Guará”, visava criar a associação insolúvel entre candidatos e os demais habitantes – aquele, afinal, era um deles e se fazia reconhecer como tal. Esses candidatos chegaram a se expressar de forma vivaz e coloquial em entrevistas a jornais impressos, radiofônicos e televisivos, bem como em comícios, repetindo algumas palavras ou expressões para destacar o que queriam demarcar. Expressões como “nós fazemos o que fazemos porque nós moramos aqui” (Ary Kara) ou “vamos eleger os candidatos da nossa região, que nela trabalham e residem, gente da nossa gente” (Marcus Soliva) apontavam, na visão deles, a necessidade de ser da região como condição de possibilidade para representá-la.

INTIMIDADE E VOTO DOS CANDIDATOS “NA” REGIÃO

Os candidatos de fora da região, por sua vez, atuaram no Vale lançando mão de propostas mais gerais, uma vez que o grau de sua relação com essa parte do eleitorado paulista não era suficiente para que propusessem medidas que dialogassem organicamente com problemas enfrentados cotidianamente pela população local. O efeito esperado quando se endereça tal tipo de proposta é contagiar o eleitor a partir de seu senso de pertencimento global, na medida em que educação, saúde e infraestrutura são problemas ordinários e que atingem quase a totalidade da população de cada uma das regiões do estado e/ou do país. Com isso se espera que o eleitor reconheça

que os problemas de que fala o candidato são os problemas com os quais se defronta diariamente, convertendo o candidato em um interlocutor viável em que se pode confiar, pois fala aquilo que afeta a sua cidade e que deve ser resolvido.

Além disso, no trato com a região do eleitor, os candidatos forasteiros procuram salientar a importância do lugar para a vida social e política do estado e do país, amenizando o estranhamento ao tocar em valores que o próprio eleitor prontamente reconhece. Entretanto, parece que houve o cuidado de não se apresentar como “mais realista que o rei”, ou melhor, de se mostrar mais defensor da região que aqueles que são da região, o que poderia ocasionar a produção de um efeito fariseu (NEIVA, 2015), que deslegitimaria a ação dos candidatos junto a essa porção do eleitorado. Tal efeito se dá na medida em que um candidato simula ser alguém mais íntimo a determinados princípios e valores que o outro, nativo, gerando uma situação de inconveniência diante do uso de um pretensão pertencimento.

O candidato a deputado estadual Campos Machado dirigiu-se ao eleitorado do Vale apresentando suas bandeiras, que passavam pelas questões da segurança, do trabalho, da família e da mulher. A maioria desses temas estava presente em seu material de campanha e era reforçada quando o candidato se deslocava para fazer caminhadas ou reuniões na região. Em relação ao tema da segurança, apresentou sua defesa pela redução da maioridade penal, tema debatido na sociedade civil naquele momento. Defendeu veementemente que “meninos de 14, 15, 16, 17 anos, que matam, assaltam, estupram, têm que ir para a cadeia”, acionando o imaginário de parte do eleitorado local, que via com bons olhos essa medida. No que tange o tema do trabalho, o candidato apresentou para o eleitorado local sua intenção de estimular as empresas com redução de impostos e encargos, para aderirem a cotas para pessoas com mais de 40 anos, faixa etária que reclamava, segundo o candidato, da dificuldade de reinserção no mercado de trabalho. Em relação ao tema família, Campos Machado dizia que ela “estava abalada” e, partindo do lema “sem família nada se constrói”, não se furtou a apresentar genérica e publicamente a necessidade de todos defendê-la. Essa narrativa atravessava o

imaginário vale-paraibano, podendo ser frequentemente escutada em discursos dos eleitores nas ruas das cidades da região, quando em conversas informais com estes pesquisadores ao longo do período eleitoral estudado. Por fim, no que concerne ao tema da mulher, o concorrente a deputado estadual esforçou-se em assinalar que “a mulher é a figura maior da família e não pode ser discriminada em hipótese alguma”. Esse interesse pela temática levou o partido do candidato a lançar sua esposa, Marlene Machado, para uma vaga no Senado, naquele ano, elemento explorado amplamente por Campos Machado nos panfletos e nas ruas. Tal tema tem sido cada vez mais apreciado nas retóricas políticas dos partidos, bem como no seio da sociedade civil, e apresentar-se como alguém que canalizava essa demanda permitia ao candidato colocar-se como uma alternativa para aqueles que eram sensíveis a esse tema.

Com e para além das propostas mais gerais, outros candidatos procuraram reconhecer a importância dos elementos da região, com o intuito de manter aproximação com o eleitorado local e com ele estabelecer maior intimidade. Em Aparecida, o candidato a deputado federal Márcio Alvino fez questão de ressaltar, quando discursou em pequeno comício na cidade, que estava na “Capital da Fé”. Aquela estância turística-religiosa ganhava, na performance do candidato, uma centralidade, já que era colocada como sendo “uma das mais importantes do Vale”. A mesma importância dada à cidade era estendida para todo o Vale. Na retórica de Márcio Alvino, durante seu comício em Aparecida, o Vale era engradecido a partir de evocações como “a importância que o Vale tem para a economia do estado” ou “o Vale não pode ser esquecido”. Essas expressões funcionavam como táticas acionadas para criar uma relação de confiança do candidato de fora da região com o eleitorado ao qual se dirigia, pois destinava-se a mobilizar elementos da intimidade cultural da região. Tal intenção foi aureolada com as expressões “meu compromisso com o Vale”, “meu compromisso com Aparecida”, ou com qualquer outra cidade da região em que estava buscando votos. Esses recursos retóricos e as performances a eles atreladas objetivaram diminuir a distância entre candidato forasteiro e eleitor, aproximando-os a partir de um pacto de lealdade: o candidato comprometia-se, em troca do voto, a atender às demandas dos eleitores.

APOIOS E ALIANÇAS

As candidaturas acompanhadas dependiam, em sua totalidade, de lançar mão de apoios e alianças para que pudessem concretizar suas intenções de vitória eleitoral. Obter um leque de apoios a uma candidatura é uma das condições para viabilizá-la (PALMEIRA e HEREDIA, 2006). Fazer isto é importante pelo fato de que “[...] na hora de votar, as pessoas acompanham a facção a que pertencem ou em quem votam as pessoas com quem têm compromissos (com quem estão comprometidas e/ou com quem se sentem comprometidas)” (PALMEIRA e HEREDIA, 2006, p. 48). Nesse contexto, os vínculos estabelecidos podem indicar que a candidatura é viável, uma vez que esses vínculos, sobretudo com pessoas que se destacam, dão um indício de que o candidato tem condição de ser aceito por parte do eleitorado do(s) segmento(s) que ele escolheu pôr em foco.

Conforme essa dinâmica de lealdades e reciprocidades (PALMEIRA, 1996), que são lembradas no processo de construção da campanha, o prestígio de determinadas pessoas da região é buscado para agenciar votos (HEREDIA, 1996), e as dívidas políticas a serem pagas são cobradas ou estabelecidas (BARREIRA, 2006). Da mesma forma, a possibilidade de acesso a recursos públicos facilita a conquista de votos por candidatos que já exercem cargo representativo (BEZERRA, 2009), assim como a capacidade do candidato de se apresentar como um prestador de serviços efetivos lhe garante uma posição de vantagem diante do eleitorado (CORADINI, 2006).

APOIOS E ALIANÇAS DOS CANDIDATOS “DA” REGIÃO

Enquanto os candidatos na região utilizam de dobradinhas com candidatos da região ou apoios locais para adentrarem os espaços citadinos e se fazerem reconhecer, as candidaturas da região utilizam os mesmos recursos em um sentido diferente. O que se quer marcar com os apoios e dobradinhas é a produção de um vínculo legítimo com a região, mostrando os candidatos como estando dispostos a transformar as relações locais em sua principal linha de atuação. Por um lado, os apoios obtidos permitem a expansão da área de influência e consolidação de alianças como

potencial para realizações futuras. Por outro lado, revela a intensidade da relação de intimidade do candidato com a região na qual habita, dando legitimidade para sua busca pela posição de representante. Isso se deve ao fato de que não era apenas o candidato que falava por ele mesmo, mas também os outros, os apoiadores, que falavam por ele, permitindo que se encontrasse a vontade de representar com a vontade dos que queriam representantes. Nesse sentido, sair às ruas ao lado de nomes afamados ou deles receber apoio converte-se em recurso significativo para aumentar a potência da candidatura, mostrando que ela não está deslocada da cena política local, sendo sua eleição importante para a política regional, estadual e nacional. A mesma busca pelo aumento da potência e condição legítima da candidatura aparece na articulação de dobradinhas locais, que vão apostar na representação da região para as duas esferas em disputa no momento, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional. Esse tipo de aliança apela para a força dos vínculos locais e das necessidades deles para o bom funcionamento da representação regional. Apesar de frentes de atuação diferentes, a ideia é de que poderiam caminhar juntas e se beneficiar mutuamente.

Ary Kara, enquanto exemplo da utilização de apoios locais, contava com o patrocínio de personagens políticas de várias cidades da região, especialmente vereadores, ex-vereadores, prefeitos e ex-prefeitos. Apesar de seu discurso englobar a região como unidade, procurava identificar determinadas necessidades locais considerando as demandas das cidades da região. Ao obter apoios que personificavam sua presença nos diferentes municípios, o candidato a deputado estadual expandia a sua área de influência, aumentando sua aproximação com fatias maiores do eleitorado. Os apoiadores, ao fornecerem seu apoio, retomavam as realizações do candidato para demonstrar como ele seria capaz de fazer mais pelos municípios. Para citar um exemplo, na inauguração do Comitê em Guaratinguetá houve o apoio do ex-vereador Francisco Saad (PMDB), de Taubaté e do ex-vice-prefeito de Lorena, João Bosco Romeiro (PMDB). Chico Saad lembrou os cargos que Ary Kara assumira, deputado estadual, federal e secretário de Estado, o que lhe daria condições de fazer algo por Taubaté, aumentando os investimentos na cidade.

Ele declarou seu voto no candidato reiterando que seria um voto “pensando na melhoria da qualidade de vida do povo de Taubaté”. João Bosco, por sua vez, enfatizou o trabalho de Ary Kara pela estadualização da faculdade de engenharia de Lorena, “o que foi importante, uma vez que foi o que impediu a faculdade de fechar e, como USP, tornou-se uma potência na região”. Para esse apoiador, Ary Kara seria “deputado da região”, e “demandas grandes, demandas importantes, só um deputado da região faz”, porque é “um deputado que conhecemos”.

Já em termos de dobradinhas locais, o caso de Marcus Soliva é emblemático. Por ser natural de Guaratinguetá, vereador no primeiro mandato e candidato a deputado pela primeira vez, procurou fazer uma dobradinha com Marcelo Ortiz (PSL), candidato a deputado federal e que também era da cidade, mas que já tinha longa experiência política como prefeito e deputado. Para além das vantagens que Soliva obteve com essa dobradinha, o que estava em jogo era uma lógica em que a inovação e a tradição se complementavam (ao invés de se contraporem), fazendo sugerir que o passado e o futuro político da cidade se encontravam no presente. Com isso, os candidatos procuraram articular projetos empreendidos pelo diálogo entre as gerações que, unidas, poderiam beneficiar a cidade. Essa articulação seria vista ao longo de toda a campanha empreendida em Guaratinguetá: Soliva e Ortiz tinham o mesmo comitê de campanha; suas bandeiras tremulavam lado a lado; o carro de som de um tocava também o jingle do outro; andavam pelas ruas da cidade juntos, apertavam mãos e conversavam com o eleitor, um seguido do outro; subiam no palanque para comícios de forma simultânea, promovendo um único discurso a duas vozes; nas reuniões e entrevistas, não só faziam autopromoção e autodefesa, mas também promoviam e defendiam um ao outro. Esse “fazer tudo junto” procurava veicular uma associação permanente que visava ser frutífera numa eventual eleição dos candidatos, que, apesar de atuarem em esferas distintas, permaneceriam em diálogo.

APOIOS E ALIANÇAS DOS CANDIDATOS “NA” REGIÃO

Ressalvando-se a complexidade do estabelecimento de fronteiras espaciais no que se refere às opções de voto e às disputas pelo eleitorado, bem como do estabelecimento das motivações e razões do voto, observou-se que, para conseguir capilaridade, as candidaturas de fora da região, na medida em que não conseguiam exprimir as demandas mais próximas do eleitorado local a ponto de se comprometerem com necessidades mais imediatas, com as quais pudessem ser reconhecidos como capazes de cumprir, fizeram uso de dois recursos junto àquele eleitorado ao qual não se vinculam geograficamente. Por um lado, fizeram dobradinha com candidatos da região que postulavam vagas do parlamento diferente do seu, andando junto com eles e buscando conseguir legitimidade com sua presença por conta dessa composição (HEREDIA, 2006). Por outro lado, procuraram apoio junto a “notáveis” nas cidades e na região que pudessem canalizar a candidatura “forasteira” em sua rede de relações. Nesses dois momentos, os apoios, característicos das campanhas políticas, se conformam como um sistema de trocas que viabiliza a abertura de canais de comunicação com determinados segmentos, amparado por uma figura representativa da região ou cidade. Esse processo, não obstante, coloca o candidato como capaz de atender às demandas locais, sendo a garantia de sua efetivação assegurada pela liderança exercida por personagens atuantes na região, que avaliza o voto a ser dado pelo eleitor. Com as dobradinhas, em alguns casos, a ideia é estabelecer um empréstimo recíproco de carisma. Quem é “de fora” busca naqueles que são de dentro pontos de penetração no eleitorado, falando a cada eleitor que os conhecem e que com eles convivem. Por sua vez, quem é “de dentro” busca em quem é “de fora” pontos de fortalecimento da candidatura e maior legitimidade para o intento declarado, que é o de representar a região.

Campos Machado, para acessar o Vale e construir nesse espaço sua campanha, conseguiu amparo na figura de Mercês Tampão (PTB), correligionário da cidade de São José dos Campos, candidato a deputado federal, com quem percorreu as ruas da cidade. Assim, ele pôde percorrer os espaços significativos

da região fazendo-se reconhecer como candidato, atraindo para si a atenção daqueles interessados na candidatura de Tampão e procurando se despir da concepção de forasteiro, por se mostrar próximo a uma figura local. Uma vez que Campos Machado se aproximava de um candidato da região que foi vereador e fazia um discurso em defesa do Vale de forma muito incisiva, a condição forasteira poderia ser minimizada. A dobradinha funciona como um minimizador das diferenças espaciais porque cria confusão e ambiguidade entre as candidaturas e suas retóricas.

Não obstante, se a presença de Mercês Tampão significou para Campos Machado o meio pelo qual ele adentrou a cidade e endereçou propostas para a região, para Tampão a presença de Campos Machado se mostrou impactante, pois o nome do candidato a deputado estadual era bastante expressivo, devido a sua ampla carreira política. Tampão usufruiu do prestígio de Campos Machado para tornar mais ampla sua visibilidade na região. Tampão deixara de ser apenas mais um candidato da região e passara a se converter em um candidato da região que teria boa relação na esfera política estadual. Nesse caso, as dobradinhas funcionam como uma circulação de sentidos, em que as retóricas gerais dos “de fora” podem se aproximar e se confundir com as retóricas mais concretas e pragmáticas de quem é “de dentro”.

Outro tipo de acesso ao eleitorado da região pelos candidatos de fora se dava pelo contato com pessoas notáveis. Nesse caso, a ideia era fazer uso da imagem de personagens locais influentes, incrementando sentidos e possibilidades de adesão do público com o qual o candidato desejava se vincular (PALMEIRA e HEREDIA, 2006). Nas cidades do Vale do Paraíba paulista há inúmeras personalidades que motivam a adesão dos eleitores a suas causas e projetos, devido ao seu reconhecimento público e ao trabalho que empreenderam ao longo dos anos na vida social e/ou política local. Seja ocupando cargos públicos ou afastado deles por motivos vários, a capacidade de mobilização dos notáveis da região transformava seu apoio em recurso a ser buscado por candidatos “de fora” que queriam se fazer vistos pelo eleitorado regional. Estar junto deles era tentar gozar do prestígio que ainda tinham, ganhando a confiança para si por meio da confiança que o eleitorado regional tinha em determinadas personagens locais (HEREDIA, 1996).

Metonimicamente, parece que o voto depositado naquele que recebe o apoio apresenta-se como o voto no afamado que o oferece. A decisão em emprestar seu carisma para candidatos “de fora” se deve a vários fatores: pesa a amizade com o candidato que se decide apoiar; a reciprocidade em relação a algum favor feito no âmbito político ou pessoal; as ligações partidárias que se quer manter ou estender; as redes passíveis de desenvolvimento a partir dos apoios acertados; o estabelecimento de uma ligação com deputados em potencial que poderão ser acersados e dos quais as retribuições poderão ser reclamadas; a marcação de posição como referência local cujo prestígio é reconhecido e que se performa como capital político precioso, entre outros.

O candidato Márcio Alvino procurou se projetar em Aparecida por meio de associação com o emblemático político local Zé Louquinho. Prefeito em três oportunidades e líder regional do PR, partido do referido candidato, Zé Louquinho procurou transferir seu prestígio junto ao eleitorado aparecidense para Márcio. Andou pelas ruas da cidade com ele, mobilizou pessoas para se engajarem na promoção da candidatura e vestiu e fez vestir camisetas com o nome e número do forasteiro. Além disso, em comícios e reuniões com o eleitorado aparecidense, enfatizou sua confiança no candidato, que chamava de “meu candidato”, afirmando enfaticamente que ele “irá trabalhar pela nossa cidade”. Nesse caso, há a conformação desses personagens locais como comitês ambulantes. Pelo prestígio guardado junto à população da cidade, mobilizaram-se para atrair apoios para as candidaturas que resolveram apoiar e promover.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As eleições inauguram um tempo em que cada cidade brasileira é convertida em um campo aberto onde os aspirantes a cargos representativos proporcionais procuram a adesão dos votos dos cidadãos a suas candidaturas que, em grande quantidade e segundo os quocientes partidários, permitem a conquista do cargo pleiteado. A esse momento, quando as disputas por representação vêm à tona, acirrando rivalidades e fomentando alianças, a antropologia da política chama de “tempo da política” (PALMEIRA e HEREDIA, 2010). Nesse tempo, quando o que está em jogo é a eleição de representan-

tes para as Assembleias Legislativas e para o Congresso Nacional, as cidades e regiões recebem a presença de nomes da região e de fora dela. Em conjunto, procuram marcar presença e se apresentar como representantes em potencial da população a quem dirigem a imagem e a palavra. Esse tipo de disputa entre candidatos “da” e “na” região é tema pouquíssimo explorado no interior da antropologia da política, apesar de essa área ter se debruçado amplamente sobre as dinâmicas eleitorais no Brasil (COMENFORD e BEZERRA, 2013).

Os candidatos de dentro, que são “da” região, procuram legitimar sua capacidade de ser representantes por conviverem cotidianamente com os problemas enfrentados pelo eleitorado. Ser da região é convertido por estes candidatos em capital político importante na condução de suas candidaturas, utilizado como elemento legitimador de sua demanda, por serem representantes do lugar. Por conta disso, lançam mão de apoiadores locais que serão utilizados para corroborar as intenções da candidatura (HEREDIA, 1996). Além do empréstimo do carisma desses apoiadores, esse tipo de vínculo permite formar um corpo discursivo uniforme, e a gente do lugar apoia candidatos locais produzindo uma retórica de que seriam os representantes da região os mais capacitados para se converterem em seus porta-vozes.

A pertença local, bem como as redes localmente produzidas, além da retórica de voto em pessoas da região pode ajudar a entender o desempenho de algumas candidaturas. Marcus Soliva, apesar de terminar as eleições como suplente, consagrou-se como o candidato mais votado em Guaratinguetá (21,5 mil votos) e Aparecida (3,4 mil votos), além de ter tido boa votação em outras cidades do entorno. Ary Kara conseguiu mais de mil votos em várias cidades, o que parece refletir o reconhecimento das atividades do candidato no passado recente pela região. Esses votos podem estar relacionados ao fato de que, como se procurou demonstrar, os candidatos da região procuravam operar com bandeiras que efetivamente marcassem sua condição de habitante do lugar, acionando sua capacidade de cuidador dos problemas que ele efetivamente conhecia e reconhecia. Suas demandas eram demandas da região. Suas campanhas resumiam-se a um forte discurso identitário moldado na pertença regional como demarcador para o voto. Suas alianças também iam ao encontro disso, uma vez que enfatizaram a unidade e a fidelidade como ações capazes de beneficiar o Vale, bem como a vantagem que é ter um candidato da região no âmbito da representação parlamentar estadual ou federal.

De modo diverso dos candidatos da região, o que se procurou frisar neste trabalho é que os candidatos “de fora”, que passam a atuar “na” região, procuram demonstrar que as bandeiras que defendem e propalam passam pela região, justificando sua capacidade de representante do eleitorado do lugar. Acionam uma retórica de adesão (PALMEIRA e HEREDIA, 2006) a temas amplos que conectam o eleitorado do local a representantes “de fora”, levando-o a ver que tais temas falam de coisas encontradas cotidianamente nas ruas de sua região. Além disso, alguns candidatos aproximam-se de personagens do lugar que vão se apresentar como canalizadoras de suas demandas por votos, ao mesmo tempo em que procuram atrair o carisma e o prestígio regional desses personagens para serem considerados, no imaginário do eleitor local, como alternativas viáveis (PROCÓPIO, 2014).

Como se ressaltou para o caso de Campos Machado e Márcio Alvino, quando eles levantaram bandeiras gerais em suas campanhas, é possível que estivessem tratando de temáticas que percorriam o cotidiano das cidades, o que serviria como justificativa de adesão para sua candidatura, mesmo que não tivessem vínculo de nascimento ou moradia com a região. Suas demandas eram demandas para a região. O eleitor pode se deixar motivar por bandeiras gerais que refletem seus anseios locais, já que problemas da vida cotidiana em uma cidade podem ser um reflexo de uma conjuntura geral que pode ser resolvida indistintamente. Ao mesmo tempo, o acesso ao eleitor local demanda a relação com personagens locais ou dobradinhas, para que a candidatura de fora da região possa ganhar capilaridade. Campos Machado contou, entre outros, com a dobradinha com Mercês Tampoão, que procurava estender a confiança de seu eleitor para o candidato forasteiro, confundindo as bandeiras e o sentido da representação. Já Márcio Alvino teve sua projeção sustentada pelo apoio de Zé Louquinho, que mobilizou seu prestígio em favor do candidato. A posição que essa personagem tinha na política local e a condição de vice-presidente do PR serviram como pistas para entender as razões dos votos dados a Márcio no Vale do Paraíba, especialmente em Aparecida. Esse tipo de esforço empreendido possibilitou a conquista de centenas de votos em várias cidades do Vale. Assim, nas cidades onde o trabalho de campo foi realizado, observou-se que Campos Machado recebeu 1434 votos em São José dos Campos, 277 em Taubaté, 52 em Guaratinguetá, 39 em Lorena e 73 em Aparecida. Márcio Alvino recebeu, por sua vez, 439 votos em São José dos Cam-

pos, 345 em Taubaté, 613 em Guaratinguetá, 801 em Lorena e 2111 em Aparecida.

Diante da reflexão apresentada, vale salientar que a produção de campanhas políticas envolve uma série de movimentos que são assumidos pelos seus atores de forma intensa. Há múltiplas possibilidades de diálogo e interação nas regiões que são exploradas de acordo com o histórico político dos candidatos, os partidos aos quais pertencem, sua capacidade de se fazer reconhecer como alguém próximo dos eleitores e suas posições político-ideológicas. Não obstante, é possível notar estratégias marcadas pela diferenciação sobre o pertencimento a dada região: aqueles que são da localidade em que fazem sua campanha e que a focalizam possuem extensa rede que pode ser acessada nesse âmbito, enquanto os candidatos que procuram fazer com que sua candidatura flua por todo o território estadual limitam-se a entradas mais tímidas nos espaços citadinos, deixando as questões fixadas aos municípios e às regiões dissolvidas em valores, propostas e apoios que dialogam com segmentos mais amplos. A divergência substancial é, portanto, a quem o candidato se dirige em primeiro plano: aos habitantes do local e suas demandas cotidianas em termos de educação, saúde, infraestrutura e emprego e renda, ou a todas as mulheres, a todos os esportistas, a todos os educadores, a todos os trabalhadores, a todos os fiéis de determinada religião.

Tal diferença gera uma tensão latente entre os que são da região e os que estão na região. É frequente, no discurso de candidatos da região, a oposição ao voto dirigido aos que vêm de outras localidades, como se somente eles, por viverem o cotidiano local, pudessem de fato assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento regional e garantir recursos para tanto. A necessidade desse desenvolvimento é presente em diversos discursos que ressaltam a importância do Vale do Paraíba e seu potencial econômico, no entanto as carências de investimento sempre são apontadas pelos candidatos. Nesse ponto, as performances e retóricas dos candidatos procuram criar nos eleitores a sensação de que o Vale do Paraíba aparece como injustiçado no território estadual, sendo, portanto, necessário lutar pela região. Assim, estimulam a expressão de sentimentos que mobilizem emoções, interesses e orgulhos, o que pode surtir efeitos no tempo da política.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. 1997. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes.
- BARREIRA, C. 2006. Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções. In: M. PALMEIRA; C. BARREIRA. **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, p. 151-164.
- BARREIRA, I. 1998. **Chuva de papéis**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará.
- BARREIRA, I. 2009. Entre mulheres: jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais. In: I. BARREIRA; M. PALMEIRA (orgs.). **Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo, Annablume, p. 149-188.
- BEZERRA, M. 2006. Caminho das pedras: representação política e acesso ao governo eleitoral segundo o ponto de vista de políticos municipais. In: M. PALMEIRA; C. BARREIRA. **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, p. 179-202.
- CHAVES, C. A. 2003. **Festas da Política**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará.
- COMENFORD, J; BEZERRA, M. O. 2013. **Etnografias da política**: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Análise Social*, **206**:464-489.
- CORADINI, O. 2006. Relações profissionais e disputas eleitorais. In: M. PALMEIRA; C. BARREIRA. **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, p. 267-300.
- CORADINI, O. 2009. Origens Sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: I. BARREIRA; M. PALMEIRA (orgs.). **Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo, Annablume, p. 81-104.
- GOLDMAN, M. 1998. **Cultural Intimacy** (resenha). *Mana*, **4**(2):150-153.
- HEREDIA, B. 1996. Política, família, comunidade. In: M. GOLDMAN; M. PALMEIRA. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro, Contra Capa, p. 57-71.
- HEREDIA, B. 2006. Luta entre iguais: as disputas no interior de uma facção política. In: M. PALMEIRA; C. BARREIRA. **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, p. 165-178.
- HERZFELD, M. 2005. **Intimidade Cultural**. Lisboa, Ed. 70.
- KUSCHNIR, K. 2000. **Eleições e representações no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará.
- LEMENHE, M. A. 2006. Uma carreira política e vários modos de legitimação. In: M. PALMEIRA; C. BARREIRA. **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, p. 247-266.
- NEIVA, E. 2015. Pharisee Effect. In: G. MAZZOLENI (Ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. Malden, MA and Oxford, Wiley Blackwell, p. 1-5.
- PALMEIRA, M. 1996. Política, facção e voto. In: M. GOLDMAN; M. PALMEIRA. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro, Contra Capa, p. 41-56.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. 2006. **O voto como adesão**. *Teoria e Cultura*, **1**(1):35-58.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. 2010. A política ambígua. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará.
- PROCÓPIO, C. E. 2014. **A produção ritual da candidatura política**. *Cadernos de Campo*, **23**:91-108.
- PROCÓPIO, C. E. 2015a. Ao longo da cidade: Campanhas Políticas e Identidade Regional no Vale do Paraíba Paulista. **Agenda Social**, **9**(2):72-80.
- PROCÓPIO, C. E. 2015b. Quando a religião fica perto da política: o caso dos candidatos apoiados pelo catolicismo carismático nas eleições de 2014 no Brasil. **Debates do NER**, **27**(1):199-232.
- RODRIGUES, I. O.; SANTOS, J.; OLIVEIRA, T. M. R. 1992. Médio Vale do Paraíba do Sul: Estado, políticas públicas e organização do espaço – 1930-1980. **Revista Brasileira de Geografia**, **54**(2):57-82.
- SEADE. 2015. **Informações dos Municípios Paulistas – IMP**. São Paulo, SEADE. Disponível em: < <http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- VILLELA, J. M. 2008. **Política e Eleições no Brasil: o povo em armas**. Campinas, SP, Pontes.

A POLÍTICA DE COTAS COMO FORMA DE ACESSO DEMOCRÁTICO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

THE POLICY OF QUOTAS AS A WAY OF A DEMOCRATIC ACCESS TO THE HIGHER PUBLIC EDUCATION

Tamirys Meirielle Marques¹, Rogério Rodrigues¹

 **ORCID IDS**

Marques TM - <https://orcid.org/0000-0002-8767-6876>

Rodrigues R - <https://orcid.org/0000-0003-2657-7302>

Resumo

Este estudo tem como principal objetivo trazer considerações acerca da política de cotas como mecanismo de acesso democrático ao ensino superior público e ainda, inquirir sobre a igualdade de oportunidades no acesso à educação superior. Para alcançar o objetivo, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da leitura de livros e artigos científicos divulgados em meio eletrônico e, também, a leitura pormenorizada dos documentos que regulamentam as cotas: Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. Ao término desse estudo, conclui-se que a política de cotas e as ações afirmativas surgiram como meio de contribuir para a igualdade de oportunidades e vêm cumprindo o proposto, na medida em que proporcionam o acesso de uma parcela de estudantes antes excluídos desse espaço de conhecimento, que é a universidade.

Palavras-chave: Política Educacional. Cotas Sociais. Igualdade. Ensino Superior.

Abstract

The present study has as main objective considers about politics of quotas as a mechanism of a democratic access to the public higher education and inquires about the equality on opportunities of the access to the higher education. To reach this objective it had been used as a methodological resource, the bibliography research performed from the reading of books and scientific articles published in electronic means and also detailed reading of documents which regulate the quotas: law number 12711 of August,29,2012;decree number 7824 of October, 11, 2012 and the normative ordinance number 18 of October, 11, 2012. At the end of the present study it was included that the quota politics and the affirmative actions have emerged as a mean to contribute to the equality and opportunities and have been fulfilling the proposal according as provide the access to a portion of students that are excluded of that knowledge place, the University.

Keywords: Educational Politics. Social Quotas. Equality. Higher Education.

¹ Universidade Federal de Itajubá

Autor Correspondente: tamirysmarks@hotmail.com

INTRODUÇÃO – ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS SUAS MARCAS ELITISTAS E EXCLUDENTES

Elitismo e exclusão são traços marcantes na história da educação brasileira, tais características são heranças das relações escravistas aqui desenvolvidas. Desde o período colonial houve criação de escolas no Brasil, no entanto, poucas pessoas tinham acesso (FERREIRA, 2010). Para Pereira, May e Gutierrez (2014) os ciclos econômicos que o Brasil foi submetido influenciaram a organização escolar no país.

A partir do século XX, as classes populares passam a ter acesso à educação, porém, segundo Ferreira (2010), foram privadas do conhecimento, pois as condições de educação a elas destinadas eram excludentes: esvaziamento de conteúdo, estrutura, formação dos professores (FERREIRA, 2010).

Segundo Ferreira (2010) nem a independência política, alcançada pelo Brasil em 1822, foi capaz de mudar o caráter elitista e excludente da educação, pois ela continuava segregando um grande quantitativo da população:

O padrão elitista da educação brasileira do século XIX era aquele que se materializava na figura do senhor de terras e de escravos, ou seja, depois da escolaridade primária, seus filhos frequentavam o Colégio D. Pedro II, fundado em 1837, ou realizavam os exames parcelados do bacharelado secundário e, depois, ingressavam no curso de Direito ou de Medicina. Tinham uma formação muito mais bacharelesca, fundada numa retórica de cunho humanístico, que propriamente profissional, isto é, não frequentavam o curso superior de Direito, por exemplo, para ser um profissional que exerceria as funções inerentes àquele ofício de atividade liberal; visavam muito mais ostentar prestígio social por meio do título de “doutor” (FERREIRA, 2010, p. 18).

A educação superior nesse período balizava apenas poder, não visava à formação profissional e era acessada apenas pelos filhos dos senhores de terras e escravos, que tinham acesso a todos os níveis de

educação. À população escrava, aos indígenas e aos pobres estava reservada apenas a exploração da força de trabalho.

Para Ferreira (2010):

[...] as elites econômicas e políticas que governavam o Brasil durante o Império negaram a possibilidade histórica da educação para o povo em geral. Até porque, para elas, no contexto de uma sociedade agrária exportadora de um único produto (café), não havia sentido econômico e social em oferecer educação escolar para a massa dos escravos vindos da África, ou seja, para aqueles que formavam o grande contingente da população brasileira (FERREIRA, 2010, p. 44).

O contexto histórico demonstra como a educação no Brasil surge de forma segregacionista delimitando quem poderia ou não ter acesso. Embora os escravos compusessem a maior parcela da população brasileira naquele período, a eles estava reservado apenas o trabalho braçal.

No período republicano não houve muitas mudanças no sentido de propiciar uma educação mais abrangente, mesmo com as reformas realizadas (em decorrência das mudanças econômicas e sociais que o país vivenciava) a educação brasileira continuou sendo elitista e excludente. Aqui a principal mudança foi o aumento do número de escolas públicas, mas essas eram pouco eficientes, inserindo de forma lenta os filhos das classes populares (FERREIRA, 2010).

Somente na década de 1950, o documento que impedia a passagem do ensino profissional para o propedêutico¹ e permitia que somente os filhos das elites pudessem ter acesso a cursos universitários é revogado por Getúlio Vargas. Mesmo assim, o acesso à educação permanece com grandes marcas de exclusão. A escola pública de nove anos reivindicada por defensores da educação (manifesto dos pioneiros da educação nova), para os filhos das classes populares se concretiza somente nos anos 1970, mas com níveis distintos da educação ofertada aos filhos das elites (FERREIRA, 2010).

1 Refere-se a uma educação iniciadora para uma especialização posterior. Como característica principal, temos uma preparação geral básica capaz de permitir o desdobramento posterior de uma área de conhecimento ou estudo (MENEZES; SANTOS, 2001).

No período conhecido como “milagre econômico” (1968 – 1973), ocorrido durante o regime civil militar, acontece o movimento de modernização das relações capitalistas que transforma o Brasil em uma sociedade urbano – industrial. Neste contexto, ocorre a expansão da escola de ensino fundamental (FERREIRA, 2010).

O Brasil experimenta de forma tardia o sistema escolar para os filhos das classes populares, essa demora em proporcionar acesso ao conhecimento a todos deixou cicatrizes no processo de educação brasileira difíceis de curar.

Segundo Ferreira (2010):

[...] a expansão quantitativa da escola pública obrigatória de oitos séries não se realizou por meio de uma educação fundamentada nos conhecimentos clássicos historicamente acumulados pela humanidade. Assim, se, por um lado, começava a ser resolvido o problema da expansão quantitativa referente ao acesso à escola pública obrigatória, por outro, essa mesma escola pública, frequentada majoritariamente pelos filhos das classes populares, caracterizava-se por ser uma instituição de ensino esvaziada de sua própria essência: a educação plasmada pelos conhecimentos clássicos e universais. Isso porque a escola pública, desde então, vem caracterizando-se pelo vazio de conteúdo, pela ineficiência na transmissão dos conhecimentos essenciais à formação dessas crianças brasileiras (FERREIRA, 2010, p. 87).

Embora tenha ocorrido nesse período a expansão do acesso à educação para as classes populares brasileiras, a educação permanecia excludente. A expansão não foi acompanhada da qualidade da educação ofertada. A forma de transmissão do saber negligenciada corrobora na diferenciação dos saberes ofertados e conseqüentemente influenciam na formação dos estudantes.

No período ditatorial, ocorre a implementação de algumas reformas educacionais, dentre elas, a reforma da universidade, objetivando aumentar a eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção e atender à demanda da classe média por mais vagas nas universidades. “Ou seja, a educação no âmbito

do regime civil militar foi concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática com o objetivo de viabilizar o *slogan* ‘Brasil Grande Potência’” (FERREIRA, 2010, p. 98). Para Pereira, May e Gutierrez (2014) a política de expansão do ensino superior na ditadura militar visava à formação rápida de profissionais “A universidade passava a adaptar seus currículos, programas e atividades para atender ao mercado e inserir a classe média em postos na burocracia estatal e nas grandes empresas privadas, fato que está fortemente presente na atualidade” (FERREIRA, 2010, p. 127).

O período de ditadura militar subordinou a educação ao desenvolvimento econômico, transferindo para a educação o papel único de alavancar o Produto Interno Bruto (PIB). Assim sendo, além de surgir tardiamente e de segregar a classe popular, a educação brasileira teve como foco o PIB sem levar em consideração a má distribuição de renda geradora de graves problemas sociais que influencia negativamente para o verdadeiro desenvolvimento do país (FERREIRA, 2010).

A educação pós ditadura civil-militar: influências das reformas neoliberais

No final da última década do século XX, não só o Brasil, mas o mundo vivenciava a implantação do modelo neoliberal entre os países centrais. Da reunião de agências multilaterais que se reuniram em Washington (EUA), surgiu um conjunto de medidas que foram denominadas “Consenso de Washington”. Essas medidas compreendiam: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, privatizações das empresas estatais, abertura comercial, reestruturação dos sistemas previdenciários, dentre outras. No Brasil, os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) foram os responsáveis pela implantação das medidas neoliberais definidas no Consenso de Washington (FERREIRA, 2010).

Segundo Pereira; May; Gutierrez (2014):

[...] o contexto do neoliberalismo atacou a estrutura universitária, em especial, a pública. Diversos autores convergem para o entendimento de que os pressupostos neoliberais precarizaram o inves-

timento público, sucateando as estruturas físicas e atacando direitos dos trabalhadores em educação (PEREIRA; MAY; GUTIERREZ 2014, p.128).

O enxugamento do Estado brasileiro a partir das reformas ocorridas, sobretudo em função das privatizações, ocasionou a diminuição de políticas públicas, dentre elas a política de educação. Alavancou-se nesse período o incentivo à expansão do setor privado e diminuiu o investimento no setor público. O ensino superior foi o mais afetado com esse modelo privatista, que ao invés de resolver os problemas da exclusão na educação, aumentou ainda mais o abismo entre as classes. A educação no Brasil é marcada por avanços e retrocessos e é sempre a classe popular a mais prejudicada (FERREIRA, 2010).

Ainda de acordo com Ferreira (2010):

Em 2000, por exemplo, eram mais de 30 milhões de alunos frequentando o ensino fundamental público. Desse contingente de crianças matriculadas no ensino obrigatório público de oito anos, três milhões eram reprovadas e 27 milhões submetidas a um processo educacional miserável do ponto de vista do capital cultural clássico historicamente acumulado pela humanidade, pois o desempenho escolar em disciplinas como português e matemática indicavam o que alguns estudiosos denominam de “formação intelectual indigente”, coroando um século de reformas mal sucedidas e de políticas educacionais ineficientes. Assim, a educação pública brasileira gerou uma situação de segregação cultural e civil da maioria absoluta das crianças brasileiras de 7 a 14 anos. Agora, porém, a exclusão das classes populares já não se realizava pela ausência da escola, uma vez que estava resolvida a questão do acesso; ela manifesta-se pela permanência na própria escola, isto é, a escola de Estado não garante a aprendizagem efetiva dos conhecimentos essenciais exigidos pelas sociedades contemporâneas (FERREIRA, 2010, p. 109).

O problema da educação a partir daqui deixa de ser a questão do acesso e passa a ser a aprendizagem efetiva. A exclusão agora acontece na escola, que apresenta dificuldades na formação dos indivíduos e não é capaz de proporcionar conhecimento que coloque os alunos antes excluídos e agora nela inseridos em condições de igualdade com os demais. Assim,

a escola pública deixa de ser uma instituição cuja principal função é “[...] gerar e transmitir os saberes fundamentais que possibilitam aos cidadãos enfrentarem os desafios culturais, científicos e tecnológicos criados pelo mundo contemporâneo” (FERREIRA, 2010, p. 113).

Se a escola pública básica, desde o seu surgimento, não atraía a elite, no ensino superior ocorre uma inversão. A elite que frequentou toda a educação básica em instituições particulares enxerga a universidade pública como local para ampliação do conhecimento, pois a universidade não dissocia ensino, pesquisa e extensão e proporciona experiências vastas. Assim, os alunos que vieram de uma educação básica deficitária e que anseiam muitas vezes mudar a realidade vivenciada, disputaram por muito tempo uma vaga nas universidades sem nenhuma condição que os garantisse equidade de oportunidades.

As políticas afirmativas surgem com o objetivo de contribuir para uma maior inserção de estudantes oriundos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas, dentre outros. A partir dessas ações, anseia-se que as vagas nas universidades e demais instituições de ensino superior pública sejam ocupadas de forma igualitária para que aos poucos se tenha uma sociedade menos excludente.

A IMPORTÂNCIA DA LEI DE COTAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

No que tange ao acesso à educação pública superior se faz importante mencionar que esse, foi por muito tempo privilégio das classes mais altas da sociedade. Assim, aos grupos historicamente excluídos, restava o ingresso nas faculdades particulares quando podiam custear as mensalidades, caso contrário encerravam os estudos com a conclusão do ensino médio. Em um país excludente, o acesso à educação superior pública significa chances de mudança de realidade. De acordo com Cardoso (2008, p. 11) “A educação superior constitui um dos mais privilegiados meios de ascensão social, na medida em que amplia as oportunidades de obtenção de melhores empregos e remunerações mais elevadas”.

Se a educação superior tem como objetivo ampliar as oportunidades de melhores empregos e ascensão social, como os negros, os indígenas e os estudantes das camadas historicamente excluídas da sociedade podem acessar a educação superior pública, uma vez que não detêm as mesmas chances das altas camadas da sociedade? Segundo Carvalho (2016):

[...] as cotas significam a possibilidade concreta de dividir esse poder, concentrado pelos brancos, com os negros e indígenas. Como fatias que fossem reservadas para diferentes pessoas, as cotas representam um percentual mínimo de vagas para que se alcance um grau moralmente aceitável de igualdade étnica e racial na sociedade brasileira. Por trás da ideia de cotas está a convicção de que as vagas das instituições públicas de ensino superior não podem ser alocadas apenas para um grupo étnico, racial ou social, porém que haja equanimidade na sua distribuição. (CARVALHO, 2016, p.15).

Assim, como questões norteadoras deste trabalho, apontamos: o acesso à universidade é um meio de promover a igualdade de oportunidades? As instituições de ensino superior públicas ganharam um novo perfil com o surgimento das cotas?

A relevância do presente estudo se justifica pela importância em melhor entender como se deu o processo de origem das cotas e se elas têm contribuído para o acesso da população historicamente excluída do ensino superior em instituições públicas.

No Brasil, as cotas raciais e as ações afirmativas em prol da diminuição das desigualdades surgiram nos anos de 1990, incitadas por lutas da sociedade civil encabeçadas pelas reivindicações do movimento negro por ações mais igualitárias e políticas de não discriminação (PEREIRA; RODRIGUES; GUILHERME, 2010).

Segundo Cardoso (2008), o marco para as ações afirmativas passarem a existir no país, foi a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, que ocorreu em 2001 em Durban, África do Sul, pois foi a partir dessa conferência que generalizou-se o debate em torno da inclusão e, assim, algumas ações com vistas a incluir os grupos excluídos da sociedade começaram a acontecer.

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial também é um grande marco para a política de cotas, sendo criado com objetivo de garantir à população negra igualdade de oportunidades e efetivação de seus direitos. O Estatuto de Igualdade Racial defende que o não acesso aos bens públicos e privados baseados na discriminação da cor da pele devem ser duramente vedados e rejeitados (BRASIL, 2010).

De acordo com Carvalho, “os três termos mais usados correntemente quando tocamos na necessidade de diminuir a desigualdade étnica, racial ou social no Brasil são: inclusão, cotas e ação afirmativa” (CARVALHO, 2016, p.15). Todavia, entende-se que a diminuição das desigualdades está também atrelada a políticas que possibilitem igualdade de direitos e oportunidades às pessoas.

Neste contexto, o principal objetivo deste estudo é inquirir sobre a política de cotas como meio das camadas menos privilegiadas da sociedade acessarem o ensino superior público. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica realizada a partir da leitura de livros e artigos científicos divulgados em meio eletrônico e ainda, leitura pormenorizada dos documentos que regulamentam as cotas: Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas); Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. Dentre o referencial teórico utilizado, destaca-se as contribuições de Carvalho (2016), que colabora para o entendimento da importância da política de cotas para uma universidade mais igualitária e uma sociedade menos desigual. Para o autor, as universidades devem ser cada vez mais equânimes, não se posicionando a serviço apenas de uma classe.

O DEVER DO ESTADO EM OFERTAR EDUCAÇÃO PARA TODOS

A discussão sobre o acesso à educação pública superior para todos não é recente e há alguns anos diversas instituições vem desenvolvendo atuações com viés de inclusão. Porém, as ações de inclusão no acesso ao ensino público conhecidas como cotas e ações afirmativas surgem de forma mais efetiva a partir do ano 2000, como meio de promover a igualdade de oportunidades e efetivação de direitos dos grupos historicamente excluídos.

Com a aprovação da Lei nº 3.524 no ano 2000, que garantia 50% das vagas nas universidades para estudantes de escolas públicas municipais e estaduais de ensino, o Rio de Janeiro tornou-se o primeiro estado no Brasil a aderir ao Sistema de Cotas e, posteriormente, outras instituições também adotaram o respectivo sistema. A Universidade de Brasília (UnB) foi pioneira entre as universidades federais a aprovar o ingresso aos cursos através das cotas. A decisão da UnB foi tomada pelo Conselho Universitário, que aprovou as cotas para alunos negros sem levar em consideração a situação econômica e origem escolar (MAGNONI, 2016).

Ainda de acordo com Magnoni (2016), pelo pioneirismo, tanto a UnB quanto a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), foram questionadas pelos contrários às cotas, porém, a iniciativa destas instituições fez emergir debates entre os movimentos sociais adeptos à política, que passaram a pressionar o governo.

A partir das mobilizações sociais (movimento negro e indígena) e da aprovação das cotas na UnB e na UERJ, várias instituições decidiram também aprovar as cotas por meio da autonomia do conselho universitário. Ressalta-se que as ações afirmativas no Brasil surgiram em torno de uma pauta principal: o sistema de inclusão para negros no ensino superior e, no decorrer dos anos, além do critério racial passou-se a utilizar os critérios social e econômico.

O primeiro documento em âmbito nacional que se refere às ações de inclusão nas universidades foi o Programa Diversidade na Universidade, criado pela medida provisória nº 63, de 26 de agosto de 2002, com intuito de promover o acesso de grupos excluídos, especialmente indígenas e afrodescendentes ao ensino superior (BRASIL, 2002).

De acordo com Carvalho (2016), os anos de 2003 e 2004 foram cruciais para o enraizamento das ações afirmativas no Brasil, pois nesses dois anos o número de instituições que aderiram às ações foi bem superior aos demais anos.

Passados pouco mais de uma década do início das ações afirmativas, foi sancionada a Lei nº 12.711 no ano de 2012, conhecida como Lei de Cotas. Essa lei

estabeleceu que todas as universidades e institutos federais reservassem 50% de vagas para alunos egressos de escolas públicas, sendo que deste percentual, 25% seriam destinados aos alunos de baixa renda e, também às vagas para negros e indígenas (BRASIL, 2012a).

Ainda no ano de 2012, foram instituídos dois documentos para regulamentar a Lei nº 12.711, sendo o primeiro, o Decreto nº 7.824, que dispõe sobre o ingresso de alunos nas Universidades Federais e nas Instituições de Ensino Técnico de nível médio e que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012b). O segundo é a Portaria Normativa nº 18, que dispõe sobre a implantação das reservas de vagas em Instituições Federais de Ensino (BRASIL, 2012c). Esses documentos reguladores constituem-se de grande importância para a normatização da política, que por muitos anos teve o aval apenas dos conselhos universitários. Em 2016, foi sancionada a Lei nº 13.409, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino (BRASIL, 2016).

A Lei de Cotas representa um avanço para as ações afirmativas no Brasil, pois além de regulamentar as cotas como política, generalizou as ações em todas as universidades e institutos federais e fez com que todas as instituições, mesmo as contrárias, aderissem ao sistema de cotas. Entretanto, um ponto importante e pouco lembrado da referida lei é a divergência do seu modelo em relação ao modelo criado pelas instituições. Ao criarem a Lei de Cotas não foi levado em consideração as diversas ações afirmativas já implementadas pelas instituições de ensino (CARVALHO, 2016). Essa divergência de modelos compromete em parte o avanço da política, pois forçou algumas universidades e institutos federais a reduzirem suas ações para adequarem-se à lei. Ressalta-se que as cotas são apenas um tipo, entre vários, de ações afirmativas desenvolvidas nas instituições públicas de ensino superior.

Segundo os autores Fonseca e Pimenta (2012), o reconhecimento dos desiguais implica pensar os desiguais como protagonistas que passam a ter acesso aos meios até então frequentados somente por

aqueles que possuíam maior poder aquisitivo. Nesse sentido, as cotas aparecem como um dos tipos de ações afirmativas existentes que visa proporcionar acesso àqueles que não viam a universidade pública como possível de ser acessada.

De acordo com o Censo da Educação Superior realizado em 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a rede federal de educação conta com 63 universidades e 40 institutos federais/Cefets. O estudo diz que há, ainda, 5 faculdades, uma ligada ao Ministério da Educação e 4 vinculadas a outros órgãos do governo, além de 2 Centros Universitários. Nas universidades, presentes em todas as unidades da federação, estão matriculados mais de 1,1 milhão de alunos (BRASIL, 2019). Ressalta-se que todas as instituições mencionadas operam o sistema de reserva de vagas para acesso à universidade. Ainda considerando os dados do Censo (2018), a rede federal consolida-se como a maior rede pública com participação de 64%.

Estudo realizado por Senkevics e Mello (2019), a partir do cruzamento de dados do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional do Ensino Médio, apontou que a participação dos estudantes oriundos do ensino médio público aumentou de 55,4% em 2012 para 63,6% em 2016 nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Segundo os autores, pôde-se observar também um progressivo aumento do número de ingressantes entre todas as categorias definidas pela Lei de Cotas. A participação dos estudantes pretos, pardos e indígenas passou de 27,7% em 2012 para 38,4% em 2016. Uma das conclusões dos autores sobre o perfil discente das IFES, considerando os anos de 2012 a 2016, é o aumento da participação de todos os grupos contemplados pela Lei de Cotas nas IFES.

Em 2019, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace) divulgou a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais. A pesquisa foi realizada no período de fevereiro a junho de 2018, e contou com a participação de estudantes de 63 universidades e de dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Considerando o público respondente, 35,34 % do

total de alunos matriculados nas IFES brasileiras, os dados apontam que 51,2% dos estudantes respondentes se autodeclararam negros, o que demonstra que as ações afirmativas elevaram em 15 anos o número de estudantes pretos (as) e pardos (as) de 160.527 para 613.826, representando um aumento de 282%. Considerando os graduandos (as) segundo a renda per capita mensal familiar, a pesquisa apontou que 70,2% dos estudantes pertencem a famílias cuja renda mensal total é de até 1,5 salários mínimos. Em relação ao percentual de graduandos (as) que cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas, em 2018, 60,40% dos respondentes da pesquisa afirmaram ter cursado o ensino médio em escolas públicas. Em 2003, quando o Fonaprace realizou a II Pesquisa do Perfil Discente, esse percentual era de 37,5% (FONAPRACE, 2019).

A expansão das cotas entre as instituições de ensino superior públicas do país contribuiu para uma mudança no perfil das IFES. O espaço, antes ocupado majoritariamente pelos alunos detentores de prestígio social e econômico, passou a ser dividido com os alunos em situação econômica e social menos privilegiada. A oportunidade de ascensão dos grupos de pouco ou quase nulo prestígio econômico e social à educação superior mexe com os setores conservadores da sociedade, diante da possibilidade de divisão do espaço de ensino com a classe popular. Segundo Guimarães (2002, p. 71), “O povo brasileiro não é contrário às políticas de ações afirmativas, tampouco na sua versão mais polêmica, um programa de cotas. Quem as rejeita são as classes médias e as elites, inclusive intelectuais”. São inúmeras as vantagens das classes economicamente favorecidas frente as classes populares. Conforme aponta Ciconello (2008):

[...] sejamos honestos, bons colégios, cursos de língua estrangeira, acesso às salas de cinema, teatro e artes, colônias de férias, viagens familiares e escolares, aquisição de jornais, revistas, material didático de bom e moderno conteúdo, manejo regular de equipamentos como computador e acesso a redes de informação disponíveis pela internet, ambiente domiciliar dotado de infraestrutura adequada à realização das tarefas escolares é uma questão de classe e não, exata ou exclusivamente, de mérito. (CICONELLO, 2008, p. 2-3).

É perceptível a facilidade com que as camadas mais favorecidas têm no acesso aos bens e serviços, por isso, fica cada vez mais evidente a contribuição da política de cotas ao garantir oportunidades aos grupos excluídos.

Entende-se que, se o Brasil fosse um país menos excludente, não seria necessária a criação de políticas com intuito de promover igualdade de acesso entre as pessoas. No entanto, vive-se em um país desigual onde as maiores e melhores oportunidades estão concentradas nas mãos de poucos. Logo, a criação de políticas voltadas à garantia de direitos da população de menos prestígio social constitui-se fundamental para uma sociedade mais igualitária. A política de cotas não põe fim a exclusão, nem tampouco ao preconceito, ela é um meio importante para se promover a igualdade.

Percebe-se que parte dos alunos que ingressam no ensino superior público através das cotas carregam marcas da exclusão do sistema capitalista e, por vezes, precisam receber o incentivo e o apoio necessários para não abandonarem seus sonhos. Muitos deles precisam dividir a atenção entre os estudos e o custeio da alimentação, da moradia e do material didático, o que difere da realidade das classes privilegiadas. Tal contexto requer a existência de uma Política de Assistência Estudantil bem estruturada de forma a garantir meios para a permanência com sucesso do aluno cotista até a conclusão do curso. Segundo Faria, Santos e Mendes (2015):

A educação, além de direito social, é direito fundamental que deve ser concretizado pelo Poder Público, cumprindo à universidade federal, sobretudo por sua natureza de instituição pública, ser instrumento de combate às desigualdades do país. Desse modo, sua democratização, com a consequente inclusão de minorias étnicas, econômicas e sociais não é se não o cumprimento de sua função social. (FARIA; SANTOS; MENDES 2015, p.96).

Dessa forma, é importante lembrar o vasto caminho a percorrer para garantir de fato a igualdade de oportunidades, tendo as instituições a obrigatoriedade de se orientar a partir das políticas de inclusão e implementar meios de democratização para permanência no ensino superior.

A partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conhecido como Reuni, a universidade pública brasileira expandiu-se para um público historicamente excluído desse espaço: pobres, oriundos de escola pública, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros.

Pensando a expansão e a mudança do perfil nas universidades foi criado o Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visa proporcionar aos estudantes ingressantes das diferentes esferas sociais condições de permanência na universidade. O decreto PNAES tem como objetivos: I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Ações de Assistência Estudantil, de acordo com o Decreto PNAES, são: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

São inegáveis os ganhos advindos da expansão universitária e a importância do PNAES como principal responsável pelas ações de permanência de um público com marcadores sociais diversos. No entanto, é necessário que as instituições de ensino superior públicas consigam garantir de fato a permanência desse público que adentrou a universidade nos últimos anos por meio de políticas de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a discussão apresentada, entende-se que por muito tempo as instituições de ensino superior públicas do Brasil tiveram a maioria de suas vagas ocupadas pela elite brasileira, pois essa era a camada da sociedade que detinha recurso financeiro

para frequentar as melhores escolas particulares e os renomados cursinhos pré-vestibulares. Porém, com o surgimento das cotas, houve uma mudança neste cenário, possibilitando o ingresso de um novo público nas universidades e institutos federais.

A partir do estudo realizado, percebe-se que o público das IFES sofreu alterações ao longo dos anos, e que a política de cotas tem uma importante atuação para essa mudança de perfil dos discentes, sendo a maioria dos estudantes das IFES atualmente oriundos de escolas públicas e pertencentes a famílias cuja renda familiar per capita mensal é de até 1,5 salários mínimos.

Entendendo a educação como um fator importante para a inserção do indivíduo na sociedade, compreende-se a política de cotas como uma aliada na medida em que oportuniza a inclusão de novos alunos à educação superior. Muitos dos estudantes que adentram as universidades públicas através de ações afirmativas são os primeiros da família a ingressar no ensino superior, e isso é bem representativo do ponto de vista histórico dessas famílias.

A política de cotas e as ações afirmativas surgem como meio de promover igualdade de oportunidades e têm cumprido seu objetivo na medida em que viabilizam o acesso das camadas menos favorecidas à educação superior pública. Acredita-se que essas ações não são suficientes para sanar as desigualdades existentes no país e, por isso, aliadas as cotas deve haver outras políticas que contribuam para a diminuição das desigualdades. Entretanto, elas muito contribuem para a diminuição do distanciamento entre as classes, na medida em que promovem a inclusão de grupos excluídos ao ensino superior público e garantem o direito à educação de qualidade para todos.

Considerando a educação como vetor de inclusão social, a política pública de cotas voltada para atender oriundos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas e demais estudantes das camadas menos favorecidas historicamente, se apresenta como uma possibilidade para auxiliar no estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, 15 out. 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002.

Cria o Programa diversidade na universidade, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 nov. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10558.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 17 nov. 2016.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 agos. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012.

Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 15 out. 2012c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm>. Acesso em: maio. 2018.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018:** notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centro_superior/documentos/2019/centro_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf> Acesso em: fev. 2020.

_____. **Decreto nº 6.096 de 25 de abril de 2007.** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: maio. 2019.

_____. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.** Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 19 de julho de 2010. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: maio. 2019.

CARDOSO, C. B. **Efeitos da Política de Cotas na Universidade de Brasília:** Uma Análise do Rendimento e da Evasão. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://flasco.org.br/?publication=efeitos-da-politica-de-cotas-na-universidade-de-brasilia-uma-analise-do-rendimento-e-da-evasao>> Acesso em: 16 nov.2016.

CARVALHO, J. J. **A Política de Cotas no Ensino Superior.** Instituto de Inclusão no ensino Superior e na Pesquisa CNPQ/Universidade de Brasília, 2016.

CICONELLO, A. **O desafio de eliminar o racismo no Brasil:** a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. In: OXFAM INTERNATIONAL. (Org.). From Poverty to Power: how Active Citizens and Effective States can Change the World. Oxfam International: Londres, 2008.

FARIA, I. P.; SANTOS, Georgina. G.; MENDES, José. A.S.R. **“Política de cotas para ingresso em instituições federais de ensino superior: um estudo interdisciplinar da Lei n.12.711/2012”.** Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/viewFile/2238-9024.15.4/pdf>> Acesso em: 15 nov.2019.

FERREIRA, Jr., A. **História da Educação Brasileira:** da Colônia ao século XX / Amálio Ferreira Jr. - São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FONAPRACE.V **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018).** Brasília, 16 de maio de 2019. Disponível em: http://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/v_pesquisa_do_perfil_dos_graduandos_16_de_maio.pdf. Acesso em nov.2019.

GUIMARÃES, A. S. A. (2002). **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34.

FONSECA, J. A.L. PIMENTA, R. W. **A chegada dos desiguais à escola:** Novas formas de Inclusão/exclusão. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2796/421>> Acesso em: maio. 2019.

MAGNONI, M. S. **“Lei de Cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto?”** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200299> Acesso em: 17 nov. 2016.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. dos. Verbete educação propedêutica. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/educacao-propedeutica/>>. Acesso em: set. 2019

PEREIRA, A. B.; RODRIGUES, E.; GUILHERME, R. C. **“Ações Afirmativas: política de cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas”.** **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 244 - 250, ago/dez. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7621/5786>>. Acesso em: 05 nov.2016.

PEREIRA, T. I. MAY, F.; GUTIERREZ, D. O acesso das classes populares ao Ensino Superior: novas políticas, antigos desafios. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.16, n.32, p. 117-140, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/31543678/o_acesso_das_classes_populares_ao_ensino_superior._novas_pol%C3%ADticas_antigos_desafios> Acesso em: nov. 2018.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. **O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?** Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053145980>>. Acesso em: nov.2019.

PRECISAMOS FALAR SOBRE THANOS!: a relação subjacente, na trama ficcional Avengers – Infinity War, entre um titã louco e um economista inglês do século XVIII*

DO WE NEED TO TALK ABOUT THANOS! the underlying relationship, on the fictional Avengers - Infinity War, between a crazy titan and an english economist of the XVIII century

Jander Fernandes Martins¹

 ORCID IDS

Martins JF - <https://orcid.org/0000-0002-1800-8727>

Resumo

O cinema nas últimas décadas atingiu um ápice de produção e arrecadação até então nunca vivenciada. A franquia Marvel Studios é uma delas, arrecadando valores na casa dos bilhões de dólares em bilheteria. Essas peculiaridades, chamaram a atenção dos autores, de modo que, o presente texto busca analisar esse blockbuster trazendo à luz, narrativas e elementos subjacentes que remontam, econômica e filosoficamente, pressupostos oriundos do séc. XVIII. Especialmente, a Tese Malthusiana de controle populacional. Metodologicamente, realizou-se uma “decopagem” do filme Avengers: Infinity War, como proposta de interpretação e compreensão de como e por quê uma franquia de renome elegeu como “pano de fundo” de sua trama ficcional, o ideário de Thomas Malthus (1766-1834). Os elementos constatados, subjacentes, ao enredo do filme são provocativos e reveladores.

Palavras-chaves: Antropologia; Cinema; História; Marvel Comics; Thomas Malthus.

Abstract

The cinema in the last decades reached an apex of production and collection until then never experienced. The Marvel Studios franchise is one of them, raking in billions of dollars at the box office. These peculiarities have drawn the attention of the authors, so that the present text seeks to analyze this blockbuster bringing to light, narratives and underlying elements that go back, economically and philosophically, assumptions originating from the 20th century. XVIII. Especially, the Malthusian Thesis of population control. Methodologically, a “decopage” of the film Avengers: Infinity War was proposed, as a proposal of interpretation and understanding of how and why a well-known franchise chose as “background” of its fictional plot, the ideology of Thomas Malthus (1766 -1834). The underlying elements underlying the film’s plot are provocative and revealing.

Keywords: Anthropology; Movie Theater; History; Marvel Comics; Thomas Malthus.

¹ Mestre em Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE). Especialista em TIC na Educação (FURG). Pedagogo(UFSM). Autor Correspondente: email@email.com

* O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Cód. Financiamento 001.

Recebido em 30 de Janeiro de 2020; Aceito em 06 de Agosto de 2020.

PARA COMEÇO DE CONVERSA

O cinema nas últimas décadas atingiu um ápice de produção e arrecadação até então nunca vivenciada. Em especial, a franquia *Marvel Studios* com seus super-heróis. Nessa última década, a referida franquia, assombrosamente, produziu e arrecadou em torno de “US\$ 15 bilhões¹”. Exemplo disso é que, Guerra Infinita arrecadou sozinho em torno de US\$ 2 bilhões. Seguido de Pantera Negra US\$ 1,3 bilhões. Com essas cifras, a franquia foi elevada à categoria de “referência cinematográfica”, e não apenas no gênero ação.

Atualmente, o cinema tornou-se uma poderosa indústria de entretenimento, além de estar cada vez mais popular, o acesso aos filmes, se dá, das mais diversas formas, na sala de cinema, em casa, onde quisermos e estivermos. Através de sistemas de reprodução de som e imagem, nas plataformas e mídias digitais, *blu-ray*, *DVD*, *internet*, entre outras. Os filmes estão cada vez mais tecnológicos e apropriaram-se da tecnologia 3D e da realidade virtual. Gastam-se milhões para produzir um filme que use tecnologia de ponta.

No século XXI, *Bollywood* é a maior indústria cinematográfica do mundo, seu nome é uma mescla do já conhecido *Hollywood* com o B de Bombay (hoje, Mumbai), pois foi nesta cidade banhada pelo Mar da Arábia que esta indústria começou. *Bollywood* produz filmes de todos os gêneros e sua principal fórmula é uma boa trama, música, coreografia, romance tem conquistando fãs no mundo todo. No entanto, *Hollywood* ainda produz o que mais se consome ao redor do mundo, principalmente, os chamados *blockbusters*². Para o mundo cinematográfico, a expressão *blockbuster* é usada para definir filmes com grandes produções, campeões de bilheteria, filmes que o público em geral gosta, e que em grande maioria recebem muito investimento e tem uma ótima campanha de *marketing*.

1 Informação disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/universo-marvel-ultrapassa-a-marca-de-us-153-bilhoes-na-bilheteria-mundial>. Acessado em 06/09/18.

2 Durante a II Guerra Mundial foi utilizada uma bomba aérea que era capaz de destruir um quarteirão inteiro, daí o temos o significado em sua tradução livre de Blockbuster: Arrasa-quarteirão. Disponível em: <http://portalmidiacriativa.com/voce-sabe-o-que-e-um-blockbuster/>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

Sem dúvidas, as questões referentes a parte de produção, circulação e consumo do cinema são motivos explícitos que nos levaram a toma-los como objeto de análise. No entanto, são os elementos subjacentes identificados na última produção lançada pela franquia, que aqui nos interessa analisar, qual seja: *Avengers – Infinity War/Vingadores-Guerra Infinita*.

O filme *Avengers: Infinity War* arrecadou mais de 2 bilhões de dólares (cifras essas até o momento da produção desse trabalho). Sendo uma das produções cinematográficas com maior recorde atingido na história do cinema. Isso conferiu ao estúdio um grau de recepção favorável quase que unânime no mundo.

Para entender um pouco sobre o impacto social destas produções, é necessário discutir antes sobre cinema, sua história, suas categorias e em que espaço dentro desse universo cinematográfico, o filme *Avengers* se enquadra.

O CINEMA: HISTÓRIA, CATEGORIAS, FUNÇÕES.

O cinema foi elevado à categoria de novo objeto e incorporado ao fazer histórico dentro dos domínios da Nova História Cultural. Um dos grandes responsáveis por essa incorporação foi o historiador francês Marc Ferro (MORETTIN, 2008). Em seu livro *Cinema e História* (1992), Marc Ferro discute a relação entre história e cinema, através de determinados filmes, ele não analisa o cinema de uma perspectiva artística: “O filme, aqui, não está sendo considerado do ponto de vista semiológico também não se trata de estética “[...] Ele está sendo observado não como uma obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto” (1992, p. 87).

O historiador escolheu esse ou aquele conjunto de fontes, adotou esse ou aquele método de acordo com a natureza de sua missão, de sua época, trocando-os como um combatente troca de arma ou tática quando aquelas que utilizava perdem a eficácia.[...] certamente já era sabido que ninguém escrevia a história inocentemente, mas este julgamento parece jamais ter sido tão verificado quanto as vésperas do século XX, quando começou a aparecer o cinematografo. (FERRO, 1992, pp. 80-81).

Para Ferro, o cinema é a testemunha ocular do seu tempo podendo disseminar as ideologias dominantes ou podendo atuar como um “contra poder” de sua época, uma vez que é autônomo em relação ao poder. Outros autores, como Valin, na obra *Novos Domínios da História* (2012), considera o cinema além de um gerador de práticas sociais, um representante de sua época:

O cinema não é apenas uma prática social, mas um gerador de práticas sociais, ou seja, o cinema, além de ser um testemunho das formas de agir, pensar e sentir de uma sociedade, é também um agente que suscita certas transformações, veicula representações ou propõe modelos. Sendo assim, investigar os meios pelos quais alguns filmes buscam induzir os indivíduos a se identificar com as ideologias, as posições e as representações sociais e políticas dominantes e quais as rejeições a essas tentativas de dominação propicia uma visão mais crítica da sociedade. (VALIN, 2012, p. 285).

O cinema passa a ser considerado “fonte histórica”, a partir do momento em que o historiador busca por outras respostas. Esta renovação das fontes de dos métodos, esta nova forma de se escrever a história se dá em função da ineficácia da forma antiga de se produzir história. (MORETTIN, 2008). Também se começa a perceber que o relativismo da verdade absoluta, é inatingível. Desta forma os filmes não representam uma verdade absoluta, mas representa a sociedade e época em que foi produzido, segundo Napolitano (2008, p.67), “para o historiador voltado para o estudo do cinema, é sempre preciso lembrar que todo o filme pode ser tomado como documento histórico de uma época, a época que o produziu”.

Para Napolitano (2008, p.67) “[...] o filme histórico é um espião da cultura histórica de um país, de seu patrimônio histórico [...]”. Para Pierre Sorlin (*apud* NAPOLITANO, 2008, p.67), a análise da relação entre história e cinema, deve levar em consideração três aspectos, a saber: a) A relação entre o passado, época em que se passa a ficção, e presente, a época em que é produzido e a sociedade que representa; b) reprodução do “saber histórico de base”, seu significado social para os diversos espectadores e, c) tensão entre ficção e história, ou seja, os conflitos entre os documentos não ficcionais e as encenações.

Assim, forma cabe ao historiador saber dialogar com a fonte que se propôs analisar, neste caso o cinema:

Em alguns casos, o historiador pode reproduzir esse fetichismo em seu trabalho de análise, o que fica claro nos casos em que a análise é pautada pela avaliação do grau de “realismo” e “fidelidade” do filme histórico, em relação aos eventos “realmente” ocorridos. Em outras palavras, é menos importante saber se tal ou qual filme foi fiel aos diálogos, à caracterização física dos personagens ou a reprodução de costumes e vestimentas de um determinado século. O mais importante é entender o porquê das adaptações, omissões, falsificações que são apresentadas num filme. (NAPOLITANO, 2014, p. 237).

É no presente que “se situa o verdadeiro real histórico destes filmes, e não na representação do passado” (FERRO *apud* NAPOLITANO, 2008, p. 56). Para Baldissera (2014), os historiadores não deveriam olhar o cinema, não como um simples entretenimento ou fantasia, mas como uma das formas como se constrói o conhecimento histórico na atualidade. Assim, que elementos são propostos, na narrativa de *Avengers: Infinity War*, e que merecem uma atenção analítica? É o que nos propomos a seguir.

THANOS, UM VILÃO HEROIFICADO, HERÓI ANTI-HERÓI, VILÃO SUPREMO OU UM VILÃO QUE SE TORNA HERÓI?

Como sugere o subtítulo, busca-se indagar, analisar e propor reflexões acerca do “personagem principal” narrado nesse filme de ação. Como destacado ali, esse filme embora seja do gênero de ação, sua construção não está assentada totalmente na figura do(s) “herói(s)”, ao contrário, o desenrolar do filme se dá em torno da construção da personagem “vilão”, no caso, Thanos de Titã (ou, Thanos o Titã Louco).

Como parte da história das HQ’s, Thanos assim como todos os demais personagens de heróis criados pela empresa Marvel, surgem no formato de histórias em quadrinhos. Somente em anos recentes, que se popularizaram como franquia migrada para o cinema. Como já ocorria com os estúdios concorrentes (DC Comics e as franquias de Batman e Superman). Em termos de quadrinhos, Vingadores é da década de 1940. Já o vilão Thanos, surge pela primeira vez no universo Marvel na revista Iron Man nº 55 de fe-

vereiro de 1973. A partir de então, sua história começa a ser construída e narrada no universo Marvel. Suas sagas foram publicadas na década de 1970.

No cinema, sua primeira aparição ocorreu em Vingadores em 2012 nas cenas pós-créditos.

³ Disponível em: <http://www.planocritico.com/critica-o-invincivel-homem-de-ferro-55-primeira-aparicao-de-thanos-e-drax-o-destruidor/>.

Figura 1- Aparição cinematográfica de Thanos no Universo Marvel (2012)



FONTE: imagem capturada em: <https://www.youtube.com/watch?v=ewqrV6zicAI>.

A partir de então, conforme foram sendo lançados as demais produções filmicas da franquia Marvel, Thanos foi sendo apresentado aos poucos, de modo que sua aparição completa ocorresse em Avengers: Infinity War (2018).

Guerra Infinita, como passou a ser chamada pelo público brasileiro, tem 149 minutos. O filme foi projetado como ápice da “saga Marvel” pondo em um único enredo todos os heróis de HQ’s frente a um único inimigo, Thanos. E foi dirigido por Anthony Russo e Joe Russo. Em sua totalidade, mais de vinte personagens aparecem na trama.

THANOS PATH’S: DE VILÃO À HERÓI?

A ideia de explicitar desde já, por meio desse subtítulo, a hipótese que perpassa toda a construção

desse trabalho, foi proposital. Mais do que analisar a narrativa fílmica explícita e/ou implícita, a originalidade que se propôs aqui realizar está em torno do fato de o mesmo não se apresentar nem como vilão, nem como anti-herói. Já que, de acordo com Cândida V. Gancho (s/d,n.p., grifos nossos) personagens em um enredo são construídos, em sua maioria, dentro das seguintes classificações:

1. Quanto ao papel desempenhado no enredo:

a) protagonista: é o personagem principal:

—**herói**: é o protagonista com características superiores às de seu grupo;

—**anti-herói**: é o protagonista que tem características iguais ou inferiores às de seu grupo, mas que por algum motivo está na posição de herói, só que sem competência para tanto.

b. **antagonista:** é o personagem que se opõe ao protagonista, seja por sua ação que atrapalha, seja por suas características, diametralmente opostas às do protagonista. Enfim, seria o **vilão** da história.

Levando em consideração essa classificação e, a partir disso realizar uma análise narrativa do personagem Thanos, perceber-se-á que embora se trate de um “antagonista” em relação ao grupo Avengers. Thanos apresentará elementos de herói, de anti-herói e de vilão, ora transitando especificamente entre cada uma dessas três categorias, ora mesclando-as. Mas quais seriam as pistas, os elementos, explícitos e/ou implícitos, no filme que marcam e demarcam essa hipótese?

Para Joseph Campbell (1949), o herói é alguém que conseguiu vencer todas as limitações históricas, pessoais e locais. Diferente do que podemos muitas vezes concluir, figuras lendárias e heróis, não se limitam àquelas ligadas a grandes feitos históricos, muitas vezes sobrenaturais, contidas em mitos.

Campbell (IDEM) afirma que todos nós somos heróis ao nascer, no momento que passamos por uma tremenda transformação, tanto psicológica, quanto física, deixando a condição de criaturas aquáticas, vivendo no fluido amniótico, para assumirmos, daí por diante, a condição de mamíferos que respiram oxigênio do ar e mais tarde precisarão erguer-se nos próprios pés.

As façanhas do herói vão variar de acordo com a necessidade da sua época:

Se as façanhas de uma figura histórica real proclamaram-no herói, os construtores de sua lenda inventarão para ela aventuras apropriadas nas profundezas. Estas serão apresentadas como jornadas miraculosas e deverão ser interpretadas como símbolos, de um lado, e descidas ao mar da escuridão da psique e, de outro, de domínios ou aspectos do destino do homem que se tornaram manifestos na vida desta pessoa. (CAMPBELL, 1949, n.p.)

Na obra “O herói de mil faces” (1949), o autor observa que toda a narrativa lendária, a qual busca construir um herói, é constituída por doze momentos diferentes: Passo 1 – **Mundo Comum:** O herói é

apresentado em seu dia-a-dia; Passo 2 – **Chamado à aventura:** A rotina do herói é quebrada por algo inesperado, insólito ou incomum; Passo 3 – **Recusa ao chamado:** Como já diz o próprio título da etapa, nosso herói não quer se envolver e prefere continuar em seu meio social; Passo 4 – **Encontro com o Mentor/encontro com a deusa:** O encontro com o mentor ou com a deusa pode ser tanto com alguém mais experiente ou com uma situação que o force a tomar uma decisão; Passo 5 – **O caminho das provas:** Nessa fase, nosso herói decide ingressar num novo mundo. Sua decisão pode ser motivada por vários fatores, entre eles algo que o obrigue, mesmo que não seja essa a sua opção; Passo 6 – **O Retorno:** A maior parte da história se desenvolve nesse ponto. No mundo especial – fora do ambiente normal do herói – é que ele irá passar por testes, receberá ajuda (esperada ou inesperada) de aliados e terá que enfrentar os inimigos; Passo 7 – **A passagem pelo limiar do retorno:** O herói se aproxima do objetivo de sua missão, mas o nível de tensão aumenta e tudo fica indefinido. É o auge da crise; Passo 9 – **Liberdade para viver:** Depois de cumprir suas missões, o herói pode finalmente desfrutar de sua recompensa.

Levando em consideração a trajetória acima exposta, percebe-se que ela se encaixa perfeitamente dentro do filme *Avengers: Infinity War*. Mostrando que, atualmente, alguns dos personagens fílmicos, romperão o binômio, bom ou mal. Constituíram-se como agentes sociais com discursos ideológicos. Se por vezes Thanos aparece como um vilão, em outros momentos, sua trajetória de conquistas se assemelha a do herói.

Devido a isso, a complexidade apresentada por essa personagem abre margem para que, através de uma série de “sacrifícios” que, em seu entendimento, irão “beneficiar” o universo. Torne esse “vilão antagonista” em um vilão humanizado. O que por sua vez, permitirá que, muitos dos espectadores acabem por se identificar com seu discurso, sua história de vida e seu modo de “agir” para “solucionar” os problemas do universo. Demonstrando assim, de forma explícita, as etapas necessárias para forjar um herói, segundo a categorização esboçada por Joseph Campbell (1949).

Figura 2- Ao fundo Thanos de costa. Junto com seu grupo de guerreiros



FONTE: Cena do filme Avengers – Infinity War (2018). 1min 44s.

O filme inicia com uma tomada de duas naves espaciais em guerra e com um comunicado, espécie de via-rádio, solicitando socorro e justificando se tratar de uma nave de passageiros, sem fins militares. A cena acima, mostra os fatos ocorridos no interior da nave espacial.

A cena pode ser descrita da seguinte maneira: um dos guerreiros, apresentando-se aos moldes de um político ou teocrata esclarece e justifica os motivos do “ataque” e de como, as vítimas que foram e estão sendo exterminadas “colaboram para equilibrar a balança do universo”. Essa colaboração é narrada por um dos vilões, como sendo um “sacrifício⁴” e, justamente por isso, é que se torna tanto um “ato de

sacralização”, quanto de “dessacralização”. (MAUSS; HUBERT, 2017)

Ainda de acordo com os autores, por sacrifício entende-se como um “[...] ato religioso que mediante a consagração de uma vítima modifica o estado da pessoa moral que o efetua ou de certos objetos pelos quais ela se interessa” (MAUSS; HUBERT, 2017, p. 16).

Tal entendimento, parece-nos ser corroborado na cena seguinte no filme, na qual um servo do vilão Thanos, conforme vai aparecendo na película, justifica o ataque e o sacrifício dos ocupantes da nave espacial atacada, como uma espécie de “oblação”, nos seguintes termos:

“ouçam-me. E alegrem-se vocês tiveram o privilégio de serem salvos pelo grande titã. Podem achar que isso é sofrimento. Não, é salvação! A balança do universo, pende para o equilíbrio por causa do seu sacrifício. Sorriam. Pois se tornaram até na morte, filhos de Thanos”.

⁴ Recorrendo a questão etimológica, sacrifício/sacrificar significaria algo como “tornar sagrado”. Ou seja, sua raiz está na palavra latina “*sacrificium*”, que por sua vez, é composta por duas outras palavras: *sacer* (que quer dizer “sagrado”) e *facere* (que significa “fazer”). Assim, ela é por si, um termo que conota e denota elementos religiosos.

Figura 3- Servo de Thanos justificando genocídio, enquanto sacrifício sacralizado



FONTE: Avengers: Infinity War (2018) – 1min 48seg.

Ora, o que se identifica é que a construção da narrativa e do enquadramento de cena nos remete àquilo que Marcel Mauss e Henri Hubert (2017) no início do séc. XX havia proposto enquanto categorias abstratas. Na forma como foi construída o diálogo no filme, fica evidenciado que as “vítimas” passam a ser categorizadas como “sacrificantes”, isto é, enquanto “[...] sujeito que recolhe os benefícios do sacrifício ou se submete a seus efeitos”. Seja ela uma “individualidade ou uma coletividade”, elevam-se a uma unidade dentro do sistema sacrificial (MAUSS; HUBERT, 2017, p. 13).

Na tomada seguinte da película, foca-se então no grande antagonista (ou protagonista?) do filme, Thanos. O mesmo conforme vai sendo apresentado em cena, realiza uma fala intrigante e que, complementa a fala de seu servo supracitado:

“Eu sei como é perder...ter a certeza de estar certo e mesmo assim perder. É aterrorizante! Deixa as pernas trêmulas. Mas eu pergunto para quê? Tema! Tente fugir. Todos têm o seu destino. O de vocês está aqui.”

Assim, é que se inicia a construção do enredo narrado em torno desse personagem o qual, aqui apresenta-se como “vilão e antagonista”, mas que, na perspectiva analítica aqui adotada, tornar-se-á protagonista transitando por elementos constituintes da

figura do anti-herói, herói e do vilão. Nestas cenas iniciais, fica bem demarcado a posição do mesmo. A de um sujeito que se sacrifica, em prol de algo maior, ao assumir para si o papel de “sustentador, preservador e destruidor”. Três elementos base das chamadas “Religiões étnicas ou pré-históricas” (OLIVEIRA, s/d, p. 17), como no caso do Hinduísmo e sua *Trimurti* (trindade) comumente conhecidos como *Brahma, Vishnu e Shiva*⁵.

Como todo filme desse gênero, a partir disso se desenrola toda a ação envolvendo os heróis protagonistas, chamados de Vingadores com os servos de Thanos, enquanto antagonistas. Thanos volta a aparecer no filme quarenta minutos depois. Mais precisamente, em 43min e 4 segs.

A sua aparição é na forma de lembrança de uma das personagens do filme (Gamora) e que, fará parte

⁵ Ora, para a construção da “noção do outro”, de “alteridade”, enfaticamente, etnocêntrica, isto é, apresento “o outro” como vilão, personificação do mal, da destruição e do caos e da desordem. Consequentemente, transporta o expectador para uma perspectiva cartesiana, dualística e antagônica, na qual a “noção de eu” sempre irá remeter ao estado de herói, de benfeitor, de ordem, de equilíbrio. Essa concepção, perpassa o enredo do filme, logicamente, pois se trata de uma produção cultural marcada pela cultura, historicamente instituída e instituinte, de raiz judaico-cristã, onde há eternamente uma disputa entre bem-mal.

do grupo que o enfrentará. A cena em si, é a lembrança de Gamora em sua infância vivenciando uma invasão com a finalidade de “promover equilíbrio no universo”, a partir da morte de metade da população nativa. A cena é repleta de ação e mostra forças militares de Thanos atacando o povo nativo. Ao fundo, uma música que impele sentimento de pavor e medo. Completando a cena, está um dos servos proferindo discurso justificando o assassinato coletivo (genocídio?) de forma a sacraliza-lo: “Zehobereians... Escolham um lado ou morram. Um lado é uma revelação... o outro é uma honra conhecida apenas por poucos... agora, vão em paz e encontrem seu criador.”

A cena é elucidativa. Pois, como já discorrido acima, mais uma vez apresenta um diálogo e uma narrativa que remete às noções de sacrifício, profundamente estudado pela Antropologia da Religião. Dentre tantos, Mauss e Hubert (2017) esclarecem sobre a natureza e a função do sacrifício. E que, nessa cena nos impele a tal compreensão. A de que um sacrifício como oblação. Isso porque, como Mauss e Hubert (2017, p. 15, grifos nossos) que todo sacrifício é oblação.

A cena a seguir complementa de forma elucidativa:

Figura 4- População de nativos sacrificados



FONTE: *Avengers: Infinity War* (2018) – 44 min 21 segs.

Ainda segundo Mauss; Hubert (2017, p. 15, grifos nossos), o objeto consagrado no sacrifício pode ser “ex-voto”, porém “[...] outras vezes, ao contrário, a **consagração destrói o objeto apresentado**: no caso de um animal apresentado ao altar [...] em suma, quando sacrificado. O objeto assim destruído é a **vítima**”. Mais adiante os autores asseveram “[...] é evidentemente às oblações desse tipo que deve ser reservada a denominação ‘sacrifício’ [...] embora o costume pareça reservar o termo apenas à designação dos sacrifícios sangrentos”.

As proposições dos autores parecem perpassar a narrativa fílmica nas cenas acima. Há um sacrifício, os objetos sacrificiais (nativos) tornam-se vítimas e, nesse ato de oblação há derramamento de sangue. Mais ainda, a construção da cena remete à um sacrifício de coletividade (clã, tribo) e, simultânea e

ambigualmente, àquilo que Mauss; Hubert (2017, p. 16) denominaram de “sacrifícios objetivos”. Ou seja, o “objeto sacrificado”, seja ele “real ou ideal”, recebe “imediatamente a ação sacrificial”, no caso da cena, a tribo de nativos vítimas do massacre. Onde “metade da população foi dizimada” para que a outra permanesse viva.

Desde o início do filme até o presente momento, as ações (e suas justificativas) do personagem Thanos se caracterizam como “antagonista e de vilão”. No entanto, é a partir dessa etapa do filme que se dá a mudança na construção deste personagem. A situação vivenciada é entre uma menina órfã e Thanos:

Figura 5- Thanos explicando e justificando suas ações



FONTE: *Avengers: Infinity War* (2018) – 43 min 54 segs.

É nesse momento em que se explicita o “grande objetivo”, que por sua vez, justificaria de forma plena e satisfatória suas ações.

(Thanos) - O que houve, pequena?

(Gamora) - Minha mãe. Onde está a minha mãe?

(Thanos) - Qual é o seu nome?

(Gamora) – É Gamora.

(Thanos) -Você é uma guerreira e tanto, Gamora. Venha. Deixe-me ajudá-la. Olhe. É bonita, não é? Em perfeito equilíbrio. Como tudo deve ser. Sem excesso de um lado ou do outro...

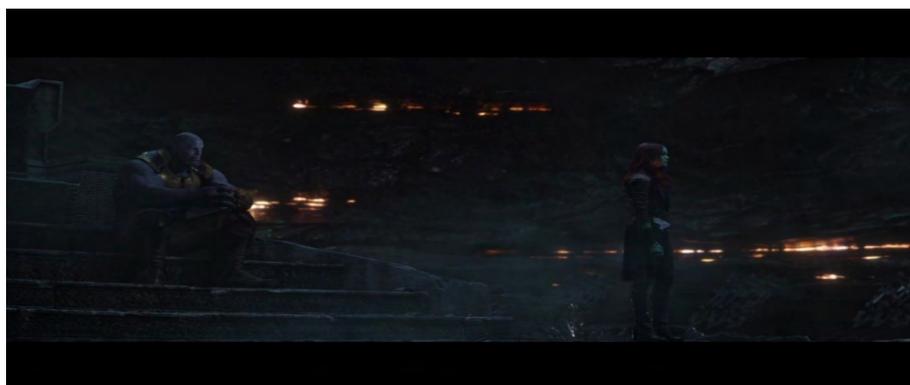
Ora, o mote de justificação do “vilão” é que o genocídio realizado se trataria de um sacrifício consagrado ao “equilíbrio” do universo. Tal cosmovisão a partir daí é central no desenrolar do filme. E isso caracterizaria uma espécie de “razão prática” na qual se “troca” metade de uma população (os quais permanecerão vivos) por outra metade que se sacrifica, em prol de um equilíbrio. (MAUSS, 2015b)

O filme se desenrola em ações e acontecimentos paralelos. Envolvendo o tema do filme, “joias do infinito”. Passado 25 minutos, retoma-se cenas em que Thanos aparece e, nesse momento é que, acredita-se ocorrer a transição de “personagem antagonista e vilão”, perpassando por “antagonista anti-herói”, para “protagonista e herói”.

A cena envolve Thanos e a personagem Gamora (sua filha adotiva no universo Marvel) agora adulta. O contexto é em sua nave espacial e o local de encontro e diálogo se dá, sugestivamente, próximo a seu “trono”. Ora, um trono remete sempre a um rei, imperador, ditador, monarca, enfim, a todo e qualquer papel e função hierárquica de domínio e supremacia. Elementos esses que não se qualificam dentro de um regime democrático, horizontal. Tal constatação, nos parece uma evidência clara de um tirano genocida.

No entanto, o diálogo que se desenrola ao invés de convergir para essa afirmação, desloca-se e muda de direção (no desenvolvimento do personagem nesse enredo):

Figura 6- Thanos e Gamora - Diálogo acerca da finitude dos recursos materiais



FONTE: *Avengers: Infinity War* (2018) – 66 min 22 segs.

A cena retrata mais um embate entre distintas perspectivas político-econômicas. Como se poderá perceber abaixo no diálogo, de um lado alguém preocupado com a escassez e finitude de recursos materiais no universo e está disposto a agir por meio de estratégias claras e diretas para que isso não ocorra, beirando um ato de extremismo. E do outro, alguém que, incompreensivelmente não se demonstra capacitada a refletir, analisar e propor estratégias alternativas para tal finitude.

O diálogo é o seguinte:

[...]

(GAMORA) Eu era uma criança quando me levou.

(THANOS) Eu salvei você.

(GAMORA) Não...Não. Nós éramos felizes no meu planeta.

(THANOS) Indo dormir com fome...mendigando por restos... Seu planeta estava à beira do colapso...Fui eu quem impediu... Sabe o que aconteceu depois? As crianças que nasceram...vivem de barriga cheia,

contemplando o céu. É um paraíso.

(GAMORA)Porque você assassinou metade do planeta.

(THANOS)Um preço baixo a ser pago pela salvação.

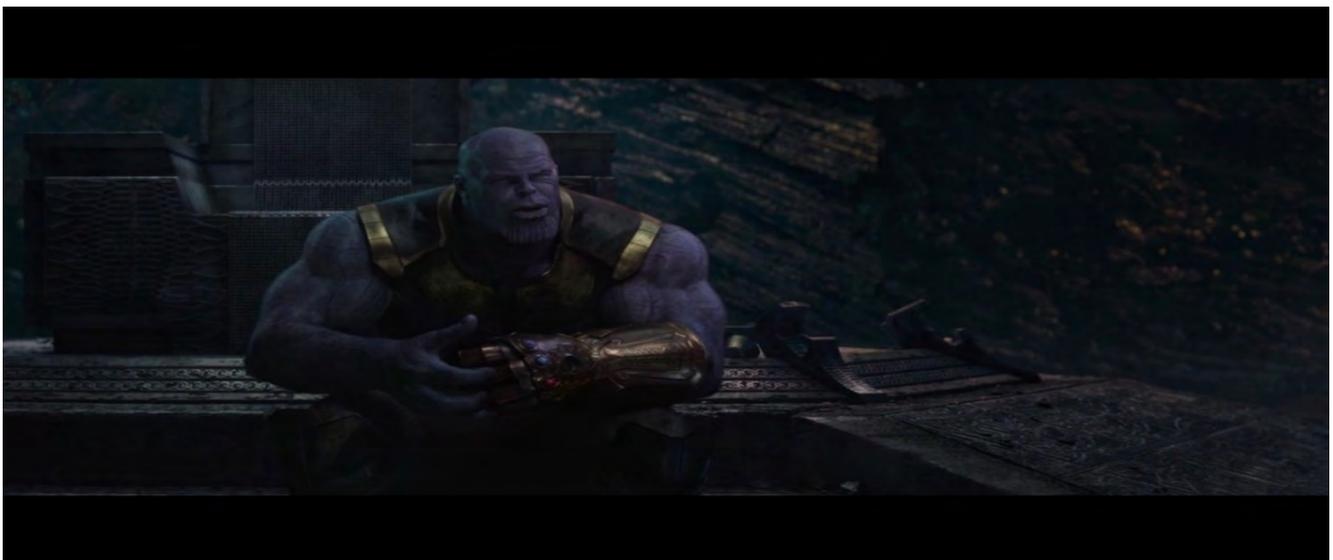
(GAMORA)Você é louco.

(THANOS) Pequena, é matemática simples... Esse universo é finito, seus recursos são finitos... Se a vida não for controlada, ela deixará de existir. Precisa de correção.

(GAMORA) Você não sabe disso!

(THANOS) Eu sou o único que sabe disso...Pelo menos, eu sou o único que tem vontade de agir.

Figura 7- Thanos próximo ao seu trono justificando suas ações



FONTE: *Avengers: Infinity War* (2018) – 66 min 44 segs.

É nessa cena que Thanos apresenta seus objetivos e as justificativas para tais ações (sacrifício-dádivas ou genocidas?). A linguagem cinematográfica subjacente a cena, apresenta forte discurso e postura ideológica ditatorial/monarca. Perante seu trono, ao fundo, conota postura de natureza lógica, estatística, matemática e capitalista e um requinte monárquico, de soberania militar, técnica e intelectual.

É nítido que, para um enredo fílmico que se passa em um contexto intergaláctico, fazer uso de conceitos, definições e terminologias oriundas da economia política, de orientação (neo) liberal⁶, os quais não passam de constructos sociohistóricos produzidos pela humanidade, denota e conota um retorno a postulados vigentes em meados do séc. XVIII-XIX. Em especial os de natureza darwinista social e determinista.

É a esse ponto crucial que se objetivou desde o início chegar para uma reflexão. Percebe-se no diálogo construído nesse filme que, a personagem Thanos, corporifica um “ideário capitalista, iluminista, determinista, fatalista e darwinista” que, teve como grande arauto em fins do séc. XVIII, a saber: Thomas Robert Malthus (1766-1834).

Malthus era um economista inglês que, em sua época, ficou conhecido por elaborar e propor uma “teoria demográfica” a partir de um escrito denominado “Ensaio sobre a população”. Devido a sua posição explicitamente fatalista, afirmava ser a “pobreza” um fim inevitável de todo homem (do séc. XVIII). A essa conclusão, chegou a partir de cálculos matemáticos, ao analisar a taxa populacional (de sua época). Segundo seus cálculos conclusivos, afirmou que por ser “alta a taxa de crescimento populacional” e, em contraparti-

da, ser menor a taxa de “produção dos meios de subsistências”, isso fatalmente, conduziria a um caminho que teria como fim, a miséria populacional⁷ (MALTHUS, 1996, pp. 249-251).

O fragmento abaixo é esclarecedor nesse sentido:

Nós tomamos como nosso modelo essa proporção de crescimento, embora pequena em relação ao poder máximo da população, ainda que como resultado da experiência atual, e afirmamos que a população, quando não controlada, se duplica cada 25 anos ou cresce numa progressão geométrica. [...]

[...] Vamos, então, tomar isso como nosso critério, embora, certamente, muito distante da verdade, e admitir que, mediante um grande esforço, o produto total da Ilha possa ser aumentado cada 25 anos numa quantidade de meios de subsistência equivalente à que o país produz atualmente. O calculista mais entusiasmado não pode admitir um aumento maior do que este. Dentro de poucos séculos este aumento tornaria cada acre de terra da Ilha semelhante a um jardim. Entretanto, a progressão deste crescimento é, evidentemente, aritmética. (MALTHUS, 1996, pp. 249-250, grifos nossos)

Portanto, como se vê, a conclusão a que o economista inglês chegou foi de uma fatalidade material em escala global (ou seria universal, como Thanos alegava ser o caminho sem volta?). Sistemáticamente, ele chegou a essa “constatação” a partir de um “modelo matemático” (Lei de Malthus), com a qual se poderia calcular “o crescimento demográfico” em prazos de tempo relativamente curtos, segundo ele, (10-20 anos).

Ora, a estratégia encontrada por ele, na Inglaterra Capitalista do séc. XVIII profundamente assolada pelas “consequências” da primeira “Revolução Industrial” (HOBBSAWM, 1981) justificava-se em proposições de caráter moral, como a questão do vício. Dentre várias estratégias, uma em especial nos parece central e, a nosso ver, é a “ponte de ligação” entre a teoria malthusiana e o enredo subjacente de *Avengers: Infinity War*, qual seja: o controle da população.

No séc. XVIII, Malthus sugeria medidas controle de natalidade, em especial direcionadas aos pobres. No

6 Visto que esse diálogo conota como “algo universal” (todo universo), elementos construídos socialmente em nível um “global” (contexto planeta Terra, hemisfério norte e ocidental). As forças produtivas e a forma de distribuição dos recursos materiais refletem, explicitamente, um modo de organização societal pautado no acúmulo de capital (MÉSZÁROS, 2009).

E que, se trata de um modo de produção vivido aqui e agora, em nossa sociedade ocidental globalizante. De que forma esse discurso acaba sendo um “espelho de nossa realidade atual”? ora, a partir de um nível totalizante, “funda-se” e se expande” em um tripé, qual seja: “capital, trabalho e estado”. Em quanto uma estrutura controladora “[...] “à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos devem se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’ [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 96). E seu caráter de “expansão” se dá, justamente, por se tratar de “[...] um modo sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão” (MÉSZÁROS, 2009, p. 131).

7 Ora, e não é isso mesmo que o capital sempre gerou, produziu e se assenta? (MÉSZÁROS, 2009).

universo Marvel (no filme), o mesmo controle populacional deveria ocorrer a partir da erradicação de “metade da população de seres vivos do universo”. Objetivos e propostas similares, senão iguais. Formas de agir, um tanto diferentes, visto que a esfera da ficção cinematográfica nem sempre imita de forma genuína, a realidade concreta humana.

Ademais, tais constatações são corroboradas em dois outros momentos. O primeiro: é no diálogo entre Thanos e Doutor Estranho (1hr e 46min). E é,

especialmente, pela forma como foi construída essa narrativa que o “Titã Louco” (como também é chamado no universo Marvel esse personagem) materializa os ideais malthusianos:

(DR. ESTRANHO) Ah, sim. Você tem bem cara de Thanos.

[...]

(THANOS) Esse dia tem sido bem doloroso.

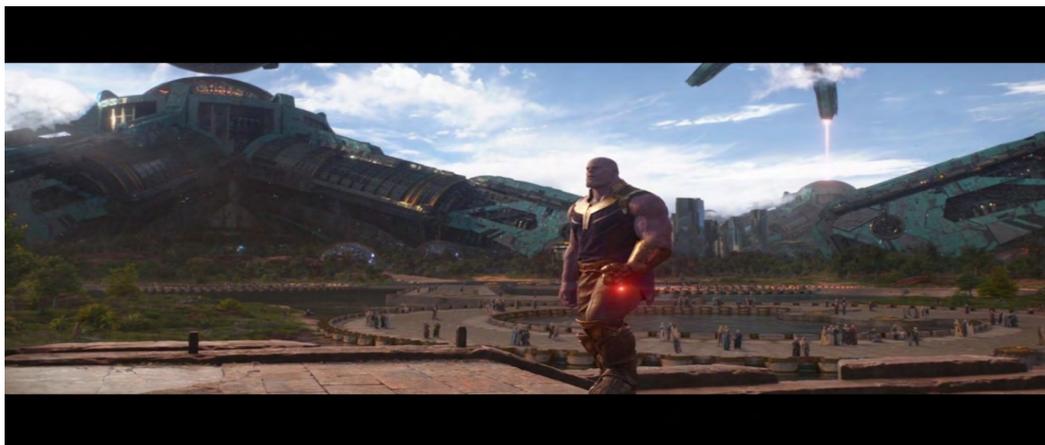
Figura 8 - Thanos e Doutor Estranho - embate físico e de ideias



FONTE: Avengers: Infinity War (2018) – 106min 22segs

Esse encontro, ocorre em Titã¹. O cenário apresentado busca, metaforicamente, assemelhar-se à organização social e produtiva humana. Evidência essa constatada nas figuras 9 e 10:

Figura 9 - Thanos e ao fundo imagem de prosperidade no satélite Titã



FONTE: Avengers: Infinity War (2018) – 107min 10 segs.

1 Titã é um dos satélites do planeta Saturno. E é o segundo maior em nosso sistema solar. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Titã_\(satélite\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Titã_(satélite)). Acessado em: 15/09/2018.

A imagem acima, tanto quanto o diálogo abaixo, são reflexivos:

(THANOS)E onde acha que ele trouxe você?

(DR. ESTRANHO) Deixe-me adivinhar. Seu lar?

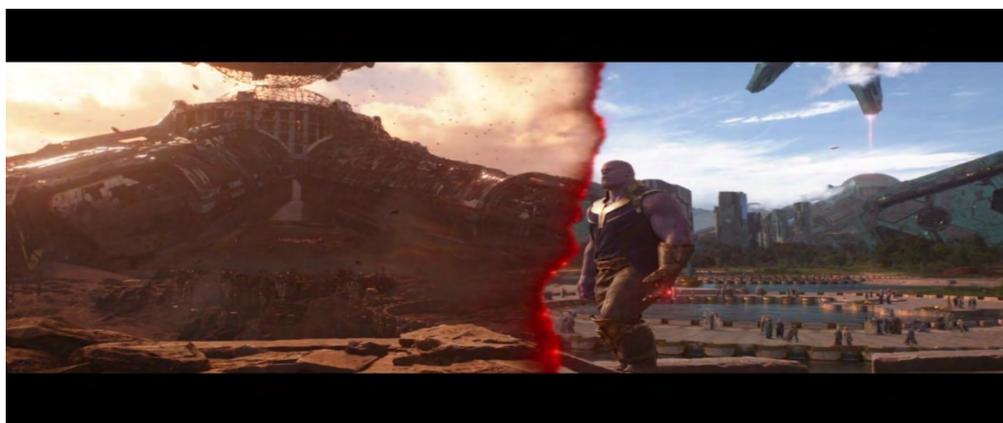
(THANOS) Já foi. E era lindo. (grifos nossos)

Mais do que usar adjetivos como “lar” e “era lindo”, que por sua vez remete a um conglomerado de elementos, dentre os quais identidade (WOODWARD, 2012), cultura (GEERTZ, 1979; WAGNER, 2010), representação (CHARTIER, 1999; HALL, 1997),

imaginário e memória (MAFESOLLI, 2001), o apelo a questão estética de “noção de belo e feio”, que também perpassam a história (cultural) humana (ECO, 2013; 2014).

São acionados com esses termos, elementos históricos e socialmente, produzidos pelo conjunto de homens e, facilmente, identificáveis pelo público (humano) que consumiu esse filme. Torna esse momento cheio de sentidos, sentimentos e significados. Mais ainda em uma sociedade de culturas híbridas (CANCLINI, 2000) para quem, por se tratar de um blockbuster.

Figura 10- Thanos e ao fundo seu antigo lar representado de forma antagônica (miséria e prosperidade)



FONTE: *Avengers: Infinity War* (2018) – 107min 31 segs.

A imagem acima, é eloquente. Didática e representativamente, mostra dois extremos antagônicos de uma sociedade (alienígena) pautada em uma organização centralizada em forças produtivas e recursos materiais de subsistência. Tal qual, o modo de organização societal capitalista produzido pela humanidade terrestre. (MÉSZÁROS, 2009).

Culminando esse enredo, o diálogo também é de uma eloquência reflexiva: “(THANOS) Titã era como a maioria dos planetas. Bocas sobrando, comida faltando. E quando nos deparamos com a extinção, eu ofereci uma solução”. (grifos nossos)

Duas circunstâncias são evidenciadas na fala de Thanos (ex-vilão e agora quase herói). A primeira é que Titã, segundo nosso paradigma astronômico

humano, é um “satélite⁸”, mas por se tratar de um entretenimento, utilizou-se o termo “planeta”, como forma de aproximar a história de vida e contexto de vida do personagem ao do público-expectador. Tal processo, além da catarse proporcionada pela imersão no cinema, também produz elementos de empatia. A segunda ocasião é a “leitura e visão do personagem para com seu mundo”. Sua leitura com relação a seu lar, é a de um economista pessimista que, percebeu ser a taxa de crescimento populacional maior do que o nível de produção de subsistência em seu mundo (Titã). Ora, “Bocas sobrando, comida faltando” não seria uma forma simplificada da constatação matemática que Malthus promulgou no séc.

8

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Titã_\(satélite\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Titã_(satélite)).
Acessado em: 15/09/2018.

XVIII? Mais ainda, qual seria a “solução” proposta pelo Titã alienígena? A sua proposta é eloquente:

(DR. ESTRANHO) Genocídio.

(THANOS) Mas aleatório, imparcial, sem privilegiar pobres ou ricos. E eles me chamaram de louco. E o que eu previ acabou acontecendo.

(DR. ESTRANHO) Parabéns, você é um profeta.

(THANOS) Sou um sobrevivente.

(DR. ESTRANHO) Que quer matar trilhões. (grifos nossos)

Aqui, a “tensão ideológica”, entre o terráqueo e o alienígena, atinge o ápice da discussão. Pois, se para o Titã a solução para seu planeta (e todos outros mundos visitados por ele) seria “controlar a taxa populacional”. Para o humano, tal medida, seria (do ponto de vista humano) um “genocídio”. E não foi similar a essa representação fílmica o que Thomas Malthus experienciou durante sua vida pública após propor suas medidas como solução para evitar miséria e desastres populacionais na sociedade capitalista ocidental do séc. XVIII?

Não só isso, o que há de mais “humano, solidário, empático, altruísta” do que perceber um “sobrevivente” desesperado buscando soluções para evitar desastres, calamidades, misérias e desigualdades materiais para seu povo e, ainda taxado de “louco”? não seriam esses ingredientes/elementos que produzem o despertar de um herói, de um salvador? Ainda que explicitamente proponha medidas extremistas?

Esse diálogo foi tão profundamente bem construído que um espectador, mediante a catarse (no sentido aristotélico) sentida devido a imersão no filme, faz com que o restante do diálogo passe quase que despercebido. Em nosso entendimento, o trecho com maior gravidade e necessidade de reflexividade, dado o seu conteúdo:

(THANOS) Com as seis joias, bastaria eu estalar os dedos.

Todos eles deixariam de existir. Chamo isso de misericórdia.

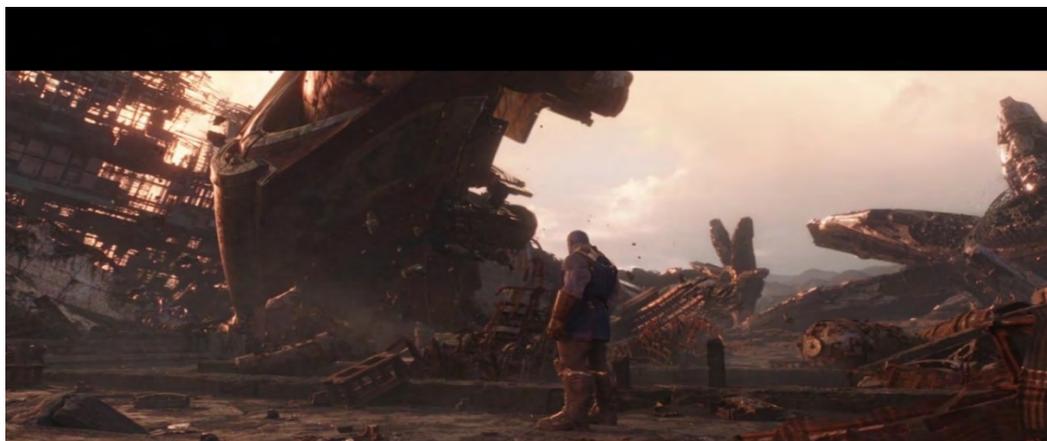
(DR. ESTRANHO) E depois disso?

(THANOS) Finalmente eu descansaria...e observaria o sol nascer em um universo agradecido.

Fica evidente que, para Thanos a solução é eliminar a metade da população do universo, como forma de evitar a extinção total das formas de vida (inteligentes e produtivas?), visto que os recursos do universo são finitos. Tal ato, como se evidencia, seria um “ato de misericórdia”, um sentimento profundamente humano e culturalmente entranhado nas culturas por meio de elementos religiosos, transcendentais.

Não seria isso um “sacrifício-dádiva” (MAUSS, 2015b; MAUSS; HUBERT, 2017)? Ora, oferecer metade de uma população para que a outra metade sobreviva sem risco de miséria, calamidade, infortúnios, não se caracteriza como um ato de tornar metade da população em “objeto sacrificial” (IDEM)?

Figura 11- Thanos e a “realidade” catastrófica de seu planeta



FONTE: Avengers: Infinity War (2018) – 107min 54 segs.

Como elemento triunfante dessa tensão entre humano e alienígena. Entre um “Eu” (Dr. Estranho) defensor de uma espécie de democracia e de uma organização social que naturaliza a desigualdade da distribuição dos recursos naturais e de subsistência. E um “Outro” (Thanos) que, cansado, desesperado, engajado e disposto a realizar qualquer medida necessária para “salvar seu povo” seja ela drástica ou

não. Tal qual os discursos narrativos produtores de identidade e estereótipo que revelam as tensões entre dominador-dominado, colonizador-colonizado. (BHABHA, 1998) Thanos, agora já não mais vilão e antagonista, mas um anti-herói em transição para um protagonismo heroico, finaliza o diálogo com a seguinte frase: “(THANOS) As escolhas mais difíceis exigem forte determinação”.

Figura 12- Thanos em uma cena aparentando reflexão e melancolia



FONTE: Avengers: Infinity War (2018) – 107min 57secs

A frase de efeito, a fotografia de filmagem, um silêncio musical não seriam ingredientes que transformariam um sujeito solitário, abandonado, não compreendido, taxado como sendo um louco, ditador e genocida em um “misericordioso” salvador, um verdadeiro herói “sobrevivente”⁹?

Essa última frase da personagem, teve um efeito global entre fãs e pessoas que não se consideravam consumidores de cinema e produtos Marvel Comics. Prova disso é, em nível de redes sociais, o alto nível de circulação de “memes”¹⁰ produzidos com ima-

gens tanto da personagem Thanos, quanto de sua frase.

Enfim, o resto dos eventos ocorridos no filme o levam a realizar com êxito seus objetivos. Thanos consegue os objetos necessários para que possa, de forma aleatória, eliminar metade da população do universo e assim, convergir para um equilíbrio da vida em uma escala cósmica. Para finalizar sua jornada de (agora herói), Thanos é transportado para “outra dimensão” onde se encontra com sua filha Gamora.

O diálogo estabelecido é o seguinte:

(THANOS) Filha?

(GAMORA MENINA) Você conseguiu?

(THANOS) Sim.

⁹ Pensa-se que agora, é o momento mais apropriado para esclarecer que, como se percebe, o objetivo de Thanos no filme Avengers: Infinity War (2018) é evitar a extinção do universo. No entanto, em sua história original na HQ da década de 1990, seu objetivo de extinguir metade da vida no universo, era “provar seu amor pela Morte” (que é outra personagem do Universo Marvel. Disponível em: [http://pt-br.marvel.wikia.com/wiki/Thanos_\(Terra-616\)](http://pt-br.marvel.wikia.com/wiki/Thanos_(Terra-616)). Acessado em 15/09/18.

¹⁰ Para uma definição mais precisa do que é um memes, sugere-se: <http://www.museudememes.com.br/o-que-sao-memes/>. Acessado em 15/09/18. Alguns dos “muitos” memes que viralizaram as redes sociais podem ser apreciados em: <http://www.collegehumor.com/post/7056325/thanos-memes>. E em: http://picbear.online/media/1830560183770456827_7515047172. Acessados em 15/09/18.

com/post/7056325/thanos-memes. E em: http://picbear.online/media/1830560183770456827_7515047172. Acessados em 15/09/18.

(GAMORA MENINA) O que custou?

(THANOS) Tudo.

A imagem é significativa, pois o Titã emerge de uma espécie de mar vermelho de sangue, simbolizando a soma da metade da população de habitantes do universo que foram extintos, enquanto objetos sacrificiais, tal qual as tipologias e formas de “sacrifícios” elencados por Mauss; Hubert (2017).

Esse diálogo também se efetiva como fixação de um nível de heroísmo, porquê? A cena não conota e inclina o espectador a compreender toda a jornada

da realizada pelo Titã como uma medida drástica irremediável? Além disso, essas medidas não denotam, também, uma natureza e um caráter altruísta, humanitário, misericordioso, de benefício universal (já que, segundo ele próprio, tal ação lhe “custou tudo”)?

Em outras palavras, realizar essa medida extrema de extinguir metade da população do universo, a qual beneficiará toda as formas de vidas, acarretará em consequências negativas apenas para ele, o artífice e executor. Isso porque, apesar de um “universo agradecido”, será taxado sempre como um louco genocida.

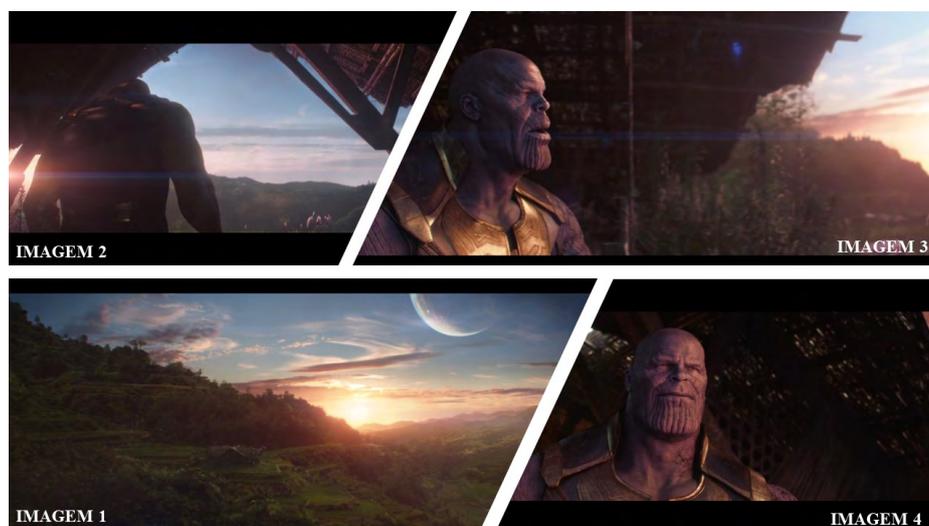
Figura 13- Thanos reencontrando sua filha Gamora, a pós extinguir metade da população do universo



FONTE: *Avengers: Infinity War* (2018) – 211min 45 segs.

Com uma música comovente, uma fotografia melancólica e uma entonação de solidão, o filme se encaminha para seu final. Após estabelecer um diálogo paternal (fig. 13), Thanos dirige-se para sua terra natal (fig. 14).

Figura 14- Thanos descansando em Titã após concluir seus objetivos



FONTE: *Avengers: Infinity War* (2018) – 220min.

E o mesmo acaba com uma fotografia na qual, o Titã ferido, solitário, levemente entristecido, mas esboçando um semblante de dever e sacrifício cumprido, senta-se em sua simplória cabana em algum lugar no “planeta” Titã, descansando em paz com um “universo agradecido”. E assim, finda-se a primeira parte do filme *Avengers: Infinity War* (2018).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho teve como objetivo problematizar o enredo e a construção fílmica do blockbuster da franquia *Marvel Comics* chamada *Avengers: Infinity War* (*Vingadores: Guerra Infinita*). A justificativa de tomar esse filme como objeto de análise parte do pressuposto de o “cinema ser o espião de sua época”. Levar ao público, subjacente à sua narrativa e contexto, uma discussão que, embora não sendo novidade, há muito tempo não ganhava repercussão, foi uma estratégia de marketing singular.

Constatou-se, também, que a narrativa fílmica elaborada e vendida pela franquia *Marvel*, apresenta uma personagem que inicia como vilão tirano e antagonista, vai passo-a-passo transitando de um anti-herói antagonista, à um herói protagonista que, como medida drástica e misericordiosa, realiza a extinção de metade de uma suposta população universal, como forma de evitar um fim fatalista de extinção da vida universal, devido ao desequilíbrio existente entre alta taxa demográfica populacional e os recursos de subsistências universais serem finitos. O que caracteriza claramente uma épica jornada de herói”, ainda que na roupagem de um “vilão”.

Aliada a essa constatação, há também a natureza de uma constituição (bem humana), que buscou subsídios em um conteúdo ideológico, político, econômico, filosófico (e midiático) em discursos e ações de natureza fundamentalista, extremista, populistas e ditatoriais, promulgados em distintas épocas da humanidade, mas que encontrou nos escritos malthusianos do séc. XVIII seu corolário. Num arcabouço que propunha ser os recursos de subsistência produzidos, matematicamente, insuficientes para manter um equilíbrio social. Como resultado desse descompasso entre população x produção, a miséria e pobreza seria o fim irremediável, à menos que, dentre algumas medidas, políticas antinatalistas, em espe-

cial, nos países de terceiro mundo, ajudariam a evitar a escassez, a fome, a miséria e uma catástrofe por falta de insumos de subsistência.

Um filme para se pensar, especialmente, nos dias atuais em que, a corrida eleitoral no Brasil vem demonstrando um volume alto de manifestações apologéticas ao discurso extremista, conservador e fundamentalista. O qual, assim como em meados do séc. XVIII e no universo *Marvel Comics*, parece haver uma apologia encorajada e ovacionada por posturas de ódio e intolerância justificadas em jargões tais como: “As escolhas mais difíceis exigem forte determinação”.

Enfim, como sugere o título do presente artigo, seria a partir desses elementos, o personagem Thanos “um conquistador malthusiano”? Em nosso entendimento, sim. E nossa proposta aqui, além de defender a premissa de que o cinema é uma fonte histórica espiã de sua própria época. Também, defende-se mais estudos das produções chamadas blockbuster. Haja vista, tratar-se de uma franquia que buscou através de seus personagens abordar questões cruciais nos diferentes contextos históricos¹¹. Cientes de que, a parte II de *Avengers: Infinity War*, tem previsão de lançado em 2 de maio de 2019¹², qual será o enredo subjacente abordado pela franquia *Marvel Comics*? O presente artigo se encerra, porém, a discussão aqui proposta permanecerá aberta a novas reflexões.

11 A esse respeito, sugere-se o recente documentário produzido e organizado pelo History Channel, intitulado “Super-Heróis Decifrados”. Disponível em: <https://seuhistory.com/programas/super-herois-decifrados>. Acessado em: 11/09/2018.

12 Informação disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-232669/>. Acessado em 15/09/18. Destaca-se também, o fato de que, quando da produção desse artigo, a franquia *Marvel Comics* já havia lançado no cinema a sequência. Que, num primeiro momento, percebeu-se apresentar um enredo que destoa totalmente deste aqui analisado. Especialmente, no que se refere ao aqui vilão-herói, que parece ser na sequência do filme apresentado como um vilão caricato. O que motivou a produção do filme fazer essa mudança drástica de personagem? Seria o fato de que, no contexto contemporâneo, onde movimentos e discursos apologéticos à fascismo, conservadorismo e fundamentalismo estejam ganhando voz e força. E que parece encontrar na figura de Thanos um ideal-imagético simbólico midiático que reafirme esse “tom reacionário”. Teria a empresa percebido tal situação e como forma de evitar incentivos, e quiçá, utilização de sua produção como “gatilho psicoafetivo cultural e coletivo”, de modo a encorajar a disseminação e fortalecimento de posturas e discursos de tal natureza? Enfim, o tema não se esgota e merece um novo estudo e mais debates sobre a onda de discursos conservadores, fundamentalistas, reacionários, preconceituosos que se têm proliferado na atualidade.

REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, José Alberto; RUINELLI, Tiago de Oliveira. **‘Tempo e Magia’**: A história vista pelo Cinema. Porto Alegre: Escritos, 2014.
- BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte – Editora UFMG, 1998.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3ª ed – São Paulo: EDUSP, 2000.
- CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**. Vol. 11. Nº 5, 1991.
- ECO, Umberto. (Org.) **História da Beleza**. Trad. Eliana de Aguiar, Rio de Janeiro: Record, 2013.
- _____. **História da Feiura**. Trad. Eliana de Aguiar, Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 7ª edição. 8ª impressão. rev. Ampl. Editora Ática, s/d. [Versão digital].
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HALL, Stuart. The work of representation. In: _____. **Representation**: cultural representations and signifying practices. London/The London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/The Open University, 1997.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: Europa 1789-1848. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3ª ed. Paz & Terra, 1981.
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. (Entrevista). In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 15, agosto, 2001. Disponível em:
<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewArticle/285>.
- MALTHUS, Thomas R. **Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática. Ensaio sobre a População**. Apresentação de Ernane Galvêas. Traduções de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. São Paulo – SP, Círculo do Livro Ltda.1996.
- MAUSS, Marcel. Esboço de uma Teoria Geral da Magia. IN: **Sociologia e Antropologia**. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015a.
- _____. Ensaio sobre a dádiva-forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. IN: **Sociologia e Antropologia**. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015b.
- MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. Trad. Sérgio Lessa e Paulo Cezar Castanheira, 3ª reimpressão, São Paulo, Ed. Boitempo, 2009.
- MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. IN: CAPELATO, Maria Helena [et al] (org.). **História e Cinema**: Dimensões do audiovisual. 2ª Ed. São Paulo: Alameda, 2008, p. 39-64.
- NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. IN: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. 3ª Ed, São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. A televisão como documento. IN: BITTENCOURT, C. (org.) **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008
- OLIVEIRA, J. L. M. de. **O estudo da religião na universidade**. Curso: formação básica. 1ª unidade. Disciplina: Antropologia da Religião. Universidade Católica de Brasília – UCB.
- WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura**. Tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo. Cosac Naify, 2010.
- VALIN, A. B. História e cinema. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

O CONCEITO DE PRECARIEDADE E AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE JUDITH BUTLER PARA A COMPREENSÃO DA PRÁTICA POLÍTICA DA PSICOLOGIA

THE CONCEPT OF PRECARIOUSNESS AND JUDITH BUTLER'S THEORETICAL CONTRIBUTIONS TO THE POLITICAL PRACTICE OF PSYCHOLOGY

Francisco Francinete Leite Junior^{1,2}, Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas², Hermógenes Abraão Paz Siqueira³

ORCID IDS

Leite Junior FF - <https://orcid.org/0000-0001-8431-0513>

Amazonas MCLA - <https://orcid.org/0000-0002-0503-1477>

Siqueira HAP - <https://orcid.org/0000-0002-2820-609X>

Resumo

Buscando a compreensão do conceito de precariedade na construção teórica de Judith Butler, o presente estudo orienta-se para o questionamento sobre como este conceito e os fundamentos teóricos da autora contribuem para a compreensão da prática política da Psicologia. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, considerando estudos publicados entre os anos de 2014 a 2019 que abordaram este o conceito. A pesquisa de publicações foi realizada mediante uso das palavras-chaves “Judith Butler”; “Precariedade”; “Contemporaneidade” e “Psicologia”. A seleção dos onze estudos utilizados atendeu a triagem de estudos escritos na língua portuguesa e publicados entre os anos de 2014 a 2019. Entre os critérios de inclusão baseou-se na leitura prévia dos estudos, tomando como relevante o título e o conteúdo abordado, assim como a adequação com a temática abordada e a discussão no contexto em que a Psicologia pudesse estar inserida. Nestes estudos analisou-se a compreensão dos autores acerca do conceito de precariedade de Judith Butler e de suas construções teóricas. Os resultados apontam que o uso deste conceito não se restringe ao campo da Psicologia, mas, ainda assim, pode contribuir com o desenvolvimento desta ciência enquanto campo teórico e prático. Pontua-se que abordar a noção de precariedade não se aplica apenas ao campo dos estudos de gênero, mas contribui para leitura do que podemos entender por vidas precarizadas no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Judith Butler. Precariedade. Contemporaneidade. Psicologia.

Abstract

Seeking to address the concept of precariousness in the theoretical construction of Judith Butler, the present study is oriented to the question about how this concept and the theoretical foundations of the author contribute to the understanding of the political practice of Psychology. This is an integrative literature review, considering studies published between the years 2014 to 2019 that addressed this concept. The search for publications was carried out using the keywords “Judith Butler”; “Precariousness”; “Contemporaneity” and “Psychology”. The selection of the eleven studies used met the screening of studies written in the Portuguese language and published between the years 2014 to 2019. It is informed that the inclusion criteria were based on the previous reading of the studies, taking the title and the content covered as relevant, as well as the adequacy with the theme addressed and the discussion in the context in which Psychology could be inserted. In these studies, the authors’ understanding of Judith Butler’s precariousness concept and its theoretical constructions was analyzed. The results show that the use of this concept is not restricted to the field of

¹ Universidade Católica do Pernambuco -UNICAP

² Centro Universitário Dr Leão Sampaio

Autor Correspondente: professor.juniorlinhares@gmail.com

Psychology, but, even so, it can contribute to the development of this science as a theoretical and practical field. It is pointed out that addressing the notion of precariousness does not apply only to the field of gender studies, but contributes to reading what we can understand by precarious lives in the contemporary world.

Keywords: : Judith Butler. Precariousness. Contemporaneity. Psychology

INTRODUÇÃO

Apresentada como uma das principais referências nos estudos sobre a Teoria Queer e reflexões sobre as questões de gênero, a construção teórica de Judith Butler inclina-se a percorrer um caminho que questiona a formação do sujeito e sua identidade, apontando como relevante a discussão sobre quem vem a se constituir enquanto sujeito e o que é considerado como vida vivível. Em referência a um dos seus textos sobre essa perspectiva, é na obra “Vida precária, vida passível de luto” que Butler (2015) salienta as formas de apreensão de uma vida e o debate sobre Precariedade, conceito este que amplia as reivindicações sociopolíticas em relação à vida e ao direito à sobrevivência.

De acordo com Butler (2010, p.13)

(...) uma vida concreta não pode ser apreendida como destroçada ou perdida se antes não for apreendida como viva. Se algumas vidas sequer se qualificam como vidas, desde o princípio, não são concebíveis como vidas dentro de certos marcos epistemológicos, tais vidas nunca serão consideradas vividas nem perdidas no sentido pleno de ambas as palavras¹ (tradução dos autores).

Porém não é suficiente apreender uma vida como vida, mas é necessário reconhecê-la como tal. A apreensão é um modo de conhecer que ainda não é o reconhecimento e que pode ser irreduzível a ele. O reconhecimento é um ato que exige pelo menos, duas pessoas que se reconhecem reciprocamente, tendo por base certas condições gerais estabelecidas como a base do reconhecimento. A isso Butler dará o

1 (...) una vida concreta no puede aprehenderse como danada o perdida si antes no es apreendida como viva. Si ciertas vidas no se califican como vidas o, desde el principio. No son concebibles como vidas dentro de ciertos marcos epistemológicos, tales vida nunca se considerarán vividas ni perdidas en el sentido pleno de ambas palabras (Butler, 2010, p.13).

nome de inteligibilidade, isto é, regras históricas que estabelecem o âmbito do cognoscível. É preciso que uma vida seja inteligível para que ela possa ser reconhecida como vida. Mas, os esquemas ou regras de inteligibilidade são mutáveis e tanto podem produzir histórias de vida quanto histórias de morte. Assim, é necessário compreender que a precariedade é uma construção histórica e se distingue da noção de vulnerabilidade. A vulnerabilidade é uma condição ontológica de todo ser vivo, a precariedade é produzida por operações de poder. A precariedade não está no ser, mas nas contingências que o envolvem, nas relações de poder que o atravessam. A precariedade é, assim, uma noção política. A apreensão de uma vida como precária pode nos conduzir a dois caminhos: ao seu destroçamento ou a sua proteção (Butler, 2010).

Para então compreender a precariedade em Butler faz-se necessária a contextualização de um recorte que contemple o entendimento sobre a atual conjuntura em que sua discussão se encontra. Ao abordar a contemporaneidade e a evidência de conflitos contemporâneos, que servem como ponto de partida para as reflexões da autora, corrobora-se com o reconhecimento da atitude de um ser contemporâneo, este que não se contenta com os desdobramentos de sua época e lança um olhar problematizador sobre o seu tempo.

Assim, a partir da apresentação das discussões de Butler, torna-se possível ampliar reflexões provocativas sobre tais conflitos contemporâneos, objetivando compreender suas contribuições para se pensar as práticas políticas que o campo da Psicologia implica. Tal como as inquietações promovidas pelo pensamento da autora provocaram nos pesquisadores a necessidade de uma análise sobre os processos de apreensão e reconhecimento de uma vida e os esquemas de precarização que estas podem sofrer.

Nesse sentido, aprofundar a compreensão dos

conceitos explanados por Butler, bem como o estudo de seu referencial teórico, favorece o desafio de pensar aspectos da contemporaneidade e identificar os efeitos de discursos e práticas sociopolíticas que acabam por precarizar e relativizar os valores impostos à vida e a sua sobrevivência. Ao alcançar diversas áreas de conhecimento, a contribuição do seu estudo reflete numa análise sobre como o discurso acadêmico-científico tem realizado a leitura dos conflitos contemporâneos, o que faz com que possamos reconhecer o lugar em que a Psicologia se posiciona sobre eles.

Uma vez percebida a proximidade da autora com questões debatidas na esfera do campo ético e político a afinidade com a Psicologia é posta mediante o tom provocativo de suas indagações e como suas reflexões podem ser apresentadas desde o processo de formação acadêmica do psicólogo, já que este campo de saber procura manter-se constantemente implicado em demandas sociais, inclusive com atribuição a uma prática profissional que seja desenvolvida, alicerçada sobre um senso crítico para reconhecer e intervir nos processos de negligência, violência e crueldade a que os sujeitos estejam expostos.

Nesse contexto, questiona-se: Como o conceito de precariedade na construção teórica de Judith Butler contribui para a compreensão da prática política em Psicologia? Mediante este questionamento busca-se compreender o conceito de precariedade na articulação teórica da referida autora. Mobilizados pela leitura que realiza sobre os conflitos contemporâneos e as formas de enquadramento da vida, salienta-se nesse sentido a importância da interpretação que Butler faz sobre os “quadros de guerra” e suas observações em relação aos esquemas de precarização que o sujeito e a vida estão expostos.

Estrutura-se, portanto o objetivo para este estudo de compreender o conceito de precariedade na construção teórica de Judith Butler, e as contribuições frente à da prática política da Psicologia., passando uma discussão sobre as articulações teóricas desenvolvidas pela autora e explorando a relação do seu pensamento com debates pertinentes a prática do Psicólogo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com natureza exploratória, e com base no caráter bibliográfico. Especifica-se que para realização de tal trabalho bibliográfico foi escolhido a abordagem integrativa, a qual considera o aporte teórico sobre o tema a ser explanado, objetivando a síntese de estudos publicados e a ampliação do conhecimento sobre este tema.

O percurso metodológico para realização da revisão integrativa deu-se, inicialmente, através da identificação do tema e elaboração do problema de pesquisa. Delimitou-se o conceito de precariedade na construção teórica de Judith Butler, e o seguinte questionamento: Como o conceito de precariedade na construção teórica de Judith Butler contribui para a compreensão da prática política em Psicologia?

A definição da amostragem da literatura, como segunda fase, foi estruturada mediante a seleção de obras publicadas pela autora, as quais demonstrassem correlação com o objetivo do estudo e abordar sua construção teórica assim como, especificamente, com o conceito de precariedade. Através disso foi possível delimitar com maior precisão os critérios de seleção e inclusão para estudos que viabilizassem a discussão sobre tema delimitado inicialmente e suas interfaces com a prática política do psicólogo.

Na terceira fase, dada pela coleta de dados, a triagem dos artigos ocorreu atendendo a delimitação de publicações escritas na língua portuguesa e o ano de publicação dos artigos, sendo posto inicialmente um recorte entre os anos de 2014 é 2019, no entanto priorizou-se os textos dos anos de 2014, 2016 e 2017 por articularem-se diretamente a proposta explicitada nos objetivos deste estudo. Fazendo uso das palavras-chaves “Butler”; “Precariedade”; “Contemporaneidade” e “Psicologia”, a plataforma digital que serviu como base de dados foi o Google Acadêmico, a qual possibilitou entrar em contato com a pesquisa manual de publicações nos principais meios de divulgação de trabalhos no campo da Psicologia, sendo eles o PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e o SciELO

(Scientific Electronic Library Online). Os critérios para inclusão dos estudos foram baseados na leitura prévia deles, tomando como relevante o título e o conteúdo abordado, assim como a adequação com a temática estudada e a discussão no contexto em que a Psicologia pudesse estar inserida.

Desenvolvida na quarta fase, a análise crítica dos estudos incluídos identificou, através de leitura rigorosa do conteúdo, a percepção de características de cada estudo e o ponto conceitual que sua discussão viria a

contribuir na síntese do conhecimento sobre o tema. A quinta fase, correspondente a discussão dos resultados, deu-se pelo entrelaçamento do conteúdo teórico presente na literatura da autora e nos estudos selecionados, onde foi contextualizado a discussão pertinente. Apresenta-se no conteúdo do presente artigo a síntese das informações elaboradas e assim finaliza-se, como sexta fase, o processo desenvolvido. Conforme explicitado em tabela abaixo:

BUTLER E OS ENQUADRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Autor(es)	Ano de Publicação	Plataforma	Periódicos	Título do Artigo	Considerações Temáticas
AMENDOLA, Marcia Ferreira	2014	Scielo	Psicol. Ciênc. e Prof.	Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma Perspectiva	Formação em Psicologia, demandas contemporâneas e éticas
BORBA, Rodrigo	2014	Scielo	Cafajeste. Pagu	A linguagem importa? Sobre desempenho, performatividade e peregrinações conceituais	Linguagem, performatividade, construção conceitual
BORGES, Lenise Santana	2014	Scielo	Psicol. Soc.	Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re) contando histórias	Psicologia Social Crítica
FURLAN, Vinicius	2017	Scielo	Psicol. Ciênc. e Prof.	Psicologia e Política de Direitos: Percursos de uma Relação	Psicologia, Política de Direitos, percurso histórico
HUR, Domenico Uhng; LACERDA JUNIOR, Fernando	2017	Scielo	Psicol. cienc. prof.	Psicologia e Democracia: da Ditadura Civil-Militar às Lutas pela Democratização do Presente	Psicologia, Democracia, lutas pela democratização
DEMETRI, Felipe Dutra; TONELI, Maria Juracy Filgueiras	2017	PepSic	Rev. psicol. polít.	Performatividade contra a precariedade: modulações do sujeito político na obra de Judith Butler	Performatividade, Precariedade, sujeito político, Judith Butler
OLIVEIRA, Humberto Moacir de	2016	PepSic	Cad. psicanal.	O "Nostálgico" e o "Contemporâneo": algumas considerações sobre o lugar do psicanalista no século XXI	Reflexões sobre a concepção de contemporâneo na obra de Giorgio Agamben
DEMETRI, Felipe Dutra	2017	Google Acadêmico	Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero	Da vida nua à vida precária: o debate entre Giorgio Agamben e Judith Butler	Vida Nua, Vida Precária, diálogo entre Giorgio Agamben e Judith Butler
SANTOS, Andressa Regina Bissolotti dos	2017	Google Acadêmico	Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero	O conceito de precariedade em diálogo com o direito: repensando a Teoria Crítica dos Direitos Humanos	Precariedade, Teoria Crítica dos Direitos Humanos
GRAÇA, Rodrigo	2016	Google Acadêmico	Revista Perspectiva Filosófica	Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos	Performatividade, reivindicações de direitos, política
SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar Y	2016	Google Acadêmico	Profanações	Apontamentos sobre o Contemporâneo em Giorgio Agamben	o Contemporâneo na obra de Giorgio Agamben

Tabela 01 – produzida pelos autores, 2020

Ao discutir as representações implícitas ao uso da expressão “*to be framed*”², Butler (2015) propõe que ser enquadrado é um significante complexo visto que os diversos significados do seu uso podem adquirir. Desde um quadro que pode ser emoldurado ou um criminoso que pode ser enquadrado pela polícia, a autora relaciona que o que é posto a ser visto ou torna-se reconhecível mediante o imperativo uso de uma moldura confere a este elemento, a moldura, a característica de que se trata de uma sobreposição de uma imagem ao seu campo visual, entendendo que esta ação, a de emoldurar algo, lhe possibilita a compreensão da ação enquanto um autocomentário sobre a própria elaboração e apresentação dessa moldura.

Isso implica na reflexão de que desenvolver uma análise crítica sobre a moldura é reconhecer que algo lhe escapa ao enquadramento. Expondo a forma como o enquadramento rompe-se ao contexto em que está inserido e depende de condições de reprodutibilidade para possuir o êxito de sua ação, a coerência do pensamento da autora relaciona o debate sobre o enquadramento e as formas de apreender a vida em sua condição precária assume a posição de colocar em xeque a realidade que é aceita, afirmando que:

[...] quando esses enquadramentos que governam a condição de ser reconhecido relativa e diferencial das vidas vem abaixo — como parte do próprio mecanismo da sua circulação —, torna-se possível apreender algo a respeito do que ou quem está vivendo embora não tenha sido geralmente “reconhecido” como uma vida. (BUTLER, 2015, p. 29)

Para evidenciar o aspecto de circulação e impacto que o enquadramento pode assumir em seu contexto ou nas possibilidades de apreensão que decorre do seu rompimento, a dimensão que a contemporaneidade aponta, esta segundo Agamben (2009), corresponde a percepção de uma relação com o próprio tempo. Esta relação compreende a atitude de não contentamento aos desdobramentos de sua época, sendo estabelecido uma posição com intuito de perceber criticamente o seu tempo. A estes que aderem essa atitude, segundo o autor, podem ser considerados contemporâneos.

Ao salientar a noção de contemporâneo explanada por Agamben, Oliveira (2016) cita o exemplo dado pelo autor ao referir-se a uma questão da astronomia, a qual questiona o motivo do espaço ser escuro mesmo que exista tantas galáxias com tantos corpos luminosos próximos e distantes de nós. Agamben, então, ao lançar mão de uma explicação da astrofísica atual, faz paralelo com a questão sobre o ser contemporâneo. Se o espaço é escuro porque as luzes emanadas pelos corpos luminosos nunca alcançam a nossa galáxia, já que suas galáxias se distanciam em uma velocidade superior a velocidade da luz, ser contemporâneo é perceber o escuro que envolve a nossa época e essa luz que procura nos atingir, mas nunca o faz.

O entendimento de personalidades da nossa história que são vistos como a frente do seu tempo colide com a percepção do ser contemporâneo que enxerga essa tal luz que ainda não veio. Aponta-se como oposta a esta atitude o comportamento de adesão aos efeitos de sua época, onde por este motivo não consegue vê-la ou observá-la de forma fixa e analítica. Soler (2016) ao refletir as proposições do autor, salienta que a atitude de um ser contemporâneo implica um ódio ao seu contexto histórico e o entendimento de que, estando preso ao seu próprio tempo, deve ser lançado uma visão problematizada frente aos elementos culturais, atendo-se dos aspectos históricos e sociais. O contemporâneo é marcado, então, pela inconformidade com os contornos de sua época.

Ao explorar um outro aspecto intrínseco ao debate sobre o contemporâneo, Agamben (2009) propõe a ampliação do conceito de dispositivo apresentado por Foucault, ao referir-se a “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. Para o autor, o dispositivo atua naquilo que assinala como o processo de subjetivação, ainda mais especificamente definindo o sujeito como aquilo que resulta da relação entre os seres vivos e os dispositivos. A subjetividade não seria um equivalente ao modo de existir singularmente, mas o resultado do processo de subjetivação e dessubjetivação.

2 Ser enquadrado

Uma vez apresentado dois importantes conceitos explorados por Giorgio Agamben, é possível realizar uma interlocução com aspectos centrais que são discutidos por Judith Butler. Previamente a este diálogo, Demetri (2017) destaca que ambos os autores argumentam sobre vida e morte, evidenciando uma crítica ao poder. Em referência ao exposto por Butler sobre os detentos em Guantánamo e a percepção de que sua humanidade fora descaracterizada, onde suas mortes ao menos são mortes, visto que sequer são considerados como humanos, Butler recorre a descrição de Agamben sobre Auschwitz ao referir-se não como o espaço onde se matou pessoas, mas como sendo onde mais foi gerado cadáveres.

A fim de promover tal aproximação teórica entre os autores, a formulação sobre o Estado de Exceção realizada por Agamben (2004) propõe uma leitura para além do que o termo técnico jurídico representa, onde é objetivado aproximar os aspectos jurídicos e políticos que caracterizam esse estado. Sendo ele marcado pela suspensão das leis e garantias, o autor argumenta que o estado de exceção se qualifica pela anomia e promove a captura da vida pelo poder soberano.

Opondo-se a este poder, a vida capturada assume o caráter de vida nua, que pode ser entendida como a vida destituída de marcadores políticos. Para a concepção deste termo, Agamben faz um retorno ao conceito de *Homo Sacer*, onde define

a vida nua, isto é, a vida matável e insacrificável do homo sacer, cuja função essencial na política moderna pretendemos reivindicar. Uma obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta matabilidade). (AGAMBEN, 2002, p. 16)

Nesse sentido, cabe ressaltar que a zona conferida ao *Homo Sacer* é delimitada pela ausência dos seus qualificadores, não sendo possível diferenciar os aspectos jurídicos ou políticos. Sua vida nua é então capturada pelo estado de exceção, que pode ser entendido como uma técnica de governo. Trata-se, explicitamente, de um jogo que considera as noções do biopoder em que esbarra frente as noções que gerenciam a vida e a morte.

Ao delinear a ação do poder soberano nesta captura, temos, nas palavras do autor, que “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera.” (AGAMBEN, 2002, p. 91).

Para tanto, as proposições mediadas por Butler, a sua argumentação sobre o enquadramento e as formas de apreensão de uma vida (em sua condição precária) possibilita a análise desses qualificadores. Citando o processo de modelagem e a forma social que o corpo adquire, Butler (2015) enfatiza a articulação de forças políticas e sociais, que englobam o processo de sociabilização, e torna possível a manutenção da vida e sua prosperidade.

Tratando-se de pensar como a precariedade é disposta em seus enquadramentos, a discussão promovida pela autora desdobra-se sobre as condições sociopolíticas em relação a vida e o direito à sobrevivência., que também são preocupações pertinentes ao fazer da Psicologia. Como evidência deste processo de apreensão, Butler afirma que “não se deduz daí que se alguém apreende uma vida como precária decidirá protegê-la ou garantir as condições para a sua sobrevivência” (BUTLER, 2015, p. 15), corroborando para a percepção que o entendimento da precariedade pode também conduzir a potencialização da violência, onde refletir sobre a vulnerabilidade física de um grupo ou pessoa pode incitar no desejo de destruí-lo.

PRECARIIDADE E A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE JUDITH BUTLER

Diante das inúmeras questões em torno da construção teórica de Judith Butler e sua interação no meio acadêmico-científico, Salih (2018) considera aspectos fundamentais para apresentar sobre a autora, como sua formação em filosofia (a qual tem seus estudos iniciais voltados para a filosofia hegeliana) e suas obras posteriores, estas que percorrem considerações influenciadas pelo campo da teoria psicanalítica, de teorias feministas e pós estruturalistas. Estruturando sua obra em tópicos correspondentes aos principais campos explorados por Butler, estes configuram-se com asserções teóricas sobre o sujeito, gênero, sexo, linguagem e psique.

Para advertir sobre a dificuldade e até mesmo o risco de tentar conceituar ou localizar Butler em campo teórico mais amplo, é afirmado que suas discussões são, em algum nível, marcadas por questionamentos sobre o processo de construção da identidade e da subjetividade, uma vez que sua abordagem se acentua criticamente sobre a forma generalizada e radicalizada que os sujeitos vêm a se constituir em meio a estruturas de poder existentes. Igualmente marcada pelo teor dialético, Butler propõe perguntas que muito dificilmente chega a respondê-las, não aderindo a uma linearidade em sua construção teórica, o que a faz contornar e relacionar teorias distintas envolvidas em seus questionamentos, porém, não tratando em respondê-los (SALIH, 2018).

Constituindo-se enquanto referência aos estudos acerca da Teoria Queer e discussões sobre gênero, Butler é influenciada pela linha teórica feminista, presente em obras como *Gender Trouble (1990)* e posteriormente em *Bodies That Matter (1993)* em que torna-se conhecida e possui seu alcance direcionado para as questões sobre gênero.

Neste sentido, o pensamento da autora mostra-se orientado pela observação de que o poder, indo além de uma troca entre sujeitos ou uma relação de inversão dada entre o sujeito e o Outro, pode operar na concretização da estrutura binária que é intrínseca ao conceito de gênero. Atravessada por questionamentos, que dentre eles refutam se os termos “homens” e “mulheres” só seriam não-problemáticos quando envolvidos numa matriz heteronormativa, ela pontua:

explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica do poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. (BUTLER, 2003, pág. 9)

Contraopondo-se às convicções que difundem a identidade de gênero e de sexo como naturais,

Butler argumenta que mesmo nesses casos, quando se apresentam como naturais, tais identidades estão se mostrando enquanto cristalizadas. A autora ratifica seu posicionamento ao sugerir que “o corpo se torna seu gênero por uma série de atos renovados, revisados e consolidados no tempo” (BUTLER, 2018a, p. 7). Assim, mediado pelas reflexões que faz sobre o sujeito enquanto resultado das relações de poder, relações estas que perpassam a produção do gênero, ela cita o conceito de performatividade ao discutir a forma como o gênero se funde ao corpo por meio da repetição e encenação não racionalizada de atos performativos, que ditam o gênero, e que correspondem a ação de elementos relacionados ao discurso que o sujeito se encontra inserido durante o seu processo de construção.

Corroborando com os estudos de Butler, Borba (2014) evidencia a linguagem enquanto aspecto central da construção teórica da autora a fim de destacar a distinção entre *performance* e *performatividade*. Afirma, então, que é em *Bodies That Matter (1993)* e em trabalhos subsequentes que Butler enfatiza que as performances, nas nuances das identidades de gênero, correspondem a repetição de atos e práticas discursivas que só podem acontecer mediante e regulamentada por uma estrutura rígida (heterossexualidade compulsória, falocentrismo e os demais discursos que as sustentam) e que as tornam cenas de constrangimento e que restringem suas possibilidades. Acrescenta que a performatividade, como elemento possuidor de relevância política, não é o mesmo que a performance, visto que está para além do sentido associado a uma apresentação teatral, onde torna possível contestar a noção de sujeito por trás da ação.

Abre-se espaço, enfim, para salientar as principais influências para a formação do arcabouço teórico de Butler. Estando eles dispostos de acordo com a análise teórica sobre o sujeito e seus processos de formação, os principais autores e correntes teóricas correspondem ao filósofo Hegel, que é amplamente abordado logo em seu primeiro livro (*Subjects of Desire, 1987*); Foucault, que propõe investigar a formação do sujeito como um processo que deve ser lido de acordo com a análise do contexto histórico e discursivo, assim como citado no uso do método genea-

lógico nos estudos sobre as questões de gênero; Jacques Derrida e a teoria linguística pós-estruturalista; ainda contando com a presença das teorias psicanalítica, a teoria feminista e marxista. Característico do seu estilo crítico de organização de pensamento,

[...] podemos dizer que ela tem afinidades com essas teorias e com seus projetos políticos, não se identificando com nenhuma delas em particular, mas utilizando uma série de paradigmas teóricos sempre que pareça conveniente, sob as mais variadas, e por vezes inesperadas, combinações. (SALIH, 2018, p. 16)

Por atravessar as questões que envolvem o gênero, é significativo na obra de Butler como seus estudos inclinam-se ainda mais sobre o campo político. Nessa perspectiva, em *The Psychic Life of Power* (1997) é refletido as questões do sujeito e as estruturas de poder, apresentando uma discussão fundamentada entre autores como Freud e Foucault, e assim desenvolvendo argumentos que dialogam com pontos das distintas teorias que os autores propõem.

Explorar tais concepções, que usualmente consideram o poder enquanto um fator externo a qual todos os sujeitos estão expostos, Butler, em conformidade com a visão de Foucault, compreende o poder como algo constitutivo do sujeito, que molda sua condição de existência, trajetória e desejo. Apresentando a sujeição em termos de processo que subordina os sujeitos ao poder, seu projeto de teorizar a forma psíquica que ele assume parte de perspectivas provisórias, onde “tal projeto requer que a teoria do poder seja pensada junto de uma teoria da psique, tarefa evitada por escritores tanto da ortodoxia foucaultiana quanto da ortodoxia psicanalítica” (BUTLER, 2017, p. 10).

Ao avançar as discussões a autora discorre sobre a sujeição como o processo em que se produz o sujeito, processo que é mediado através da dependência fundamental de um discurso, que nunca é escolhido e que, antagonicamente, constitui e sustenta as ações do sujeito. Assim, afirma que

em cada caso, o poder que a princípio aparece como externo, imposto ao sujeito, que o pressiona à subordinação, assume uma forma psíquica que constitui a identidade pessoal do sujeito. A figura assumida por esse poder é marcada inexoravelmente

pela imagem de retorno, de uma volta sobre si mesma ou até contra si mesma. (BUTLER, 2017, p. 11)

Butler é assertiva ao afirmar que a concepção da *precariedade* se encontra fundamentada pela consideração de que é compartilhado pela vida humana a sua condição precária, isto é, a condição intrínseca ao processo de interdependência e regulamentação que mobiliza e expõe o sujeito a operação de forças sociais e políticas que resultam no seu processo de sociabilidade e que contornam, relativamente, suas possibilidades de sobrevivência. Entretanto, enquanto uma construção política sobreposta a esta condição compartilhada, a precariedade corresponde ao relativo grau de exposição do sujeito a contextos que se opõe a garantia de sua sobrevivência, implicando o valor de sua substitutibilidade ao potencializar situações que interferem nos processos de morte e sobrevivência (BUTLER, 2015).

Nesse sentido, a potencialidade dos processos de violência e morte, a autora relaciona que a não passibilidade da vida em ser enlutada corresponde ao processo de fragilidade e desqualificação do cuidado que grupos populacionais sofrem ao não possuir uma rede social de ajuda. Dessa forma, enfatiza que

a precariedade só faz sentido quando somos capazes de identificar a dependência e a necessidade corporal; a fome e a necessidade de abrigo; a vulnerabilidade às agressões e à destruição; as formas de confiança social que nos permitem viver e prosperar; e as paixões ligadas à nossa persistência como questões claramente políticas. [...] a nossa precariedade depende em grande medida da organização das relações econômicas e sociais, da presença ou ausência de infraestruturas e de instituições sociais e políticas de apoio (BUTLER, 2018b, p.80).

Ressalta-se a continuidade da discussão sobre precariedade na obra de Butler, Demetri e Toneli (2017) salientam que em *Notes Toward a Performative Theory of Assembly* (2015) a autora identifica que a mobilização de grupos organizados e com caráter assembleísta encenam, de forma performática, a possibilidade de resistir a precarização e a precariedade em que se encontram expostos. A leitura sobre o movimento de sair às ruas em protesto frente a intensificação de situações que potencializam a precariedade reafirma as diferenças teóricas entre

Butler e Agamben, uma vez que, enquanto o autor descreve a situação da vida nua como excluída, a autora reconhece a possibilidade concreta de exprimir uma forma de resistência, apontando que o questionamento de tais situações muitas vezes implicam em um ato político radical, que minimamente pode ser conferido ao insistir na seguridade de infraestruturas mínimas para que ocorram as reuniões públicas.

Ao aprofundar a análise sobre a possibilidade de reivindicações de direitos através da performatividade, Graça (2016) faz menção às proposições em que Butler, desenvolvendo sua percepção sobre aspectos já pontuados pelo sociólogo inglês Paul Gilroy, apresenta a subversão política por meio da ressignificação política dos termos que pretendem ser reivindicados. Denominado de *contradição performativa*, essa perspectiva ocorre mediante repetição e citação de elementos que quando reformulados levam a incoerência que sua inteligibilidade normativa provoca. Passando a ressignificação de tais elementos, abre-se a possibilidade de encontrar novas definições e uso para aqueles que estavam expostos a eles.

Trata-se de reivindicações intrínsecas ao campo político, que são passíveis de serem compreendidas pelo uso do termo performatividade no sentido de expor práticas discursivas e comportamentais que são repetidas até serem entendidas como naturalizadas, e aí denunciando seu aspecto falso, Butler reafirma o compromisso de “lutar por uma concepção de obrigação ética fundamentada na precariedade. Ninguém escapa da dimensão da condição precária da vida social – ela é, podemos dizer, a articulação da nossa não fundação” (BUTLER, 2018b, p.81).

DISCUSSÕES SOBRE A PRECARIEDADE E OS CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS EM INTERFACE COM UMA PRÁTICA POLÍTICA DA PSICOLOGIA

Qualificado enquanto elemento fundamental na orientação do campo profissional da Psicologia, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Assembleia Geral da ONU, 1948) estrutura-se na contemplação de princípios básicos que devem ser assegurados para todos os seres humanos, possuindo alcance e se sobrepondo às diferenças em relação à origem,

raça, nacionalidade ou condição social, sendo reforçado a impossibilidade de ser restringido ou retirados tais atribuições de qualquer indivíduo. Caracteriza-se pelo reconhecimento da dignidade como constituinte de todos os sujeitos, estabelecendo-os enquanto dotados de direitos iguais e inalienáveis, promovendo, ainda, a noção da universalidade.

Ao abordar um recorte histórico que caracteriza a formação e desenvolvimento da Psicologia no Brasil, Furlan (2017) salienta a contribuição de movimentos de luta e resistência contra o regime da ditadura militar, haja visto a proximidade da Psicologia com tal regime, onde foi promovido uma abertura para ampliar as transformações na construção teórica e prática deste campo. Tais modificações mobilizaram-se orientadas pela perspectiva crítica e com compromisso ético-político, sendo elaborado a partir da compreensão de questões sociais a quais grupos populares estavam expostos. Delineando a compreensão ontológica do homem enquanto ser histórico e social, este movimento obteve como resultado a tendência ao posicionamento político, relacionado, então, ao processo de redemocratização da sociedade brasileira durante a ditadura.

Em consonância a este recorte, o curso do desenvolvimento da Psicologia reafirma seu caráter ético-político ao aproximar-se de pautas pertinente aos direitos humanos. Dessa forma, cabe aos profissionais, conforme previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 10/2005), fundamentar suas práticas em valores implicados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Fica intrínseco a estas práticas intervenções com objetivo de eliminar todas as formas de violência, negligência e opressão, bem como buscar promover a liberdade, dignidade, igualdade e a integridade que cada sujeito deve possuir.

Enfatiza-se, ainda, essa associação ao ser concebido, pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP nº 11/1998), a Comissão dos Direitos Humanos, cuja funcionalidade pauta-se na imprescindibilidade dos direitos humanos para o exercício da atividade profissional do psicólogo, considerando a contribuição de tais direitos para o desenvolvimento integral do sujeito, assim como seu papel na consolidação do

exercício da cidadania e ao promover a realização de um Estado democrático e de direito.

Análogo a discussões fomentadas a partir de tais concepções, Santos (2018) discorre sobre a exigência pré-discursiva de uma noção de ser humano, a qual norteia as respostas frente a necessidade de elencar a garantia de seus direitos. Com isto, é pontuado que as teorias pós estruturalistas assinalam que estas proposições acabam funcionando como enquadramentos, que, por conseguinte, tornam-se responsáveis por conter parcelas de humanidade que são excluídas ao não atingirem o padrão idealizado de sujeito.

Contra-pondo-se a elaboração de valores determinados pelo Estado ou organizações internacionais, a Teoria Crítica dos Direitos Humanos apresenta-se ao estabelecer, como elemento central, os processos de luta para alcançar a dignidade humana. Na obra intitulada *“A (re)invenção dos Direitos Humanos”* Joaquín Herrera Flores argumenta que

se, contudo, em lugar dos direitos, partirmos da assunção de compromissos e deveres que surgem das lutas pela dignidade, os conflitos e as práticas sociais sempre estarão presentes em nossa análise, pois é a partir de nossa inserção em tais conflitos que vamos assumir compromissos e deveres com os demais, como o objetivo de conseguir um acesso igualitário aos bens necessários para uma vida digna. Por essa razão, nossa teoria crítica dos direitos humanos trabalha com a categoria de deveres autoimpostos nas lutas sociais pela dignidade, e não de direitos abstratos nem de deveres passivos que nos são impostos a partir de fora de nossas lutas e compromissos. (FLORES, 2009, p. 21)

O autor, conforme citado, é sucinto ao abordar o risco de ser esquecido ou desconsiderado os conflitos que marcaram os contextos sociais e políticos prévios a necessidade de elaborar um sistema de garantias de direitos. Afirmando a necessidade contemporânea de releitura teórica, a perspectiva crítica versada em sua teoria percorre um outro caminho do apresentado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos: não partindo do pressuposto de um padrão de sujeito dotado naturalmente de direitos, a dignidade humana não se trata de uma atribuição inerente a todos os indivíduos, mas de uma conquista que é marcada através da seguridade de espaços

de luta para alcançar este propósito.

Nestas reflexões cabe o retorno ao pensamento de Butler (2015) ao discorrer sobre os processos de enquadramento e reconhecimento que a vida se encontra passível, os quais, paradoxalmente, conduzem ao risco de excluir ou não tornar incluso grupos de seres humanos que não alcançam a figura de ser humano dotado e reconhecido de direitos. Ainda, ao lançar a dignidade enquanto uma atribuição daquilo que é humano ou digno de ser suficientemente visto como humano, a construção teórica da autora reforça a perspectiva oposta de considerar noções pré-discursivas para este reconhecimento, abrindo espaço para ser considerado os processos de luta e reivindicações sociopolíticas para tal.

Pertinente a abertura proposta por essa discussão, as observações sobre a precariedade (BUTLER, 2015; 2018b) contribuem ao pensamento crítico acerca das consequências de viver em sociedade, visto que decorre do requerimento de atender a condições sociais, políticas e econômicas, para que seja mantido o estatuto e reconhecimento de tal manifestação enquanto vida ou ser humano. Por também referir-se à distribuição desigual de recursos e potencialização dos esquemas de precarização e violência a quais vidas encontram-se expostas, o resultado deste processo abarca a produção de *vidas precarizadas* e *vulnerabilizadas*. O uso de tais elementos conceituais opõe-se ao enfoque que naturalize ou normatize a vida exposta a tais esquemas, quebrando a leitura de que podem ser vidas precárias ou vulneráveis. Fica reiterado que se trata de uma construção cultural, social, histórica, econômica e política que interfere na leitura ontológica da condição de ser humano. Abre um furo e faz-se questionar sobre a noção de sujeito digno de direitos tidos como direitos humanos.

Expandindo o recorte em que a Psicologia é citada, Amendola (2014) aponta como relevante as considerações acerca da formação em Psicologia e a relação com demandas contemporâneas e éticas. Como consequência da mercantilização do seu ensino, onde é posta como mercadoria, a formação do profissional da Psicologia foi assimilada ao ensino de técnicas e práticas padronizadas com finalidade ou correlacio-

nada a atender demandas das relações de mercado. Nesse sentido, questiona-se se o profissional formado nessa estrutura estará disposto a privilegiar uma análise crítica das demandas que se depara, colocando-se implicado na compreensão reflexiva de aspectos históricos, sociais e políticos da sociedade.

Os contornos assumidos pela Psicologia Social Crítica mostram sua influência desde sua participação na reformulação da Psicologia no Brasil, isso durante o período da ditadura militar. Borges (2014) pontua seu desenvolvimento mediado através da insatisfação com a Psicologia Social, uma vez que este campo propõe uma dura crítica aos moldes positivistas adotados pela ciência. O panorama crítico associado a Psicologia Social viabilizou a psicologia enquanto objeto de reflexão, que se contrapõe a abordagem naturalista e convencional. Fica estendido o seu alcance a percepção do lugar ocupado pelo indivíduo na sociedade e nas relações de poder, questionando-se sobre as iniquidades sociais.

Uma outra vertente teórica que se alinha a abordagem crítica-reflexiva é a Psicologia Política, apresentada por Hur & Lacerda Junior (2017) ao defender que não existe neutralidade nas práticas inerentes ao exercício da Psicologia, referindo assim sobre as relações de poder em espaços e práticas sociais. Delineada pela tendência para questões sociais e políticas visando a democratização, os espaços em que se faz presente caracterizam a Psicologia enquanto múltipla e plural, onde sua inserção em inúmeros campos de trabalho deve promover transformações psicossociais, diminuindo o sofrimento nestes aspectos. Embora nem sempre percebido por seus profissionais, suas ações seriam eminentemente políticas ao incitar processos de autonomia, emancipação e transformação, também possuindo alcance para práticas que potencializam o bloqueio da vida, processos de estigmatização, além da capacidade de disciplinar e ser condescendente a opressão e violação praticada pelo Estado.

Proeminente a estas considerações atribuídas a Psicologia como um todo e em suas vertentes teóricas, seria possível transportar o objetivo de Butler (2018b) ao abordar uma obrigação ética fundamentada no entendimento sobre a precariedade.

Tal reivindicação ética seria manifestada através de reflexões sobre a vida corporal, esta como sendo a exposta às agressões. Corroborando ao pensamento de autores como Emmanuel Lévinas e Hannah Arendt, para Butler caberia o questionamento sobre qual a vida digna de ser protegida de assassinatos e do genocídio. O comprometimento com a preservação dessa vida apontaria para o trabalho e confronto com as condições corporais as quais os corpos que as carregam estão expostos.

Tratando-se de não inscrever um novo campo da Psicologia, mas delimitar contribuições de abordagens teóricas que mostram impacto para o seu crescimento, a proximidade com o conceito de precariedade implica reflexões sobre a capacidade de identificar dependências e necessidades corporais, uma vez que o compromisso com o bem estar social e diminuição do sofrimento psicossocial estaria pautado na persistência corpórea do sujeito em abrigar uma vida, esta que pode ser ou não passível de ser reconhecida enquanto vivível, assim como se atentar às condições ambientais que a tornam possível de ser vivida nestes processos (BUTLER, 2018b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao alcançar a análise sobre a construção teórica de Judith Butler, esta que se deu orientada através da compreensão do conceito de precariedade em suas reflexões, torna-se evidente suas contribuições para a compreensão da prática política da Psicologia visto que a autora provoca inquietações a respeito das reivindicações sociopolíticas e a forma com que se mobiliza o pensamento sobre as manifestações dos conflitos que marcam a sociedade.

Ao ser estabelecido o diálogo com Butler, Agamben mostrou-se como importante colaborador na percepção sobre o que é a contemporaneidade e as implicações de estar inserido nela. Afirma-se que Butler mostra-se relevante ao apresentar suas reflexões críticas acerca dos enquadramentos estabelecidos na sociedade uma vez que elas apontam para a não conformidade com sua época ao questionar os esquemas de precarização de uma vida e o que as tornam capazes de serem dignas de serem vividas. Nos faz pensar, assim, sobre quais contextos existem o reco-

nhecimento da garantia dos direitos tidos como inalienáveis e forma como se dispõe esse processo de reconhecimento. Demanda também ponderar quais questões éticas da Psicologia estão envolvidas nestes questionamentos e o posicionamento que é assumido no sentido de pensar tais situações em que uma vida está precarizada.

Contextualizado o campo teórico e profissional da Psicologia, onde foi percorrido sobre as atribuições éticas e construções históricas que norteiam o trabalho do psicólogo, foi possível salientar os aspectos conceituais de Butler que contribuem aos debates pertinentes a este vasto campo técnico e científico. Desta forma, os resultados do presente estudo apontam para a possibilidade de ser explorado as contribuições de autores que não necessariamente pertencem a esta área, mas que instigam os diálogos sobre as atribuições dada ao psicólogo, que deve almejar o

contínuo desenvolvimento da Psicologia como campo teórico e prático.

Vale considerar, por fim, que abordar a precariedade não se trata de uma discussão a respeito de uma problemática especificamente relacionada à Psicologia ou que lhe é totalmente alheia, mas que, semelhante a ela, faz parte do que podemos tomar enquanto contemporâneo e que acaba sendo abordado dentro das esferas deste campo de saber. Semelhante a característica da presença de Butler no campo teórico, é posto como positivo a influência da sua não linearidade ao relacionar teorias distintas para pensar criticamente as questões que aborda. Nesse sentido, este feito foi alcançado ao observar os moldes que delimitam o campo teórico da Psicologia e a leitura que realiza sobre seu objeto de estudo, e ponderar a colaboração que outras áreas e autores podem oferecer.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Búrigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **O Que é o Contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argus, 2009.

AMENDOLA, M. F. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma Perspectiva. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 4, p. 971-983, dezembro de 2014. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n4/1982-3703-pcp-34-4-0971.pdf> >. Acesso em 05 de novembro de 2019.

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre desempenho, performatividade e peregrinações conceituais. **Cafajeste. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 441-474, dezembro de 2014. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0441.pdf> >. Acesso em 13 de outubro de 2019.

BORGES, L. S. Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re) contando histórias... **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 280-289, agosto de 2014. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a05v26n2.pdf> >. Acesso em 05 de novembro de 2019

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Marcos de guerra**: llas vidas lloradas. 1.ed. Buenos Aires: Paidós, 2010.

BUTLER, J. **Os atos performativos e a constituição do gênero**: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Cadernos de leitura, n. 78, 2018a. Disponível em: < https://chaoda-feira.com/wpcontent/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf > Acesso em 07 de Setembro de 2019

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**: Notas Sobre Uma Teoria Performativa de Assembleia.

Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, J. **A Vida Psíquica do Poder**: Teorias da Sujeição. Tradução de Rogério Bettoni. 1º ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

Conselho Federal de Psicologia – CFP. Resolução CFP Nº 011/98, de 22 de novembro de 1998. Institui a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2005). Resolução CFP Nº 010/05, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

DEMETRI, F. D. Da vida nua à vida precária: o debate entre Giorgio Agamben e Judith Butler. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]: 13th. Women's Worlds, 2017. Disponível em < http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499478906_ARQUIVO_Davi_danuaavidaprecaria-FelipeDutraDemetri-TrabalhoFazendo-Genero.pdf> Acesso em 10 de Setembro de 2019.

DEMETRI, F. D.; TONELI, M. J. F. Performatividade contra a precariedade: modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 318326, agosto, 2017. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2017000200010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 08 de Outubro de 2019.

FLORES, J. H. **A (re)invenção dos Direitos Humanos**. Trad. Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FURLAN, V. Psicologia e Política de Direitos: Percursos de uma Relação. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. spe, p. 91-102, 2017. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0091.pdf>>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

GRAÇA, R. Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos.

Revista Perspectiva Filosófica, v. 43, n. 1, set. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230291/24499>> Acesso em 07 de outubro de 2019

HUR, D. U.; LACERDA JUNIOR, F. Psicologia e Democracia: da Ditadura Civil-Militar às Lutas pela Democratização do Presente. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. spe, p. 3-10, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe10003.pdf>> Acesso em 31 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, Humberto Moacir de. O “Nostálgico” e o “Contemporâneo”: algumas considerações sobre o lugar do psicanalista no século XXI. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 34, p. 25-45, junho, 2016. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v38n34/v38n34a02.pdf>> Acesso em 08 de Setembro de 2019

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (versão em português). Brasil: ONU, 1948

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, A. R. B. D.. O conceito de precariedade em diálogo com o direito: repensando a Teoria Crítica dos Direitos Humanos. In: 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11: Transformações, conexões, deslocamentos, 2018, Florianópolis/SC. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]: 13th. Women's Worlds. Florianópolis: UFSC, 2018. p. 1-10. Disponível em: < http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499365447_ARQUIVO_St00_9.ARBdosSantos.pdf> Acesso em 31 de outubro de 2019

SOLER, R. Apontamentos sobre o Contemporâneo em Giorgio Agamben. **Profanações**, v. 3, n. 2, p. 83-96, 20 dez. 2016. Disponível em: < <http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/1237>> Acesso em 08 de setembro de 2019.

PERCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA VOZ DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

PERCEPTIONS AND CONTRIBUTIONS OF CONTINUING EDUCATION IN THE VOICE OF CHILDHOOD EDUCATION TEACHERS

Daniela Cristina Beraldo dos Santos Silva^{1, 2}, Maria Aparecida Campos Diniz²

ORCID IDS

Silva DCBS - <http://orcid.org/0000-0002-9004-5127>

Diniz MAC - <https://orcid.org/0000-0002-1934-5231>

Resumo

Este estudo se refere a um recorte da dissertação de mestrado da pesquisadora, que tem como título: “SIM, EU SOU PROFESSORA: formação continuada na visão do docente da educação infantil”, defendida em fevereiro de 2019, e por objetivos identificar e compreender a visão das docentes atuantes na Educação Infantil, no que tange à formação continuada e em serviço da qual participam e se esta contribui ou não para a sua profissão. Para isso optou-se por uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, na qual o alcance dos dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas e relatos de vida profissional docente, expressos em diários reflexivos, apoiados em narrativas autobiográficas. Foram entrevistadas 7 professoras da rede municipal de uma cidade do Vale do Paraíba Paulista, uma de cada região da cidade, sendo duas na região sul, região que apresenta o maior número de escolas de educação infantil. Os dados obtidos foram estudados a partir da metodologia de análise de conteúdo e interpretados a partir das contribuições teóricas de autores como Freire (2019), Nóvoa (2017), Oliveira (2017), Angotti (2014), Gatti (2010), Marcelo García (2009), entre outros. As análises dos dados nos revelaram que as professoras reconhecem que o programa de formação continuada oferecido pela referida rede municipal contribuiu com a sua profissão, no tocante a momentos oportunos para estudo, trocas de experiências, reflexão sobre a prática. As vozes das 7 professoras participantes também expressaram o desejo de maior participação destas nos processos formativos, ressaltando que estes devem abarcar o intercâmbio dos docentes com os pares de outras unidades escolares, especialistas e pesquisadores da educação, além de serem sujeitos desta formação, com autoria e autonomia do delineamento desta a partir das reais necessidades que emergem do seu trabalho.

Palavras-chave: Formação Continuada. Educação Infantil. Profissão Docente.

Abstract

This study refers to an excerpt of the researcher's master's dissertation, which has the title: “YES, I AM A TEACHER: continuing education in the view of the teacher of early childhood education”, defended in February 2019, and for the purpose of identifying and understanding the view of teachers working in Early Childhood Education, with regard to continuing and in-service training in which they participate and whether it contributes or not to their profession. For that, we opted for a descriptive research, with a qualitative approach, in which the reach of the data took place through semi-structured interviews and reports of teaching professional life, expressed in reflective diaries, supported by auto-

¹ Universidade Estácio de Sá

² Universidade de Taubaté

Autor Correspondente: daniberaldo.unitau@gmail.com

biographical narratives. Seven teachers from the municipal network of a city in Vale do Paraíba Paulista were interviewed, one from each region of the city, two in the south, a region that has the largest number of early childhood schools. The data obtained were studied using the content analysis methodology and interpreted based on the theoretical contributions of authors such as Freire (2019), Nóvoa (2017), Oliveira (2017), Angotti (2014), Gatti (2010), Marcelo García (2009) among others. The analysis of the data revealed that the teachers recognize that the continuing education program offered by the said municipal network contributed to their profession, with regard to opportune moments for study, exchange of experiences, reflection on the practice. The voices of the 7 participating teachers also expressed their desire for greater participation in the training processes, emphasizing that they must include the exchange of teachers with peers from other school units, specialists and researchers in education, in addition to being subjects of this training, with authorship and autonomy in designing it based on the real needs that emerge from your work.

Keywords: Continuing Education. Child education. Profession Teacher

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, reconhecida recentemente como a primeira etapa da Educação Básica, apesar dos avanços alcançados por meio da legislação (BRASIL, 1988) e de um olhar mais atento do poder público e sociedade no que tange às suas especificidades, necessita construir um caminho que reverbera e valoriza as suas práticas e fortaleça os processos vividos pelas crianças e profissionais na garantia dos direitos de aprendizagens, para que se desviem do improvisado e transpareçam seus procedimentos, os processos formativos de pesquisa, reflexão sobre a prática, trocas, registros, avaliações, que sustentam o trabalho realizado por seus profissionais.

Verifica-se a partir da legislação vigente, que o direito e o acesso das crianças brasileiras à Educação Infantil e o seu reconhecimento como a primeira etapa da educação básica têm pouco mais de três décadas de existência, assegurados a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 (BRASIL, 1996).

O que a referida legislação previa a partir de 1988 ao estabelecer a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado, foi alterado pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que estabelece em seu artigo 208, parágrafo I: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2009).

Avançou-se um pouco mais no tocante à legislação, embora isso não se apresente como único

caminho para uma transformação efetiva no tocante à valorização da Educação Infantil como etapa que possui as suas especificidades e do trabalho realizado por seus profissionais.

Parece ser este um grande desafio, uma vez que mesmo diante do empenho de grande parte dos professores deste segmento da educação em reverter essa visão e trazer ao conhecimento da sociedade o caráter educacional do trabalho desenvolvido com as crianças de 0 a 5 anos, a Educação Infantil carrega marcas de uma visão assistencialista e improvisada de suas práticas e concepções (OLIVEIRA, 2017; MONÇÃO, 2013).

A problemática até aqui desvelada demonstra representar um desafio para a formação de professores, uma prática também recente, em que a sua institucionalização enquanto programa de formação em serviço ganha força à medida que se reconhece a necessária formação profissional dos professores, inicial, contínua e consistente para assegurar o direito de aprender dos alunos (BRASIL, 1996).

Verifica-se nos estudos de Aragão e Kreutz (2013), que no início do século XX não se falava em formação para professoras da creche, já que se acreditava que cuidar de crianças conferia o que era próprio da natureza feminina, reforçando o caráter assistencialista e maternal deste trabalho.

O trabalho docente nesta época era realizado por mulheres religiosas e voluntárias que não possuíam formação específica ou participavam de qualquer curso que possibilitasse a elas conhecer, refletir e considerar as características da faixa etária das crianças atendidas, atuando de acordo com o que credi-

tavam ser o melhor para elas, utilizando-se muitas vezes de violência física e verbal em ambientes pequenos e superlotados, culminando em um trabalho desfavorável para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Pesquisas recentes na área, Mendes *et al.* (2016), Barros (2015), Angotti (2014), Barros e Medeiros (2014), Corrêa (2014), Santos (2014), Sarraipo (2014), Medina (2013), Azevedo (2012), destacam a importância do professor da educação infantil como profissional essencial no processo de mudanças positivas na sociedade e a formação continuada como um caminho efetivo que transpassa a dimensão do conhecimento construído pelos docentes, e oportuniza um espaço de reflexão crítica, de construção coletiva, de possibilidades de transformação da realidade.

Sobre a necessidade de uma formação continuada de professores no que tange à especificidade da Educação Infantil, Angotti (2014) reforça que este segmento da educação necessita de professoras bem formadas e qualificadas, que passem a entender esta etapa educacional como parte, de fato, da educação e não somente ensino e isso envolve processo formativo, construção de concepções que o professor deve fazer à medida que vai estudando, refletindo, levando o seu contexto e as suas necessidades às discussões coletivas do grupo de formação do qual faz parte.

A partir da formação continuada, os docentes têm a oportunidade de se fortalecer na profissão, ao vivenciar momentos oportunos de estudos, compartilhamento de ideias e saberes, reflexões sobre a prática, aprendendo a profissão em um processo de autoria e colaboração.

É neste panorama que apresentamos neste artigo um recorte dos resultados alcançados com este estudo, com o objetivo de refletir sobre a visão dos docentes em relação a formação continuada da qual participaram e se esta trouxe contribuições junto ao seu desempenho profissional. Reconhecemos o valor da formação continuada e consideramos a hipótese de que é a partir dela que os docentes encontrarão caminhos para fortalecer a sua prática e aperfeiçoar-se profissionalmente, nesse caso, na Educação Infantil.

Evidencia-se assim, que a educação continuada não representa apenas a oportunidade de “atualizar” conhecimentos e sim de identificar quais conhecimentos e quais práticas pedagógicas são social e historicamente necessários para concretizar objetivos idealizados e projetos da escola e da sociedade e pretendidos.

No prosseguimento deste texto, busca-se apresentar aspectos imprescindíveis à formação dos professores da Educação Infantil, apoiados nos estudos mais recentes da área, na interlocução destes com os extratos das falas das participantes, o percurso metodológico adotado, compondo-se de entrevistas e histórias de vida das docentes, devidamente registradas em diários reflexivos, que ganharam significado a partir da análise possibilitando anunciar o que as participantes da pesquisa têm a dizer sobre o processo formativo vivido na profissão docente, finalizando com as considerações em tessitura aos resultados alcançados.

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pensar a profissão docente na atualidade é considerar a formação continuada como um fator indispensável e um processo contínuo e constante que deve acompanhar toda a trajetória profissional do professor, a construção da sua identidade docente, sustentando a transformação da sua ação pedagógica e profissional.

Alguns pesquisadores têm se dedicado a discutir a importância da formação continuada em serviço para a construção da profissionalidade docente e trazemos à lume a teoria de alguns deles para aprofundarmos esse tema, como Freire (2019), Nóvoa (2017), Gatti (2010), Imbernón (2010), Marcelo García (2009; 1999), Oliveira (2017), Kramer (2002).

Os estudos de Imbernón (2010), alertam para as transformações ocorridas nos processos de formação de professores, que inicialmente foram criados com a intenção de buscar soluções para problemas gerais, uniformes, que se imaginavam comuns aos professores e que se acreditava ser possível resolvê-los a partir da prescrição genérica conferida por especialistas.

A formação pensada desta forma, segundo o autor, acarretou a descontextualização do ensino e da realidade vivida pelos professores, sendo concebida e realizada como um treinamento.

Para Imbernón (2010), neste formato, o especialista define o que deve ser trabalhado com os professores, supondo o que eles necessitam, concebendo que:

uma série de comportamentos e técnicas [...] merecem ser reproduzidos pelos professores nas aulas e [...] o significado da prática educacional deve ser transmitido verticalmente pelo especialista que seleciona os problemas sofridos por outras pessoas: os professores (p. 53).

Faz-se necessário que se reflita a partir destas ideias, no sentido de que o professor é uma pessoa, que ao chegar ao contexto escolar tem uma história construída, uma cultura produzida, seus valores e crenças, suas experiências e por esta razão é um sujeito que se insere neste contexto imbuído de todas essas questões, e se move com elas na construção de sua profissão, portanto, precisa ter voz no processo formativo, para que na interlocução com seus pares, expresse as suas necessidades e aprenda a olhar para a sua realidade. Isso contrapõe o modelo que busca ensinar o professor que a sua formação deve se pautar na reprodução de conceitos, procedimentos e atitudes.

Imbernón (2010) também ressalta que esse modelo de formação se sustenta no positivismo, pautado na racionalidade técnica que buscava modelos ditos de sucesso para apresentar às escolas, para que fossem seguidos.

Vale retomar as contribuições de Freire (2019), no que tange à crítica ao modelo de educação bancária que desconsidera o que os sujeitos sabem, como pensam, quais são suas necessidades, silenciando as relações que pode estabelecer com os diversos conhecimentos, como se o professor, dono de um saber que está acima do aluno, pudesse ensiná-lo algo pelo ato mecânico de depositar-lhe o conhecimento.

Assim como o aluno chega à escola com saberes prévios, construídos, relacionados às suas vivências, o professor também inicia a sua trajetória da mes-

ma forma e isso precisa ser considerado como ponto de partida, valorizado pelos programas de formação continuada em todas as redes de ensino.

Imbernón (2010), considera que as formações que trazem propostas pautadas em pesquisas-ações, podem promover, a partir de situações em que se considere as necessidades e situações problemáticas vividas no contexto educacional e profissional, mudanças na própria realidade da escola, pelos professores e com os professores, com maior autonomia para que a ação-reflexão-ação se efetive e seja o fio condutor desse processo.

Encontramos nos estudos de Marcelo García (1999) importantes contribuições que coadunam com as ideias de Imbernón (2010), no sentido de afirmar, apoiado nas contribuições e conceptualizações de vários autores sobre a formação de professores, como Ranjard (1989), ao refletir que a formação de professores não pode ser concebida como treino, partindo do princípio que os professores, como sujeitos adultos, devem contribuir para o seu processo formativo, a partir das representações e conhecimentos que já possuem.

Em outro estudo, Marcelo García (2009), se refere à formação de professores preferindo o termo desenvolvimento profissional docente, pois para ele é mais coerente com um processo evolutivo, movido pela ação permanente de insatisfação, de problematização da realidade, de busca por soluções.

As contribuições de Nóvoa (2017), corroboram uma formação que contemple a constituição da profissão docente como prioridade e os professores como seres ativos, autores reflexivos de sua formação, para que possam se inserir na profissão sentindo-se parte dela, da escola, aprendendo com os pares mais experientes, no intercâmbio de ideias e práticas, firmando-se como profissionais, se distanciando cada vez mais da concepção de que o seu trabalho é uma espécie de missão ou vocação.

Também é possível vislumbrar, nas contribuições de Gatti (2010), a defesa por uma formação de professores profissionais para a educação básica que necessita partir da sua prática e “agregar a esta os conhecimentos necessários selecionados como va-

lorosos, em seus fundamentos e com as mediações didáticas necessárias, sobretudo por se tratar de formação para o trabalho educacional com crianças e adolescentes” (p. 1375).

Na atualidade, identifica-se a formação do educador como um *continuum*, em permanente desenvolvimento. Nesta perspectiva, a formação contínua do professor não mais concebida como mera aquisição de conteúdos/conhecimentos específicos, mas passou a ser reconhecida como um processo (necessário) de reflexão permanente sobre a própria prática e o contexto no qual ela se insere. Assim, a formação poderá ser recorrente e útil para a equipe docente e para a escola como um todo, pela participação efetiva dos sujeitos no coletivo, oportunizando uma reflexão conjunta, identificando possibilidades e limites e buscando meios para fortalecer ações bem-sucedidas e superar dificuldades.

As ideias expressas a partir das contribuições dos estudos dos referidos autores provocam reflexões sobre a importância das experiências e vivências dos professores nas diversas situações e demandas do exercício da sua profissão, pois são elas, que comunicadas, compartilhadas, tocam as histórias dos demais e os fazem pensar sobre a sua própria prática, contribuindo com o seu desenvolvimento profissional, que portanto é ativa, não passiva, tem voz, não deve ser silenciada e nem se manter estática, em que se deve colaborar e não somente receber.

O que ainda devemos destacar é que o contexto escolar é um espaço privilegiado por ser o lugar onde o professor se desenvolve e constrói seu saber, nas vivências cotidianas, na mediação com seus pares e alunos, num exercício permanente de troca e reflexão sobre a prática. Cabe pensar e desenvolver uma proposta consistente de formação, embasada teoricamente alinhada às especificidades do trabalho do grupo em formação, aqui orientado para atender aos professores da Educação Infantil.

A Educação Infantil que ocupou por muito tempo um lugar de simbolismo romântico, em que se utilizava de metáforas para comparar a criança a uma semente ou flor e o professor ao jardineiro¹, que

bastava regá-la com todo cuidado e carinho para que crescesse e florescesse, transformou a sua realidade e avançou na ressignificação desta concepção (OLIVEIRA, 2017).

Essa transformação ocorreu a partir do grande empenho de seus profissionais em se dispor a seguir aprendendo, estudando, inconformados por sua realidade.

É possível perceber que hoje, há bom número de estudos e amplo interesse nas questões da infância e nas especificidades da criança pequena. É na escola de Educação Infantil que a criança de 0 a 5 anos, sujeito que deve ter os seus direitos de aprendizagem garantidos pela escola, deve ser recebido pelo grupo de profissionais, preparados para contribuir na construção de sua identidade, favorecendo-se das interações com outras crianças e adultos.

O que se faz, quem faz, como e onde se faz deve ser proposto pelos docentes, na condução do processo pedagógico, valendo-se de iniciativas promissoras para levar a criança a vivenciar e explorar a infância com os seus sentidos, acessando bens culturais, ampliando o seu conhecimento de mundo, ampliando saberes e conhecimentos de diversas naturezas, vivenciando uma rotina diária interessante, desafiadora, que instigue o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem (OLIVEIRA, 2017).

Os aspectos supracitados se apresentam como um desafio para a formação de professores atuantes na Educação Infantil, que mais do que abarcar propostas que envolvam conhecimentos específicos sobre a infância, deve estar pautada no aprofundamento da compreensão do que de fato caracteriza educar crianças pequenas, mediada pelo binômio educar e cuidar, permeada pelo verdadeiro interesse e competência para o trabalho profissional docente realizado com elas, sensibilizando-se às necessidades sociais e emocionais das crianças (OLIVEIRA, 2017).

Os estudos de Kramer (2002), também confirmam a especificidade da formação dos docentes da Educação Infantil no sentido de que se reconheça

1 Metáfora criada por Fröebel no século XIX, ao se referir ao

professor e à criança pequena, momento em que a escola frequentada por elas passa a se chamar jardim de infância.

que a infância é uma etapa singular da vida humana e não pode ser sobreposta pela escolarização, com práticas que não tenham sentido para a própria infância e sua natureza curiosa, lúdica, exploratória do mundo que a cerca. Ademais, a autora, assim como os demais que sustentam essa reflexão, defende que “os profissionais [...] que atuam com crianças precisam assumir a reflexão sobre a prática, o estudo crítico das teorias que ajudam a compreender as práticas, criando estratégias de ação, rechaçando receitas ou manuais” (KRAMER, 2002, p.129).

Refletimos com a autora, no sentido de que os currículos dos cursos de formação de professores, devem ser refletidos com os professores e necessitam acompanhar as mudanças e avanços deste segmento educacional ao contemplarem tais preceitos, que precisam ser fundantes nas diversas propostas acadêmicas de estudos, pesquisas e tematização das diversas práticas que cercam o universo da Educação Infantil e o trabalho dos docentes para que estes tenham a oportunidade de refletir a sua realidade, aprender entre pares, mediados por problematizações e intervenções que provoquem o pensar e o avançar na transformação e fortalecimentos de suas práticas e profissão, não mais invisível, mas atuante, não mais silenciada, mas autora.

A partir do exposto é possível afirmar que a profissão docente se constrói a partir do dia a dia, das vivências no chão da escola, ao exercer a profissão, aprendendo com os pares, resolvendo problemas, estudando, avaliando o processo, refletindo e agindo permanentemente, em um processo permeado por diálogos, conflitos, desestabilizações, estudo, aprendizagens colaborativas.

No prosseguimento deste estudo, faz-se necessário explicitar o percurso metodológico utilizado para a coleta, análise dos dados e alcance dos objetivos do referido estudo.

MÉTODO

Com o objetivo de captar a visão dos sujeitos de pesquisa acerca da importância da formação continuada na sua trajetória profissional, optou-se pela abordagem qualitativa de pesquisa, a partir de rela-

tos de histórias de vida, descritas por meio de narrativas autobiográficas, que nos permitiu universalizar as experiências vividas nas trajetórias formativas dos sujeitos desta pesquisa.

Para Minayo (2011), a pesquisa qualitativa abarca o universo subjetivo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos vividos.

A escolha pelo método biográfico se justifica pelo fato do mesmo ser estruturado pelas narrativas, organizadas por meio dos relatos e registros, que ofereceram dados para a identificação dos saberes construídos pelos sujeitos, tomando-os como significativos no curso de sua vida profissional.

Para Josso (2004) a abordagem biográfica, configura-se como investigação porque se vincula à produção de conhecimentos experienciais dos sujeitos adultos em formação. Por outro lado, é formação porque parte do princípio de que o sujeito toma consciência de si e de suas aprendizagens experienciais quando vive, simultaneamente, os papéis de ator e investigador da sua própria história.

Como critério de amostra, elegeu-se abordar as professoras sempre atuantes nas salas de aula da Educação Infantil e na mesma região do município, supondo que estas tiveram a oportunidade de participar de um percurso considerável na formação continuada proposta pela rede, em suas Unidades Escolares.

Após a pesquisa ser autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, a pesquisadora entrou em contato com as Orientadoras de Escola (OE), das escolas municipais de Educação Infantil, que indicaram as professoras com o perfil supracitado.

Das onze professoras indicadas pelas OE, definiu-se por um grupo de 7 (sete) para participar dessa pesquisa, sendo cada uma delas originária de uma das regiões do município e duas da Região Sul, onde encontramos o maior número de escolas. Adotou-se tal critério por acreditar que desta forma, cada região esteja representada na pesquisa. Excluiu-se as cinco professoras indicadas pelas OE, por terem ocu-

pado cargo de direção ou orientação de escola, não correspondendo ao perfil desejável.

Nesta pesquisa as sete professoras participantes são chamadas pelos nomes de grandes mulheres, que foram muito importantes para a formação da pesquisadora e para a educação de sua cidade: Carmelina, Beatriz, Maria, Neusa, Terezinha, Ana e Marcia, na intenção de resguardar a identidade das professoras, garantindo o exposto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por elas.

Para a produção de dados para essa pesquisa, foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados, a entrevista semiestruturada e os diários reflexivos, que são cadernos brochura pautados, entregues a

cada participante da pesquisa, contendo na primeira folha um roteiro de consignas, a partir da ótica da formação continuada vivenciada por elas, durante o percurso de trabalho na rede municipal de ensino.

A escrita narrativa permitiu às professoras ter contato com suas lembranças, resultantes de suas experiências, revelando as aprendizagens e reflexões críticas construídas em sua trajetória de participação no programa de formação continuada.

A tabela 1 possibilita a visualização de dados, como a região em que estão localizadas as escolas, locais de trabalho das entrevistadas, a data em que a entrevista foi realizada e o tempo de duração de cada uma:

Tabela I – Contexto das Entrevistadas e das Entrevistas

Entrevistada	Região em que está situada a Unidade Escolar	Professora da EI nesta rede desde:	Data da entrevista	Duração da entrevista
Professora Carmelina	Centro	1996	09/11/17	14 min. 53s.
Professora Beatriz	Leste	1996	04/12/17	18 min. 42s.
Professora Maria	Sul	2003	14/12/17	19 min. 51s.
Professora Neusa	Sul	1989	04/01/18	34 min. 50s.
Professora Terezinha	Oeste	1994	28/03/18	23 min. 37s.
Professora Ana	Sudeste	1992	03/04/18	33 min. 50 s.
Professora Marcia	Norte	1994	12/04/18	31 min. 22s.

Fonte: Material elaborado pela pesquisadora.

Após a realização das entrevistas, a pesquisadora fez um trabalho de transcrição das mesmas, na íntegra.

Cada participante recebeu o diário reflexivo ao final da entrevista, um caderno brochura de 50 folhas, contendo na sua primeira página algumas consignas para orientar e apoiar as narrativas autobiográficas. Os cadernos ficaram com as participantes cerca de quarenta dias, em média e depois recolhidos conforme combinado com a pesquisadora.

O caminho escolhido para contemplar os dados obtidos por meio das entrevistas e das narrativas descritas nos diários foi traçado no foco da Análise de Conteúdo, definida como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que permite a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 2011, p.37).

A análise dos dados foi organizada em torno de três momentos distintos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, que envolve a inferência e a interpretação, tal qual orienta BARDIN (2011).

Reuniu-se o conjunto de entrevistas realizadas e transcritas pela pesquisadora e numa primeira etapa realizou-se uma leitura geral do conteúdo, distribuído em uma tabela assim organizada: na primeira coluna, na vertical, encontram-se todas as perguntas

feitas às participantes e na horizontal, distribuiu-se os nomes das professoras, com as respectivas respostas dispostas nas linhas. Essa organização possibilitou inicialmente, uma leitura vertical da tabela, para conhecer a visão de cada professora, acerca do que se pretendia e em seguida, uma leitura horizontal, buscando identificar as similitudes e diferenças nas falas das participantes, ou seja, o que se repete e o que se diferencia e se apresenta de forma única, identificando assim, quais delas poderiam responder o problema da pesquisa e contribuir para o alcance dos objetivos.

Os dados coletados por meio das entrevistas, foram lidos criteriosamente em mais de uma oportunidade. Esses dados posteriormente, somaram-se às informações colhidas e expressas nos diários.

Explorou-se minuciosamente as narrativas autobiográficas produzidas por meio da escrita, codificando e decompondo os discursos e seus recortes (BARDIN, 2011), somando-se posteriormente às informações colhidas nas entrevistas. Este trabalho produziu um conjunto de categorias, as quais foram examinadas, reexaminadas e modificadas, caminhando gradativamente para as considerações dos resultados.

O quadro 1 apresenta as categorias elencadas a partir da análise dos dados gerando as suas respectivas subcategorias:

Quadro 1: Categorias e subcategorias de análise

Categorias	Subcategorias
Significado da docência, escolha da profissão	Trabalho como missão, contribuição para o desenvolvimento humano A escolha pela Educação Infantil
Dificuldades e desafios da profissão	O excesso de trabalho e o desvio da função ao longo do tempo
Formação continuada e a qualificação da profissão docente	Espaço de autoria, estudo, transformação, trocas e aprendizagens

Fonte: Material elaborado pela pesquisadora.

Neste artigo, optou-se pela categoria intitulada “Formação continuada e a qualificação da profissão docente: espaço de autoria, estudo, transformação, trocas e aprendizagens”, a partir da qual foi possível identificar e compreender as vozes das professoras participantes, no que tange à sua visão sobre o programa de formação continuada do qual participaram em sua trajetória profissional na rede pública municipal em que trabalham e as relações estabelecidas por elas, a partir dele.

RESULTADOS: AS VOZES DAS DOCENTES ECOAM E CONVIDAM À REFLEXÃO

O grupo de professoras se apresenta heterogêneo em suas concepções, conhecimentos específicos, científicos, saberes construídos a partir de suas experiências, valores, histórias de vida, crenças e cultura.

Pensar a formação continuada de professores envolve aprender a conviver com a utopia de realizá-la considerando esta heterogeneidade, priorizando a voz e a participação efetiva dos mesmos ao construir um processo de autoria, ao administrar as questões que a burocracia do sistema educacional impõe, para tornar este um espaço que de fato garanta a construção do conhecimento, as trocas, estudos, pesquisas, circulação de ideias, práticas a serem tematizadas, problematizadas, discutidas, construindo um caminho pautado nas necessidades específicas de um grupo, que vão se colocando no percurso profissional.

Entende-se que toda profissão necessita acompanhar as transformações que afetam diretamente ou indiretamente trabalho de seus profissionais e para isso, a participação sistemática e constante em atividades que envolvam estudos e intercâmbios de práticas devem ser prioridade na vida profissional.

Na esfera educacional, pode-se afirmar, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), representou e representa um marco para a sistematização e valorização da formação dos professores, ao estabelecer e com isso ressaltar, a im-

portância da formação inicial e continuada desses profissionais.

Muitas redes de ensino, instituíram, a partir da lei vigente, os seus programas de formação continuada em serviço, para contribuir com a formação permanente dos seus docentes.

Verifica-se, no extrato da entrevista da professora Terezinha, que antes mesmo do programa de formação continuada ser instituído na rede de ensino municipal, os docentes demonstravam necessidades e interesses em se reunir para estudar, compartilhar saberes e experiências:

[...] eu sou da época que nem existia HTC, falo que aprendi muito nos HTCs, muito, mas antes de ter, a gente já tinha, porque quando eu entrei para trabalhar aqui nesta escola, nós tínhamos uma orientadora, que a gente chegou a fazer um grupo de estudo, então ela viu qual era a necessidade do grupo e a gente trabalhava em cima dessa necessidade, ela trazia material (Professora Terezinha).

O estudo e a busca constantes das professoras no processo de construção de saberes essenciais à sua profissão, sem que ninguém lhes peça ou as obrigue a isso, são identificados na fala da professora Terezinha, como uma necessidade descoberta por elas em função do próprio trabalho e de questões que emergem no cotidiano do seu fazer, corroborando a autonomia necessária no processo identitário de cada docente.

A atividade conjunta dos professores, que entendem a formação continuada como um hábito no funcionamento do cotidiano escolar, caracteriza-se como um lugar seguro onde podem trazer as necessidades que emergem do seu cotidiano, num movimento de trocas e compartilhamento de significados, que possibilitam a ampliação do conhecimento da realidade, sendo e se fazendo professores, em processo evolutivo de indagações e busca por soluções aos problemas e dificuldades (MARCELO GARCÍA, 2009).

A falta de estudos e pesquisas mais aprofundadas acerca das diversas temáticas que envolvem o trabalho do professor da educação infantil, bem como a oportunidade de exercer autonomia para estabelecer relações com esse conhecimento, sem receber

pelo outro algo já construído, uma ideia pré-estabelecida, são necessidades pontuadas pela Professora Carmelina no que se refere à formação da qual participa atualmente:

[...]eu sinto falta, na formação continuada hoje em dia, do que eu tive lá atrás, em 1990, quando entrei na prefeitura, mais profissionais de áreas específicas dando suporte para gente trabalhar, um outro olhar. Às vezes uma vez por mês [...] ter um outro profissional dando um outro olhar, ter mais contato com a área acadêmica, com um pesquisador [...]um toque de como que estão acontecendo as coisas. Acho que a gente fica um pouco fechado, só na rede. O que as orientadoras aprendem, passam para gente com esses especialistas, mas o professor precisa ter contato com os especialistas e não ter esse tradutor no meio, porque a gente acaba passando a visão delas em relação à fonte e o professor tem direito a ter um pouquinho de fonte, não só no seminário, ter mais contato com a fonte dos estudos (Professora Carmelina).

A falta de investimentos ao trazer inovações para os momentos de formação é vista como algo que foi se perdendo na trajetória da rede municipal, quando a docente revela o desejo pelo contato direto com especialistas e pesquisadores, tendo acesso à fonte direta de estudos e pesquisas em sua área de atuação.

Essa visão crítica anuncia algo bastante positivo no posicionamento do professor em relação à sua formação, para que esteja atento às mudanças, novos conhecimentos e reflita criticamente sobre a sua realidade, o que Freire (2019) considerava essencial no processo de formação docente permanente.

A importância que é dada à formação continuada está explícita na fala da professora Beatriz, que também ressalta sentir falta de momentos de troca entre os pares, por ficar limitada à formação somente no contexto da unidade escolar em que trabalhar:

Tive a oportunidade de fazer a formação de berçário com outras creches, uma vez que foi enfatizada esta faixa etária específica, pois dificilmente temos na escola várias salas do mesmo nível, o que empobrece muito e dificulta a troca entre os pares (Professora Beatriz).

Os momentos de intercâmbio de experiências cor-

roborados na fala da Professora Beatriz apontam mais uma lacuna no programa de formação continuada da rede de ensino, pano de fundo deste estudo, considerando que na mesma unidade escolar nem sempre as professoras participam da formação no mesmo horário, o que não garante o contato entre professoras que trabalham com a mesma faixa etária.

Os recortes das narrativas das Professoras Ana e Neusa revelam que as atividades realizadas por elas no contexto da formação continuada favoreceram a reflexão e a construção de novos conhecimentos:

Lembro-me que em princípio, as tintas e pincéis eram atividades importantes, que trabalhava quase todos os dias, mas em 1990, ainda desconhecia as possibilidades de intervenções que realizo atualmente, a importância da apreciação para o desenvolvimento e percurso criador que é realizado pelo aluno durante esse processo. O caminho foi longo. Adotei práticas que, conforme os estudos foram avançando, extingui, por exemplo, como trabalhar com os alunos a reprodução de obras de arte. Hoje os materiais podem ser os mesmos, tintas e pincéis, mas o processo que utilizo é totalmente diferente[...] (Professora Ana).

[...] lembro de aprender sobre rodas de conversa, planejamentos para as diferentes faixas etárias, repertório de músicas, brincadeiras e propostas em artes. Lembro que líamos textos, estudávamos e debatíamos nossas percepções e ideias. [...] eu estava aliando teoria à prática, aprendendo a fazer fazendo. Isso tudo me ajudou a refletir sobre a função do trabalho pedagógico na Educação Infantil, já que me permitiram agir mediante a teoria e justificá-la ou questioná-la por meio da prática (Professora Neusa).

Verifica-se que além da construção de conhecimentos, a formação representa para as professoras a possibilidade de expor suas ideias, ter a sua voz respeitada e considerada.

A professora Neusa demonstra, a partir do extrato de sua entrevista, que deseja participar das decisões coletivas, exercer o seu direito de contribuir com o seu grupo, sendo autora do processo, pensando junto, opinando, tendo a sua voz ouvida:

[...] eu penso que o grande diferencial da nossa rede é propor uma formação continuada [...] de peso, de

responsabilidade, e eu percebo isso nas condições em que hoje eu atuo [...], dentro da sala de aula e como professora também, pertencente ao HTC. Por muitos anos eu não fiz parte do HTC, por ser uma professora que dobrava período e isso pra mim era muito angustiante, porque eu ficava fora das definições da escola, não que eu não fosse consultada, não fosse querida para uma série de situações, mas como eu não estava presente, eu não poderia sugerir, nem sempre eu podia opinar, eu não tinha oportunidade de levar também meu ponto de vista e eu não posso negar que eu tive bons orientadores em que puderam, de uma forma ou de outra, me inserir nos contextos de formação dentro da escola. Por outro lado, não estar presente nos HTCs da escola, me fizeram sentir distante do processo decisório[...] (Professora Neusa).

A professora Marcia reconhece que conhecer a realidade de outras escolas é importante, mas sem desconsiderar a própria realidade, sem deixar de olhar para si e para o próprio contexto, valorizando o percurso e os saberes construídos.

[...] a formação continuada para nós, na rede municipal [...], apesar da secretaria buscar informações de outras escolas, como por exemplo, a Escola da Vila, [...] poderia ter um outro olhar, mais específico a nossa realidade [...] não trazer somente de fora para dentro, [...] parece que a gente tem que acatar, muda-se a gestão, mudam-se as ideias (Professora Marcia).

Podemos inferir, portanto, que a formação continuada representa momentos importantes que envolvem a aprendizagem de conceitos, procedimentos para essas docentes, mas acima disso, de atitudes, reafirmando a sua posição ao ser e estar na profissão.

Entendemos que pensar reflexivamente a vida profissional do professor, não pode ser adiado e nem se dar fora dos contextos de formação e sem que o próprio professor participe com autoria, podendo ser ouvido e tendo a liberdade de se posicionar na defesa de melhores condições de trabalho, construindo, entre os pares, novas estratégias para enfrentar os desafios e as mudanças no âmbito do seu ofício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário destacar que esse trabalho se

concretizou a partir da pronta disponibilidade das sete participantes em compartilhar as suas trajetórias de vida profissional. Entre pausas e indagações ao tempo, as professoras foram tecendo suas histórias e dos grandes momentos, marcas ficaram expostas, algumas boas e outras, nem tanto. Todas com muitos significados na história de vida de cada uma delas.

O avanço da pesquisa e o contato com os dados coletados, aproximou a pesquisadora das vivências, experiências e memórias das professoras que lecionam na Educação Infantil, participantes deste estudo, que mesmo apresentando sólida trajetória de vida profissional, demonstraram valorizar o prosseguimento do próprio processo de formação, inquietas, desejando transformações, momentos de trocas de experiências, buscando aproximações com o mundo da pesquisa, desejando também dialogar com pesquisadores e especialistas, bem como poder participar de formações com temas comuns aos diferentes níveis, agrupando interesses e alinhando a linguagem que trata especificamente de cada faixa etária, em uma interlocução constante com seus pares, ao produzir conhecimento para o seu campo de trabalho.

Nas vozes trazidas pelas docentes presentes neste estudo, foi possível perceber intensa responsabilidade com o trabalho que realizam, além do desejo de aprender de forma contínua.

As participantes revelaram conceber a formação continuada como um momento fundamental dentro de sua profissão, pois possibilitaram fundamentar e apoiar a sua prática no coletivo da escola, de forma constante. As narrativas apontam que os conhecimentos construídos nos momentos formação continuada as instrumentalizaram a exercer e qualificar a sua profissão, a atender as necessidades de suas crianças, construindo um repertório que possibilite planejar e oferecer propostas condizentes com a faixa etária das crianças atendidas e com a cultura da infância, mas também expressaram que elas desejam mais, como o contato direto com pesquisadores e com os colegas de outras unidades escolares.

Para que o programa de formação continuada e em serviço realizado pela referida rede onde lecionam as professoras, contribua de forma permanente com

a profissão docente, acreditamos que não se pode pensar a formação de educadores sem a devida organicidade com o projeto educacional e/ou sem considerar as relações deste com o projeto sócio-político mais amplo. Tais relações devem ser concretizadas numa lógica de inclusão, comprometida com as novas tendências metodológicas, permitindo releituras do passado e reinvenção do futuro, considerando o apoio à prática dos recursos tecnológicos e estudos recentes da área em questão.

Entre os cuidados intencionais no preparo da formação continuada está o de considerar os professores autores, autônomos e competentes, criando espaços para que possam trazer e problematizar as questões que se apresentam em seu cotidiano, exercendo a sua voz, participando horizontalmente e não recebendo programas prontos, que não têm um significado para o exercício de sua profissão, pois não

nasceram no chão da escola. Por isso nos dedicamos aqui a fazer uma breve análise crítica das condições concretas que em que os processos ocorrem e como poderão vir a ser. Almejamos essa redefinição validando a importância da formação continuada e em serviço.

O desejo de que a sociedade, o poder público valorizem o professor, conheçam a sua trajetória na busca por maior conhecimento, reconhecimento e valorização, tornando públicas as práticas que emergem do fazer cotidiano, necessita primeiro da força do olhar do professor para a própria profissão, ao se colocar como profissional, ao valorizar o seu percurso, assumir-se como protagonista da sua história, contribuindo com o seu grupo, reconhecendo os encontros de formação como um evento importante, que representa e fideliza a sua classe, faz pensar, aprender, realizar.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela (Org). **Educação Infantil: para que, para quem e por que?** Campinas: Alínea, 2014.

ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. **Representações sobre a atuação docente na educação infantil.** Revista de Educação da PUC, Campinas, v. 18, p. 9-17, jan./abr. 2013.

AZEVEDO, Priscila Domingues de. **O conhecimento matemático na Educação Infantil: O movimento de um grupo de professoras em processo de formação continuada.** 242 f. (Tese de Doutorado em Educação). São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, Bruna Cury de. **Ser professora iniciante na Educação Infantil: aprendizagens e desenvolvimento profissional em contexto de enfrentamentos e superações de dilemas.** 159 f. (Dissertação de Mestrado em Educação Escolar). Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015.

BARROS, Rozane Marcelino de; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. **A Formação continuada em serviço dos profissionais atuantes nos centros municipais de educação infantil: estudo de caso na cidade de Curitiba.**

ba. **Revista Poiésis.** Unisul, Tubarão, v.8, n.14, p. 468 a 487, jul./dez. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília: Senado Federal, 1989. 336 p.

_____. **Emenda Constitucional nº. 59.** Brasília, 2009.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.** Brasília: MEC, 2009.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** In: BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.** Brasília: MEC, 2009. p. 80-71.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases Nacional.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996. 58 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 58ª Edição, São Paulo: Paz e Terra, 2019. 144 p.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARCELO GARCÍA, Carlos. **Desenvolvimento profissio-**

nal docente: passado e futuro. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 8, p. 7-22, jan./abr. 2009.

_____. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Portugal: Porto Editora, 1999.

MEDINA, Giovanna Beatriz Kalva. Processo de Formação Continuada na Educação Infantil: A professora como pesquisadora da sua própria prática. 2013. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

MENDES, Rosane Penha. *et al.* Formação continuada e prática pedagógica: O que pensam as professoras que atuam na pré-escola. **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, Vol. 26, n.51/ p. 97-111/ jan. /abr. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. **Gestão Democrática na Educação Infantil: o compartilhamento da educação da criança pequena**. São Paulo: USP, 2013.

NOVOA, António. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente**. *Cad. Pesquisa*. [online]. 2017, vol.47, n.166, pp.1106-1133. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053144843>.

_____(org.) **Os professores e sua formação**. Lisboa, Portugal, Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Zilma Maria Ramos de. **O trabalho do professor na educação infantil**. São Paulo: Biruta, 2017.

PALLADINI, Henrique. **Investigación educativa y capacitación docente**. Buenos Aires, Argentina, Espacio Editorial, 1994.

PERRENOUD, Phillipe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa, Portugal, porto Editora, 1993.

PRADA, Luís. E. A. **Conceitos sobre formação de professores em serviço**. Campinas (SP): Unicamp, 1995.

SARRAIPO, Maria Aparecida dos Santos. **Formação Continuada e Desenvolvimento Humano: análise do programa de aperfeiçoamento profissional do governo do Estado de São Paulo**. 151 f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Humano) Taubaté, UNITAU, 2014. Disponível em: <https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2012/dissertacoes/Maria-Aparecida-dos-Santos-Sarraipo.pdf> . Acesso em 17. Jun. 2017.

DESIGN THINKING E DESIGN SPRINT: metodologias possíveis para a Educação Integral e para o desenvolvimento das competências socioemocionais aplicadas ao Ensino da Sociologia

DESIGN THINKING AND DESIGN SPRINT: possible methodologies for the Integral Education and for the development of socioemotional competences applied to Sociology Teaching area

Leonardo Ferreira¹, Kenya Marcon²

ORCID IDS

Ferreira L - <https://orcid.org/0000-0001-6843-1841>

Marcon K - <https://orcid.org/0000-0003-4645-2259>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar como as novas metodologias podem auxiliar a Educação Integral no desenvolvimento das competências socioemocionais. Para tanto, busca-se analisar, a partir de uma abordagem metodológica pautada na revisão bibliográfica, o conceito de Educação Integral, assim como seus principais elementos. Posteriormente, objetiva-se identificar o conceito de competências socioemocionais, por meio das competências gerais apresentadas na Base Nacional Comum Curricular. A partir disso, são apresentadas duas metodologias passíveis de adaptação para uso na Educação Integral: Design Thinking e Design Sprint. A proposta deste artigo é verificar, por meio da análise da aplicabilidade dessas ferramentas, como estas metodologias requerem e desenvolvem as competências socioemocionais no Ensino da Sociologia. O trabalho finaliza com o cruzamento de dados que demonstram como estas novas metodologias, de fato, auxiliam a Educação Integral no desenvolvimento das competências socioemocionais.

Palavras-chave: Educação Integral. Competências socioemocionais. Design Thinking. Design Sprint. Ensino da Sociologia.

Abstract

This article aims to analyze how new methodologies can help the Integral Education in the development of socioemotional competences. In order to do so, it seeks to analyze, from a methodological approach based in a theoretical review, the concept of Integral Education, and its main elements. Subsequently, it identifies the concept of socioemotional competences in the National Common Curriculum used in Brazilian schools. From this, two methodologies that can be adapted to be used in Integral Education are presented: Design Thinking and Design Sprint. The purpose of this article is to verify, through the analysis of the applicability of these two methodologies, how then require and develop socioemotional competences in Sociology Teaching area. The paper ends with the cross-checking of data that demonstrate how these new methodologies, in fact, help the Integral Education to develop socioemotional competences.

Keywords: Integral Education. Socioemotional competences. Design Thinking. Design Sprint. Sociology Teaching.

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Campus Leopoldina)

² Universidade de Taubaté

Autor Correspondente: lgferreira81@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo¹ tem como tema as novas metodologias, em especial as denominadas *Design Thinking* e *Design Sprint*, e sua potencial relação com a educação integral e com o desenvolvimento das competências socioemocionais no Ensino da Sociologia. A principal justificativa para a realização da presente investigação é contribuir e para auxiliar os professores, dos diferentes níveis e das diferentes áreas, no desenvolvimento e no aprimoramento de suas estratégias metodológicas de ensino-aprendizagem, por meio do uso das novas metodologias, adaptadas à educação integral, a fim de desenvolver em seus estudantes as competências socioemocionais. Isso, por si só, justifica este estudo, uma vez que a educação integral e as competências socioemocionais são elementos fundamentais não apenas das atuais políticas educacionais, mas também das tendências pedagógicas contemporâneas. Dentro deste contexto, busca-se, portanto, investigar como as novas metodologias, nomeadamente *Design Thinking* e *Design Sprint*, podem auxiliar a educação integral no desenvolvimento das competências socioemocionais, quando adaptadas às necessidades educacionais de cada contexto.

Dentre os objetivos do presente trabalho destacam-se a definição conceitual de educação integral, assim como das novas metodologias (*Design Thinking* e *Design Sprint*) e a análise de como estas novas metodologias podem ser desenvolvidas na educação integral, e também aplicadas, especificamente no ensino da Sociologia. Busca-se também, com este trabalho, a descrição e a interpretação do conceito de competências socioemocionais, dentro do contexto escolar. E, por fim, objetiva-se estabelecer a devida relação entre o conceito de educação integral, de competências socioemocionais e os propósitos práticos das novas metodologias (*Design Thinking* e *Design Sprint*).

A presente análise é realizada por meio de uma revisão de literatura, constituindo-se, portanto, como um estudo teórico. O objetivo será, como menciona-

do anteriormente, apresentar e analisar o que se tem discutido conceitualmente sobre esse tema e estabelecer uma possível correlação entre as suas variáveis conceituais, a saber: as novas metodologias, (*Design Thinking* e *Design Sprint*), a educação integral e as competências socioemocionais, dentro do contexto do ensino da Sociologia.

Vários autores tratam do assunto e das possibilidades de adaptação das novas metodologias para diversas áreas, inclusive para a educação. De acordo com Brown (2010), o *Design Thinking* se constitui em uma abstração de modelo mental largamente utilizado por profissionais de *designer* com o objetivo de dar vida às suas ideias. Ainda de acordo com o autor, não apenas este modelo mental, como também os seus conceitos, podem ser utilizados e aplicados em quaisquer contextos, tanto de negócios, quanto sociais (BROWN, 2010). Portanto, o *Design Thinking* é uma abordagem acessível à inovação e pode ser integrada na geração de novas ideias, em vários setores da sociedade.

O *Design Thinking* consegue “[...] oferecer aos profissionais das várias orientações/formações uma estrutura metodológica capaz de desconstruir e reconstruir, resolver e solucionar problemas, experimentar e prototipar questões e problemas (NITZSCHE, 2011, p. 13). Ao adotar as estratégias dos *designers*, a fim de encontrar soluções para problemas complexos, o *Design Thinking* se apresenta como uma perspectiva humanista de inovação e criatividade centrada no trabalho colaborativo. Assim, diversos estudos têm demonstrado que o uso desta metodologia atinge resultados efetivos na criação e na inovação, tanto mercadológica, quanto educacional (BROWN, 2008).

Segundo Cavalcanti e Filatro (2017), o *Design Thinking* tem sido adotado pela área da educação para facilitar a criação inovadora dos estudantes. Contudo, na educação, apenas se pode considerar que houve inovação, por meio do *Design Thinking*, se for possível averiguar a evidência de aprendizagem (CAVALCANTI; FILATRO, 2017). As autoras postulam que para haver aprendizado, é necessário adquirir novos conhecimentos e que, por meio do *Design Thinking* e de suas possibilidades de inovação na área educacional, é possível atingir esse objetivo.

1 Desdobramento da minha monografia (Licenciatura em Sociologia - Universidade de Taubaté, 2018) sob orientação da Profa. Ma. Kenya J. Marcon.

Em 2010, educadores da *Riverdale School* (Nova York, EUA) colaboraram com a IDEO (empresa estadunidense de *design* e inovação) no desenvolvimento de ferramentas do *Design Thinking* para a área da educação. A primeira versão do material, chamada “*Design Thinking for Educators*”, foi lançada em 2011. Este material tem como objetivo proporcionar ao educador métodos e processos de *design* adaptados não apenas para a sala de aula, como também para se refletir sobre os currículos programáticos, os ambientes de ensino-aprendizagem e a interação com outros educadores. A segunda edição desse material foi traduzida para o português em 2014 e recebeu o nome de *Design Thinking para Educadores* (REGINALDO, 2015).

Na prática, este modelo de pensamento centrado no ser humano, colaborativo e experimental se desenvolve ao longo de cinco fases que auxiliam desde a identificação do desafio até a construção da solução. São elas: descoberta, interpretação, ideação, experimentação e evolução. Como se verá posteriormente, as etapas do *Design Thinking* para Educadores sugerem que haja desafio para motivar a geração de uma ideia, por meio de um protótipo. Logo após a materialização dessa ideia, ela irá para a fase de evolução com um possível cronograma, estabelecimento de parceiros e o planejamento dos próximos passos a serem realizados (REGINALDO, 2015).

O artigo está organizado da seguinte maneira. Na primeira seção do trabalho será definido o conceito de educação integral e seus principais elementos, assim como, será descrito e interpretado o conceito de competências socioemocionais no âmbito do contexto escolar. Em seguida, serão apresentadas as novas metodologias (*Design Thinking* e *Design Sprint*), buscando analisar como essas novas metodologias são desenvolvidas e aplicadas na educação integral, especificamente no escopo do ensino da Sociologia. Posteriormente, será realizada uma associação entre o conceito de educação integral, competências socioemocionais e os propósitos práticos das novas metodologias (*Design Thinking* e *Design Sprint*). Por fim, serão apresentados os resultados da discussão, assim como serão tecidas algumas considerações.

Espera-se, com esta reflexão, encontrar uma cor-

relação efetiva entre as novas metodologias (*Design Thinking* e *Design Sprint*), adaptadas para uso na educação integral, e o desenvolvimento das competências socioemocionais. Em outras palavras, espera-se encontrar nas novas metodologias, caminhos plausíveis que possam auxiliar o professor a desenvolver em seus estudantes, no âmbito da educação integral, as competências socioemocionais. Pretende-se, dessa maneira, contribuir para a ampliação do conhecimento nesse campo de investigação. Daí a relevância, as vantagens e os benefícios da presente reflexão, uma vez que sua discussão dialoga e se constitui em elementos essenciais não apenas das atuais políticas públicas da educação, mas também das mais avançadas tendências pedagógicas da contemporaneidade.

1.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL

Para se pensar o conceito de Educação Integral, cabe apresentar o que Vasconcelos (2005) discute sobre o tema, bem como vale ressaltar, em linhas gerais, a obra de Moll (2012). Segundo Vasconcelos (2005), tendo em vista o caráter emancipatório inerente à Educação Integral, o que primeiramente interessa neste sentido é o conceito amplo do planejamento, segundo o qual planejar significa antecipar mentalmente uma ação a ser realizada, e agir de acordo com o previsto. Assim, de acordo com o autor (2005), planejar não é apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo que se pensou.

Para Vasconcelos (2005):

A Educação Integral é um sistemático e intencional processo de interação com a realidade, através do relacionamento humano baseado no trabalho com o conhecimento e na organização da coletividade democrática, cuja finalidade é colaborar na formação do educando na sua **totalidade** (consciência, caráter e cidadania), tendo como mediação fundamental o conhecimento que possibilite o compreender, o usufruir ou o transformar a realidade (VASCONCELOS, 2005, p. 303, *grifo nosso*).

Além disso, Vasconcelos (2003) postula que os aspectos socioafetivos, desenvolvidos por meio da Educação Integral (participação, comportamento, pontualidade, assiduidade, responsabilidade, inte-

resse, criatividade, capricho, independência, etc.), devem ser trabalhados e avaliados, mas sem vinculação à promoção / retenção, ou seja, não se deve atribuir nota.

Já o livro *Caminhos da Educação Integral no Brasil*, de Jacqueline Moll (2012), está inserido em um conjunto de obras que conduzem a uma reflexão sobre a educação como formação integral, de modo a expô-la enquanto um projeto coletivo viável, concretizado em práticas que possibilitam reinventar a escola. Neste contexto, a noção de educação é considerada pela autora como articuladora de ações, de educadores, de agentes e de instituições, logo, as reflexões não são tratadas como uma mera retórica.

De acordo com a autora, seu livro tem uma organização bastante parecida com o processo que instituiu, a partir de 2007, sob a coordenação do Ministério da Educação, amplo debate no território nacional sobre Educação Integral, alavancado pelo documento *Educação Integral: texto-referência para o debate nacional* (BRASIL, 2009), o qual foi fruto de trabalho conjunto de representantes de diversas áreas e âmbitos, incluindo pesquisadores, professores e educadores de várias regiões do país (MOLL, 2012).

Também responsável pela organização do documento, a professora Jacqueline Moll (2012), desde então, tem gerenciado a gestão do processo o qual não só identifica e visualiza as experiências que estão em curso, por intermédio de estudos realizados com o auxílio de pesquisadores de universidades públicas, como também incentiva e acompanha tantas outras construídas e construindo-se, principalmente pela adesão ao Programa Mais Educação, indutor da política de Estado para a Educação Integral.

O livro de Moll (2012) foi organizado como uma obra coletiva, polifônica e reveladora de um movimento que ganha grandes proporções no país em direção à ampliação não só dos tempos *de* e *na* escola, mas dos espaços entendidos como significativamente educativos, o que confere a importância do livro.

Diante disso, *Caminhos da Educação Integral no Brasil* (MOLL, 2012) é uma reunião de textos que enfatizam o direito a outros tempos e espaços educativos, que só pode ser assegurado mediante um proje-

to de educação que considere a integralidade do ser humano e a responsabilidade social, portanto, coletiva, por esse projeto, o que demanda, certamente, novos pactos entre educadores, sociedade e governo (MOLL, 2012).

Na primeira parte do livro (MOLL, 2012), os pressupostos conceituais e históricos acerca da Educação Integral são o tema central, e são discutidos por educadores essenciais para o debate contemporâneo: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. O direito à educação e a (re)humanização da educação ainda são referência para a problematização da qualidade social da educação pública, segundo Marcos Antônio M. das Chagas, Rosemaria J. V. Silva e Sílvio Cláudio Souza no texto *Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro*; também para Celso Ilgo Henz em *Paulo Freire e a Educação Integral* e Jaime Giolo em *Educação de tempo integral*.

Fechando esse momento do livro, Ubiratan D'Ambrosio, com o artigo *Formação de valores: um enfoque transdisciplinar*, adverte que a Educação Integral culmina na formação de conhecimento e na vivência de sistemas de valores subordinados à ética maior de respeito, solidariedade e cooperação; Marta K. O. Rabelo, com *Educação Integral como política pública: a sensível arte de (re)significar os tempos e os espaços educativos*, destaca o Programa Mais Educação para discutir a concepção de Educação Integral como política pública. E, finalmente, a própria organizadora, Jacqueline Moll (2012) discorre sobre os compromissos para a consolidação da Educação Integral como política pública e as contribuições do Programa Mais Educação no artigo *A agenda da Educação Integral*.

Sobre a revisão de currículos escolares, o outro conjunto de artigos apresenta como temas principais a sustentabilidade, a intertransculturalidade, a educação para a paz e os direitos humanos: Rachel Trajber discute políticas públicas para os desafios da contemporaneidade em *Educação Integral em escolas sustentáveis*; Roberto Padilha defende a necessidade de articular saberes a partir de ações e parcerias intergeracionais, interterritoriais, intersetoriais e interculturais, princípios caros para a operacionalização de quaisquer projetos de Educação Integral, em *Educação Integral e currículo intertranscultural*.

João Roberto de Araújo, em *Ensinar a paz: proposta para um currículo de Educação Integral*, analisa a relação entre agressividade, educação e violência; Paulo César Carbonari, em *Direitos humanos e Educação Integral: Interfaces e desafios* retorna a ideia de educação enquanto formação de sujeitos de direitos (MOLL, 2012).

Portanto, nessa reunião de textos, percebe-se a convergência de ideias provenientes dos mais diversos autores ao problematizarem a escola pública e apontarem para as reais possibilidades de sua reinvenção, sendo a promoção da Educação Integral, evidentemente compreendida em sua plenitude de formação humana, não só uma escolha metodológica, mas sobretudo, uma ação política, social e filosófica. Para Moll (2012), o volume da obra justifica-se pela consistência das reflexões nela contidas, oferecendo material substancial para a continuidade do debate sobre Educação Integral.

1.2 AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que se tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o parágrafo 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à **formação humana integral** e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

Referência nacional para a formulação dos currículos e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC (BRASIL, 2018) integra a política nacional da Educação Básica e, ao mesmo tempo, contribui para o alinhamento de outras políticas e

ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2018) devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC (BRASIL, 2018), **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e **socioemocionais**), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC (BRASIL, 2018) inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (BRASIL, 1996).

1.2.1 COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BRASIL, 2018, P. 9-10):

O desenvolvimento das habilidades socioemocionais pode ser encontrado, de forma fluida, em diferentes das dez competências gerais da BNCC (BRASIL, 2018). Contudo, será dada atenção especial ao item de número nove, pois o intuito aqui é conceituar o que se trata por **competências socioemocionais**.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser cria-

tivo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, para saber lidar com a informação cada vez mais disponível, a fim de atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicando os conhecimentos na resolução de problemas, com autonomia para tomar decisões e proatividade para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Neste contexto, a BNCC (BRASIL, 2018) afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam apenas uma das dimensões, seja a dimensão intelectual (cognitiva) ou a afetiva.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC (BRASIL, 2018) está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

1.3 AS NOVAS METODOLOGIAS

1.3.1 DESIGN THINKING

Em 2009, Tim Brown, CEO (*Chief Executive Officer*) da IDEO, lançou o livro *Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*. A IDEO é uma consultoria de inovação que surgiu no Vale do Silício e tem grande prestígio e escritórios espalhados por todo o mundo. O livro se tornou um grande sucesso ao divulgar o método utilizado pelos designers para propor soluções para problemas complexos que não têm uma resposta definida ou única. Para Batista e Ximenes (2018), autoras da obra

Design Sprint: o que é e como aplicar esse processo, trata-se do tipo de problema que leva à criação de produtos inovadores.

Segundo Batista e Ximenes (2018), todo designer começa a proposta de conceito se preocupando antes com a realidade e os problemas do usuário. Essa é uma característica importante do Design, que permite uma divisão de dois espaços muito claros: um de exploração de problemas do usuário, e outro, posterior a essa exploração, de propostas de soluções.

Essa abordagem clara de divisão de problemas e soluções, com espaço para investigação dedicada a cada um separadamente, tornou-se muito aplicável e chamou a atenção de gerentes de produto e executivos de empresa de todo o mundo. Afinal, não há uma resposta única correta quando falamos de novos negócios e produtos. Até porque, na maioria das vezes, o problema não está muito claro em primeiro lugar: ele pode ser definido de formas diversas e assumir focos diversos também (BATISTA e XIMENES, 2018, p. 15).

As autoras (2018), então, apresentam um exemplo de problema lançando uma pergunta: *como fazer as pessoas se movimentarem mais e usarem mais espaços de lazer ao ar livre?* Existem várias respostas para essa pergunta. De acordo com Batista e Ximenes (2018), as pessoas podem ter preguiça de sair de casa ou podem se sentir inseguras em espaços públicos abertos. Elas podem ter medo de ficar muito tempo sob o sol e desenvolver alguma doença de pele ou ainda podem simplesmente achar que é mais divertido usar jogos eletrônicos e digitais no conforto de suas casas.

As autoras (2018) chamam a atenção para o fato de que cada resposta dessa se constitui em uma raiz diferente do problema e todas podem influir no resultado final, que é a redução de movimentação, de ocupação e de uso de espaços de lazer ao ar livre. Dessa maneira, todas essas respostas podem ser pesquisadas, investigadas e tratadas. A partir disso, ainda segundo as autoras (2018), soluções distintas são geradas para cada problema – ou até várias soluções concorrentes para o mesmo problema. E o mais importante: não necessariamente uma vai ser mais correta ou melhor que a outra (BATISTA e XIMENES, 2018).

As próprias autoras (2018) propõem algumas possíveis soluções para o problema analisado: prédios com grandes áreas comuns de lazer, isolamento de ruas em horários específicos da semana para livre circulação de pedestres e bicicletas, roupas com proteção UV e o próprio jogo Pokémon Go (BATISTA e XIMENES, 2018). Todas essas possíveis soluções podem fazer com que as pessoas não apenas se movimentem mais, mas também usem mais espaços ao ar livre. Ainda de acordo com as autoras (2018), todas essas soluções têm modelos de negócios próprios, têm usuários e / ou clientes potenciais específicos em foco e podem ser bastante rentáveis.

Contudo, é exatamente essa diversidade de problemas e de soluções que torna o mundo da criação de produtos inovadores tão complexo. E, em função do *Design Thinking*, hoje se compreende a necessidade de dividir problemas e soluções, além de tratá-los cada um separadamente. “O objetivo aqui é encontrar uma solução que esteja na interseção da desejabilidade do ponto de vista do Design, viabili-

dade do ponto de vista do negócio e factibilidade do ponto de vista da tecnologia” (BATISTA e XIMENES, 2018, p.16).

Cada novo conceito de solução no *Design Thinking* é validado antes de chegar na proposição final. Essa é a designada fase de teste com usuários, durante a qual se observa a aceitação, ou não, do conceito, assim como se analisa os seus pontos fortes e fracos. Para tanto, são construídos protótipos em baixa e alta fidelidade e que vão sendo testados com usuários potenciais daquele produto. Esses protótipos e conceitos são iterados, ou seja, são feitos uma vez e retrabalhados posteriormente, quantas vezes forem necessárias, até se chegar a um resultado final que seja comercializável.

Batista e Ximenes (2018), apresentam os três espaços (fases de trabalho com foco distintos) principais do *Design Thinking*, conforme definido por Tim Brown. São eles: Inspiração, Ideação e Implementação. Esses espaços são explicados com mais detalhes no quadro que se segue.

Quadro 1 – Fases de trabalho com focos distintos

INSPIRAÇÃO	Nessa fase, do <i>Design Thinking</i> , o principal é entrar no mundo do usuário e entender quem ele é, do que gosta, quais as dificuldades que tem e que problemas são passíveis de serem resolvidos. Essa fase pode ser quebrada em outras, como Entender, Observar, e Ponto de vista, Empatia e Definição de problema ou Entender e Definir. Técnicas que podem ser usadas aqui incluem etnografia, entrevistas, questionários, etc.
IDEAÇÃO	Nessa fase, o principal é permitir um espaço criativo para trazer novas ideias e bolar conceitos que buscam resolver os problemas definidos no espaço anterior, de Inspiração. Essa fase é correspondente à fase de Ideação e às fases de Divergir e Decidir de outros modelos. Técnicas que podem ser usadas aqui são <i>Brainstorming</i> , <i>Brainwriting</i> dentre outras.
IMPLEMENTAÇÃO	Nessa fase, a ideia é construir protótipos do conceito de solução produzido durante o espaço anterior, inclusive com mídias diferentes do produto final (por exemplo: fazer as telas de um aplicativo usando papel e caneta ou imagens estáticas em vez de código), e colocar os protótipos em teste com pessoas para observar o que funciona e o que pode ser melhorado. Ela é equivalente à fase de Prototipar e Testar e de Prototipar e Validar de outros modelos. Técnicas de prototipagem incluem versões mais simples do produto em si, com menos funcionalidades. Já as técnicas de coleta de <i>feedback</i> incluem guias de realização de tarefas, questionários, observação de expressões, dentre outros.

Fonte: Baseado em BATISTA e XIMENES, 2018.

De uma maneira geral, pode-se dizer que o *Design Thinking* foi revolucionário porque conseguiu levar o modo de pensar focado na experimentação, nos usuários e nos problemas para várias outras áreas de conhecimento, principalmente a de tecnologia (BATISTA e XIMENES, 2018). Portanto, o *Design Thinking* trouxe uma mudança de paradigma ao se encaixar no movimento de Design Centrado no Usuário e ao trazer a preocupação em oferecer experiências não apenas diferenciadas, mas também notáveis para as pessoas.

1.3.2 DESIGN SPRINT

De acordo com Batista e Ximenes (2018), diferentemente do *Design Thinking*, o *Design Sprint* nasceu no Google e reflete métodos e preocupações típicas de empresas de tecnologia. Contudo, ainda segundo as autoras (2018), as tendências do *Design Sprint* se fundiram ao *Design Thinking* e aos seus espaços de exploração, principalmente à importância dos espaços separados de problema e solução, e geraram um fluxo de trabalho definido.

Nesse caso, há tempo para passar por todo o processo de Inspiração (Entender e Definir), Ideação (Divergir, Decidir), e Implementação (Prototipar, Validar) do *Design Thinking*, mas ele agora tem um espaço definido para acontecer: apenas cinco dias. Claramente, em cinco dias não é possível chegar no conceito perfeito que o *Design Thinking* costuma prezar na prática. Mas isso é adequado, pois o *Design Sprint* tem um foco mais forte em negócios que o *Design Thinking*. (BATISTA e XIMENES, 2018, p. 19).

Portanto, o *Design Thinking*, conjuntamente a outras metodologias, serviu de base para o surgimento do *Design Sprint*, que ganhou muita popularidade nos últimos anos. Essa popularidade se deve principalmente por combinar tão adequadamente aspectos técnicos, de negócios e de design, e, ao mesmo tempo, funcionar sem atrito com métodos e necessidades já estabelecidas em organizações.

Contudo, Batista e Ximenes (2018) frisam que o *Design Sprint* não pode ser considerado como um mero substituto do *Design Thinking*. De acordo com as autoras (2018), haverá momentos apropriados para ambos. No entanto, se o foco é testar um conceito de forma rápida e barata com uma equipe mul-

tidisciplinar, sem gerar ruído entre várias pessoas, o *Design Sprint* é o mais indicado para construir propostas inovadoras que caibam não apenas no tempo de projeto, mas também no orçamento da empresa.

1.4 SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO INTEGRAL

Tem sido cada vez mais comum transpor o fluxo de trabalho definido (Inspiração, Ideação e Implementação) do *Design Thinking* e do *Design Sprint* para a realidade escolar, no âmbito da Educação Integral. Com as adaptações que se fazem necessárias, é possível que o professor proponha um problema para que os alunos criem soluções por meio do processo apresentado. Nesse sentido, observa-se a potencialidade do desenvolvimento de inúmeras habilidades e competências com estas metodologias, especialmente em uma disciplina, por excelência, tão interdisciplinar como a Sociologia.

Como mencionado anteriormente, o *Design Thinking* pode ser aplicado não apenas para a resolução de problemas complexos, como também para a inovação e para o processo de ensino-aprendizagem nas mais diversas áreas. Cavalcanti e Filatro (2017) sugerem as seguintes etapas na utilização do *Design Thinking* na área educacional: compreender o problema (inspiração), projetar soluções, prototipar (ideação) e implementar (implementação) a melhor opção (CAVALCANTI; FILATRO, 2017).

Na etapa voltada à compreensão do problema, os estudantes deverão coletar e analisar informações sobre o problema que se busca solucionar. Na etapa direcionada a projetar soluções, os estudantes deverão, por meio das mais diversas técnicas, como, por exemplo, o *brainstorming*, levantar possíveis soluções para o problema a ser resolvido e selecionar aquelas que forem consideradas as melhores ideias. Na etapa seguinte – prototipar - as melhores ideias são transformadas em protótipos que devem ser desenvolvidos, testados, ajustados e avaliados. Por fim, na última etapa, o protótipo mais viável é implementado (CAVALCANTI; FILATRO, 2017). Após esta descrição, de uma possível adaptação do *Design Thinking* para uso na área educacional, exemplificamos como esta metodologia pode ser aplicada, especificamente, no ensino da Sociologia.

Segundo Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2011), a Sociologia surgiu no século XIX, na Europa, e enquanto um campo delimitado do saber científico, buscou compreender o quadro das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas, em especial, a partir do século XVI. Para melhor compreender o processo de surgimento da Sociologia, é necessário referir-se às correntes de pensamento que estabeleceram, por assim dizer, os alicerces da modernidade europeia: o racionalismo, o empirismo e o iluminismo.

A marca da Europa moderna foi, sem dúvida, a instabilidade, expressa na forma de crises nos diversos âmbitos da vida material, cultural e moral. Foi no cerne dessas dramáticas turbulências que nasceu a Sociologia enquanto um modo de interpretação chamado a explicar o “caos” até certo ponto assustador em que a sociedade parecia haver-se tornado (QUINTANEIRO, BARSOSA, OLIVEIRA, 2011, p. 09).

A Sociologia moderna foi se configurando como um campo de conhecimento específico, com métodos e objetos próprios, ao incorporar e compreender valores e instituições enquanto frutos da interação humana e não mais como entidades supra históricas, como até então, eram considerados. Dessa forma, a Sociologia não apenas descortinou a dimensão temporal dos fenômenos, como também dispunha-se a interferir no seu curso.

Ainda de acordo com Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2011), com o tempo, nenhum tema escaparia ao interesse da análise sociológica: o Estado, as religiões, os povos “não-civilizados”, a família, a sexualidade, o mercado, a moral, a divisão do trabalho, os modos de agir, as estruturas das sociedades e seus modos de transformação, a justiça, a bruxaria, a violência, etc.

Será apresentado agora um estudo contemporâneo, inserido dentro da Sociologia Urbana, para que possa servir de exemplo de como as novas metodologias apresentadas podem ser adaptadas e aplicadas na educação integral, especificamente, no ensino da Sociologia.

O Calafate, bairro pericentral localizado na zona oeste de Belo Horizonte, foi objeto de um estudo desenvolvido dentro de um projeto de pesquisa chamado “Bairros históricos de Belo Horizonte: patrimônio cultural e modos de vida”. Esse projeto de

pesquisa foi desenvolvido durante os anos de 2009 e 2010, em parceria entre duas instituições mineiras, o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica e Minas Gerais (PUC Minas) e a Gerência de Patrimônio Histórico Urbano (GEPH), vinculada à Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana e ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte / Fundação Municipal de Cultura.

Ferreira (2014) percebeu, durante sua pesquisa sobre o Calafate, que o bairro não possuía referências simbólicas muito claras e específicas na cidade, ou seja, não possuía uma identidade forte compartilhada por seus moradores e que o distinguia de outros bairros pericentrais de Belo Horizonte. Apesar de sua antiguidade², a questão patrimonial também não se revelou um valor compartilhado por seus habitantes. O autor verificou que a história do bairro não é apropriada por eles de modo a constituir um elemento forte na composição de sua identidade. Dessa forma, Ferreira (2014) investigou as causas e as motivações que levaram o bairro a ter esse tipo de representação.

Segundo o autor (2014), os moradores entrevistados tenderiam a rejeitar a história do bairro Calafate, relacionando-a a algo negativo, principalmente pelo fato de o lugar ter sido uma vila operária, um bairro de trabalhadores e de pobres. Por conseguinte, observou-se que os moradores entrevistados não agregam valor ao fato de residirem em imóveis antigos. Ao contrário, a renovação urbana é vista como positiva, pois suprime as “casas velhas”, renova o ambiente, levando a um processo que, segundo os entrevistados, permitiria ao Calafate se igualar ao bairro vizinho, e visivelmente mais enobrecido, Prado. Diante disso, Ferreira (2014) conclui que o patrimônio do bairro não encontra ressonância (GONÇALVES, 2005) no cotidiano dos moradores do Calafate, ou seja, a população do bairro não reconhece e respalda seus bens edificados como patrimônio cultural, principalmente quando se compara ao bairro Prado.

2 O bairro Calafate é contemporâneo à construção de Belo Horizonte, final do século XIX, e ainda preserva expressivos conjuntos arquitetônicos dessa época, os quais concernem tipos específicos de ambiência e de modos de vida.

Um professor de Sociologia do Ensino Médio poderia usar esse estudo para construir um problema, de modo que os alunos criem soluções por meio do fluxo de trabalho definido, apresentado pelas metodologias acima mencionadas. O problema poderia ser: *como fazer com que os moradores do bairro Calafate reconheçam seus bens edificadas como patrimônio cultural?*

- **Inspiração:** nesta fase, os alunos discutiriam, com base no estudo apresentado, as justificativas dos moradores para não reconhecerem seus bens edificadas como patrimônio cultural.
- **Ideação:** nesta fase, os alunos seriam estimulados a criar soluções, com base nas justificativas apresentadas, para fazer com que os moradores passem a reconhecer seus bens edificadas como patrimônio cultural.
- **Implementação:** nesta fase, os alunos poderiam implementar as soluções criadas na fase anterior. Dentre tantas possibilidades, poderiam propor, por exemplo, a criação de um perfil em uma rede social de modo que pudessem ser postadas fotografias antigas do bairro, com o intuito de mapear essas imagens e estimular processos de reconhecimento.

1.5 AS SEIS HABILIDADES DO DESIGN SPRINT

Batista e Ximenes (2018) apresentam as características ou habilidades dos membros da equipe que participam do processo do fluxo de trabalho definido. Segundo as autoras (2018), essas características ou habilidades se mesclam um pouco com os próprios preceitos do *Design Sprint*. Além disso, essas habilidades também se mostram bastante similares àquelas das pessoas que trabalham com Design Centrado no Usuário, no qual o *Design Thinking* está incluído. São elas: **Compreensão e empatia**; Exploração e curiosidade; Fazer e testar; Simplicidade e transparência; Interdisciplinaridade e colaboração; Velocidade e ação.

15.1 COMPREENSÃO E EMPATIA

Por uma questão pragmática, que diz respeito aos próprios objetivos do presente trabalho, esta análise focalizará apenas a primeira habilidade apresentada. Batista e Ximenes (2018) explicam que o ponto primordial do *Design*, tanto o *Sprint*, quanto o *Thinking*, é o fato de se tratar de pessoas. As autoras continuam a discussão ao apresentar a diferença entre um designer e um artista.

De acordo com as autoras (2018), por um lado, o artista busca expressar a sua subjetividade por meio do ele produz e o público tem a total liberdade de interpretar essa produção artística das mais diversas maneiras. O artista pode, portanto, pautar a sua produção apenas pelo que considera ou lhe parece esteticamente belo ou ainda pode prezar qualquer outro critério que queira escolher para o desenvolvimento de suas obras.

Por outro lado, o designer deve buscar produzir algo que seja primordialmente útil. E o principal: não para si, mas para os outros. Por isso, o designer sempre deve ter em mente a clareza, a funcionalidade, a ergonomia e a finalidade de qualquer produto que venha a produzir.

A única forma de fazer algo útil, claro e funcional para pessoas é desenvolvendo uma capacidade de empatizar e compreender o outro. Essencialmente, o bom Design vem de boa escuta – aquela que não julga ou oferece maneiras de resolver um problema enquanto a pessoa ainda está falando. A empatia ocorre quando esquecemos por um momento o que já sabemos e nos dispomos a ouvir segundo a experiência do outro, como se fosse a primeira vez na vida (BATISTA e XIMENES, 2018, p. 24).

Ainda de acordo com as autoras (2018), apesar de soar filosófico, a habilidade da empatia e da compreensão é algo muito prático. Não fazer julgamentos, não desencorajar a fala ou o ponto de vista do outro são estratégias para consolidar uma conversa aberta e sincera. O mais importante, nesse sentido, é que nada seja considerado proibido ou conhecido. Haverá um momento posterior em que essas informações colhidas poderão ser filtradas. Contudo, Batista e Ximenes (2018) enfatizam que essas informações só serão realmente úteis se tiverem sido coletadas sem vieses, da forma mais natural e espontânea possível.

E isso só pode ser alcançado por meio da empatia e da compreensão.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

O objetivo do presente artigo foi compreender como as novas metodologias podem auxiliar a Educação Integral no desenvolvimento das competências socioemocionais. Para tanto, foi desenvolvida uma reflexão acerca do conceito de Educação Integral, o qual diz respeito à formação dos estudantes. Nesse sentido, tanto quanto as competências cognitivas e as psicomotoras, são igualmente consideradas importantes e necessárias as competências socioemocionais para o desenvolvimento global dos sujeitos.

Logo após, foram descritas as competências gerais da BNCC (BRASIL, 2018), dando um foco especial naquela que pudesse conceituar mais diretamente as chamadas competências socioemocionais. Assim, partiu-se para uma análise das novas metodologias passíveis de adaptação para uso na Educação Integral, a saber: *Design Thinking* e *Design Sprint*. Tentou-se mostrar detalhadamente como se dá o processo do fluxo de trabalho definido destas metodologias por meio das suas três fases de trabalho com foco distintos (Inspiração, Ideação e Implementação), contextualizadas no ensino da Sociologia. Por fim, apresentou-se as habilidades não apenas requeridas, mas também desenvolvidas por meio destas metodologias.

E é aqui que reside o principal foco do presente trabalho. Por esse motivo, são retomadas as competências e as habilidades que dizem respeito ao desenvolvimento do aspecto socioemocional dos sujeitos. Tanto aquelas que estão presentes na BNCC (BRASIL, 2018), quanto às que dizem respeito diretamente às novas metodologias.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), uma competência geral que busca o desenvolvimento integral do aluno, em especial, no que diz respeito ao desenvolvimento de sua competência e habilidade socioemocional é:

Exercitar a **empatia**, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos,

com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 10, *grifo nosso*).

Segundo Batista e Ximenes (2018), uma das seis habilidades requeridas para os membros de uma equipe que participam do processo do fluxo de trabalho definido das novas metodologias (*Design Thinking* e *Design Sprint*) é: “compreensão e **empatia**”. Logo, pode-se inferir que as novas metodologias, de fato, auxiliam a Educação Integral no desenvolvimento das competências socioemocionais, uma vez que a **empatia** está nelas presente enquanto uma habilidade necessária para o desenvolvimento integral dos participantes por meio do seu fluxo de trabalho definido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se compreender os meios pelos quais as novas metodologias podem auxiliar a Educação Integral no desenvolvimento das competências socioemocionais, utilizando, como exemplo, o ensino da Sociologia. Como ficou demonstrado, as novas metodologias, aqui analisadas (*Design Thinking* e *Design Sprint*), podem, efetivamente, auxiliar a Educação Integral no desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes.

Com o desenvolvimento desta reflexão, almeja-se contribuir para o trabalho de professores, dos mais diferentes níveis e áreas, que queiram desenvolver a Educação Integral em suas escolas. E mais do que isso, professores que queiram desenvolver seus alunos enquanto seres globais e integrais.

No mundo atual, globalizado e dominado pelas informações, é urgente uma formação que contemple todas as dimensões dos indivíduos. Nesse sentido, os aspectos socioemocionais são fundamentais para o enfrentamento dos grandes desafios éticos que surgem a todo momento. Mais do que sujeitos tecnicamente preparados para a atuação no mundo de trabalho, se faz cada vez mais necessário a formação de sujeitos que sejam cidadãos críticos e, ao mesmo tempo, sensíveis e empáticos na abordagem com o outro, com o mundo e consigo mesmos.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Ana Paula; XIMENES, Bianca. **Design Sprint: o que é e como aplicar esse processo**. Califórnia: Udacity, 2018.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacional-comum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: Mec, Secad, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: Mec, Seb, Dicl, 2013.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Mec, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Mec, Inep, 2014.
- BROWN, Tim. **Design Thinking**. Harvard Business Review. Cambridge, v. 86, n. 6, p. 84-92. Jun, 2008.
- BROWN, Tim. **Design Thinking**: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. São Paulo: Elsevier Editora, 2010.
- CAVALCANTI, Carolina Costa; FILATRO, Andrea. **Design Thinking na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Somos educação e Saraiva, 2017.
- FERREIRA, Leonardo Gonçalves. **Calafate**: a identidade de um bairro pericentral de Belo Horizonte. 1. ed. Belo Horizonte: Novas Edições Acadêmicas, 2014, 164p.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA Lúcia Lippi de. (Org). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- MOLL, J. et al. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.
- NITZSCHE, R. **Afinal, o que é Design Thinking?** São Paulo: Rosari, 2011.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. Ed. revista e atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- REGINALDO, Thiago. **Referenciais teóricos e metodológicos para a prática do Design Thinking na educação básica**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis, 2015. 206 p.
- VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. **Coleção Cadernos Pedagógicos**. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
- VASCONCELOS, Celso dos S. Avaliação da Aprendizagem: práticas e mudanças – por uma práxis transformadora. **Coleção Cadernos Pedagógicos**. São Paulo: Libertad Editora, 2003.

MARKETING EM CLUSTERS E APL: análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2009 a 2019

MARKETING IN CLUSTERS AND APL: bibliometric analysis of national publications in the period from 2009 to 2019

Vailson Batista de Freitas¹, Silvio Augusto Minciotti²

 ORCID IDS

Freitas VB - <https://orcid.org/0000-0002-6287-8615>

Minciotti SA - <https://orcid.org/0000-0002-3928-8107>

Resumo

O objetivo do presente estudo é analisar as publicações científicas sobre clusters e arranjos produtivos locais (APLs) no Brasil, que abordam o tema Marketing no período de 2009 a 2019. Realizou-se a pesquisa em periódicos, nas seguintes bases de dados: CAPES, SPELL, SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO, obtendo-se um total de 59 artigos. A análise permitiu identificar as características das publicações quanto às abordagens metodológicas e os métodos de pesquisa, os estados e regiões que mais possuem publicações, os clusters e APLs pesquisados. Verificou-se a tendência de as pesquisas fazer uma abordagem superficial sobre marketing, mesmo que inicialmente tenha proposto o contrário. Constatou-se que as pesquisas tratam a questão do marketing em APL e clusters de forma incipiente, nem sempre conclusivas. Portanto, existe uma oportunidade para a realização de novas pesquisas com vista a aprofundar o assunto, inclusive com estudos e outras regiões pois grande maioria dos estudos estão na região sul e sudeste, para uma efetiva contribuição para o desenvolvimento da teoria.

Palavras-chave: Marketing; arranjo produtivo local; APL; cluster; análise de publicações.

Abstract

The purpose of this study is to analyze scientific publications on clusters and local productive arrangements (APLs) in Brazil, which address the theme Marketing in the period from 2009 to 2019. Research was carried out in journals, in the following databases: CAPES, SPELL, SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO, obtaining 59 articles. The analysis made it possible to identify the characteristics of the publications in terms of methodological approaches and research methods, the states and regions with the most publications, the clusters and APLs surveyed. There was a tendency to make research a superficial approach to marketing, even though it initially proposed the opposite. It was found that research deals with the issue of marketing in APL and clusters in an incipient way, not always conclusive. Therefore, there is an opportunity for further research to deepen the subject, including studies and other regions, as the vast majority of studies are in the south and southeast, for an effective contribution to the development of the theory.

Keywords: Marketing; local productive arrangement; APL; cluster; analysis of publications.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

² Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

Autor Correspondente: vailsonfreitas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo as empresas têm buscado formas de desenvolvimento, através de associações, cooperativas, grupos coordenados, ou parcerias com o intuito de aumentar sua eficácia e eficiência, melhora em seus processos produtivos, com vistas a uma melhor lucratividade, isso fez com que os aglomerados se consolidassem, formando os clusters e ou APL.

Os Clusters e Arranjos Produtivos Locais (APLs) têm contribuído para o crescimento da cooperação entre empresas brasileiras), criados nos últimos anos, tendo sido preponderantes para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que estão inseridos, quer seja através da agricultura, pecuária, agroindústrias, indústrias, associações, cooperativas e empresas em geral, etc.

Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010) consideram que o marketing evoluiu ao longo dos anos, passando por três fases que eles chamam de marketing 1.0, 2.0 e 3.0. Para Gracioso (1997) as mudanças no marketing são consequências de três revoluções vividas pela sociedade, a revolução industrial, a revolução industrial tecnológica e a revolução da informação, onde cada uma influenciou diretamente a forma das empresas fazerem marketing.

Existem 677 arranjos produtivos locais (APLs), presentes em 2.175 municípios brasileiros, são responsáveis por mais de três milhões de empregos diretos em 59 setores da economia brasileira. Os dados são da Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (2020).

Pela importância dos *clusters* e APLs, torna-se imperioso o incremento da participação acadêmica no aprimoramento dos processos de gestão a eles aplicados, a partir da identificação de suas peculiaridades, implicando aí a utilização das ferramentas de marketing nesses aglomerados.

Neste artigo, além de uma revisão teórica acerca dos conceitos fundamentais de marketing, e clusters foi desenvolvido uma pesquisa bibliométrica, cobrindo o período de 2009 a 2019, com o objetivo de verificar o que foi pesquisado sobre a atuação do

marketing em clusters e APL, de forma a evidenciar as contribuições teóricas e os achados sobre o tema, permitindo, também, identificar o que ainda está em aberto para novas pesquisas sobre o assunto.

JUSTIFICATIVA

O tema é relevante dado a quantidade de clusters e APL, que existem no Brasil. Com essa pesquisa será possível ver como o marketing é desenvolvido em clusters e APL.

Além de mostrar se nos trabalhos analisados o marketing contribuiu para uma melhor gestão desses aglomerados, e se isso ocorreu de que forma poderá ser estendido a outros clusters e APL.

Também poderá ser visto como o tema é abordado, o que abrirá portas para estudos complementares sobre o assunto, haja vista que existe a expectativa de que os resultados esperados são relevantes para as áreas acadêmica, empresarial e pública.

REVISÃO TEÓRICA

A fundamentação para a realização deste estudo, apresentou-se pela síntese da literatura referente ao tema Marketing (abordando o conceito de marketing e seus compostos), clusters e Arranjos Produtivos Locais (APL) (estudo de conceitos e características dessas aglomerações).

MARKETING

Segundo Kotler (2009) o Marketing pode ser considerado um processo social e gerencial onde pessoas e grupos tem acesso a produtos e serviços que necessitam e desejam por meio da criação, da oferta e da livre troca desses produtos e serviços de valor, onde as partes envolvidas tem o sentimento de que seus desejos foram realizados pelo valor esperado e conseguido.

A administração de marketing pode ser definida como a arte ou ciência de escolher mercados de interesse conquistando, preservando e multiplicando seus clientes entregando a eles um valor superior ao desejado seja pela criação, ou simples entrega dan-

do-lhes a sensação de que um valor superior foi recebido, dando a esses clientes a oportunidade de atender às necessidades que possui, trazendo satisfação com a realização da troca. (KOTLER & KELLER, 2006).

Churchill (2005) considera que o marketing é um processo de planejamento e execução de concepções, estabelecendo preços, promoção e distribuição de ideias, produtos e serviços, com a finalidade de criar trocas capazes de satisfazer necessidades pessoais e organizacionais, de forma que essas necessidades individuais possam ser atingidas.

O principal propósito do marketing é a realização de trocas, onde pessoas e instituições participam espontaneamente de operações cujo objetivo é satisfazer às necessidades dos agentes envolvidos nesse processo. Segundo McCarthy e Perreault (1997), o marketing busca diariamente interagir pessoas centenas de vezes com milhares de marcas, onde mesmo não se percebendo isso afeta definitivamente a vida das pessoas de forma direta, fornecendo bens e serviços que satisfaçam às necessidades e expectativas dos envolvidos nessa relação.

Para Kotler (1999) marketing busca através de seus compostos uma análise mais detalhada sobre as oportunidades de mercado, buscando atender metas financeiras das instituições, porém atendendo às necessidades das pessoas e instituições na aquisição de bens e serviços. A função do marketing é lidar com os clientes e seu objetivo é administrar e criar relacionamentos rentáveis com esses clientes. O profissional de marketing deve buscar compreender quais são as necessidades e os desejos dos clientes e, além disso, além de ter pleno conhecimento do mercado no qual operam (KOTLER & ARMSTRONG, 2007).

Já Churchill e Peter (2000; p. 5) apontam que o marketing é utilizado para a realização de trocas com objetivo ou não de ganhos auferindo lucros.

Em geral, o marketing objetivando ganhos financeiros é um campo de conhecimento mais desenvolvido do que o marketing não lucrativo. Porém, as estratégias de marketing para obter lucros geralmente são aplicáveis a organizações sem fins lucrativos e podem ajudá-las a alcançar seus objetivos. (CHURCHILL & PETER; 2000, p. 5)

Dentro de seu campo de atuação do marketing procura trazer soluções rentáveis para todos os envolvidos em uma transação, quer seja entre pessoas e organizações e interorganizações, daí o quão importante buscar compreender sua atuação na troca de valores e ter conhecimento de sua influência em decisões relevantes para a empresa, fornecedores e consumidores. Assim como o marketing se relaciona com os clientes com a finalidade de obter lucros, realizando desejos de aquisição de bens e serviços desses clientes, satisfazendo suas necessidades, também os APL têm o objetivo de se relacionar com seus associados a fim de obter benefícios lucrativos, atendendo às necessidades de seus clientes em suas aquisições.

Para Kotler (1999) o marketing tem como responsabilidade primordial alcançar um aumento dos lucros para a empresa, proporcionando longevidade e estabilidade para ela. Deve analisar as oportunidades de mercado bem como determinar as estratégias para conseguir dominar os mercados desejados. Ele considera o controle como ponto final no processo de marketing, ou seja, as empresas obtêm a resposta do mercado alvo, realizam reuniões, fazem a análise dos resultados obtidos e corrigem as falhas detectadas buscando aperfeiçoar o desempenho e assim melhorar suas estratégias de atuação.

Para implementar um planejamento de marketing, definindo suas estratégias e táticas de atuação as organizações devem se atentar aos compostos de marketing a saber: preço, produto, ponto de distribuição e promoção (CHURCHILL & PETER, 2000):

a) Preço: Para Pinho (2001) o preço é um fator mutável que precisa uma determinação motivacional de escolhas para a definição do preço final para o consumidor e das regras gerais a serem aplicadas em função de descontos, financiamentos ou vendas a prazo.

b) Produto: O produto são bens ou serviços que por suas características podem ser ofertados ao mercado simplesmente para sua apreciação, uso ou consumo, com o objetivo de atender às necessidades, desejos e demandas de consumo do cliente, dando a ele uma sensação de realização prazerosa por ter adquirido um bem ou serviço por um valor superior, (KOTLER, 2000).

c) Ponto de distribuição: também conhecido como praça, é o local de distribuição dos produtos e a forma de deixá-los a disposição do cliente em um local de fácil acesso (ZENONE & RAMOS, 2006).

d) Promoção: Para Pinho (2001), a promoção objetiva informar aos clientes sobre os produtos, estimulando-os a compra do bem ou serviço. O marketing é formado pelo ambiente externo e interno de uma empresa, com poder de influenciar as decisões, metas e atuações da empresa para com o mercado. O ambiente externo composto pelos fatores de mudanças ligadas a cultura, tecnologia, concorrência e consumidores, por sua vez ambiente interno é direcionado aos objetivos e competências da empresa. (URDAN & URDAN, 2006).

A realização do planejamento estratégico busca acompanhar o processo de execução das atividades de marketing, na execução de suas metas, onde os diversos setores da organização devem se envolver, como por exemplo: aquisições, fabricação e vendas, onde um processo deverá complementar o outro. E finalmente o controle, que pode ser definido como a fase final no processo de marketing, onde é definido e determinado as correções e alterações necessárias para obter o desempenho desejado. As empresas recebem um retorno dos consumidores, realizam reuniões onde analisam os resultados obtidos e executam correções em função de melhorar os resultados da organização (KOTLER, 2009).

AS REDES DE NEGÓCIO E O MARKETING COLETIVO

Para conquistar melhores resultados através de ações coletivas é necessário ter certas situações que são definidas e aceitas como essenciais para a formação das redes. Balestrin e Verschoore (2008), lastreados por estudos de Castells (1999) e Grandori e Soda (1995), ratificam que as redes necessitam de objetivos comuns, interação e gestão. Os objetivos comuns facilitam a integração dos participantes para um bem comum maior, em favor da coletividade. Um relacionamento mais próximo entre os membros é fundamental para a consecução desses objetivos e para a administração da rede, ela facilita a gestão ocorrendo através de recursos tecnológicos e da co-

municação realizada diretamente entre os membros da rede. A utilização de recursos tecnológicos otimiza a difusão das informações entre os associados, criando canais de ligação tanto internos quanto externos propiciando a criação de novas possibilidades de negócios e o contato direto tipo olho no olho assegura a rede de relacionamentos e que por sua vez cria laços que estabelecem novas oportunidades de negócios.

Qualquer que seja o setor, no que diz respeito aos objetivos das redes de cooperação, para Amato Neto (2000), a meta essencial é proporcionar o fortalecimento da competitividade dos associados nos momentos em que as empresas, geralmente grande parte de pequeno e médio porte, não tem capacidade suficiente para adquirir e compartilhar sozinhas os recursos, muitas vezes escassos, de produção e, também, atender às demandas internas ou externas do mercado em que atuam ou por vezes a competência e expertise para produzir e lançar e manter uma nova linha de produtos, mesmo que o mercado consumidor anseie por isso. Uma das maneiras de consolidar esta competitividade origina de uma firme vantagem que foi criada por essa cooperação, o marketing coletivo, o qual possibilita às empresas integrantes da rede de cooperação rumo à diversificação de seu portfólio de produtos, tornar os preços mais atraentes ao consumidor, proporcionar uma maior divulgação da marca coletiva, tendo essas ações um objetivo maior na filosofia do marketing: é captar e manter clientes, aumentando assim as vendas, proporcionando a esses clientes a possibilidade de terem suas necessidades atendidas pelas trocas proporcionadas pelo marketing.

Os relacionamentos entre empresas promovem uma série de benefícios e um aumento da capacidade de utilização das ferramentas de marketing, com a diminuição de custos via cooperação, pois elas podem usufruir de ações de marketing antes inacessíveis, principalmente às micro e pequenas empresas, que sofrem com a escassez de recursos de todas as ordens (PEREIRA, 2004; ACHROL & KOTLER, 1999).

Para Liu et al (2005) o sucesso na adoção de ações e estratégias de marketing está diretamente ligado à estrutura da rede. Além da estrutura, é importante observar, principalmente nas redes de pequenas em-

presas, o impacto das trocas de informações junto aos atores de mercado, como clientes, competidores e fornecedores, pois a percepção dos gestores quanto ao feedback dos atores resultará em uma melhor aplicação dos recursos da rede nas ações de marketing (OTTESEN; FOSS; GRONHAUG, 2004).

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL – APL

Os APLS são aglomerações produtivas resultantes das interações sistêmicas entre empresas que, numa mesma localidade, produzem um bem ou serviço, das relações dessas empresas com seus fornecedores e clientes e com o ambiente institucional e natural organizado (REDESIST, 2003; CASSIOLATO, LASTRES & STALLIVIERI, 2008; CASSIOLATO & LASTRES, 2003).

A entendimento de APL formada pela RedeSist - Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos Locais (2003) é que são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais centrados em um agrupamento específico de atividades econômicas apresentando certas relações entre sei, mesmo que sejam iniciais e sem grandes significados econômicos, (ZAPATA; AMORIM; ARNS, 2007; p. 73).

Nos APLs se aglutinam agentes econômicos, políticos e sociais de um mesmo território, focados num grupo típico de atividades econômicas e possuindo um relacionamento geralmente de forma embrionária. Envolvem na maioria das vezes a atuação e o inter-relacionamento de organizações empresariais, na forma de produtoras de bens e serviços finais ou fornecedoras de matérias primas diversas e equipamentos, consultorias, clientes e outros atores suas diversas formas de representação e associação. Incluem ainda outras entidades governamentais, paraestatais e privadas com a finalidade de oferecer capacitação de recursos humanos, estímulos ao desenvolvimento à pesquisa e engenharia; políticas de incentivo, ações promocionais voltadas às necessidades do APL e financiamento de projetos e atividades econômicos. (CASSIOLATO & LASTRES, 2003).

No Brasil, ao longo da última década, houve um crescimento econômico mais relevante nas regiões periféricas do que na região mais importante do país, o Sudeste. O que caracteriza esse processo

como uma forma de interiorização da atividade econômica brasileira. Esse processo de deslocamento da atividade econômica esteve associado ao dinamismo de aglomerações. “Essas aglomerações, quando apresentam um razoável grau de coordenação interna, promovendo conexões entre as empresas e entre essas e outras instituições públicas ou privadas, são denominados “arranjos produtivos locais” (APL)” (FLEURY, 2006; p.330).

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) são aglomerados que possuem relações entre pouco consistentes entre componentes. São definidos como aglomerações de agentes produtivos, políticos e sociais, situados em uma mesma região, exercendo em atividades econômicas geralmente pertencente a um mesmo ramo de atividade produtiva. Além dos agentes produtivos, ainda compõem e possuem um papel importante num APL: as organizações públicas e privadas que oferecem incentivos fiscais, financeiros, cursos de capacitação e qualificação para empresários e empregados através de centros tecnológicos, escolas técnicas e universidades; políticas de desenvolvimento regional, melhorias oferecidas através de programas específicos para a região e financiamento de projetos e empreendimentos no âmbito do aglomerado. (CASSIOLATO & LASTRES, 2003).

Para o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (2006) (GTP APL), os APL apresentam características como: (i) que apresente número expressivo de empreendimentos e de indivíduos que operam em volta de uma atividade econômica produtiva dominante na região, (ii) que partilhem a cooperação e alguma estrutura de governança.

Os APLs se encontram em estágios embrionários, pois suas ligações apresentam a necessidade de adensamento, especialização, formação de relações sócio produtivas e outras características voltadas a eficiência coletiva e a competitividade. Diferentemente dos Sistemas Produtivos Locais (SPL) que são entendidos como aglomerações produtivas com vínculos significativos de articulação, interação, cooperação e aprendizado (REDESIST, 2012).

Um APL se desenvolve através de um modelo que pode ser dividido em quatro fases: (i) embrionária: essa fase ocorre quando a cooperação é baseada

nas relações familiares e não há atração de empresas com atividades semelhantes; (ii) crescimento do mercado: é a fase que faz uso de inovações, a fim de concretizar economias de escala e em manter a qualidade dos produtos a preços competitivos; (iii) maturidade: fase em que a competição passa a girar em torno da qualidade, da flexibilidade, do design ou da marca. Já a cooperação e as economias de escala não assumem tanto destaque; e (iv) pós-maturidade: nessa fase, o arranjo pode direcionar-se para algum outro setor correlato, pois a proximidade geográfica já não é a dependência principal (ARAÚJO, 2005).

Nas estruturas de aglomerados, os agentes locais sobressaem-se como protagonistas do desenvolvimento endógeno. Os destaques também são os elementos como: a interação, a cooperação e a confiança entre os agentes locais. Elementos que colaboram para a criação e desenvolvimento do capital social e garantem um relacionamento mais estreito entre os atores locais.

Os arranjos produtivos locais originam-se de acordo com a construção de identidades e formações de vínculos territoriais, locais e regionais, construídos a partir de um apoio social, cultural, político e econômico comum. Segundo Araújo (2005), a constituição de APL possibilita a implementação de políticas de desenvolvimento. Através da integração dos diversos gestores da localidade que visam à obtenção, à geração e à transmissão do conhecimento. Isso permite a capacitação que possibilita desenvolver padrões produtivos mais avançados aumentando a competitividade.

Os APL fortalecem-se com a colaboração e a confiança entre os atores locais. São propensos a desenvolverem-se em ambientes de interação, cooperação e aprendizagem gerando estímulos para a competitividade e para o desenvolvimento endógeno. Podem constituir condições distintas para o desenvolvimento de um território e assim dinamizar a atividade econômica local por sua própria conta. Com isso reduz-se a dependência de investimentos exógenos. Os arranjos produtivos locais proporcionam características que permitem a expansão da renda, do emprego e da inovação produzindo caminhos para o desenvolvimento endógeno.

Os APLs se apresentam, assim, como caminhos para o desenvolvimento apoiado em atividades que levam à expansão da renda, do emprego e da inovação. Espaços econômicos renovados, onde as pequenas empresas podem se desenvolver usufruindo as vantagens da localização, a partir da utilização dos fundamentos da atividade industrial como alavanca para o desenvolvimento local, pela ajuda local às micro, pequenas e médias empresas (PMEs), trabalhando paralelamente estratégias de aprendizagem coletiva direcionada à inovação e ao crescimento descentralizado, enraizado em capacidades locais (GTP APL, 2006; p. 12).

O governo, através de políticas governamentais, exerce um papel fundamental para viabilidade e fortalecimento dos arranjos produtivos locais. No Brasil, a base dos APLs parte de políticas públicas de desenvolvimento, que tem por intuito promover a ascensão econômica e social, principalmente, em regiões e municípios menos desenvolvidos. O governo, em seus diferentes níveis, pode ter várias funções: (i) gerar infraestrutura que apoie o crescimento dos APL; (ii) auxiliar o ensino e treinamento da mão de obra; (iii) apoiar centros de pesquisa e desenvolvimento; (iv) financiar investimentos; (v) realizar investimentos públicos que possibilitem condições para o crescimento dos APL.

Com essas medidas, o governo além de promover, também viabilizaria surgimento dos APL. Essas políticas públicas do governo podem revolucionar os APLs brasileiros, gerando renda, emprego, desenvolvendo regiões, portanto, ajudando a desenvolver o país como um todo.

CLUSTER

Clusters são concentrações geográficas de empresas de um setor específico (PORTER, 1998; SCHIMITZ, 1997). Compoem-se de empresas relacionadas e outras entidades importantes para a competição, onde se incluem fornecedores de matérias primas especializadas, tais como componentes, máquinas e serviços, e fornecedores de infraestrutura especializada.

Clusters podem auferir ganhos de eficiência que as empresas dificilmente conseguiriam atingir isoladas. Esses ganhos podem ser compreendidos como a vantagem competitiva obtidas pelas externalidades

e ação conjunta (SCHMITZ & NADVI, 1999). Mesmo a proximidade geográfica ocasionando uma competição por mercado, recursos e empregados, as empresas que estão inseridas em cluster tornam-se interdependentes, haja vista que esses arranjos têm a capacidade de obter ganhos significativos quando colocados perante outros, haja vista que têm ganhos significativos de competitividade (PERRY, 2005).

A proximidade geográfica possibilita acesso a empregados, fornecedores e instituições de apoio, relacionamentos, informação, grandes incentivos, produtividade e inovação (PORTER, 1999).

Clusters são formados apenas quando os aspectos setoriais e geográficos estão concentrados, se isso não ocorrer o que se tem é apenas organização de produção em setores e geografias dispersos, não formando cluster. Há que se considerar também um conjunto a atributos que revelam potencial competitivo para a formação de aglomerados: (i) regras sociais; (ii) as tradições e (iii) os costumes da comunidade que abriga o cluster. (AMATO NETO, 2009).

Clusters são capazes de responder a crises e às oportunidades de maneira dinâmica, pelo fato da facilidade de reorganização das especialidades em diferentes processos (AMATO NETO, 2000).

Zacarelli et al (2008; p. 44), considera que nas entidades supraempresariais “ o processo de integração e a dinâmica das relações entre as organizações implicam efeitos sistêmicos de amplificação da capacidade competitiva do sistema e de seus componentes em relação a empresas situadas externas a ele”. Afirma ainda que a performance competitiva se fundamenta nos seguintes pontos: (i) concentração geográfica em área reduzida; (ii) abrangência de negócios viáveis e relevantes; (iii) especialização das empresas; (iv) equilíbrio com ausência de posições privilegiadas; (v) complementaridade por uso de subprodutos; (vi) cooperação entre empresas; (vii) substituição seletiva de negócios; (viii) uniformidade de nível tecnológico; (ix) cultura da comunidade adaptada ao cluster; (x) caráter evolucionário por introdução de novas tecnologias; e (xi) estratégia de resultado orientada para o cluster.

Ao tratar das diferenças entre clusters e APLs, Figueiredo e Di Serio (2007) afirmam que, nos clusters, há maior intensidade de vínculos entre as empresas e maior participação das empresas privadas que estão aglomeradas para o desenvolvimento do agrupamento, com menor envolvimento do governo, enquanto no APL há maior atuação do poder público e de agências de fomento.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, com levantamento da produção científica sobre clusters e APL, por meio de publicações feitas em revistas nacionais, e pesquisa bibliográfica desenvolvida com base no conteúdo dos artigos publicados, nas principais bases de dados (CAPES, SPELL, CIELO, GOOGLE ACADÊMICO.).

Buscou-se por artigos que constituíram produção relevante sobre o tema no Brasil, para isso foi adotada a premissa de qualificação de periódicos da CAPES, que classifica de maneira adequada os periódicos mais importantes, buscando assim encontrar as publicações de maior relevância.

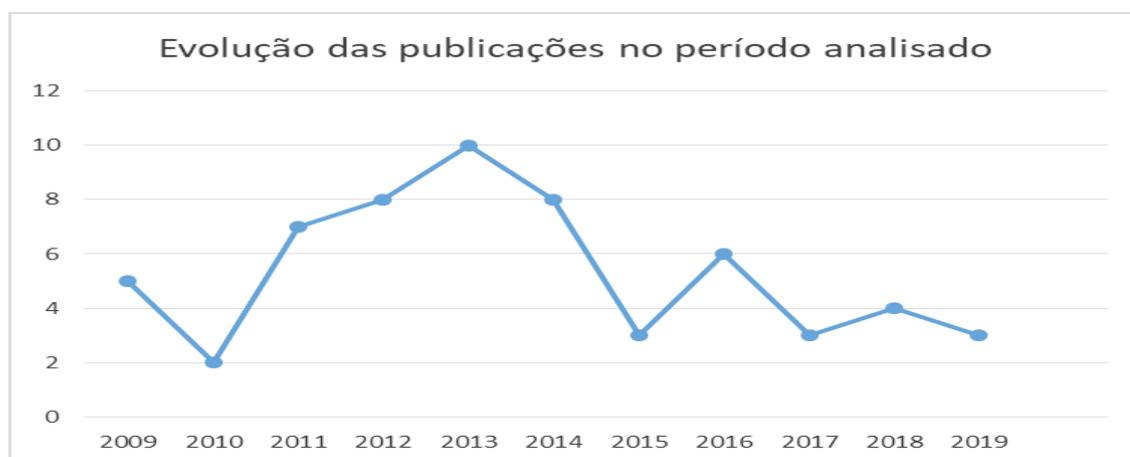
Foram consultadas bases de dados *on-line* dos periódicos selecionados no período de 2009 a 2019, buscando-se no título, resumo e/ou palavras chave: marketing em cluster, marketing em Arranjo Produtivo local (APL), marketing em aglomerado, marketing em aglomerado industrial, os termos foram utilizados no singular e plural.

Os dados foram analisados com utilização de análise categorial, onde os artigos selecionados foram classificados de acordo com algumas categorias: revista, ano, autores, fundamentação teórica, abordagem metodológica, método, objeto de estudo.

ANÁLISE DOS DADOS

Os artigos analisados, separados por ano de publicação estão apresentados na Figura 1.

Figura 1. Evolução das publicações no período analisado.

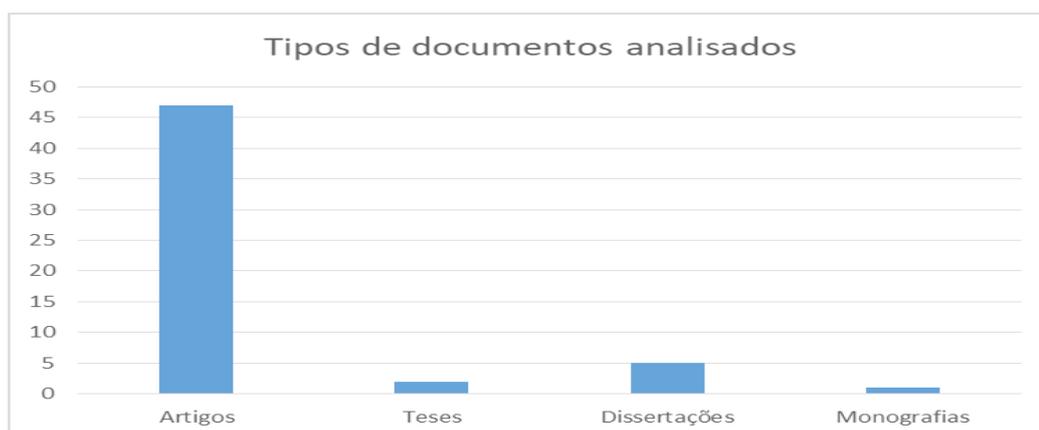


Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se ver que cerca de 56% das publicações ocorreram durante o período de 2011 (07), 2012 (8), 2013 (10) a 2014 (08), após esse período houve um decréscimo demonstrando que houve uma estabilização nesse tipo de publicação.

Foram analisados os seguintes tipos de estudos conforme figura 2.

Figura 2. Tipos de documentos analisados

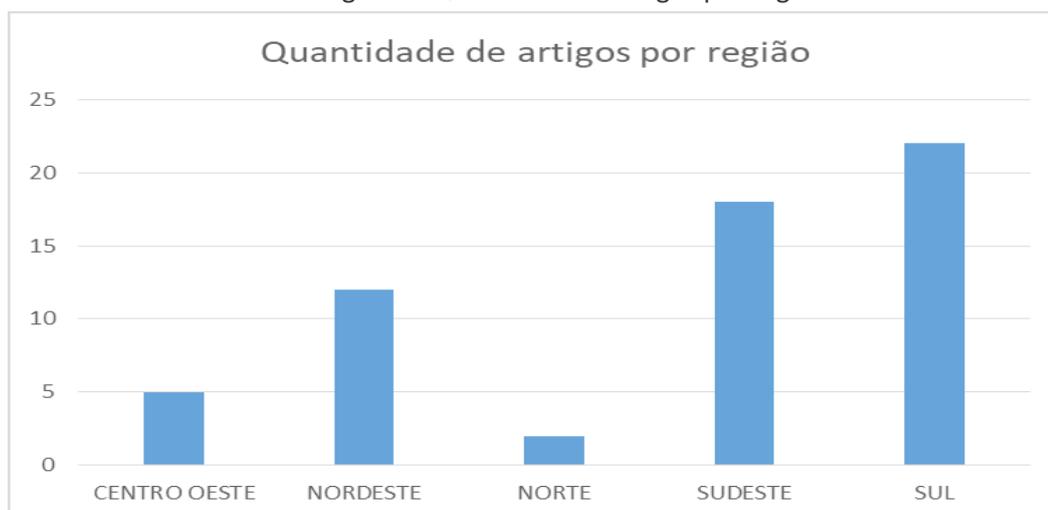


Fonte: Dados da pesquisa

Os artigos (51) representam 86% das publicações, porém foram incluídas teses (2) dissertações (5) e monografias (1) dado a relevância dada por esses estudos sobre o assunto em pauta.

Os 59 trabalhos analisados foram publicados nas seguintes regiões e estados da federação conforme poderá ser visto na figura 3.

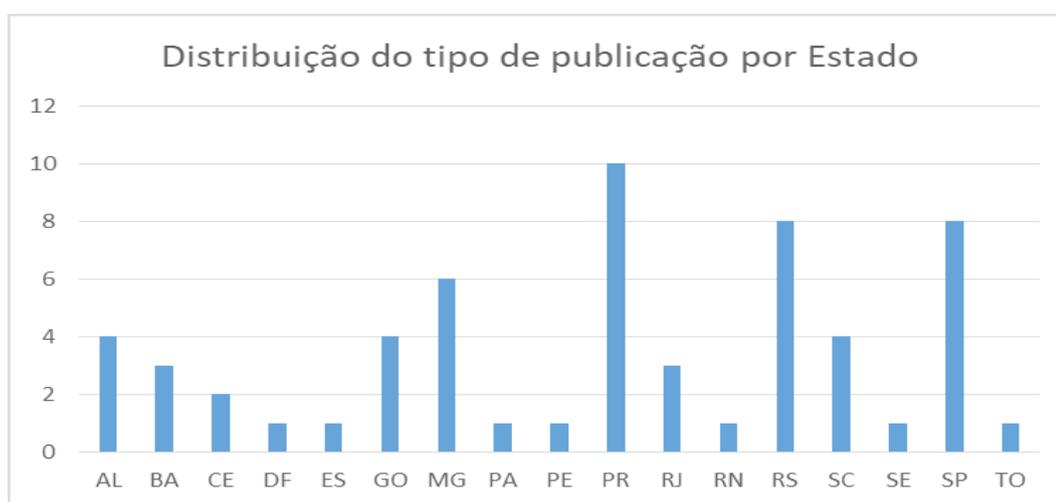
Figura 3. Quantidade de artigos por região



Fonte: Dados da pesquisa

A região sul (22) possui 37,3% e a região sudeste (18) 30,4% dos artigos que abordam o assunto, também a região nordeste (12) tem 20,3% de publicações, a centro-oeste (5) 8,5% e a região norte (2) 3,5%. O vem a confirmar que estudos relacionados a APL e Cluster se concentram nas regiões economicamente mais desenvolvidas do país.

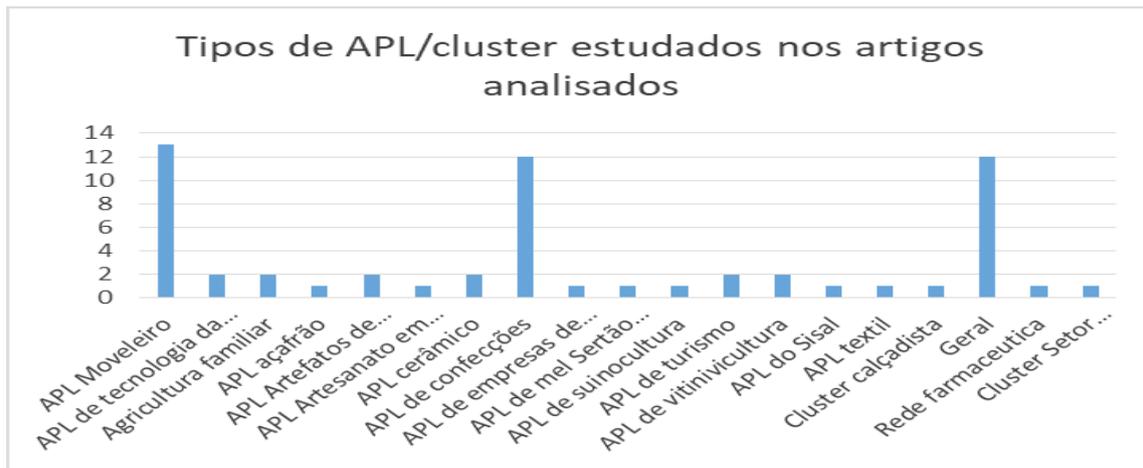
Figura 4. Distribuição do tipo de publicação por Estado



Fonte: Dados da pesquisa

O Estado que mais teve artigos sobre seus aglomerados foi o estado do Paraná (10) com 16,9% das publicações, seguido por SP (08), RS (08) E MG (06) e RS com 13,5%, 13,5% 10% cada um em números percentuais mostrando que as publicações se concentram nos estados do centro sul do país, conforme pode ser visto na figura 4, confirmando o que foi descrito na análise dos artigos por regiões.

Figura 05. Tipos de APL/Cluster estudados nos artigos analisados.



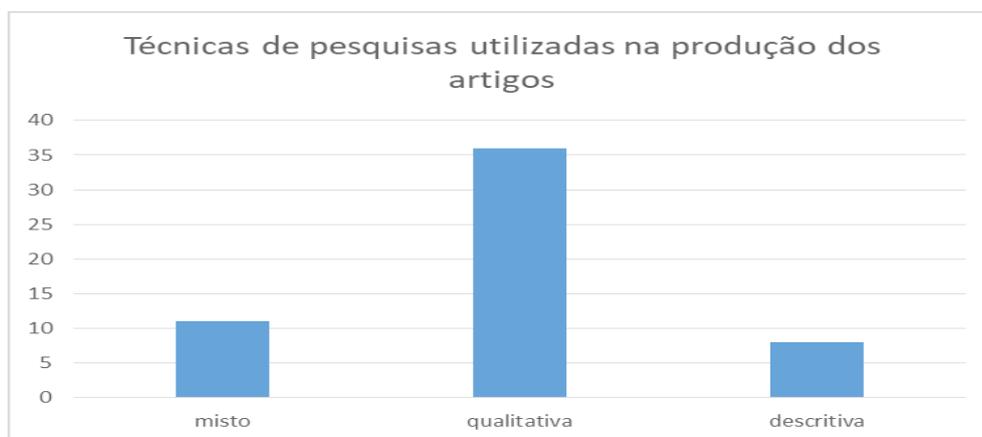
Fonte: Dados da pesquisa

A figura 5 demonstra que dentre os APL estudados destacam-se os moveleiros (13) e os de confecções (12) com 22% e 20% respectivamente o que pode indicar que esses são os aglomerados melhor estruturados ou que pela quantidade mereçam mais atenção, a nomenclatura geral (12) que representa 22% dos artigos se diz respeito às publicações que não se referem a nenhum APL/cluster especificamente, mas que trazem estudos onde se aborda a temática de forma genérica, destacando a importância de utiliza-

ção de estratégias de marketing para o desenvolvimento de aglomerados no país.

A figura 6 vem a mostrar que a principal técnica de pesquisa utilizada para a produção dos artigos foi a pesquisa qualitativa (38) com 65%, que se propõem a analisar as relações para depois formular proposições teóricas, para as proposições apresentadas nos estudos.

Figura 6. Técnicas de pesquisas utilizadas na produção de artigos

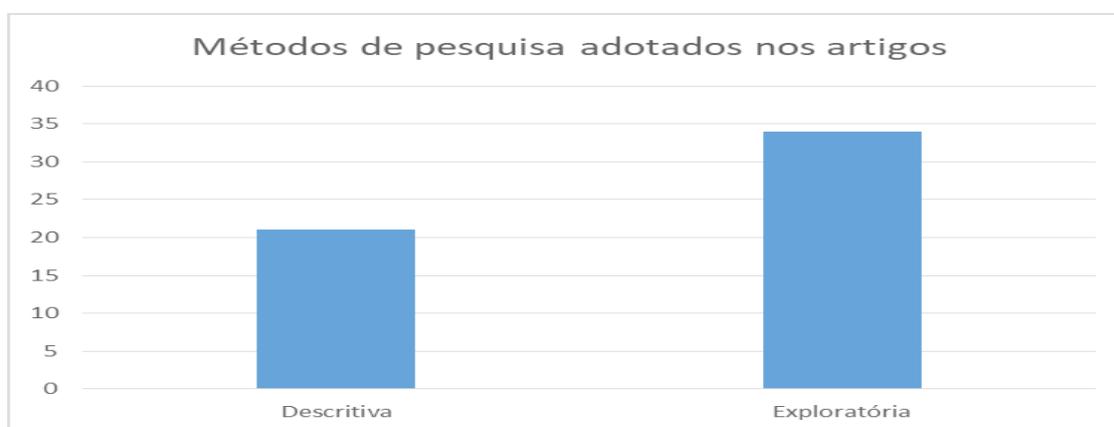


Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar os métodos de pesquisa adotados verificou-se a pesquisa exploratória (36) foi a mais utilizada em 61% dos artigos analisados, conforme figura 7, geralmente constituída de revisão da literatura a fim de desenvolver familiaridade com o fenômeno e com as particularidades do tema, sendo assim por meio da revisão bibliográfica busca-se a compreensão da situação e não sua mensuração, houve casos em que foram realizados estudos exploratórios e posterior-

mente complementados pelo método descritivo com o objetivo investigar o tema proposto representando 18% dos artigos, no caso a situação em que se encaixa o marketing dentro dos APL e clusters do Brasil, além disso, corroborando para que o estudo fosse bem elaborado e aplicado, utilizando-se de outras formas de coleta de informações como por exemplo: arquivos, entrevistas, documentos, observação etc., de forma a se aprofundar no assunto estudado.

Figura 7. Métodos de pesquisa adotados nos artigos



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme demonstra na figura 8, dos artigos analisados, cerca de 18 ou seja 31% marketing aparece como tema central de estudo, onde busca-se mostrar como as ferramentas de marketing podem se úteis para um maior desenvolvimento dos APL e clusters, com abordagem de marketing coletivo, compostos de marketing, marketing de relacionamento, estruturas de cooperação em marketing, nesses artigos o referencial teórico sobre o tema proposto proporciona ao leitor entender o que está sendo proposto, quanto a utilização de ferramentas de marketing em APL e clusters.

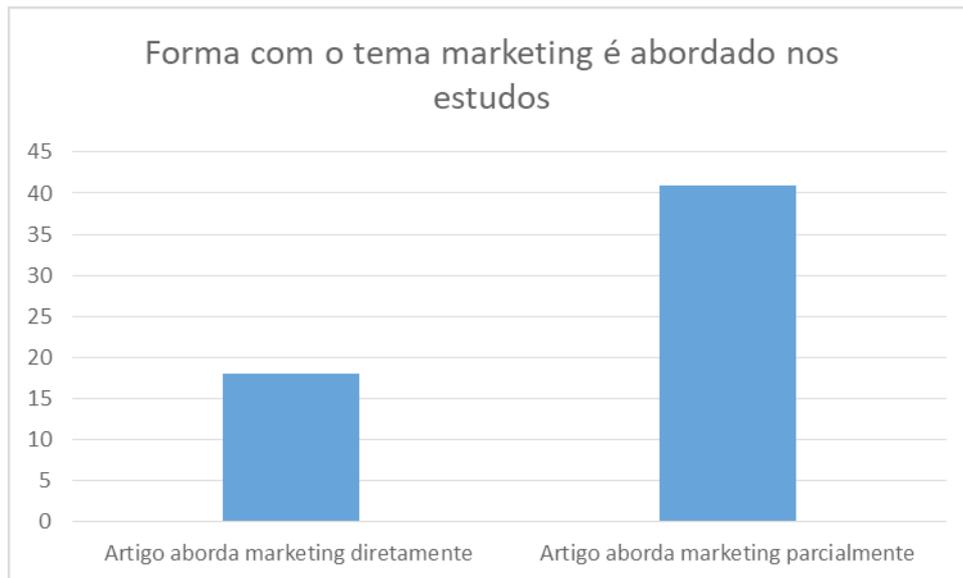
Nos 41 restantes isto é 69% marketing aparece geralmente como um tópico a ser utilizado pelos aglomerados e em outros casos apenas em um parágrafo, onde se cita a importância da utilização de marke-

ting em APL e clusters, porém de forma superficial, o que deixa isso sem uma conclusão, ficando somente como uma sugestão de forma vaga dentro do artigo.

Foi verificado em três artigos que existe referências bibliográficas e palavras chaves, mas no artigo não há qualquer citação sobre marketing, o que demonstra a possibilidade de falha na composição do referencial teórico do artigo.

Grande parte dos artigos se caracterizam pela predominância de estudos empíricos e pouco aprofundados, onde nem sempre é possível verificar os reflexos dos achados empíricos à luz da literatura. É possível ver ainda que os trabalhos continuam sendo na sua maioria exploratórios, associados a métodos qualitativos.

Figura 8. Forma como o tema é abordado nos estudos



Fonte: Dados da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados mostram que houve um momento em que foram publicados um número considerável de artigos com abordagem em marketing em APL e clusters, mais precisamente entre os anos de 2011 a 2014, porém nos últimos anos esse número de publicações tem diminuído, aliado a isso existe o fato de que na maioria dos artigos analisados o tema marketing foi abordado de forma incipiente não justificando o propósito a que se dispôs, onde o artigo se limitou a descrever determinado APL ou cluster ou a trazer uma visão geral desses aglomerados no país deixando a temática marketing em segundo plano ou nem abordando-a de forma concreta no texto.

Então vê-se que existem oportunidades para que se realizem novas pesquisas sobre esse tema, por meio de estudos de casos, survey, estudo de campo, entre outros com o objetivo de desenvolver estudos mais aprofundados, comparando teorias com a realidade empírica pesquisada, permitindo assim uma contribuição maior sobre a utilização dos compostos de marketing em APL e clusters.

Pode-se fazer também estudos comparando APL e clusters onde são utilizadas ferramentas de marketing com aqueles que não os utilizam e desse forma mostrar as vantagens competitivas obtidas por aqueles que conseguem fazer uso das ferramentas de marketing, outra sugestão são estudos que visem acompanhar utilização dessas ferramentas em aglomerados, onde esses estudos evidenciassem de forma clara os sucessos e insucessos de forma que facilitasse a utilização do marketing em APL e clusters que não o fazem por desconhecer as vantagens que as ferramentas de marketing pode oferecer quer seja nas relações com clientes, fornecedores ou com os próprios componentes do aglomerado.

É importante ressaltar a necessidade de pesquisas sobre marketing em APL e cluster em outras regiões do país de forma que essas pesquisas não fiquem concentradas no centro-sul do país como ficou demonstrado na análise dos artigos, pois esse tipo de pesquisa poderá fortalecer o desenvolvimento das ferramentas de marketing em APL e clusters das demais regiões de acordo com a realidade econômica e social de cada região.

REFERÊNCIAS

- AMATO NETO, J. **Redes de Cooperação Produtiva e Clusters Regionais: Oportunidades para as Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.
- AMATO NETO, J. **Gestão de sistemas locais de produção e inovação**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2005.
- BALESTRIN, ALSONES; VERSCHOORE, JORGE. **Redes de cooperação empresarial: Estratégias de gestão na nova economia**. Porto Alegre: Bookman, 2008
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceito vantagens e restrições do e equívocos usuais**. 2003.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. (org.). **Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento: Experiências de Políticas**, Vol. 2 . Papers. Rio de Janeiro, 2008.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia sociedade e cultura – a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.
- CHURCHILL GILBERT A. JR, PETER PAUL J. **Marketing criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva 2000.
- FIGUEIREDO, J. C; DI SERIO, L. C. **Estratégia em clusters empresariais: conceitos e impacto na competitividade**. In: DI SERIO, L. C. (Org). *Clusters empresariais no Brasil: casos selecionados*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FLEURY, S. **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro. FGV, 2006.
- GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. SP: Atlas, 2010.
- GRACIOSO, F. **Marketing: o sucesso em 5 movimentos**. São Paulo: Atlas, 1997. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Grandes números do ensino superior-graduação - 2000 – Brasil.
- GRANDORI, A.; SODA, G. (1995) **Inter-firm Network: antecedents, mechanisms and forms**. Organization Studies, 1995.
- KOTLER, P. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. 10.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L., **Administração de marketing**. 12. Ed. São Paulo: Pearson Hall, 2006.
- KOTLER, P.; ARMSTRONG G. **Princípios de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- KOTLER P. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. São Paulo: Futura, 2009.
- KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- LIU, B.S.; MADHAVAN, R.; SUDHARSHAN, D. **DiffuNET: The Impact of Network Structure on Diffusion of Innovation**. European Journal of Innovation Management, vol. 8, nº2, 2005.
- Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC - **Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais: Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais**. Portaria nº187, de 31 de outubro de 2006.
- Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC. **7ª Conferência Brasileira de APLs. (2015)**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias>.
- MCCARTHY, E. J.; PERREAULT, W. D. **Marketing essencial**. São Paulo: Atlas, 1997.
- OTTESEN, G.G.; FOSS, L.; GRONHAUG, K. **Exploring the Accuracy if SME Managers Networks Perceptions**. European Journal of Marketing, vol. 38, nº5/6, 2004.
- PEREIRA, R.C.F. **Marketing em Redes de Cooperação: um Estudo de Caso na Redemac**. In: VERSCHOORE, J.R.S. (Org.) **Redes de Cooperação: Uma Nova Organização de Pequenas e Médias Empresas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2004.
- PORTER, M. E. **Clusters and the new economics of competition**. Harvard Business Review, v. 76, n. 6, p. 77-90, 1998.

PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PERRY, M. **Business clusters**: an international perspective. Routledge: New York, 2005.

PINHO, J.B. **Comunicação em marketing**. 5. ed. Campinas: Editora Papirus, 2001.

REDESIST; **Elementos para o Desenvolvimento de uma Tipologia de APLs**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais IE/UFRJ. 2003.

SCHMITZ, H. **Collective efficiency: growth path for small-scale industry**. The Journal of Development Studies, v.3 1, n. 4, 1995.

SCHMITZ, H; NADVI, K. **Clustering and industrialization**: introduction. World Development, v. 27, n. 9, 1999.

URDAN, F. T., URDAN A. T. **Gestão do composto de marketing**. São Paulo: Atlas, 2006.

ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis, SEAD/UFSC, 2007.

ZACCARELLI, S. B; TELLES, R; SIQUEIRA, J. P. L; BOAVENTURA, J. M. G; DONAIRE, D. **Clusters e redes de negócios**: uma nova visão para a gestão dos negócios. São Paulo: Atlas, 2008.

ZENONE, L. C.; RAMOS, A. M. B. **Marketing da promoção e merchandising**: conceitos e estratégias para ações bem-sucedidas, São Paulo: Thomson Learning, 2006.

AGROTÓXICOS: uma breve reflexão para um problema complexo

PESTICIDES: a brief reflection to a complex problem

Carlos Alberto Mourão Júnior¹, Charles Adriano Duvoisin²

ORCID IDS

Mourão Júnior CA - <http://orcid.org/0000-0001-7199-5365>

Duvoisin CA - <http://orcid.org/0000-0002-8598-2597>

Resumo

A discussão sobre agrotóxicos afeta fortemente a sociedade, já que seu uso apresenta importantes argumentos a favor e contra seu uso. Além de sua importância social e sanitária, essa discussão toca diretamente o campo do direito, uma vez que os argumentos científicos sobre o uso de agrotóxicos devem servir de lastro para que se elaborem leis que regulamentem seu uso ou não uso. Para discutir essas questões, optamos por utilizar a metodologia de um ensaio teórico, que tem por objetivo dialogar com o leitor, sem a pretensão de chegar a conclusões, mas sim de fomentar a reflexão crítica sobre o tema.

Palavras-chave: Agrotóxicos. Comportamento social. Regulamentação jurídica.

Abstract

The discussion about pesticides strongly affects society, since its use presents important arguments for and against its use. In addition to its social and sanitary importance, this discussion directly touches the field of law, since scientific arguments about the use of pesticides must serve as a basis for drafting laws that regulate their use or not. To discuss these issues, we chose to use the methodology of a theoretical essay, which aims to dialogue with the reader, without the intention of reaching conclusions, but rather to foster critical reflection on the topic.

Keywords: Pesticides. Social behavior. Legal regulation.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

² Universidade de Coimbra, Portugal

Autor Correspondente: camouraojr@gmail.com

INTRODUÇÃO

A discussão sobre os agrotóxicos perpassa o objeto de estudo das ciências biológicas, jurídicas e sociais. Nesse ensaio procuraremos, ponderar diversas dimensões e pontos de vista – às vezes opostas e conflitantes – sobre esse tema tão complexo.

O objetivo desse trabalho é dialogar com o leitor, procurando levantar os dois lados que perpassam a questão dos agrotóxicos. Para tanto, lançaremos mão de uma metodologia própria de escrita, qual seja, um ensaio teórico sobre o tema.

Como assinalam diversos autores e como já está preconizado na metodologia científica, um ensaio tem como objetivo levantar questões para a reflexão do leitor sobre um determinado tema, e essa reflexão, naturalmente, acaba por aprofundar o conhecimento sobre o tema em questão (Sanseverino, 2004; Noyama, 2009). Cabe ao autor suscitar temas, ideias, proposições e até hipóteses para que estas sirvam de ferramenta para o leitor, dialogando com o texto, formar, consolidar ou transformar seu ponto de vista, concordando com ou discordando das opiniões do autor. Por esse motivo, um ensaio não pretende esgotar um tema e nem tampouco as ideias expostas não precisam estar, todo o tempo, lastreadas em referências teóricas nem em referências bibliográficas (Meneghetti, 2011; Soares, Picolli *et al.*, 2018).

Entretanto, para melhor situar o leitor no contexto desse complexo tema que é a utilização de agrotóxicos, vamos iniciar fazendo uma pequena revisão narrativa, apresentando o estado da arte a respeito desse tema, com base em alguns artigos científicos atuais (todos publicados no ano de 2020) e publicados em revistas de prestígio reconhecido (todas indexadas no PubMed). Nos restringimos à busca de artigos de 2020 indexados no PubMed para que a revisão do estado da arte não ficasse demasiado extensa, porquanto nosso objetivo principal é a discussão do tema na forma de ensaio, que será feita na parte final. Então, após apresentarmos essa sucinta revisão, vamos partir para a discussão em si do tema, na forma de ensaio.

ESTADO DA ARTE: UMA BREVE REVISÃO NARRATIVA

O critério que utilizamos para a escolha dos artigos a seguir foi sua atualidade (todos do ano de 2020) bem como elencamos artigos que trazem múltiplos pontos de vista sobre o tema. O objetivo aqui é mostrar que o tema permanece muito atual e amplamente discutido na literatura científica contemporânea. A ideia dessa breve revisão é deixar bem marcadas a pluralidade e a complexidade que permeiam esse tema dos agrotóxicos. Ao final desse artigo, na discussão, apresentaremos nossas ideias em forma de ensaio, a fim de que o leitor possa refletir a respeito de várias questões que emergem do tema. Assim, essa revisão inicial (oriunda da literatura) não tem o compromisso de se articular necessariamente com a discussão (oriundo das reflexões dos autores, em forma de ensaio).

Andreo-Martinez *et al.* realizaram um trabalho teve como objetivo fornecer um estudo abrangente das informações de pesquisa disponíveis sobre resíduos de pesticidas no mel através da análise da literatura. Os avanços da pesquisa neste campo de pesquisa de 1948 a 2019 foram abordados usando o banco de dados Web of Science. Os resultados dos 685 artigos analisados indicaram que este campo de pesquisa está em foco de interesse atualmente (Índice de preços: 47,5%). A produção anual aumentou constantemente a partir de 2001, e autores, jornais e instituições seguiram a lei de Lotka. Os países mais produtivos foram, respectivamente, EUA e Espanha. Os principais focos de pesquisa desse campo, de acordo com a análise de palavras-chave, foram relacionados às técnicas cromatográficas para a determinação de pesticidas, tais como imidaclopride e neonicotinoides em mel e produtos derivados, como própolis e cera (Andreo-Martinez, Oliva *et al.*, 2020).

Dereumeaux *et al.* estudaram residentes que vivem perto de terras agrícolas e que, portanto, podem ser expostos a pesticidas por meios não ocupacionais, incluindo deriva de pulverização e volatilização de pesticidas além da área tratada. Essa revisão teve como objetivo identificar e analisar a literatura científica que mede a exposição a pesticidas em residentes que não são trabalhadores rurais e que moram

perto de terras agrícolas, visando a sugerir implicações práticas e necessidades para estudos futuros. Foi realizada uma revisão utilizando critérios de inclusão para identificar artigos originais de interesse publicados entre 2003 e 2018. Dos 29 artigos selecionados nesta revisão, 2 pertenceram ao mesmo estudo e foram agrupados, resultando em um total de 27 estudos. Sete estudos avaliaram a exposição a pesticidas usando amostras ambientais, 13 coletaram amostras biológicas e 7 analisaram as duas. Nove estudos incluíram um grupo de referência de residentes que vivem longe de terras agrícolas, enquanto 11 avaliaram a influência da estação de pulverização ou eventos de pulverização nas exposições a pesticidas. Os estudos incluídos nesta revisão forneceram evidências de que os moradores que viviam perto de terras agrícolas estavam expostos a níveis mais altos de pesticidas do que os residentes que viviam mais longe. Portanto, essa revisão destaca que as seguintes características do desenho do estudo podem ser mais apropriadas do que outras para medir a exposição à deriva de pulverização de pesticidas em residentes não-agricultores que vivem perto de terras agrícolas: inclusão de um grupo controle não-agrícola, coleta de informações biológicas e ambientais com amostragens repetidas, medições em diferentes períodos do ano, seleção de vários locais de estudo relacionados a um grupo de culturas específico e medições de pesticidas específicos para uso agrícola. No entanto, poucos estudos até o momento incorporam todas essas características. Logo, os autores asseveraram que estudos adicionais são necessários para medir, de forma abrangente as exposições não-ocupacionais a pesticidas nesse tipo de população, a fim de avaliar riscos à saúde e desenvolver estratégias de prevenção apropriadas (Dereumeaux, Fillol *et al.*, 2020).

Devault e Karolak ressaltaram que a epidemiologia baseada em águas residuais é uma abordagem inovadora para estimar o consumo intencional e não intencional de uma ampla gama de produtos químicos com base em ensaios de biomarcadores encontrados nessas águas residuais. Esse método pode fornecer informações objetivas em tempo real sobre os xenobióticos aos quais uma população é direta ou indiretamente exposta. Essa abordagem já foi usada para avaliar a exposição da população a quatro

classes de pesticidas: organoclorados (clordecona), triazinas, organofosforados e piretroides. A revisão conduzida pelos autores teve como objetivo obter os dados (taxas de excreção) e características (estabilidade de pesticidas e metabólitos, inclusive no esgoto) de outros pesticidas para ampliar o escopo desse novo método. As taxas de excreção e as descrições de estabilidade de 14 pesticidas, nomeadamente 2,4-D, aldrina, carbaril, clorobenzilato, dieldrin, diquat, etião, glufosinato, glifosato, folpet, malatião, paration, penconazol e tebuconazol, foram então discutidas em uma estrutura prática, mostrando que já estão disponíveis maneiras objetivas de mensurar o consumo de agrotóxicos (Devault e Karolak, 2020).

Segundo Dias *et al.* a intensificação do uso da terra com alta demanda por pesticidas é uma consequência do aumento da população humana. Alternativas viáveis para a correta descarga de resíduos concentrados são necessárias para evitar a contaminação do solo e dos recursos hídricos. Os biobeds são biorreatores *in situ* para o tratamento de resíduos de pesticidas, utilizados por vários países europeus e americanos devido ao seu baixo custo e construção simples, cuja eficiência foi comprovada cientificamente por mais de 20 anos. Os autores apresentaram o estado da arte dos biobeds na América Latina, identificando avanços e necessidades futuras de pesquisa. Fatores que afetam a eficiência dos leitos biológicos foram identificados, tais como temperatura ideal, umidade e comunidades microbianas, seguidos de métodos para avaliar a eficiência do biorreator. Foi necessário adaptar essa tecnologia às condições climáticas e econômicas dos países da América Latina, devido às suas origens europeias. A Guatemala é o país latino-americano que usa os biobeds como tecnologia oficial. Brasil, Argentina, Costa Rica e Chile são exemplos de países que estão investigando ativamente novos substratos e buscando aspectos legais para o estabelecimento dos biobeds. Evidências científicas robustas podem permitir que os agricultores comecem a usar essa tecnologia, que é um sistema ambientalmente seguro para proteger os recursos hídricos (Dias, Gebler *et al.*, 2020).

Farkhondeh *et al.* mostraram em seu estudo que os pesticidas organofosforados (POs) são amplamente utilizados no controle de pragas em todo o mundo.

Os efeitos inibitórios desses pesticidas sobre a acetilcolinesterase levam a danos neurotóxicos. O estresse oxidativo é responsável por várias doenças neurológicas, incluindo a doença de Parkinson, convulsões, depressão e doença de Alzheimer. Fortes evidências sugerem que a disfunção das mitocôndrias e o estresse oxidativo estão envolvidos em doenças neurológicas. Organofosforados podem perturbar a função das mitocôndrias ao induzir estresse oxidativo nessas organelas citoplasmáticas. Os autores procuraram destacar o papel da disfunção das mitocôndrias e a indução do estresse oxidativo na neurotoxicidade induzida pelos POs. Além disso, a melhoria do dano oxidativo e da disfunção mitocondrial induzidos por POs, por meio de antioxidantes químicos e naturais foi levantada como uma possível tentativa futura para mitigar os efeitos comprovadamente maléficos dos POs (Farkhondeh, Mehrpour *et al.*, 2020).

He et al. postularam que os pesticidas se tornaram uma ferramenta essencial para matar pragas, controlar ervas daninhas e inibir microbiomas para uso agrícola e doméstico. No entanto, com o uso massivo, os pesticidas podem se perpetuar no solo, no ar e na água e, às vezes, acumular-se no ser humano ou em outros mamíferos por meio de cadeias alimentares. Muitas pesquisas comprovaram que os pesticidas possuem toxicidade para mamíferos nos sistemas endócrino, neural e imunológico. A autofagia, como um processo intracelular conservador, que é ativado por sinais relacionados ao estresse, desempenha um papel fundamental, na regulação do destino e da função celular. Evidências recentes em pesquisas elucidaram uma forte ligação entre a autofagia e a toxicidade de pesticidas. Nesta revisão, os autores mostraram a importância na regulação da autofagia na toxicidade induzida por pesticidas, evidenciando a necessidade de se tentar descobrir uma estratégia potencial para o tratamento das doenças causadas por pesticidas (He, Wang *et al.*, 2020).

Kuang et al., em uma revisão tiveram como objetivo fornecer uma visão geral dos estudos sobre resíduos de pesticidas no leite materno na China e os riscos à saúde relacionados à mãe e aos bebês. Os resultados mostraram que as investigações sobre o leite materno cobriram 22 regiões administrativas provinciais da China. Pequim e algumas áreas densa-

mente povoadas e economicamente desenvolvidas têm a maioria das publicações. Os níveis mais altos de resíduos no leite materno foram encontrados na década de 1980 (aproximadamente 10.000 ng/g de lipídio), depois experimentaram uma queda acentuada na década de 1990 (aproximadamente 1.000 a 2.000 ng/g de lipídio). Nos anos 2000 e 2010, os resíduos ainda mostraram uma tendência decrescente. Especialmente, as pessoas localizadas na área urbana, nas áreas costeiras e no sul da China tenderam a ter resíduos de pesticidas mais altos quando comparadas à área rural, interior e norte da China, respectivamente. Outros fatores como hábitos alimentares, ambiente de vida, idade materna, paridade, índice de massa corporal, período de lactação, características da menstruação, assim como ingestão hormonal de medicamentos e tratamento da infertilidade também afetaram os resíduos de pesticidas no leite materno do povo chinês. De acordo com a ingestão diária estimada (EDI) de leite materno, o risco médio de saúde para bebês geralmente excedia o nível aceitável antes de 2006, enquanto, a partir daí, a maioria dos valores de EDI ficava dentro do padrão. A carga corporal de pesticidas na mãe também pode ser avaliada usando os dados de resíduos no leite materno, mas não havia diretrizes relevantes disponíveis. Outras lacunas de conhecimento incluíram: para algumas províncias com grande consumo de pesticidas ou localizadas em áreas remotas e de planalto, havia poucos/nenhum estudo disponível; os estudos atuais sobre resíduos de pesticidas no leite materno na China foram focados apenas em pesticidas organoclorados. Ainda segundo os autores, pesquisas sobre pesticidas usados atualmente (como piretroides, organofosforados, carbamato) serão necessárias no futuro (Kuang, Hou *et al.*, 2020).

Uma revisão conduzida por Leong et al. integrou as informações relevantes relacionadas às aplicações de pesticidas em produtos alimentícios e abrangeu três seções principais. A primeira seção abrangeu algumas das diretrizes que foram implementadas no gerenciamento da aplicação de pesticidas em todo o mundo, como o estabelecimento de um valor chamado Nível Máximo de Resíduos através da aplicação de diretrizes de um documento (Boas Práticas Agrícolas) nas atividades agrícolas diárias. Uma breve visão geral dos métodos adotados na quantificação

desses resíduos vestigiais em diferentes amostras de alimentos também foi abordada. Resumidamente, a análise de pesticidas geralmente foi realizada em duas etapas: preparação da amostra e instrumentação analítica. Alguns dos métodos de preparação, como o método de preparo de amostra denominado QuEChERS (Quick, Easy, Cheap, Effective, Rugged, Safe), proposto em 2003, ainda permanecem como a técnica de escolha para a maioria dos cientistas analíticos. Em termos de instrumentação, como a cromatografia gasosa-espectrofotometria de massa e cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC), ainda são amplamente utilizadas, apesar de novas invenções que são mais sustentáveis e eficientes, como a eletroforese capilar. Finalmente, a terceira seção enfatizou como os pesticidas poderiam afetar significativamente nossa saúde, considerando que diferentes tipos de pesticidas resultam em implicações adversas à saúde, apesar de seus benefícios de aplicação na agricultura no controle de pragas. Até o momento, há análises limitadas sobre o uso de pesticidas em muitas nações agrícolas. Para os fins desta revisão, a Malásia foi selecionada para ilustrar melhor os regulamentos de pesticidas e a implementação de políticas. Por fim, a revisão forneceu uma visão sobre como a implementação das Boas Práticas Agrícolas e da garantia de segurança alimentar estão interrelacionadas e concluiu que essa correlação estabelecida visando a identificar medidas adicionais de aprimoramento é fundamental para permitir o reforço de práticas agrícolas otimizadas e mais seguras (Leong, Teh *et al.*, 2020).

Segundo Olisah *et al.* o uso generalizado de pesticidas organoclorados (POCs), essencialmente para o controle de insetos e o cultivo de alimentos, levou à poluição dos ecossistemas. Apesar de ter sido banido há vários anos no mundo desenvolvido, o uso extensivo continua em andamento no continente africano. Esta revisão resume a ocorrência, distribuições, fontes e tendências dos POCs em sete matrizes ambientais (atmosfera, água, sedimentos, solos, biota, fluidos humanos e produtos alimentícios) na África. Os achados nesta revisão revelaram que alfa-HCH, beta-HCH diclorodifeniltricloroetano (DDTs) e endossulfanos foram os resíduos de POC mais persistentes no ambiente africano, particularmente DDTs em amostras de leite materno ocorrendo em níveis aci-

ma dos limites estipulados pela OMS, indicando uma chamada por preocupação. Além disso, havia escassez de dados disponíveis sobre as concentrações de POC no ar ambiente. Os esforços futuros de pesquisa devem priorizar o teste desses poluentes na atmosfera, especialmente nos países em que são usados com mais frequência. Embora a maioria dos estudos de análise de pesticidas tenha utilizado cromatografia gasosa acoplada a detector de captura de elétrons ou espectrômetro de massa, recomenda-se que novos estudos usem técnicas analíticas mais sensíveis, como cromatografia gasosa com espectrometria de massa tandem ou cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massa de alta resolução. Esses instrumentos permitiriam a detecção de metabólitos secundários e terciários, especialmente os encontrados em água, biota e produtos alimentícios, vetores críticos de POCs para corpos humanos e animais. Os autores também propõem o treinamento de agricultores e outros usuários domésticos no manuseio de pesticidas (Olishah, Okoh *et al.*, 2020).

De acordo com Prosser *et al.* um número relativamente grande de estudos investigou a eficácia das faixas de proteção vegetativa na redução do movimento de pesticidas e nutrientes dos campos agrícolas. Esta revisão descreveu a influência observada de diferentes fatores (por exemplo, largura do tampão, declive, intensidade do escoamento superficial, composição do solo, comunidade de plantas) que poderiam influenciar a eficácia de tampões com vegetação na retenção de pesticidas e nutrientes. A eficácia relatada dos tampões com vegetação que reduzem o movimento de pesticidas e nutrientes variou de 10 a 100% e 12 a 100%, respectivamente. A largura do buffer é o fator mais frequentemente considerado por várias jurisdições ao fazer recomendações sobre a implementação da faixa de buffer com vegetação. No entanto, a literatura ilustra claramente que há uma grande variação na redução de pesticidas ou nutrientes para uma dada largura de buffer. Isso indica que outros fatores desempenham um papel importante na eficácia do buffer (por exemplo, razão da área de origem para a área do buffer, composição e estrutura do solo, intensidade do escoamento superficial, estrutura da comunidade da planta), além da largura da área do buffer vegetativo. Esses fatores precisam ser considerados ao fazer recomendações

sobre a construção de faixas de proteção vegetativa nos agroecossistemas. Esta revisão também salientou que, certamente, deve haver várias outras lacunas no entendimento da eficácia dos tampões com vegetação na redução do movimento de pesticidas e nutrientes das áreas de aplicação (Prosser, Hoekstra *et al.*, 2020).

Em sua revisão, Rodriguez *et al.* argumentaram que os pesticidas são moléculas xenobióticas necessárias para controlar pragas na agricultura, no lar e na indústria. No entanto, a água e o solo podem ficar contaminados como consequência de seu uso extensivo. Portanto, devido às suas características ecológicas e eficiência, a biorremediação de locais contaminados é uma ferramenta poderosa com vantagens sobre outros tipos de tratamentos. Para uma biorremediação eficiente de pesticidas, é necessário levar em consideração diferentes aspectos relacionados ao metabolismo e à fisiologia microbiana. Nesse sentido, os estudos como genômica, transcriptômica, proteômica e metabolômica, são essenciais para gerar informações relevantes sobre os genes e proteínas envolvidos na degradação de agrotóxicos, os metabólitos gerados pela degradação de pesticidas microbianos e as estratégias celulares para combater o estresse causado por exposição a pesticidas. Pesticidas como organoclorados e organofosforados são os mais comumente estudados. Até o momento, muitos genomas de microrganismos capazes de degradar pesticidas foram publicados, principalmente cepas bacterianas dos gêneros Burkholderia, Pseudomonas e Rhodococcus. Após os relatórios genômicos, os estudos transcriptômicos, utilizando microdiálise e mais recente tecnologia de sequenciamento de última geração na degradação microbiana de pesticidas são os mais numerosos. Esta revisão teve como objetivo descrever uma breve visão geral dos mecanismos de biodegradação de pesticidas, novas ferramentas para estudar microrganismos em ambientes naturais, conceitos básicos das abordagens modernas, bem como avanços nas metodologias associadas à análise dessas ferramentas. Além disso, os relatórios mais recentes sobre genômica, transcriptômica, proteômica e metabolômica durante a degradação de pesticidas também são discutidos. Nesse sentido, os autores ressaltam a necessidade do uso de tecnologias ultramodernas para se conhe-

cer melhor o assunto (Rodriguez, Castrejon-Godinez *et al.*, 2020).

Sapbamrer *et al.* ressaltaram que um entendimento baseado em evidências dos fatores que influenciam o uso de EPIs (equipamentos de proteção individual) e as práticas de segurança de pesticidas tem o benefício de facilitar o projeto de intervenções para minimizar a exposição a pesticidas e promover a utilização de EPIs e práticas de segurança entre os manipuladores agrícolas. O objetivo deste estudo, portanto, foi revisar a literatura disponível sobre o uso de EPIs em manipuladores de pesticidas agrícolas em regiões do mundo e também os fatores associados ao uso de EPIs e práticas de segurança de pesticidas em agricultores e trabalhadores rurais. Artigos de texto completo publicados nas bases de dados PubMed, Scopus e ISI entre 1999 e 2019 foram revisados e as evidências científicas avaliadas. Cento e vinte e um artigos foram elegíveis para inclusão nesta síntese quantitativa: 110 avaliaram o uso de EPIs em manipuladores de pesticidas agrícolas e 23 focaram em fatores que afetam o uso de EPIs e as práticas de segurança de pesticidas. Foram encontradas evidências consideráveis para mostrar que os EPIs básicos mais usados entre os manipuladores de pesticidas em todas as regiões do mundo era uma camisa de manga longa (66,1%), calça de manga longa (71,1%) e um chapéu (47,3%). Os EPIs básicos menos usados foram avental (8,6%), óculos de proteção (24,3%), luvas (40,5%), botas (42,3%) e máscara (43,2%). O EPI usado (exceto um avental) foi proporcionalmente mais alto nos agricultores do que nos trabalhadores. Há evidências consideráveis para sugerir que os determinantes significativos associados ao uso de EPIs e às práticas de segurança de pesticidas são os seguintes: (1) fatores demográficos (isto é, nível de educação/alfabetização, experiência de doença, renda); (2) fatores de estrutura da fazenda (ou seja, tamanho da fazenda); (3) fatores comportamentais e psicossociais (isto é, contato com pesticidas, percepções, atitudes, consciência, normas e crenças); e (4) fatores ambientais (ou seja, informações sobre pesticidas, acesso a serviços de extensão, programa de treinamento e organização agrícola). Portanto, existe uma necessidade reconhecível de um programa de educação com treinamento ao longo da vida para mudar a percepção e o comportamento dos manipuladores

de pesticidas de maneira sustentável (Sapbamrer e Thammachai, 2020).

Singh et al. ressaltaram que como o mundo está se esforçando arduamente em direção a práticas agrícolas sustentáveis para um amanhã melhor, um dos principais focos é o manejo eficaz de pragas para aumentar a produtividade das culturas. Apesar de produtos químicos novos e potentes como pesticidas, ainda existem perdas substanciais nas culturas e, se por qualquer meio, essa perda puder ser combatida, aliviará o uso excessivo indesejado de pesticidas químicos. Pesquisas científicas já estabeleceram que os pesticidas não estão sendo utilizados completamente pelas culturas, e uma quantidade significativa permanece sem uso, devido a vários fatores limitantes, como lixiviação e bioconversão etc., resultando em um efeito adverso na saúde humana e nos ecossistemas. Esforços concentrados da diáspora científica em direção a estratégias mais novas e inovadoras já estão se mostrando promissores, e uma dessas abordagens viáveis são os sistemas de liberação controlada de pesticidas. Além disso, ainda está em debate trazer essas formulações inteligentes para o domínio da atual estrutura regulatória de agrotóxicos. É, portanto, fundamental discutir os prós e contras dessa nova tecnologia em relação aos métodos agrários convencionais. Esta revisão estimula as atualizações de desenvolvimento nesse campo inovador das últimas décadas e também reconhece os desafios a serem transpostos (custos, treinamento etc.). Além disso, os autores destacam que ainda há lacunas de pesquisa nessa área emergente (Singh, Dhiman *et al.*, 2020).

Segundo Sogaard et al. o desenvolvimento de novos biocidas dominou as respostas humanas à evolução da resistência a antibióticos e pesticidas. O uso crescente e uniforme de biocidas, a disseminação de genes de resistência e a falta de novas classes de compostos indicam a importância de navegar em direção a dinâmicas coevolucionárias mais sustentáveis entre a cultura humana e as espécies que desenvolvem resistência. Para analisar esse desafio, os autores introduziram o conceito de governança coevolucionária e propuseram três prioridades para sua implementação: (1) novas normas e modelos mentais para diminuir o uso, (2) diversificar práticas para reduzir

a seleção direcional e (3) investir em ações coletivas nas instituições para governar a conectividade. Os autores indicam a necessidade da disponibilidade de soluções que facilitam um desenvolvimento sustentável mais amplo, sugerindo, para mitigar a resistência a antibióticos medidas como melhor saneamento e higiene, fortalecimento dos sistemas de saúde e menor consumo de carne (Sogaard Jorgensen, Folke *et al.*, 2020).

Sobre uma possível relação entre câncer e agrotóxicos, Stanganelli et al. argumentam que a incidência de melanoma cutâneo (MC), a forma mais mortal de câncer de pele, aumentou gradualmente nas últimas décadas entre populações de origem europeia. Estudos epidemiológicos sugeriram que agricultores e trabalhadores agrícolas correm um risco aumentado de MC porque foram expostos a pesticidas. No entanto, pouco se sabe sobre a relação entre pesticidas e MC. Então, esta revisão investigou a associação entre exposição a pesticidas e MC, revisando sistematicamente a literatura. O objetivo secundário foi determinar as categorias de pesticidas envolvidos principalmente no desenvolvimento do MC. Uma revisão sistemática da literatura foi realizada até setembro de 2018 usando Medline, Embase e Web of Science. Estudos avaliando o risco de MC em aplicadores de pesticidas licenciados foram considerados. Critérios rígidos foram estabelecidos para selecionar estudos independentes e estimativas de risco; modelos de efeito aleatório, considerando a heterogeneidade, foram aplicados. Uma estimativa de risco combinada para MC foi calculada para o uso de cada tipo de pesticida e tipo de exposição. A heterogeneidade entre os estudos e a estimativa foi avaliada e o viés de publicação investigado. Foram incluídos nove estudos (dois casos-controles e sete coortes), compreendendo 184.389 indivíduos únicos. O resumo dos riscos relativos para as categorias 'herbicidas - sempre exposição', 'inseticidas - sempre exposição', 'qualquer pesticida - sempre exposição' e 'qualquer pesticida - alta exposição' resultou em 1,85 [intervalo de confiança de 95% (IC): 1,01 a 3,36], 1,57 (IC 95%: 0,58 a 4,25), 1,31 (IC 95%: 0,85 a 2,04) e 2,17 (IC 95%: 0,45 a 10,36), respectivamente. Herbicidas e inseticidas não apresentaram heterogeneidade entre os estudos, enquanto uma heterogeneidade significativa foi detectada pela alta exposição a qualquer

pesticida. Nenhuma indicação para viés de publicação foi encontrada. O estudo concluiu que indivíduos expostos a herbicidas têm um risco aumentado de melanoma cutâneo, não obstante os autores reconheçam que futuros estudos observacionais adequadamente projetados são necessários para confirmar esse achado (Stanganelli, De Felici *et al.*, 2020).

Uma revisão feita por Wu *et al.* estudou o fato de que gafanhotos são graves pragas de arroz na Ásia e que seu ressurgimento populacional foi relatado pela primeira vez no início dos anos 1960, causado principalmente por inseticidas que mataram indiscriminadamente artrópodes benéficos e pragas-alvo. O ressurgimento subsequente envolveu dois mecanismos: a perda de insetos benéficos e a reprodução aprimorada de insetos. Nesta revisão, os autores identificaram duas formas de ressurgimento, aguda e crônica. O ressurgimento agudo é causado por inseticidas tradicionais com rápido ressurgimento na geração F1. O ressurgimento crônico segue a aplicação de pesticidas modernos, incluindo fungicidas e herbicidas, com baixa toxicidade natural do inimigo, juntamente com a reprodução estimulada de plantas. A síndrome de mudanças provocada por produtos químicos leva a um ressurgimento posterior nas gerações F2 ou posteriores. Os autores concluem que o ressurgimento crônico de gafanhotos apresenta novas ameaças à produção global de arroz (Wu, Ge *et al.*, 2020).

Essa breve revisão (estado da arte) não teve a pretensão de permitir qualquer conclusão, ao contrário, ela objetivou apresentar a complexidade e o caráter multifatorial da questão. A ora, na discussão, colocaremos, em forma de ensaio, algumas reflexões que permitirão ao leitor tirar suas conclusões ou elaborar suas próprias reflexões.

DISCUSSÃO

Antes de iniciarmos a discussão, devemos mencionar que a revisão de literatura feita no início desse texto não se conecta, necessariamente, com a discussão que ora iniciaremos, porquanto a revisão inicial foi tão somente para situar o que a literatura vem dizendo sobre o tema. Já nesta discussão, o objetivo é apresentar o ensaio propriamente dito, ou seja, uma reflexão dos autores a ser compartilhada com

o leitor, visando a ajudar a formar uma visão crítica sobre o tema, sem a pretensão de oferecer soluções ao impasse que é imanente a essa questão.

Muitos historiadores consideram que o evento crucial que determinou a transição do feudalismo para o capitalismo no século XIV tenha sido tão somente uma questão numérica. O número de pessoas começou a crescer muito, e a produção artesanal dos feudos já não dava mais conta de produzir roupas, móveis etc. para atender a todos. Daí surgiram pessoas especializadas em produzir determinados bens e surgiram as trocas, o comércio e, aos poucos, o modo de produção capitalista foi se instalando em escala progressiva (Huberman, 1986).

Parece que o surgimento dos agrotóxicos seguiu essa mesma lógica. No início, a agricultura familiar de subsistência dava conta de suprir a necessidade alimentar de todos. Porém, com o crescimento populacional – que só faz aumentar a cada dia que passa – foi necessário modificar os ecossistemas e criar monoculturas de plantio de diversos alimentos para dar conta da demanda. Surgiram então latifúndios com plantações de trigo, soja, milho etc.

Acontece que, sempre que se mexe em ecossistemas naturais, logo em seguida vem um preço (alto) a se pagar. Com as monoculturas, diversas espécies – bactérias, fungos, ácaros, insetos, aves, roedores e também plantas parasitas (ervas daninhas) – começaram a crescer desordenadamente em virtude da farta oferta de alimentos produzidas pelas monoculturas. Porém essas espécies se tornaram um sério problema para a produção de alimentos para nós humanos, por uma simples razão: elas comiam os alimentos que nós estávamos plantando para o nosso consumo.

Diante dessa situação calamitosa, para não morrermos de fome, só nos restou uma saída, qual seja, tentar controlar essas “pragas” que poderiam destruir nossas lavouras e nos levar à inanição. É aí, nesse momento e nesse contexto, que os famosos agrotóxicos entram em cena. Eles nascem da necessidade humana de aumentar a produtividade agrícola para poder se alimentar e continuar a existir em nosso planeta (Vital, 2017).

Entretanto, os agrotóxicos, também conhecidos por outros nomes – mais ou menos ostensivos – tais como defensivos agrícolas, pesticidas, praguicidas, biocidas, agroquímicos, fitofarmacêuticos ou (mais eufemisticamente) fitossanitários, como todo produto químico, podem ir rapidamente de remédio a veneno, dependendo da dose e da forma pela qual são utilizados (Souza e Belaidi, 2016). Com efeito, se esses produtos são feitos para matar (pragas, ervas daninhas etc.), naturalmente eles têm potencial de produzir alterações graves no solo e no lençol freático (portanto, no meio ambiente) e podem também causar agravos à nossa saúde. Afinal, também somos seres vivos, constituídos por células, assim como as pragas da lavoura e as ervas daninhas (Peres e Moreira, 2003).

Aliás, cabe aqui um parêntese: em verdade, só podemos chamar os insetos, aves, fungos etc. de pragas porque eles atrapalham a produção do alimento que está sendo plantado para nos alimentar, embora, do ponto de vista da dinâmica da natureza, eles não sejam pragas, eles são tão somente seres que estão se alimentando e se reproduzindo em função da fartura do ambiente onde estão inseridos (esse ambiente são as monoculturas criadas, artificialmente, por nós). O mesmo raciocínio se aplica às ervas daninhas. Para a natureza elas não são daninhas, são somente plantas que crescem junto com as culturas que estamos plantando. Elas são daninhas a partir do nosso ponto de vista, já que competem e reduzem o crescimento das culturas que nos interessam que cresçam para nos alimentar. Ou seja, aqui também, tudo é uma questão de ponto de vista.

Por falar em ponto de vista, existe atualmente um forte embate ideológico. De um lado estão os ambientalistas, que entendem que agrotóxicos são o maior dos males, por seu potencial de causar danos ao meio ambiente, a várias espécies animais, aos ecossistemas e à saúde humana. De outro lado os capitalistas, rentistas e latifundiários, que entendem que agrotóxicos são a mais pura expressão do bem, já que aumentam (e muito) a produtividade, e, portanto, maximizam lucros. Como sempre, dois lados, dois pontos de vista (Cassal, De Azevedo *et al.*, 2014; Lopes e Albuquerque, 2018). Uma polaridade, um maniqueísmo, uma ambivalência que só faz prejudicar o debate de um assunto tão sério.

De fato, ambos os grupos têm fortes interesses e se fazem representar no Congresso Nacional. A dita bancada ruralista faz de tudo para difundir mais e mais o uso de agrotóxicos. Já os ambientalistas fazem pressão para proibir o uso de agrotóxicos. Porém, o interesse por lucros está em toda parte, porquanto entre os ambientalistas há aqueles que só querem, através da proibição de agrotóxicos, lucrar com o crescimento da indústria dos orgânicos – que são atualmente uma bela fatia de mercado, pois representam um segmento de negócios que atende a um nicho rico e abastado da população. Afinal, quem sente fome quer o alimento, seja ele orgânico ou mergulhado em agrotóxicos.

Esse incendiado debate, sobre prós e contras dos agrotóxicos existe em todo o mundo, mas no Brasil o impacto desse impasse é bem mais sério e grave (Carneiro, Rigotto *et al.*, 2017). Isso porque o Brasil é um gigantesco latifúndio. Infelizmente, ao longo de nossa história nenhum governo investiu seriamente no potencial intelectual do Brasil. Assim, nos tornamos, dentro do panorama econômico mundial, um mero exportador de commodities. Lamentavelmente não somos um país amplamente industrializado e nem tampouco exportamos tecnologia. O agronegócio é o grande motor de nossa economia (Nasralla Neto, Lacaz *et al.*, 2014). O que temos para oferecer para o mundo é aquilo que a natureza nos deu: nossos recursos naturais. Somos, portanto, um país que vive da agropecuária e da mineração – as atividades mais primitivas da humanidade. Ocorre que essas atividades podem gerar muito dinheiro, mas também cobram um alto preço em impacto ambiental. Por isso, aqui no Brasil o debate sobre agrotóxicos é mais quente que em outros lugares do globo (Rigotto, Vasconcelos *et al.*, 2014).

Mas, qual tem sido o papel da ciência nesse acalorado debate? Pode a ciência lançar alguma luz nesse impasse tão ofuscado por ideologias? Infelizmente tanto as estatísticas quanto os argumentos lógicos se quedam ao sabor do viés ideológico. No caso específico dos agrotóxicos, o que complica a situação é o fato de que, nas ciências da saúde, é praticamente impossível demonstrar de maneira inexorável um nexo de causalidade entre dois eventos. Não é possível afirmar que o consumo de agrotóxicos causa cân-

cer ou doenças degenerativas, porque essas doenças podem surgir (ou não) muitos anos após a exposição ao suposto risco. Como são doenças cuja causa é multifatorial, não dá para afirmar que alguém que apresenta câncer de pâncreas hoje apresentou a doença porque comeu uma maçã contaminada com agrotóxicos há 22 anos atrás. Também não dá para afirmar que os agrotóxicos de 22 anos atrás não tenham tido nenhuma influência no aparecimento do câncer. O máximo que a estatística consegue é medir usando a probabilidade – sujeita às margens de erro – de um evento estar associado ou correlacionado com outro. Mas isso absolutamente não pressupõe uma relação de causa e efeito entre esses eventos.

Nesse oceano de dúvidas, estimativas e probabilidades, os argumentos diametralmente opostos ganham voz. De um lado, os ambientalistas dizem: há inúmeras provas estatísticas de que o uso de agrotóxicos aumenta, e muito, o risco de doenças. Por outro lado, os latifundiários dizem: até hoje ninguém prova que um único caso de doença foi causado unicamente pelo uso de defensivos agrícolas. E é aí que está o problema – os dois estão certos no que dizem. Enquanto uns falam em riscos e estatísticas (que são pistas, mas não são provas), ou outros dizem que não há provas (e, de fato, não há, porquanto a ciência só trabalha com pistas).

Como a ciência não resolve (e nem poderia resolver) esse impasse, deve imperar o bom senso. E o bom senso diz que o uso de qualquer substância cujo efeito não seja totalmente conhecido, deve ser na menor dose possível e pelo menor tempo possível. Mas, qual é a menor dose possível? E qual é o menor tempo possível? Essas perguntas, infelizmente, não têm uma resposta simples.

Um argumento, que parece sensato, diz que talvez o maior problema nem seja o uso de agrotóxicos, mas sim seu mau uso. Existe farta legislação no Brasil que regula os cuidados que devem ser tomados ao manipular agrotóxicos, porém essas leis nem sempre são cumpridas, nem fiscalizadas e nem sempre há punição dura para as transgressões. Então o problema, como dissemos, pode ser não o uso dos agrotóxicos, mas sim o uso incorreto dos mesmos, assim como se usam muitas coisas no Brasil sem a estrita observância às normas de segurança preconizadas pela legislação. Os agrotóxicos, assim como os medicamentos, têm uma bula e as instruções de uso, que nem sempre são seguidas. O uso de EPIs (equipamentos de proteção individual) também é fundamental para quem os manipula, mas no Brasil o uso de EPIs, em geral, está muito aquém do recomendado e do necessário.

Portanto, diante de tantas dúvidas e incertezas, uma coisa é certa: se conseguirmos, de alguma maneira, manter a eficácia dos defensivos agrícolas, reduzindo sua toxicidade, todos sairão ganhando. Se os agrotóxicos são necessários para que haja alimentos para todos, o que devemos fazer é buscar desenvolver tecnologias capazes de mitigar seus efeitos tóxicos para os humanos e para o meio ambiente, mantendo seus efeitos tóxicos para as “pragas” que ameaçam nossa agricultura. Ou seja, precisamos desenvolver métodos de tornar os agrotóxicos mais tóxicos para uns e menos tóxicos para outros.

Concluimos esse ensaio, mas não podemos apresentar uma conclusão ou fechamento definitivo sobre essa questão. Nosso objetivo foi justamente apresentar argumentos plurais e, muitas vezes, antagônicos, a fim de que cada um possa ter elementos para refletir e chegar às suas próprias conclusões, ainda que temporárias.

REFERÊNCIAS

- ANDREO-MARTINEZ, P.; OLIVA, J.; GIMENEZ-CASTILLO, J. J.; MOTAS, M.; QUESADA-MEDINA, J.; CAMARA, M. A. Science production of pesticide residues in honey research: A descriptive bibliometric study. **Environ Toxicol Pharmacol**, p. 103413, May 19 2020.
- CARNEIRO, F.; RIGOTTO, R.; AUGUSTO, L.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. **Dossiê ABRASCO 2015: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017.
- CASSAL, V. B.; DE AZEVEDO, L. F.; FERREIRA, R. P.; DA SILVA, D. G.; SIMÃO, R. S. Agrotóxicos: uma revisão de suas consequências para a saúde pública. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 1, p. 437-445, 2014.
- DEREUMEAUX, C.; FILLLOL, C.; QUENEL, P.; DENYS, S. Pesticide exposures for residents living close to agricultural lands: A review. **Environ Int**, v. 134, p. 105210, Jan 2020.
- DEVAULT, D. A.; KAROLAK, S. Wastewater-based epidemiology approach to assess population exposure to pesticides: a review of a pesticide pharmacokinetic dataset. **Environ Sci Pollut Res Int**, v. 27, n. 5, p. 4695-4702, Feb 2020.
- DIAS, L. A.; GEBLER, L.; NIEMEYER, J. C.; ITAKO, A. T. Destination of pesticide residues on biobeds: State of the art and future perspectives in Latin America. **Chemosphere**, v. 248, p. 126038, Jun 2020.
- FARKHONDEH, T.; MEHRPOUR, O.; FOROUZANFAR, F.; ROSHANRAVAN, B.; SAMARGHANDIAN, S. Oxidative stress and mitochondrial dysfunction in organophosphate pesticide-induced neurotoxicity and its amelioration: a review. **Environ Sci Pollut Res Int**, May 1 2020.
- HE, B.; WANG, X.; YANG, C.; ZHU, J.; JIN, Y.; FU, Z. The regulation of autophagy in the pesticide-induced toxicity: Angel or demon? **Chemosphere**, v. 242, p. 125138, Mar 2020.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- KUANG, L.; HOU, Y.; HUANG, F.; HONG, H.; SUN, H.; DENG, W.; LIN, H. Pesticide residues in breast milk and the associated risk assessment: A review focused on China. **Sci Total Environ**, v. 727, p. 138412, Apr 13 2020.
- LEONG, W. H.; TEH, S. Y.; HOSSAIN, M. M.; NADARAJAW, T.; ZABIDI-HUSSIN, Z.; CHIN, S. Y.; LAI, K. S.; LIM, S. E. Application, monitoring and adverse effects in pesticide use: The importance of reinforcement of Good Agricultural Practices (GAPs). **J Environ Manage**, v. 260, p. 109987, Apr 15 2020.
- LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. D. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 117, p. 518-534, 2018.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011.
- NASRALA NETO, E.; LACAZ, F. A. D. C.; PIGNATI, W. A. Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista! **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4709-4718, 2014.
- NOYAMA, S. Adorno e o “ensaio como forma”. **Revista Itaca**, v. 14, p. 135-147, 2009.
- OLISAH, C.; OKOH, O. O.; OKOH, A. I. Occurrence of organochlorine pesticide residues in biological and environmental matrices in Africa: A two-decade review. **Heliyon**, v. 6, n. 3, p. e03518, 2020.
- PERES, F.; MOREIRA, J. C. **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- PROSSER, R. S.; HOEKSTRA, P. F.; GENE, S.; TRUMAN, C.; WHITE, M.; HANSON, M. L. A review of the effectiveness of vegetated buffers to mitigate pesticide and nutrient transport into surface waters from agricultural areas. **J Environ Manage**, v. 261, p. 110210, May 1 2020.
- RIGOTTO, R. M.; VASCONCELOS, D. P.; ROCHA, M. M. Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 1360-1362, 2014.
- RODRIGUEZ, A.; CASTREJON-GODINEZ, M. L.; SALAZAR-BUSTAMANTE, E.; GAMA-MARTINEZ, Y.; SANCHEZ-SALINAS, E.; MUSSALI-GALANTE, P.; TOVAR-SANCHEZ, E.; ORTIZ-HERNANDEZ, M. L. Omics Approaches to Pesticide Biodegradation. **Curr Microbiol**, v. 77, n. 4, p. 545-563, Apr 2020.
- SANSEVERINO, A. M. V. Pequenas notas sobre a escrita do ensaio. **História Unisinos**, v. 8, n. 10, p. 97-106, 2004.

SAPBAMRER, R.; THAMMACHAI, A. Factors affecting use of personal protective equipment and pesticide safety practices: A systematic review. **Environ Res**, v. 185, p. 109444, Jun 2020.

SINGH, A.; DHIMAN, N.; KAR, A. K.; SINGH, D.; PUROHIT, M. P.; GHOSH, D.; PATNAIK, S. Advances in controlled release pesticide formulations: Prospects to safer integrated pest management and sustainable agriculture. **J Hazard Mater**, v. 385, p. 121525, Mar 5 2020.

SOARES, S. V.; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

SOGAARD JORGENSEN, P.; FOLKE, C.; HENRIKSSON, P. J. G.; MALMROS, K.; TROELL, M.; ZORZET, A.; LIVING WITH RESISTANCE, P. Coevolutionary Governance of Antibiotic and Pesticide Resistance. **Trends Ecol Evol**, v. 35, n. 6, p. 484-494, Jun 2020.

SOUZA, L. C.; BELAIDI, R. Agrotóxicos e biodiversidade: terminologia, causas e impactos. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, v. 2, n. 1, p. 168-187, 2016.

STANGANELLI, I.; DE FELICI, M. B.; MANDEL, V. D.; CAI NI, S.; RAIMONDI, S.; CORSO, F.; BELLERBA, F.; QUAGLI NO, P.; SANLORENZO, M.; RIBERO, S.; MEDRI, M.; FAR NETANI, F.; FELICIANI, C.; PELLACANI, G.; GANDINI, S.; INTERGROUP, I. M. I. T. I. M. The association between pesticide use and cutaneous melanoma: a systematic review and meta-analysis. **J Eur Acad Dermatol Vene reol**, v. 34, n. 4, p. 691-708, Apr 2020.

VITAL, N. **Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

WU, J.; GE, L.; LIU, F.; SONG, Q.; STANLEY, D. Pesticide-Induced Planthopper Population Resurgence in Rice Cropping Systems. **Annu Rev Entomol**, v. 65, p. 409-429, Jan 7 2020.